

1 **14ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**
2 **BRASÍLIA, 01 DE DEZEMBRO DE 2011**

3

4 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5

6 Senhoras e Senhores Conselheiros, só fazendo a ressalva de que o nosso atraso se
7 deve ao fato de qualidade dos Conselheiros de conseguirem transportes até o local do
8 nosso evento. Brasília está vivendo uma situação diferente de final de ano, carências e
9 outros grandes eventos na cidade. Vocês devem ter sentido isso na hora de fazer reserva
10 de hotel aqui. Para ajudar tivemos a chuva que complica um pouco mais o trânsito.
11 Vamos aguardar um pouco mais até que os Conselheiros cheguem e a gente dá início à
12 reunião.

13

14 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

15

16 Solicito aos Conselheiros que se encontram presentes que tomem assento nos
17 respectivos locais, por favor. Bom, Conselheiros, nós temos aqui confirmados em torno
18 de 20 Conselheiros para essa Reunião. 20 ou 22 Conselheiros nessa reunião. Presentes,
19 contando com o Presidente em exercício, doze. Nós temos uma Pauta que ela como
20 regra não é pequena e a Mesa encaminha para que nós possamos dar início às questões
21 que não são deliberativas para que nós possamos encaminhar a Pauta. A Mesa propõe
22 com isso que nós começemos já com a apresentação da primeira Pauta. Tendo em vista
23 que não podemos fazer aprovação da ata por falta de quorum e nem da Pauta também,
24 eu sugiro que nós possamos ter o início da apresentação da Perícia, porque durante a
25 apresentação com certeza nós vamos conseguir o quorum para deliberar, sob pena de
26 nós não termos condição de seguir nesse tema. Nós temos um convidado, e eu gostaria
27 de verificar se todos concordam, porque a Mesa não vê impedimento a isso. Um
28 convidado sugerido pelo Diretor do Departamento da Polícia Federal, perito da Polícia
29 Federal que se todos concordarem também participará do nosso debate. Alguém tem
30 alguma coisa contra? Por favor.

31

32 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
33 Criminais Federais**

34

35 Muito bom dia a todos Conselheiros e Conselheiras. Aos ilustres representantes da
36 Polícia Federal que nos dão hoje a honra de estar presente nesta assembléia, que em
37 sua grande maioria peritos criminais federais e dizer que o parecer do grupo de trabalho
38 deste Conselho já foi apresentado na última reunião. Então, do ponto de vista de
39 apresentação essa etapa já foi vencida. O que temos a superar são os debates, as
40 discussões e as votações, o parecer por essa plenária. Então a questão do quorum
41 também prejudica esse ponto da Pauta.

42

43 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

44

45 Eu creio que não. Seria interessante logicamente em que pese o trabalho já ter sido
46 apresentado aqui, até fazendo uma correção histórica, creio que duas ou três vezes seria
47 interessante para que firmasse e acho que o debate nada impede com relação ao
48 quorum. O impedimento ao quorum é a deliberação do Conselho, sob pena de não
49 encaminharmos. Eu solicitaria até sua gentileza como expositor que tentasse discorrer,
50 até porque tem alguns Conselheiros que talvez não tenham participado da apresentação,

51 que se fosse possível você apresentasse os principais tópicos para que nós pudéssemos
52 começar o debate. O Conselheiro Leônicio com a palavra, por favor. Desculpe, perdão.

53
54 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
55 **Criminais Federais**

56 Só para concluir, não tenho nenhum óbice, só estou registrando que já tinha sido feita a
57 apresentação, mas não tenho nenhum óbice em reapresentar, se for o caso, e inclusive
58 iniciar o debate com a participação dos Conselheiros aqui presentes e ouvir os
59 convidados que nos dão a honra de estarem presentes nessa Plenária.

60
61
62 **Marcos Leônicio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia**
63 **Federal**

64 Só uma sugestão de encaminhamento. Acredito que o convidado vai fazer alguma
65 exposição na parte pertinente à Perícia da Polícia Federal e então a gente poderia ir já
66 para esse ponto do parecer que já foi apresentado pelo Conselheiro Agadeilton. A gente
67 ouviria. Com certeza a Polícia Federal já viu o relatório, o teor e ouviríamos o contraponto
68 da posição em relação à aquilo ali para que a gente possa ter uma visão melhor dessa
69 parte do parecer.

70
71
72 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

73 Se todos concordarem. Todos concordam? Então podemos conceder a palavra ao nosso
74 convidado? O nome do Senhor, por favor.

75
76
77 **Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

78 Rogério Matheus Vargas.

79
80
81 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

82 Então um microfone para o doutor Rogério. Eu gostaria que registrasse e se o Senhor
83 tiver um cartão passar para a Mesa, para que pudesse constar na ata os seus dados.

84
85
86 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
87 **Criminais Federais**

88 Também só uma questão de ordem. Vai ser necessário fazer alguma explanação
89 adicional ao parecer e depois a gente ouvir o convidado ou inverte a lógica?

90
91
92 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

93 Olha só, o Conselheiro Leônicio fez até para a gente encaminhar como o Senhor falou
94 que já foi feita a apresentação, ele sugeriu que nós passemos a palavra nesse ponto para
95 que o nosso convidado faça a apresentação e aí teríamos debates. O debate eu acho
96 que a gente abre. Pois não? Então, por favor, doutor com a palavra.

97
98
99 **Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

100

101 A todos os Conselheiros e convidados, muito bom dia. Meu nome é Rogério Matheus
102 Vargas e sou Perito Criminal da Polícia Federal já há mais de uma década, e passou por
103 ordem do Diretor Geral da Polícia Federal passou por minhas mãos o parecer que já foi
104 debatido aqui algumas vezes, talvez, de larva do Grupo de Trabalho coordenado pelo
105 meu amigo perito Agadeilton, a quem eu tenho o prazer de conhecer. Fui instrutor do
106 Agadeilton, apesar dele ser bem mais velho do que eu na academia de polícia. Mas
107 existem alguns pontos no parecer que nos foi apresentado em discussão, não só com a
108 Administração Central da Polícia Federal como com colegas peritos criminais da Polícia
109 Federal que a gente não pode concordar. Então são pontos que são talvez dúbios, alguns
110 que não condizem com dados que a gente reuniu em atos administrativos que a gente
111 tem publicado dentro do órgão e que se os Senhores me permitirem, talvez eu até me
112 estenda por mais de dez minutos, eu gostaria de expô-los ponto a ponto, para que a
113 gente tivesse uma idéia um pouco mais exata daquilo que passa na cabeça não só da
114 Administração Central da Polícia Federal, a qual eu aqui represento juntamente com o
115 doutor Nóbrega como também de colegas peritos criminais federais associados ou não à
116 Associação Nacional de Peritos Criminais Federais. Devo dizer que sou associado e fui
117 membro da Associação Nacional ANPCF, logo em meados da década de 90 e sou
118 associado até hoje. Um dos primeiros pontos que eu gostaria de esclarecer aqui é a
119 questão da discussão do parecer em combinação com as Perícias Estadual e Federal. Eu
120 conheço evidentemente a realidade das polícias estaduais. Compartilho com alguns dos
121 problemas que as polícias estaduais enfrentam, mas acredito que um parecer que trata
122 de uma questão tão relevante para a Perícia Criminal deveria primeiramente ser tratada
123 de uma forma apartada. Existem alguns pontos desse parecer que nos foi apresentado
124 que não são congruentes, então acho que seria importante que essa discussão valeria a
125 pena que fosse tratada de forma apartada. Então, logo de início, embora seja uma
126 questão que trate da Perícia Criminal como um todo, eu acho que deveria ser tratado de
127 forma diferente, porque existem modelos de percepção. Percepção, não, mas de
128 estruturação diferentes entre esses dois tipos de unidade de criminalística. Peço perdão,
129 portanto aos meus amigos e colegas das polícias estaduais, porque conheço também o
130 dia-a-dia de trabalho deles, embora tenha conhecimento, não posso fazer algumas
131 afirmações e talvez até esses colegas estaduais também não saibam de alguns detalhes
132 do que acontece dentro da estrutura da Polícia Federal. Então, pode haver algumas
133 conclusões e interpretações equivocadas e isso pode levar a interpretações errôneas,
134 principalmente na hora de se emitir uma nota para a Secretaria-Executiva do MJ ou até
135 para o Ministro da Justiça. O primeiro ponto que eu gostaria de tocar é que o parecer fala
136 que as Perícias em geral estão sucateadas e etc. Pode até ser, mas não é o caso da
137 Polícia Federal. Muito longe disso. A Polícia Federal, se os Senhores sabem, ela tem
138 uma unidade central de criminalística que é o Instituto Central de Criminalística, cujo o
139 parque instrumental é superior ao de muitas universidades do Brasil. Então, existem
140 colegas que vem de instituições acadêmicas fazer trabalhos científicos em colaboração
141 com a Polícia Federal, evidentemente com a autonomia da diretoria técnica científica,
142 com aval de diretores geral e superintendentes para fazer trabalhos de pesquisa dentro
143 de INC. Os estados, eu e vários colegas que estão aqui nos apoiando, apoiando a
144 Administração da Polícia Federal trabalhamos em unidades chamados setores técnicos
145 científicos onde temos estrutura condizente para fazer nossa casuística. Os Senhores
146 sabem, principalmente os colegas das Perícias estaduais e das polícias civis têm uma
147 casuística um tanto quanto diferente. Até as unidades que estão mais interiorizadas,
148 existe um projeto na Polícia Federal que foi encabeçado pela direção geral que é a
149 interiorização da Perícia, onde cidades onde não existiam colegas peritos criminais hoje
150 estão montando unidades técnicas científicas. Algumas delas hoje já têm condições e até

151 rendimentos em termos de produtividade, superiores ao que se imaginava inicialmente.
152 Cito dois exemplos rápidos aqui, três talvez, a de Santa Maria no Rio Grande do Sul, a de
153 Foz de Iguaçu que tem a produção e uma estrutura extraordinária e a de Juazeiro na
154 Bahia, se me permitem de puxar a sardinha para o meu estado, também tem se
155 desenvolvido com bastante afinco. Fala-se muito também no parecer que não existem
156 cursos ou então ação de capacitação para os peritos criminais. No caso da Polícia
157 Federal isso é uma rotina. Esses colegas muitos dos que estão nos apoiando hoje, eles
158 estão justamente fazendo isso, um treinamento, um curso de capacitação sobre
159 gerenciamento de projetos. Então são peritos criminais que estão num curso gerenciado
160 pela DITEC com apoio da Direção Geral e Escritório Geral de Projetos fazendo um curso
161 de capacitação para desenvolvimento, elaboração e condução de projetos de
162 administração. Existem periodicamente cursos de atualização em todas as áreas, seja de
163 química forense, seja de Perícias ambientais, engenharia civil, contabilidade, informática,
164 eu não sei dizer ao certo quantos foram esse ano, mas certamente nos últimos anos
165 foram mais de dez cursos de capacitação. Então, é um equívoco dizer que esses tipos de
166 ações são raras no âmbito da Polícia Federal. Existem cursos de mestrado em
167 andamento em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas que é uma das instituições
168 de ensino mais respeitadas do país em andamento, seja de gestão, talvez algum colega
169 aqui esteja fazendo esse curso de gestão pública com ênfase em criminalística. Existem
170 outros cursos de pós-graduação em nível de mestrado sobre Ciência Policial e
171 Criminalística, Investigação Policial e Criminalística, Informática, e etc. Essa também é
172 uma política do órgão Polícia Federal, a capacitação continuada. Meus colegas
173 delegados podem confirmar isso, porque eles também têm esses cursos e também são
174 abertos a outras categorias do órgão. Então, dizer que esse tipo de ação não ocorre na
175 Polícia Federal, na minha maneira pessoal e da Administração, esse modo de pensar é
176 um equívoco. O ponto principal talvez desse documento que eu estava conversando
177 ainda há pouco com o Conselheiro Agadeilton e outros colegas aqui, é questão de
178 autonomia técnica, funcional, administrativa, etc, para o órgão, que é tão pleiteada pelos
179 colegas das polícias estaduais e colegas das polícias civis. Ora, autonomia funcional,
180 técnica e científica no âmbito da Polícia Federal nunca deixou de existir. Eu não me
181 lembro de um caso onde houve ingerência de algum superior hierárquico, seja um perito
182 criminal, porque todos os peritos criminais são subordinados a outros peritos criminais
183 com exceção do chefe das unidades estaduais e do próprio Diretor Técnico Científico que
184 é subordinado ao Diretor Geral, e nas unidades estaduais os chefes dos setores técnicos
185 científicos aos Superintendentes Regionais, mas essa subordinação é tão somente, e me
186 corrijam por gentileza os colegas delegados aqui presentes, administrativa. Não há
187 ingerência no trabalho do Perito Criminal da Polícia Federal. Do Perito Criminal Federal.
188 Se houve casos fortuitos de abusos de alguém sugerir alguma coisa em relação ao laudo,
189 ao documento técnico, se alguém tiver nota disso, por favor, informe à Corregedoria da
190 Polícia Federal ou então ao Ministério Público Federal que isso deverá ser apurado,
191 porque falar que existe esse tipo de ingerência é no mínimo uma afronta à dignidade do
192 Perito Criminal que eu acredito que nenhum colega meu aceitaria esse tipo de coisa. É
193 uma afronta aos meus colegas delegados, que eu acho que posso dizer que todos que eu
194 conheço, nenhum teria esse tipo de atitude, porque a polícia prima por princípios de
195 imparcialidade, impessoalidade, enfim, prima pela verdade. Mesmo que aquele laudo não
196 chegue à conclusão que um delegado de investigação sugeriria, isso não vai fazer com
197 que se mude o que está escrito. Não existem casos assim. Se existir, como houve um
198 caso fortuito num determinado estado de um desvio de função por razão de uma
199 excepcionalidade, devo lembrar aos Senhores que todos aqueles que são ingressos à
200 Polícia Federal, eles entram na carreira Policial Federal. Somos todos Policiais Federais.

201 Se estiver pegando fogo na superintendência, o gestor do órgão não vai mandar que vão
202 os agentes e os escrivães porque delegado não pode ir. Todo mundo vai botar a mão na
203 massa e todo mundo vai lutar pela instituição. Isso é uma característica da Polícia
204 Federal. O sucesso que hoje a gente detém perante à Sociedade, pesquisa recente saída
205 agora em outubro pelo Ibope CNI, disse que 60% da população acha a instituição Polícia
206 Federal ótima. E isso, evidentemente Senhores, é pelo trabalho conjunto de todos
207 aqueles que compõem o Órgão. Então, dizer que a gente não tem autonomia funcional,
208 autonomia técnico científica ou que nos falta esse tipo de prerrogativa, com todo perdão,
209 é um equívoco. Questão administrativa que se bate muito também, é que a DITEC, que é
210 nossa Diretoria Técnico Científica que é um órgão que fica imediatamente abaixo da
211 Direção Geral e coordena toda a parte da criminalística, que ela não tem autonomia para
212 gerir seus recursos, também é um equívoco. A Polícia Federal não tem independência
213 orçamentária. Ela é um órgão superior da Administração. Então ela recebe repasse do
214 Ministério da Justiça que também não tem independência. Recebe dinheiro da Secretaria
215 de Tesouro Nacional vem a dotação para a Polícia Federal e distribui conforme
216 necessidades e conforme prioridades e etc. Só para custeio em 2012, isso está publicado
217 em boletim de serviço interno, a DITEC é um dos maiores orçamentos da Polícia Federal,
218 superiores à maioria das superintendências e delegacias, apenas para custeio. Não tem
219 verbas de capital, não tem outro tipo de conta nesse montante. Então, dizer também que
220 a gente tem dificuldade, pode ser que haja períodos onde a gente tenha realmente
221 restrições orçamentárias por conta de contingências governamentais, mas não é a
222 Perícia propriamente dita, isso é uma contingência que todo órgão sofre. Daí mais uma
223 vez a gente se une aos Senhores delegados e peritos e vai brigar no Ministério do
224 Planejamento, brigar entre aspas, não me entendam errado, vamos lá no Ministério da
225 Justiça, com Sua Excelência o Ministro da Justiça dizer: - Faltou um dinheirinho aqui e a
226 gente precisa de uma grana para fazer essa operação, precisamos custear esse tipo de
227 diligência, e etc. Ainda mais, o parecer também se equivoca em dizer que falta de
228 recursos para a DITEC dificultam diligências nos estados e etc. Também é um outro
229 equívoco. Quando há restrição orçamentária, quem gerencia os recursos nas unidades
230 regionais são os Senhores superintendentes, os grupos financeiros das
231 superintendências. Então, a DITEC, ela pode auxiliar em caso emergencial etc, mas a
232 verba não vem da DITEC. Eu destaquei a DITEC só para os Senhores terem uma idéia
233 do montante que é revertido para a Polícia Federal. Não é pouca coisa, não.
234 Continuando. Já falei da isenção. Fala-se muito também no parecer e eu respeito
235 bastante alguns posicionamentos, principalmente o Movimento Nacional de Direitos
236 Humanos com relação à questões que houve na década de 70 e 80, todo mundo que já
237 estudou um pouquinho de Direitos Humanos em Segurança Pública, lembra-se de casos
238 que realmente deixaram e ainda deixam a gente de cabelo em pé. Mas eu garanto meus
239 Senhores, que ingerência em Laudo Pericial, mesmo dos colegas peritos estaduais e
240 peritos das polícias civis que eu conheço, de fazer com que a gente mude uma conclusão
241 e etc, não ocorre. E, se ocorrer Senhores, por favor, denunciem. Isso é grave, isso é
242 crime. Se eu tiver conhecimento disso e não me manifestar eu estou me coadunando
243 com aquele erro. É prevaricação. Se alguém afirmar que está havendo ingerência, por
244 favor, informe, porque está cometendo um crime. É coação no curso em processo.
245 Aquele que agiu com ingerência e aquele que deixou de denunciar deve ser punido de
246 forma exemplar. O parecer deixa talvez por um equívoco de redação, deixa a entender
247 que esse tipo de coisa acontece. Eu volto a insistir que os peritos da Polícia Federal, eu
248 vou dizer aqui uma frase que foi muito feliz na hora que a gente redigiu o texto aqui.
249 “Nossos laudos são elaborados com base em ferramentas das ciências e segundo
250 procedimentos e instruções normativos técnicos expedidos pela Diretoria Técnico

251 Científica, tem normativos técnicos da Direção Geral também, mas aí quando rege a ação
252 de vários policiais em conjunto quando a ação é para ser conduzida por Peritos Criminais
253 Federais, os normativos são da Diretoria Técnico Científica". A Administração central do
254 órgão não influencia nesse tipo de coisa. Então, dizer que a DITEC não tem autonomia
255 para fazer esse tipo de coisa é equivocado. Aliás, só para constar em registro, é
256 atribuição da DITEC no artigo quatro, inciso quinto da portaria 3941 de 2009, que é o
257 Regimento Interno nosso, que é atribuição da DITEC expedir as normas que regem a
258 criminalística. Então, dizer que alguma outra unidade tem essa prerrogativa é
259 equivocado. Uma curiosidade também Senhores para se ter uma idéia, fala-se muito que
260 os peritos ficam subordinados sempre às autoridades policiais em toda e qualquer
261 situação. Não. O nosso Diretor Técnico Científico já funcionou como Diretor Geral da
262 Polícia Federal. Os diretores têm essa prerrogativa na linha sucessória e também assume
263 a Direção Geral em casos em que outros na linha sucessória não assumem. E daí? Um
264 perito vai chefiar delegados. Existem hoje grupos de trabalho expedidos que estão
265 publicados em DS onde quem vai comandar são peritos criminais com delegados,
266 inclusive de classes superiores dentro dos grupos de trabalho. Então, hoje tem tido uma
267 visão um tanto quanto diferente do que é fazer polícia na Polícia Federal. O colega me
268 lembrou aqui e eu devo mencionar isso também, que a gente tem tido experiências
269 fantásticas e fantástico é o tema a ser utilizado mesmo nos últimos anos, onde sucessos
270 de operações policiais se deram principalmente pela integração entre as autoridades
271 policiais, os nossos amigos delegados, colegas delegados e os peritos criminais que são
272 responsáveis pela criminalística. Essa integração tem se tornado uma rotina no órgão,
273 uma salutar, louvável e bem sucedida rotina. Tivemos há um tempo atrás, há quatro ou
274 cinco semanas um seminário em Salvador, Bahia, onde se discutiu o desvio de verbas
275 públicas. Estiveram presentes, infelizmente o doutor Agadeilton não pode estar presente
276 com a gente, ele é da área de crime financeiro, mas estiveram presentes membros da
277 CGU, da Procuradoria da República, Magistrados da Justiça Federal, onde foram
278 discutidas todas essas questões. Senhores, não houve um presente que não enalteceu,
279 que não elogiou os trabalhos conjuntos. Então quando se fala em autonomia técnico
280 científico, autonomia funcional, essas duas autonomias estão absolutamente **solidificadas**
281 na Polícia Federal. A questão administrativa de casos de orçamento e etc, isso a gente
282 resolve com dotações orçamentárias por particularidades do próprio órgão. O que a gente
283 não pode prescindir de forma alguma, e o parecer eu acho que ele peca nesse aspecto, é
284 dizer que segregar, separar Perícia Criminal das outras atividades de polícia judiciária vai
285 trazer benefício. Eu pergunto, a quem interessaria essa segregação, essa separação? A
286 Polícia Federal certamente não, porque os trabalhos hoje em dia estão cada vez mais
287 conjuntos entre peritos, delegados agentes, escrivães e papiloscopistas, a quem eu
288 respeito, e aí é uma opinião pessoal minha que eles deveriam se integrar mais por
289 nossos peritos criminais e etc, mas enfim. A quem interessaria? À Sociedade?
290 Certamente não. A Sociedade quer uma polícia eficiente e a Sociedade quer que
291 problemas que afligem no dia-a-dia, problemas de corrupção, desvios de verba, má
292 versação de verba pública, tráfico de drogas e tráfico de armas e etc, sejam resolvidos de
293 forma séria e eficiente. Isso que a Sociedade defende e apregoa. Segregar enfraquece.
294 Tem um ditado que todo mundo aqui já ouviu, "a união faz a força". Combinações de
295 esforços trazem resultados exponenciais. Isso é uma citação que eu usei num trabalho
296 que eu fiz, justamente sobre a integração da polícia judiciária tradicional com a
297 inteligência forense no curso superior de polícia. Então, gente, segregar? Isso pode ser
298 sugerido quando se fala em autonomia administrativa que pode ser interpretada como
299 independência administrativa e alguém de forma equivocada achar que o pessoal está
300 querendo uma autonomia administrativa, então vamos retirá-los dessa instituição e

301 vamos criar um órgão à parte. Isso é um equívoco. Pode ser ou criar um órgão dentro do
302 órgão. Esse tipo de coisa que pode ser interpretada e que vem à cabo não é favorável a
303 absolutamente ninguém, gente. Essa integração permite celeridade de respostas, a gente
304 quer agilidade nos processos investigativos, facilidades logísticas, órgãos em separado
305 aqueles que trabalham em unidades periciais distante de órgãos policiais sabem disso.
306 Existem dificuldades de contatos entre autoridades polícias e peritos criminais. Vejo isso
307 com meus amigos e colegas no Departamento de Polícia Técnica em Salvador que é
308 uma instituição muito bem montada merecedora de elogios, mas falta integração, se me
309 permitem afirmar isso, entre as autoridades policiais e especialistas de criminalística
310 daquela instituição. Então, essa segregação não leva a absolutamente nada. Então, volto
311 à pergunta. A quem interessaria isso? Pensem nisso. Para que separar se a união é que
312 faz a força? Administração? Não. Aos próprios Peritos da Polícia Federal? Acredito que
313 não. Então, colocar um parecer onde possa sugerir que os Peritos Criminais da Polícia
314 Federal desejam separar-se da Instituição Policial Federal é equivocado. É uma posição
315 absolutamente equivocada. E, a depender da forma como se redige um texto dessa
316 natureza e esse parecer leva a essa percepção, parece-nos que é isso que está se
317 pleiteando. E, Senhores, não é. Não é vontade dos Peritos Criminais da Polícia Federal
318 separar esta instituição Policia Federal. Não é. Tenho aqui alguns poucos exemplos de
319 amigos e colegas que vieram para reforçar esse nosso posicionamento, associados ou
320 não. Eu não estou falando aqui de associados da PCF, não. Estou representando a
321 Administração da Polícia Federal e falando em nome de colegas que dividem o trabalho
322 comigo no dia-a-dia, que sentam comigo, que vão para operações policiais junto comigo
323 e que defendem a Sociedade no nosso dia-a-dia. Uma coisa que precisa também se ter
324 em mente, gente, é que a polícia prima pela verdade. A polícia como um todo. Então,
325 quando se fala, quando eu ouço algum especialista ou alguém da Sociedade Civil dizer
326 que o perito tem que ser fora de uma instituição policial para que tenha isenção no
327 trabalho e etc, gente isso me arrepia dos pés à cabeça. A polícia, pelo o que eu entendo
328 de polícia, pelo menos de Polícia Federal é a busca pela verdade. Não foram poucas as
329 ocasiões onde eu e colegas fizemos trabalhos científicos sérios onde a conclusão
330 absolvia todos aqueles que supostamente tinham cometido um delito. E nem por isso as
331 autoridades policiais que presidião aquele trabalho chegaram para a gente lá e disseram:
332 Doutor Matheus muda seu laudo ou doutor Matheus, vamos fazer outro, manda outro
333 perito fazer. Isso não existe. Então, para a gente é gostoso trabalhar assim porque a
334 gente sabe que a gente está defendendo a Sociedade. Exatamente, o doutor Nóbrega
335 falou aqui, a polícia não é um órgão acusador, a polícia não é acusatória. A polícia busca
336 a verdade. E, para buscar a verdade da forma como a Sociedade pleiteia e da forma
337 como as principais polícias do mundo fazem, e aí cito alguns poucos exemplos, FBI,
338 Polícia Federal da Alemanha, BKA, Polícia Investigativa Chilena, Polícia Metropolitana de
339 Londres, a Polícia Federal Argentina, a Polícia da França que tem a Polícia Científica,
340 mas é dentro do mesmo Ministério do Interior juntos Trabalham lado a lado com a mesma
341 da Polícia Nacional. Todas as polícias que são ditas mais eficientes do mundo tem
342 unidades de criminalística que trabalham em conjunto com outros policiais. Autoridades
343 policiais dos nossos colegas delegados, com agentes de campo e etc. Essa é a grande
344 razão da eficiência. O que elas têm além de tudo isso é aporte financeiro, mas isso e isso
345 realmente aí uma sugestão para o excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Justiça;
346 para o Ministro do Planejamento e para a Senhora Presidenta da República que aumente
347 um pouquinho o orçamento para a Polícia Federal que todo mundo vai ganhar também.
348 Chegou uma informação quente aqui que todas as vezes que houve consultas em
349 assembléias, e isso eu estou falando agora como associado, onde levantou-se questões
350 de peritos da Polícia Federal que querem sair da polícia? Em todas as assembléias onde

351 isso foi questionado, foi rechaçado. Não, não queremos. Justamente porque a gente
352 louva essa integração que pode ser de fato aperfeiçoada. Talvez tenha algumas coisas
353 que precisam ser aperfeiçoadas, mas louvam essa integração. Então, meus Senhores, o
354 texto tem que deixar muito claro. Autonomia é desejável? Sim, evidente que é. Nós,
355 peritos da Polícia Federal temos essa autonomia. Eu lhes garanto, nós temos essa
356 autonomia. As polícias estaduais e civis? Não sei. Não é o meu dia-a-dia. Mas na Polícia
357 Federal isso é uma realidade. Então, essas autonomias que são pleiteadas no parecer, e
358 precisa deixar bem claro isso desde já. Que os peritos da Polícia Federal não desejam e
359 eu garanto aos Senhores, sequer desejarão um dia segregar esta instituição Polícia
360 Federal. Aí se me permite uma observação pessoal, agora a observação CPF. O grande
361 sucesso que hoje a Polícia Federal detém, meus Senhores é justamente por essa
362 sinergia entre todas as categorias. A Polícia Federal é respeitada pelos trabalhos que ela
363 faz de investigação, inteligência e pela expertise do nosso corpo técnico. A Polícia
364 Federal hoje em dia, não sei se os Senhores sabem, tem um corpo técnico onde 70 ou
365 80% dos peritos têm pelo menos o nível de especialista, mestres e doutores na área de
366 sua expertise. Estão sendo criadas dentro da Polícia Federal divisões cada vez mais
367 especializadas. A Polícia Federal hoje em dia ministra cursos técnicos, utiliza a
368 metodologia que a gente usa nos nossos laudos da Polícia Federal e são exportadas
369 para outros países. Então hoje a gente deixou de ser uma polícia que só aprendia para
370 ensinar também, graças a essa sinergia. Qualquer ação que segregue a Polícia Federal,
371 certamente vai enfraquecer e a Sociedade como um todo vai perder. Eu acho que isso
372 não é interessante para absolutamente ninguém. A Sociedade Civil organizada que eu
373 preso tanto da qual eu também faço parte e já participei de vários outros tipos de
374 associações tem que pensar nisso, enfraquecer segregando a Polícia Federal e tirando
375 peritos criminais da Polícia Federal e da instituição federal vai fazer com que a instituição
376 perca boa parte do que ela tem de melhor. Então o grande sucesso, repito e insisto em
377 falar isso é justamente sobre essa parceria. Existem diversos pontos e questões que
378 estão no parecer que me fazem achá-lo mais longe e deixa ele mais infidedigno ainda, se
379 posso dizer assim, ou pelo menos que criam dubiedade da maneira como foi escrito. A
380 questão da subordinação dos peritos. A subordinação que a gente tem administração,
381 todos os peritos são subordinados a outros peritos e nem os nossos chefes, eu estou
382 aqui presente com a chefe substituta do meu setor doutora Iracema, não me deixa mentir,
383 e nem o chefe tem ingerência sobre o laudo do perito. A gente é detentor daquele laudo e
384 o laudo é nosso, é imutável, e vai chegar em última instância a Justiça Federal se assim
385 for oferecida a denúncia e etc, da mesma forma como ele foi redigido na fase de inquérito
386 que já não é tão pré-processual assim, não. É alguém que vai esmiuçar o trabalho que o
387 perito está fazendo para garantir a isenção. Eu já tive laudos examinados dessa forma
388 antes de seguir. Então, esse negócio de parcialidade já está sendo blindado pela própria
389 garantia que a legislação tem imposto. A gente tem, portanto, nossa autonomia funcional
390 bem solidificada. Outro aspecto que gostaria de dizer também que foi atacado no parecer
391 é da falta de autonomia, a falta de recursos das unidades que estão sendo montadas no
392 interior. Essas unidades são incipientes. Tem que dar tempo ao tempo. Quando entrei na
393 Polícia Federal nós tínhamos, experiência pessoal minha, uma sala onde trabalhavam
394 seis peritos dividindo uma sala que tinham quatro metros quadrados e tinha um
395 computador 286 com uma impressora matricial. Isso acontecia na polícia como um todo.
396 Nos últimos anos graças aos esforços conjuntos da Administração Central e dos próprios
397 peritos trabalhando juntos, hoje a gente tem uma infra-estrutura que sem medo de errar é
398 uma das melhores da América Latina e talvez uma das melhores do hemisfério sul.
399 Então, a gente está longe de ser sucateado. Falou-se muito também que a Direção
400 Técnico Científica não tem autonomia para definir vagas e etc para concursos, que a

401 direção geral se recusa a aceitar pleitos para abertura de vagas para peritos. Em primeira
402 mão aqui para os Senhores já foram aprovadas vagas para concurso de 2012, onde
403 serão abertas vagas para 100 peritos criminais, entre outros policiais. Haverá vagas para
404 agentes, escrivães, papiloscopistas, delegados e peritos. Então 2012 haverá sim, e
405 inclusive a Administração a que eu estou representando aqui está esperando
406 posicionamento quanto a que tipo de perito é necessário, porque isso é atribuição da
407 Diretoria Técnico Científica. A gente quer mais químico, mais contador para combater
408 crime de "colarinho-branco", a gente está aguardando esse posicionamento para que as
409 coisas caminhem ainda de forma mais rápida. São 1200 vagas para o próximo concurso
410 da Polícia Federal. Foi uma negociação de três anos. Então agora é que surgiram os
411 resultados, os frutos dessas negociações. Com vagas para peritos. Cem vagas para
412 peritos. Para concluir, Senhores, eu não quero estender demais, eu acho que o
413 posicionamento da Administração da Polícia Federal e posicionamento pessoal já deve
414 ter ficado bem claro. O parecer da forma como está redigido deixa dubiedades quanto
415 aos anseios dos peritos, pelo menos os peritos da Polícia Federal, ele pode levar a crer
416 de uma forma a depender de quem leia o parecer que é desejo dos peritos criminais da
417 Polícia Federal separar da instituição. Então, ele não pode ser aprovado dessa forma, de
418 forma alguma. Repito, deveria ter sido feito de uma forma apartada, porque depois nós
419 vamos ter uma outra discussão dizendo que não, que a autonomia, a total independência
420 das polícias estaduais é uma coisa e Polícia Federal é outra. Desde já esse tipo de coisa
421 tem que ficar bem claro. Os peritos criminais da Polícia Federal não querem, não
422 desejam e não desejariam segregar-se, se separar da Polícia Federal. A gente quer
423 unidade da instituição. O doutor Nóbrega está me lembrando da subordinação
424 administrativa. Todo fundo tem, todas as instituições, todos os órgãos públicos são
425 subordinados administrativamente. Então, essa independência administrativa, pelo amor
426 de Deus, também é um equívoco. Só para concluir, eu gostaria de deixar só uma
427 impressão rapidamente aqui. A Polícia Federal em suas diversas divisões componentes,
428 e aí incluo a Perícia Federal, forma uma unidade forte de alta credibilidade e eficiência
429 para o combate ao crime. Todos nós sabemos disso. O estreitamento das relações entre
430 as investigações ditas tradicionais e as informações obtidas com as ferramentas da
431 criminalística, essas parcerias que já existem e são bem planejadas e integradas tem
432 permitido sobremaneira o aperfeiçoamento do conceito de uma polícia inteligente. Todo
433 mundo fala que a polícia tem que ser inteligente, a polícia não tem que dar tiro. A gente
434 realmente não dá tiro. São raros, raríssimos embates.

435

436 **Voz Masculina Não Identificada**

437

438 Tenho um caso pessoal que metralharam o carro da minha família...

439

440 **Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

441

442 Raros. Mas não é corriqueiro. Tem permitido o aperfeiçoamento da polícia inteligente que
443 é tão desejado pela Sociedade que espera o máximo de eficiência dos seus organismos
444 de Segurança Pública. Lembrem-se, quaisquer ações segregacionistas, separatistas que
445 retirem o órgão de Perícia Criminal da estrutura da polícia judiciária, comprometem
446 sobremaneira essa linha de atuação. E os maiores prejuízos, sem dúvida alguma, meus
447 Senhores, não tenham dúvidas disso, é a própria Sociedade e a justiça como um todo. Se
448 houver suspeição, e aí é um posicionamento da Administração da Polícia Federal, se há
449 suspeição sobre a isenção dos trabalhos da Perícia Criminal da Polícia Federal, que se
450 melhorem os mecanismos de controle externo. A própria legislação já está coibindo esse

451 tipo de ingerência. E se houver, busquem a denúncia. Busquem resolver esse problema
452 seja na nossa Corregedoria, que tem que ser na Corregedoria Geral que é uma tendência
453 de todo o Serviço Público. Uma Corregedoria Geral e não uma para cada categoria
454 profissional, porque isso, na minha opinião, também é uma aberração. A Polícia Federal,
455 meus Senhores, age com absoluta isenção pela busca da verdade e nesse mister não
456 pode e não deve prescindir jamais de divisões técnico periciais. A Perícia hoje, a
457 criminalística, o que a gente faz nos nossos laboratórios, aquela análise de sangue,
458 aquela análise de má tinta, de um grafismo, de uma escrita, de um documento, tem que
459 trabalhar junto com a investigação. Uma informação corrobora a outra. Quando vou para
460 o laboratório, sou coordenador do laboratório de química no meu estado, e quando eu
461 faço uma análise de cocaína, eu pego lá os registros e o meu equipamento e etc, eu
462 consigo informar as equipes da DRE, Delegacia Relação de Entorpecentes que essa
463 cocaína que eu apreendi hoje é igual à aprendida ontem e então provavelmente o
464 distribuidor é o mesmo. Isso eu falo indo à sala do meu colega que é o chefe da DRE
465 conversando com ele. Imediatamente após a emissão do Laudo Pericial, ele pode pegar
466 o documento e chegar à justiça e dizer: - Olha, existe uma relação tecnicamente
467 comprovada, cientificamente comprovada entre dois grupos que podem estar co
468 relacionados. Isso agiliza processos, permite com que a justiça abra novas frentes de
469 investigação, permita a abertura de novas frentes de investigação. Não são um ou dois
470 casos que a gente resolveu assim lá na Bahia, e no Brasil. São vários. Inteligência
471 forense que esse tipo de trabalho é chamado que a gente faz em laboratório, e as
472 investigações clássicas têm que estar cada vez mais próximas. E, acreditem Senhores, o
473 trabalho que a gente desempenha na Polícia Federal e certamente na maioria dos
474 estados, não estou falando das polícias estaduais, porque não é meu dia-a-dia e não me
475 sinto à vontade para falar, mas o que a gente faz, a gente faz com rigor técnico e uma
476 segurança científica que podem questionar da maneira que for, mas dificilmente vão
477 encontrar falhas técnicas na execução dos trabalhos periciais ou falhas jurídicas. Isso
478 para a gente é muito bom. O que se espera é a celeridade e eficiência da justiça. Isso é o
479 que todo mundo, toda a Sociedade busca hoje. Senhores, não vou me estender demais
480 senão começo a falar e fico a manhã toda aqui. Muitíssimo obrigado, obrigado por me
481 receberem aqui de uma forma tão respeitosa e tão calorosa. Agradeço a oportunidade ao
482 doutor Nóbrega e ao Diretor Geral da Polícia Federal que me indicou para vir representar
483 os peritos criminais da Polícia Federal o que muito me honra. Obrigado Agadeilton com
484 respeito à PCF e obrigado à Mesa. Bom dia, Senhores. (palmas).

485
486 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
487

488 Nós gostaríamos de agradecer ao doutor Rogério Matheus Vargas pela apresentação
489 que nos trouxe e por uma questão de lógica vamos abrir a palavra para o Conselheiro
490 Agadeilton para também apresentar as suas considerações, e em seguida vamos
491 estabelecer o debate. Eu solicito que o doutor Rogério permaneça até para que possa
492 participar do nosso debate, caso não haja nenhuma contrariedade dos Conselheiros e
493 que também nós possamos também fazer alguma indagação para o doutor Rogério, se
494 for possível. Conselheiro Agadeilton está inscrito e o Conselheiro Marcos Costa também
495 inscrito. Conselheiro Leônicio também inscrito.

496
497 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
498

499 Só queria ver se já tem a questão de quorum. Ainda não?
500

501 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

502

503 Por favor, uma questão de ordem do Conselheiro Marcos Costa, por favor microfone.

504

505 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

506

507 Talvez um debate com convidado é diferente do debate entre os Conselheiros, certo?
508 Então, se a gente for debater com o convidado não é o debate de votação, de coisa
509 assim.

510

511 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

512

513 Não, não é.

514

515 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

516

517 Então é importante a gente debater com o convidado e tudo o mais, mas que fique claro
518 que a gente vai ter depois disso um debate mesmo para valer entre nós.

519

520 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

521

522 Não, Conselheiro. Só esclarecendo, nós não temos quorum para votação. A questão da
523 participação do debate, nós vamos abrir agora o debate. Não será a deliberação agora. O
524 que foi questionado é que aconteceu o seguinte. Há uma posição que foi estabelecida
525 pela participação do Conselheiro Agadeilton, e eu questionei a Plenária em relação de
526 uma outra posição que foi colocada que pode ser logicamente que alguns dos Senhores
527 Conselheiros, como já se manifestaram aqui dois Conselheiros, que possivelmente
528 poderiam fazer perguntas ao convidado. Foi nesse sentido que a Mesa colocou. Que
529 inclusive já está aqui presente. Mas não haverá, eu creio que não haverá essa dualidade
530 de debates. O que haverá novamente e logicamente corrobora com a sua participação é
531 que esse não é o momento de votação, mesmo porque nós não temos quorum. A palavra
532 está com o Conselheiro Agadeilton.

533

534 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
535 Criminais Federais**

536

537 Então vamos lá, primeiro queria deixar muito claro que estou muito à vontade para o
538 debate. É a coisa que mais me satisfaz, é o debate. Por isso que desde o princípio vi com
539 muita satisfação a presença do meu colega Rogério Matheus a quem respeito muito e
540 admiro. E deixar claro também que ser um pouquinho mais velho para mim é motivo de
541 honra. Chegar na idade senil não é nenhum problema, é motivo de satisfação e também
542 nos qualifica mais ainda ao debate. Por isso desde o início não coloquei nenhum óbice
543 para este Conselho permitir que o colega trouxesse aqui os pontos de vista da
544 Administração, não dos Peritos Criminais Federais. É bom ficar isso muito claro. Doutor
545 Rogério embora seja Perito Criminal Federal, mas ele está falando em nome da
546 Administração. O que para mim é algo que se por um lado traz um pouco de satisfação,
547 porque nesses momentos os peritos são lembrados como potenciais integrantes da
548 Administração, mas infelizmente em muitos outros momentos o órgão não lembra. Mas
549 de que a satisfação? De poder debater com o órgão do qual eu faço parte que em outro
550 momento que foi convidado a vir aqui debater sobre problemas da Polícia Federal não

551 veio ao debate. Mandou o Diretor Técnico Científico. Vocês devem lembrar disso, que
552 aqui nessa Plenária reafirmou para todos os Conselheiros que muitas decisões do DPF
553 eram tomadas sobre a Perícia sem o conhecimento e sem a consulta dele pelo Diretor
554 Técnico Científico. Então, esse CONASP já conhece alguns dos pontos colocados aqui
555 pelo colega Rogério Matheus. Mas vamos centrar nossa discussão mais especificamente
556 no que coloca o parecer e algumas coisas precisam ficar muito claras especialmente para
557 os convidados aqui presentes que muito nos honra. E, esse parecer não é o parecer do
558 Agadeilton, da APCF, da ABC ou dos peritos oficiais ou dos papiloscopistas. Esse
559 parecer é um parecer elaborado como resultado de um grupo de trabalho. E dentro desse
560 grupo tínhamos representantes, claro, da cadeira da Perícia, dos delegados, da
561 Sociedade Civil, duas entidades inclusive, e que durante todo o tempo eu fiz todos os
562 esforços da Ordem dos Advogados do Brasil também no início, na primeira versão do
563 grupo. E, quem integrou o grupo desde o início, que é o caso do colega Conselheiro Almir
564 Laureano, ele é testemunha disso, de que eu fiz todos os esforços para ter a mais ampla
565 possível participação e contribuição de todos, no sentido de trazer seus anseios e
566 experiências para a redação do parecer. Os citados erros pelo colega ou equívocos do
567 colega Rogério Matheus, eu vou tentar esclarecer todos, e se houver algum que seja
568 concreto, real e objetivo no debate dessa plenária é justamente para corrigir isso. Agora,
569 é preciso que tenhamos dados e informações concretas e não achismos, para que
570 sustentemos uma alteração de qualquer redação de qualquer documento deste
571 Conselho. Para mim particularmente já fico feliz em ver que a simples apresentação do
572 parecer já trouxe resultados concretos para a instituição da qual eu faço parte. Por
573 exemplo, a notícia em primeira mão que muita me felicita de que no próximo concurso da
574 carreira policial federal o cargo de Perito Criminal Federal será contemplado é de fato
575 notícia em primeira mão que sequer a PCF sabe disso. Porque se o colega Rogério
576 Matheus não sabe, tem cerca de três anos que esse assunto vem sendo debatido e todos
577 os documentos enviados pela Polícia Federal, todos os ofícios, ofícios são documentos
578 públicos oficiais arquivados dos órgãos, todos eles excluem os Peritos Criminais
579 Federais. Não há demanda de concurso para o cargo de Perito Criminal Federal. Isso há
580 três anos. Então, já vejo um resultado fenomenal e todos sabemos que para um sistema
581 de justiça eficiente é importante demais, sem querer desmerecer o trabalho dos outros,
582 mas é importante que tenhamos laudos com autonomia, com qualidade, com consciência.
583 A Polícia Federal faz isso sim sem nenhuma dúvida, Rogério. E eu me orgulho de poder
584 fazer isso dentro da Polícia Federal, mas também me envergonho de muita coisa na
585 nossa instituição que precisa ser melhorada. E vou tentar sem consumir também muito
586 tempo da Plenária, mas fico feliz em estar aberto a esse debate, é muito bom. Vou tentar
587 colocar que existe sim problemas que precisam ser superados. Mas não é este Conselho
588 que vai fazer isso acontecer. É a Polícia Federal. Talvez até o Governo com a mão mais
589 pesada e mais poderosa do Ministro da Justiça ou quiçá da Presidenta da República.
590 Então, eu acho que está muito claro que o parecer é do Agadeilton, não é da Perícia
591 oficial, é de um grupo que foi escolhido dentro dessa Plenária. E essa Plenária tem toda a
592 autonomia para alterar, para aprimorar ou piorar, depende da visão ou até para rejeitar o
593 trabalho apresentado pelo grupo. Agora, eu acho que essa Plenária só não pode ficar e
594 tenho certeza que não vai ficar, porque aqui só tem pessoas experientes, qualificadas e
595 que já estão carimbadas no debate. Não vai ficar acuada pela posição de uma instituição.
596 Se a gente aqui não se atua pela posição do governo, imagine de uma instituição seja ela
597 qual for. Seja Polícia Federal, seja Ministério Público, seja o próprio Poder Judiciário, seja
598 ela qual for. Eu acho que cada um aqui vai ter a liberdade de contribuir com esse trabalho
599 que eu acho que é importante, é uma manifestação importante deste Conselho. Vou
600 tentar tocar alguns pontos específicos que o colega Rogério Matheus trouxe sobre o

601 parecer. Quando ele começava a falar eu cheguei inicialmente a duas conclusões.
602 Primeiro, eu acho que ele leu outro parecer, não o que foi apresentado aqui ou então a
603 gente conseguiu escrever de forma muito ruim. Fico até preocupado com os laudos que
604 eu redijo. Porque se a dificuldade de fazer-se compreender é tão grande, e eu de fato fui
605 responsável pela redação, mas que passou também pelo crivo de outros colegas do
606 grupo, eu fico realmente preocupado. Primeiro que o parecer não diz em nenhum
607 momento que a Perícia da Polícia Federal é sucateada. Pelo contrário. Então vamos lá, o
608 que diz o parecer sobre esse ponto? Vou localizar aqui no meu computador e dizer qual é
609 para projetar. Pois não. Fica a vontade, Conselheiro.

610
611 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
612

613 Eu estou meio incomodado, porque parece que a gente está debatendo um debate da
614 Plenária. Eu quero só pontuar, nem insistir. É pontuar isso. Aqui é uma sessão de
615 esclarecimentos com um convidado externo, entendeu? Então o debate mesmo a gente
616 vai fazer entre nós. Não é nada em relação ao perito, não é nada pessoal, não. É uma
617 questão orgânica nossa de funcionamento do nosso Conselho que é um conceito que a
618 gente está tentando estruturar. Nada com relação à pessoa, qualquer que fosse a
619 pessoa. É mais para ficar muito claro isso. Porque o debate mesmo pesado a gente vai
620 fazer em outro momento, não é nesse momento agora, não. Porque quando a gente
621 fechar, esse nós temos um convidado.

622
623 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
624

625 Conselheiro, o Senhor me desculpe, mas a Mesa não comprehende qual é a sua noção de
626 debate.

627
628 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
629

630 Deixa eu só explicar então. O debate que existe na Plenária é um debate que vai
631 direcionar uma decisão da Plenária. Nós temos agora um convidado externo que vai ser
632 estabelecido, foi convidado, é também um debate, mas não é um debate entre os
633 Conselheiros para tomar uma decisão, entendeu? A gente vai debater isso, mas, por
634 exemplo, eu só vou deixar para me manifestar só entre nós, quando a gente quando for
635 para a decisão. A gente não vai ter esse debate e não vai passar para a decisão.

636
637 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
638 **Criminais Federais**

639
640 Eu acho que o Conselheiro Marcos Costa tem razão.

641
642 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
643

644 Conselheiros, pela ordem, só esclarecendo. Eu acho que talvez até os nossos
645 convidados imaginem com a fala do Conselheiro que esse é um Conselho fechado e que
646 o debate é restrito aos Conselheiros. Não é essa a lógica do Conselho. Não é. Ao
647 contrário. Esse Conselho caso haja deliberação fechada, isso tem que ser deliberado.
648 Não é esse o caso. O debate é aberto. Casos os Conselheiros não se sintam em
649 condições de votar, nós vamos esclarecer os pontos, mas momentos diferentes de
650 debates eu creio que não seria o caso. Logicamente que cabe a cada Conselheiro no

651 momento da votação dizer que não tem condições de votar e que pede esclarecimentos.
652 A proposta da Mesa em convidar, inclusive solicitar ao plenário que se manifeste quanto
653 à possibilidade ou não do nosso convidado participar desse debate, era simplesmente no
654 sentido de tentar esclarecer algum ponto caso houvesse alguma dúvida a ele
655 direcionada. Nada além disso.
656

657 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

658
659 Então vamos ao Regimento Interno. Cadê o livro do Regimento Interno?
660

661 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

662
663 Por favor, o Senhor leia e faça a indagação a Mesa. Secretaria-Executiva assessore o
664 Conselheiro. Com a palavra o Conselheiro Agadeilton, por favor.
665

666 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
667 **Criminais Federais**
668

669 Eu entendi o ponto de vista do Conselheiro Marcos Costa, concordo com ele. Não que
670 esse debate aqui não vá contribuir para o posicionamento dos Conselheiros, agora esse
671 debate não encerra o debate da Plenária sobre o tema, até porque alguns Conselheiros
672 ainda não chegaram e formando o quorum necessário há um debate para a deliberação.
673 Isso que o Conselheiro está querendo dizer e eu acho que será sim dada continuidade a
674 esse debate que se iniciou pelo colega Rogério.
675

676 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

677
678 Se o Senhor me permite esclarecer? O que a Mesa coloca é o seguinte, é que não há
679 restrição com relação à discussão do tema. Caso qualquer um dos Conselheiros se
680 manifeste, inclusive o próprio Conselheiro Marcos Costa pode fazer isso, ele pode dizer:
681 Eu não estou em condições de votar, preciso de esclarecimentos. Não há problema
682 algum com relação a isso. Agora, o que eu gostaria de pontuar e principalmente em razão
683 de convidados que temos hoje, é que o Conselho não está fechado ao diálogo, fechado
684 ao debate, nós não temos dois momentos diferentes, um momento aberto, um momento
685 fechado de discussão. Não podemos ter isso. Ao contrário, tanto é que o Senhor mesmo
686 que é o apresentador do tema, o Senhor mesmo concordou com a participação pela
687 abertura que o Conselho tem. Então, não há momentos diferentes de debates no
688 Conselho. O Conselho é aberto.
689

690 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
691 **Criminais Federais**
692

693 Então vamos lá. Eu acho que esse momento é importante que todos os Conselheiros
694 estejam bem atentos e façam anotações e se quiser intervenções também, porque
695 certamente irá contribuir para aprimorar o documento que está sendo posto à deliberação
696 da Plenária. Então o item 29 do parecer, é o que trata da questão de como está
697 estruturada hoje a Perícia Criminal Federal. E se alguém disser que esse item diz que
698 está sucateada à Polícia Federal conforme colocou meu amigo Rogério Matheus, então
699 eu vou ter que voltar para alfabetização. “A Unidade Central de Perícia INC, graças a um
700 acordo de cooperação assinado entre o Governo brasileiro e os governos francês e

701 alemão, no ano de 1998 denominado de Projeto Pró Amazônia PROMOTEC, o qual
702 financiou a modernização do Parque Tecnológico da Perícia Criminal Federal, conta com
703 um avançado parque tecnológico que o coloca entre os mais bem equipados Institutos de
704 Perícia da América Latina." Isso é estar sucateado? "Porém não se pode dizer o mesmo
705 da maioria das unidades descentralizadas, especialmente as situadas nas delegacias de
706 Polícia Federal." E infelizmente não só as delegacias. Algumas poucas delegacias talvez
707 tenha uma estrutura mínima. Mas, por exemplo, a unidade onde eu trabalho, a
708 superintendência da Polícia Federal na Paraíba não tem, doutor Rogério, sequer
709 laboratório. Para fazer laudo definitivo de cocaína ou de maconha, tem que ir para Rio
710 Grande do Norte ou tem que ir para Pernambuco. Nós fomos os peritos criminais
711 obrigados pela Administração da Superintendência a mudar do prédio que a gente
712 trabalhava na Paraíba que tinha laboratório, a mudar mesmo com o documento do chefe
713 do CTEC dizendo que o novo prédio não tinha as estruturas necessárias para
714 funcionamento da criminalística. A mínima necessária que era um laboratório. A
715 superintendência mudou de lugar, doutor Luiz Nóbrega, mas a criminalística na Paraíba
716 sempre foi em um prédio diferente do da superintendência. E a mudança de lugar para a
717 Perícia não oferecia as condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento
718 da criminalística que era o laboratório. O nosso colega, o doutor Murga que você conhece
719 muito bem, é um competente perito, fez um documento justificando porque nós não
720 deveríamos sair do prédio em que nos encontrávamos enquanto não fosse criado um
721 novo prédio, a estrutura necessária ao atendimento da criminalística. A estrutura
722 necessária mínima. Porque o superintendente determinou. Eu estou só trazendo um
723 exemplo, isso tudo está documentado de que várias unidades nossas da Polícia Federal
724 infelizmente elas não contam com o mesmo nível de tecnologia que conta o INC.
725 Infelizmente não conta. Então é isso que está dito. Isso é a verdade. Em relação às
726 capacitações que também foi dito aqui sobre o item que fala de capacitação. O parecer
727 não diz que os peritos da Polícia Federal não são capacitados. O que foi dito é que a
728 partir do Decreto publicado, em salvo engano final de julho e início de agosto de 2011,
729 talvez o doutor Rogério não conheça esse Decreto, a Diretoria Técnico Científica não tem
730 mais autonomia para decidir em questões de capacitação, em questões de pesquisa, em
731 questões de normatização. Eu até pedi à Mesa que providenciasse esse Decreto que eu
732 de fato não tenho ele aqui. Mas a Diretoria Técnico Científica que tinha sete atribuições
733 no modelo anterior do Decreto anterior, na portaria anterior que aprova o Regimento
734 Interno da Polícia Federal, de 7 caiu apenas para duas atribuições. E as que foram
735 retiradas foi justamente a questão ligada às capacitações, à questão ligada à pesquisa e
736 a normatização. Todas essas questões hoje elas são e têm que ser submetidas de forma
737 conclusiva à direção geral. Então, a gente não pode dizer que tem autonomia em relação
738 a isso. Agora, nós temos sim capacitações na Polícia Federal, já fiz várias e agora
739 também várias vezes já fui vetado de fazer capacitação sempre por alegação de que não
740 tem recursos. Esse ano mesmo um evento tradicional da criminalística do DPF que é um
741 importante evento que debate crimes financeiros no Brasil, deixou de ser realizado
742 porque o órgão alegou não ter recursos para pagar diária e passagem dos peritos que
743 vêm de vários estados do Brasil para fazer acontecer esse evento. Em relação ao ponto
744 principal que eu acho que foi colocado pelo doutor Rogério que não há falta de
745 autonomia. É um ponto de vista talvez pessoal e cada um tem um ponto de vista pessoal
746 sobre qualquer assunto. Eu particularmente tenho vários exemplos na minha carreira que
747 não é tão longa no DPF, são nove anos, mas que nesse curto espaço de tempo eu tenho
748 vários exemplos de que eu não consegui dentro do que eu entendo ser autonomia ter
749 essa autonomia. Esse ano mesmo de 2011, eu demandei ao chefe do CTEC na Paraíba
750 para realizar uma diligência em uma prefeitura e essa diligência fazia parte da

751 metodologia e do escopo de um trabalho de um Laudo Pericial que eu estava elaborando
752 e fui informado que teria que postergar esse trabalho, porque não tinha recursos para
753 pagar a diária necessária a esse deslocamento. Todas as demandas que qualquer perito
754 quiser fazer, todas as diligências pelo menos nas superintendências, não falo na INC, falo
755 nas superintendências, todas elas têm que ser submetidas aos superintendentes que é
756 um delegado e se o superintendente disser não tem dinheiro, o laudo não sai. Se isso é
757 autonomia, quem vai julgar aqui são os Senhores. Agora, interferência no laudo de dizer
758 muda esse laudo, faça isso conforme colocado aqui, isso sim é passivo de punição, isso
759 não acontece e acho que não acontece mais nem nas polícias civis. De fato não pode
760 acontecer. Quem fizer isso está correndo um risco enorme e a Sociedade sabe disso.
761 Quando a Sociedade quer e reclama pela autonomia, ela reclama pela possibilidade
762 dessas interferências indiretas. Esse perito está fazendo um laudo e não acontece na
763 Polícia Federal, quero deixar bem claro, mas só a possibilidade é isso que a Sociedade
764 não quer. Por que? Pode perfeitamente ser distribuída uma demanda para mim e
765 posteriormente por qualquer questão, seja qual for, não gosto mais do Agadeilton porque
766 ele está incomodando no CONASP, então retira aquele laudo dele, isso é possível fazer
767 na Polícia Federal. Mas eu estou falando que isso não acontece, doutor Luiz Nóbrega.
768 Mas é possível. Eu também acho que estou numa Polícia Federal diferente. Doutor
769 Rogério também colocou que nós todos somos Policiais Federais, nós fazemos parte da
770 carreira de Policial Federal. É verdade. Embora cada um tenha feito concurso público
771 para um cargo específico. Essa lógica inclusive já me foi apresentada num debate da
772 Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais sobre a malfadada ocorrência de
773 Minas Gerais, que todos aqui conhecem, porque no nosso entender foi tão grave que
774 foi trazida aqui a esse Conselho. E isso também foi dito lá. Eu queria muito que essa
775 lógica fosse sempre respeitada. Por exemplo, na hora de escolher as adidâncias da
776 Polícia Federal, na hora de escolher as adidâncias os peritos não são Policiais Federais.
777 É o único cargo na Polícia Federal que não pode concorrer a nenhum espaço nas
778 adidâncias nem adido, nem auxiliar de adido. Isso por norma por instrução normativa do
779 DPF. E aí tem outros momentos em que nós não somos reconhecidos como Policiais
780 Federais, no momento da escolha de superintendentes, dos diretores, dos corregedores
781 gerais, dos corregedores regionais. Nesse momento nós não somos Policiais Federais e
782 eu queria que o doutor Rogério, doutor Luiz Nóbrega e doutor Marcos Leônio que são da
783 Polícia Federal dissessem um exemplo de perito que já foi adido da Polícia Federal ou
784 auxiliar de adido e de perito que já foi Corregedor Geral e Corregedor nas
785 Superintendências já foi superintendente e que já foi Diretor Geral.
786

787 Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP

788 Conselheiro, tem uma questão de ordem levantada pelo Conselheiro Marcos Leônio, se
789 o Senhor permite? Com a palavra o doutor Marcos Leônio.
790

792 Marcos Leônio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia 793 Federal

794 Conselheiro Agadeilton, a Pauta é autonomia da Perícia. Não vamos tentar estender isso
795 para questões de organização administrativa extra Perícia. Essa questão de Adidância,
796 Corregedoria, são outras questões. Eu entendo a sua colocação, mas vamos realmente
797 nos ater à discussão da autonomia pericial, por favor.
798

800 Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP

801
802 Questão de ordem o Conselheiro Almir.
803
804 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**
805
806 Eu gostaria que fosse concedido ao Conselheiro Agadeilton a mesma prerrogativa que a
807 gente deu ao nosso convidado. O mesmo tempo, que ele tenha a tranquilidade de colocar
808 as coisas como ele teve e terá aqui. Eu acho que a gente não deve estar interrompendo o
809 Agadeilton para que ele perca o raciocínio e a gente também perca esse debate na
810 qualificação. Eu acredito que a gente teve a dignidade de conceder ao convidado o tempo
811 todo que ele teve, inclusive repetiu temas que já tinha falado, mas mesmo assim a gente
812 aceitou porque faz parte da democracia. E como questão de ordem eu peço que esse
813 Conselho dê ao Agadeilton a mesma condição.
814
815 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
816
817 A Mesa acolhe e solicita aos conselheiros que em caso de questão de ordem a Mesa
818 será obrigada a conceder, mas que evitem o pedido para que possamos ter a mesma
819 simetria. O tempo será concedido da mesma forma, e a fala do Conselheiro Almir é
820 extremamente importante nesse momento. Temos que realmente respeitar
821 principalmente a fala. Caso hajam questões a serem colocadas, peço que anotem e ao
822 tempo devido expressa-las. Conselheiro Agadeilton com a palavra.
823
824 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
825 Criminais Federais**
826
827 Obrigado a intervenção dos dois Conselheiros e de fato ia ser essa a minha fala quando o
828 colega Leônio se manifestou, fiquem à vontade, não há problema Conselheiro Almir,
829 qualquer um pedir aparte, aqui é o debate. Eu vou tentar não perder o raciocínio, agora
830 Em relação ao que o Conselheiro Marcos Leônio falou, eu só estou esclarecendo o que
831 foi colocado pelo nosso convidado, como se o parecer estivesse com inverdade. Eu acho
832 que isso não pode deixar de ser esclarecido e algumas questões infelizmente envolvem o
833 debate interno da instituição Polícia Federal, e aí quero que o Conselho entenda essa
834 necessidade.
835
836 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
837
838 Conselheiro, tem condições já de projetar o texto que o Senhor pediu. A legislação que foi
839 pedida.
840
841 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
842 Criminais Federais**
843
844 O Decreto. Mas eu só queria concluir uma lógica e depois a gente volta para ver a
845 questão do Decreto. O doutor Rogério Matheus coloca muito bem quando diz que
846 qualquer instituição a segregação é sempre maléfica. Eu concordo plenamente, só que
847 não somos nós os peritos criminais federais quem patrocinou segregações dentro da
848 Polícia Federal. E o doutor Rogério deve saber da celeuma criada dentro da nossa
849 instituição há cerca de três anos quando por decisão da Direção Geral e da Academia
850 Nacional de Polícia, por exemplo, os Peritos Criminais Federais que sempre fizeram um

851 curso especial de polícia junto com colegas delegados de Polícia Federal, porque o curso
852 especial é um curso que qualifica o perito e o delegado a ser promovido à classe
853 especial. E esse curso ele trata principalmente de matérias relacionadas à gestão da
854 atividade policial e desde a longa história do DPF sempre peritos e delegados fizeram
855 esse curso juntos, na mesma turma, porque eram os cargos dentro da estrutura do órgão
856 que deveriam ser preparados nessa lógica aí, unidos para dirigirem a instituição. Só que
857 em 2007 a Administração do DPF que não é perito e da academia que não é perito
858 decidiu separar, fazer o curso de perito e delegado separado. Então, somos nós que
859 estamos patrocinando segregação? Não. Pelo contrário, a gente sempre buscou a união.
860 A gente sempre buscou a parceria, mas nós não temos o poder de se insurgir contra isso.
861 A gente até lutou, reclamou, a CPF fez um documento, reclamou, os peritos reclamaram
862 e acho até que o doutor Rogério Matheus deve ter também reclamado, mas foi decisão
863 da Administração que até hoje não foi modificada. Vai ser? Não teve nenhum curso ainda
864 juntos . Vai ter?
865

866 **Rogério Matheus Vargas – Polícia Federal**

867 Você me permite um aparte?
868

870 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
871 **Criminais Federais**

872 Claro.
873

874 **Rogério Matheus Vargas – Polícia Federal**

875 Esse caso que o doutor Agadeilton mencionou, eu vou ser breve, não quero atrapalhar o
876 raciocínio dele, da separação do curso superior, foi justamente quando eu fiz o curso
877 superior de polícia e houve uma particularidade que não vem ao caso aqui. Foi uma
878 particularidade política que fez com que houvesse isso. Não foi um ato administrativo que
879 vá se perpetuar. Nos próximos cursos certamente vão voltar a ter peritos e delegados
880 juntos, trabalhando e estudando juntos como gerir a Instituição Policial Federal. Aquele
881 caso foi um caso esporádico que não pode ser estendido como uma política da
882 Administração. Por favor, não entendam assim. Então, pegar um ponto de um infortúnio e
883 de uma mazela que tem ocorrido não pode ser estendido, isso para qualquer caso como
884 sendo uma política da Administração, OK? Obrigado. Vou passar para o doutor Nóbrega
885 só para complementar.
886

887 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

888 Por favor, eu peço que a palavra continue com o Conselheiro Agadeilton para que ele
889 encerre.
890

891 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
892 **Criminais Federais**

893 Doutor Nóbrega quer aparte também? À vontade.
894

895 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

901 Só duas colocações. Não há representantes de Perícia, nós temos hoje na Interpol
902 representante Perito Criminal Federal. E em relação ao que ele fala que a autonomia
903 funcional que hoje falta na Unidade Técnico Científica e dificulta as atividades, quero só
904 uma colocação bem simples: Na Polícia Federal existe um cargo chamado Coordenador
905 de Orçamento e Finanças. COF. Como o próprio nome está dizendo todo o orçamento da
906 Polícia Federal passa pelo COF. E o nosso há mais de quatro anos é um Perito Criminal
907 Federal. Só para deixar a título de colocação isso. O COAD também é Perito Criminal
908 Federal. Assessoria de Controle Interno é um Perito Criminal Federal. Então, toda a parte
909 orçamentária que vai ser destinada às unidades passa por Peritos Criminais Federais
910 enquanto chefe dos setores. Só essa colocação. Muitíssimo obrigado.

911
912 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
913 **Criminais Federais**

914
915 Nóbrega, a gente sabe que quem decide sobre recurso não é quem cuida do fluxo
916 financeiro. O COF quem cuida do fluxo financeiro, quem decide é o ordenador de
917 despesa. O ordenador de despesa da Unidade Central da Polícia Federal é um DELOG,
918 um Delegado.

919
920 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

921
922 Senhores, vamos continuar o debate. Conselheiro Nóbrega, por favor...

923
924 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
925 **Criminais Federais**

926
927 Faça o seguinte Conselheiro, o que eu falar aqui que você achar que está errado, você
928 tem certeza, você está sendo achólogo.

929
930 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

931
932 Por favor, Conselheiros, só um instante, por favor. Nós temos um texto a ser
933 apresentado. A proposta deste momento é uma proposta de esclarecer aos demais
934 Conselheiros com relação a essa questão pontual e a Mesa solicita aos Conselheiros que
935 realmente esse tom esclarecedor da matéria seja levado a termo.

936
937 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
938 **Criminais Federais**

939
940 Eu vou só tentar deixar claro aqui que eu não sou leigo nesse assunto, que eu também já
941 trabalhei numa unidade central, e que eu em 2009 ou 2010 fui responsável por elaborar e
942 por organizar o relatório de gestão da Polícia Federal e eu conheço todas as unidades
943 gestoras da Polícia Federal. Essa é uma matéria que não sou leigo. A DPF tem cerca de
944 34 unidades gestoras. 34. A COF é uma unidade gestora, ela é uma unidade gestora.
945 Agora ela tem um orçamento diminuto, apenas para atender necessidades da COF. Tão
946 somente da COF. Agora, a unidade gestora principal da Polícia Federal chama-se COAD
947 Coordenação de Administração. Essa COAD é subordinada ao DELOG, ao Diretor de
948 Logística da Polícia Federal que é o ordenador de despesa por delegação do Diretor
949 Geral. Na verdade o ordenador de despesa nato da Polícia Federal é o Diretor Geral. Por
950 delegação, o DLOG é o ordenador de despesa da unidade gestora que é a principal, que

951 atende toda a instituição em nível nacional. E é o COAD é o coordenador financeiro. Ele
952 assina junto com o DELOG os empenhos da Polícia Federal. O COF gerencia a
953 distribuição de recursos financeiros e as cotas orçamentárias. Ele distribui as cotas
954 orçamentárias e então essa é a lógica. E o assessor de controle interno da Polícia
955 Federal está aqui, e se eu estiver errado eu concedo a palavra a ele com a permissão da
956 Plenária para dizer se estou errado ou estou certo no que estou colocando. Então não
957 sou leigo doutor Nóbrega, no que estou falando. Como eu estava falando, segregar não é
958 bom e a gente não quer segregação, a gente quer é união. E eu nunca tive aqui, não
959 tenho essa autorização da categoria dos Peritos Federais nem da APCF para defender
960 nem na Plenária nem em qualquer documento a saída dos Peritos da polícia Federais de
961 dentro da Polícia Federal. Assim como o doutor Rogério Matheus não tem autoridade
962 nem autorização da PCF, nem dos peritos para dizer que a gente não quer sair. Eu tanto
963 não tenho que nunca disse, mas o doutor Rogério disse aqui que a gente não quer sair.
964 Esse é um debate dos Peritos Criminais Federais, esse é um debate que a PCF nunca
965 promoveu.

966
967 **Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

968 Com todo perdão, promoveu sim.

969
970 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

971 Gente, solicito mais uma vez que seja garantida a fala do expositor.

972
973 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
974 **Criminais Federais**

975 Eu estou sendo o máximo democrático, mas eu não fiquei interrompendo quando vocês
976 estavam falando, dizendo que não era verdade.

977
978 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

979 Conselheiro Humberto, por favor, permita que ele termine e peço aos nossos convidados
980 e Conselheiro Nóbrega, vamos aguardar para que o debate seja encerrado. A Mesa
981 informa aos Senhores Conselheiros que a partir deste momento nós temos quorum.
982 Logicamente que como foi colocado, esclarecendo novamente, nós vamos concluir essa
983 fase de exposição dos debates e logicamente na fase de decisão e deliberação os
984 nossos convidados não vão participar com assento na Mesa Conselheiro Humberto
985 permanece com a questão de ordem? Conselheiro Humberto com a palavra.

986
987 **Humerto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
988 **Brasil**

989 Gostaria mais uma vez o que foi levantado pelo Conselheiro Almir que houvesse respeito
990 à palavra do Conselheiro. Se for ficar esse debate que não é interessante para a gente o
991 Conselheiro fala, há uma intervenção, quebra-se o raciocínio do Conselheiro e quebra o
992 nosso de quem está assistindo. Tem que haver respeito ao Conselheiro e ser respeitada
993 a palavra dele. Pediria intervenção da Mesa para que seja feita a ordem.

994
995 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1001
1002 A Mesa acata e solicita a todos os presentes, Conselheiros, convidados, assistentes e
1003 ouvintes que realmente essa questão é de fundamental importância para que possamos
1004 dar andamento ao nosso trabalho. Questão de ordem levantada pelo Conselheiro marcos
1005 Costa. Então não é questão de ordem agora o que o Senhor está colocando. Questão de
1006 ordem Conselheiro Nóbrega. Por favor, microfone.
1007

1008 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
1009

1010 Gostaria de deixar consignado que ninguém interrompeu o Conselheiro Agadeilton. Ele
1011 fez uma indagação e esperou a resposta e vieram as três respostas, somente isso. Não
1012 há interesse em interromper o raciocínio de forma alguma. Ele indagou e eu disse sem
1013 voz no microfone: O Senhor está abrindo a palavra? E ele disse: Sim estou abrindo.
1014 Então foi respondido. Muito obrigado.
1015

1016 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1017

1018 Solicito também o Conselheiro Agadeilton que continue sua fala sem questões paralelas.
1019

1020 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
1021 Criminais Federais**

1022 OK, para ser objetivo agora como já temos o quorum vou tentar encerrar minha
1023 apresentação.
1024

1025 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
1026

1027 Por falar em quorum, aí tenho também uma questão de ordem, porque a minha questão
1028 de ordem é assim que terminar sua fala.
1029

1030 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
1031 Criminais Federais**

1032 Vou considerar que o tempo também já está correndo, mas quando houve manifestação
1033 do Conselheiro Humberto porque de fato eu fiz uma colocação e foi rebatida sem ser
1034 dada a palavra pelos colegas que estão acompanhando o Rogério Matheus. Quando eu
1035 disse que nunca deliberou sobre essa questão é deliberar, colocar em votação. Já
1036 discutiu várias vezes, fui em todos os encontros desde que estou na Polícia Federal, a
1037 todos os encontros de Peritos Criminais Federais, sem nenhuma exceção. Já falamos, já
1038 discutimos isso várias vezes em todos os encontros nossos, mas nunca de forma
1039 deliberativa como uma decisão da categoria. Então, eu não tenho essa autoridade para
1040 falar aqui e defender essa saída. Não tenho e nunca defendi e a PCF também nunca
1041 defendeu. Nós temos vários documentos que comprovam isso. O que a PCF defende,
1042 luta e quer? É que a Lei 1230 seja respeitada e a Lei estabelece autonomia funcional
1043 técnico científico. E para exercitar a autonomia funcional algumas alterações de ordem
1044 administrativa precisam ser realizadas e a PCF já colocou isso para Administração da
1045 Polícia Federal e isso foi rechaçado. E não é criar órgão dentro de outro órgão, não. Nós
1046 temos vários modelos de órgãos na Administração Pública Federal, que eles se
1047 coadunam com o que a PCF queria em relação ao cumprimento da Lei 1230. Era
1048 simplesmente que a unidade gestora que já existe, chamado DITEC que é a Diretoria
1049
1050

1051 Técnico Científica, ela tivesse um orçamento suficiente para atender as demandas da
1052 criminalística do Brasil inteiro. Que não ficasse nas CETECs e nas UTECs a depender,
1053 financeiramente falando, da vontade do superintendente, da vontade do chefe da
1054 delegacia. Era só isso. Se vocês observarem, o parecer fala, deve ser o item na
1055 conclusão, por favor, do parecer. Eu acho que é o item terceiro da conclusão.
1056 “Independente do modelo adotado, é imprescindível que seja garantida a autonomia por
1057 intermédio da estruturação da Perícia Criminal em Unidades Administrativas.” Unidades
1058 Administrativas não é órgão. “Dirigidas por peritos oficiais de carreira com dotação
1059 orçamentária própria especificada no orçamento do órgão.” Dotação orçamentária não é
1060 orçamento. Orçamento tem o DPF que é órgão. O DPF é Órgão Orçamentário. Dotação
1061 orçamentária é apenas um pedaço do orçamento que é reservado para uma unidade
1062 gestora. A gente só pede que esse pedaço no DPF seja suficiente para atender as
1063 necessidades da Perícia no Brasil inteiro. Como eu falei antes para não ficar o chefe que
1064 é o dirigente da unidade de Perícia nos estados tendo o tempo todo que pedir ao
1065 superintendente que negociar, que rogar, porque isso no meu entender e entender eu
1066 acho que dessa Plenária também, não sei, de repente alguns até não concordem, isso é
1067 carência de autonomia. Eu sempre digo que quem vive na situação que a gente vive nos
1068 estados é igual a filho adolescente, que quer morar dentro da casa do pai, quer pedir
1069 dinheiro ao pai e quer ter autonomia. Não tem. Quem depende financeiramente de
1070 alguém não tem autonomia. Então, é o que está colocado. Eu acho que a interpretação
1071 disso aí, aí eu digo sim equivocada. A gente não está pedindo, não está pleiteando e
1072 recomendando a esse plenário que vote um parecer dizendo que a Perícia da Polícia
1073 Federal saia de dentro da Polícia Federal. Eu não tenho essa liberdade para pleitear isso
1074 aqui. A discussão no grupo também não orientou nesse sentido, embora essa posição
1075 seja muito clara em relação aos colegas das Perícias dos estados. Eles têm essa posição
1076 muito clara. Mas o parecer não é da APCF, como já falei, não é da ABC e não é dos
1077 peritos. É o parecer de um grupo desse Conselho. Então, o último ponto colocado, a
1078 necessidade de se apartar por conta da particularidade da Polícia Federal, também não é
1079 uma necessidade que esse Conselho deva se curvar a ela. Até porque da forma como foi
1080 colocado e como foi tratado no parecer, as divergências ou as particularidades já foram
1081 conciliadas. Tanto é que no item segundo da conclusão é dito: “A forma como essa
1082 autonomia será efetivada é questão de natureza administrativa e de cada Unidade da
1083 Federação e da União, dentro dos limites constitucionais vigentes podendo ser efetivada
1084 no âmbito das polícias judiciárias ou fora delas, sendo que mantido o entendimento atual
1085 no Supremo Tribunal Federal a constituição de órgãos e Perícias fora das polícias
1086 judiciárias os desqualificam como instituição policial, a não ser que haja sua expressa
1087 inclusão através de emenda constitucional do rol das instituições definidas no artigo 144
1088 da Constituição Federal.” Então, tudo o que envolve do ponto de vista legal essa questão
1089 foi colocado aí nesse item segundo. Primeiro. Pode dentro de uma instituição policial
1090 você ter uma unidade de Perícia que tenha autonomia administrativa e que tenha dotação
1091 orçamentária própria? Pode. E trago aqui se quiserem vários modelos. Vou citar apenas
1092 um. A inteligência da Receita Federal. A inteligência da Receita Federal é uma unidade
1093 dentro da receita que tem dotação orçamentária própria e tem autonomia. O Secretário
1094 Geral da Receita Federal ele não pode interferir no trabalho da unidade de inteligência da
1095 receita. Tem vários outros exemplos, mas estou trazendo apenas um. Então, isso é
1096 possível, é factível administrativamente. E é isso que a gente defende, porque é isso que
1097 a categoria até o momento tem pleiteado para a Perícia da Polícia Federal. Então, doutor
1098 Rogério e meus colegas peritos que aqui estão representando a Administração, o parecer
1099 não recomenda, conforme vocês entenderam, que a Perícia da Polícia Federal saia de
1100 dentro da Polícia Federal. Não traz essa recomendação. Se houver algum item do

1101 parecer que leve a essa interpretação, vocês aqui coloquem. Digam que a gente vai ler e
1102 vai interpretar. Então, eu agradeço a atenção de todos. Perdão à veemência em alguns
1103 pontos, mas é algo que eu sempre digo. O perito é adestrado para ser compromissado
1104 com a verdade. E quando aquilo que ele diz é questionado, está sendo questionado o
1105 que ele tem de mais precioso, que é o compromisso com a verdade. Muito obrigado.
1106 (palmas).

1107
1108 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1109
1110 Conselheiros, estão inscritos para a fala o Conselheiro Leônio, Conselheiro Marcos
1111 Costa, Conselheiro Nóbrega, Conselheiro Humberto. Questão de ordem do Conselheiro
1112 Marcos Costa.

1113
1114 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1115
1116 É porque a Mesa manteve aquele entendimento de que nós já estamos debatendo e que
1117 levará à votação, não é isso?

1118
1119 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1120
1121 Bom, a Mesa entende que esse é um momento de esclarecimento dos Senhores
1122 Conselheiros. A Mesa solicitou inclusive no início que o convidado permanecesse na
1123 Plenária caso houvesse alguma pergunta dos Conselheiros direcionada aos convidados.
1124 Encerrada essa fase, caso não haja essa necessidade ou interesse dos Conselheiros
1125 logicamente dessa fase de deliberação o nosso convidado não participará, caso haja
1126 algum Conselheiro que não se sinta em condições de votar, nós vamos abrir o debate
1127 novamente.

1128
1129 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1130
1131 Certo, então vamos ter o debate e já passar para deliberação.

1132
1133 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1134
1135 E só posicionando, esse ponto específico é interessante que a gente faça uma ressalva,
1136 ele já vem há quantas reuniões, Conselheiro Agadeilton? Desde a quinta reunião. Na
1137 última reunião, infelizmente em razão da falta de quorum, nós não concluímos o debate
1138 naquela reunião. Inclusive quando foi solicitado no início dessa sessão a apresentação
1139 pelo Conselheiro Agadeilton, ele mesmo diz que já havia sido apresentado e que não
1140 haverá necessidade de nova apresentação. Foi isso que aconteceu.

1141
1142 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1143
1144 Certo, então minha questão de ordem é basicamente essa e nada em relação a outros
1145 convidados, mas o Regimento é muito claro quando diz do uso da palavra. Manifestação
1146 é o uso da palavra ordinariamente realizada pelos Conselheiros. Exposição é a
1147 apresentação realizada por Conselheiro ou convidado. Então o convidado só expõe.
1148 Possui direito a voz. É o artigo 39 do Regimento. "Os convidados do CONASP em
1149 momento específico e sobre a matéria para o qual o convite havia sido formulado.
1150 Parágrafo primeiro. O Presidente poderá por iniciativa própria ou do Conselho priorizar

1151 participação de convidados com direito a voz em momento específico sobre temas de sua
1152 área de atuação.” Então a minha questão de ordem basicamente é a seguinte: Acho que
1153 tem que fechar a exposição do convidado e o contraponto que foi feito, agradecer a
1154 participação do convidado e fechar essa parte. Fechou essa parte, a gente abre o debate,
1155 porque o debate é feito só entre os Conselheiros. Não se debate com pessoas estranhas.
1156 Aí vamos pegar o exemplo do Supremo Tribunal Federal, ele é aberto democraticamente
1157 e faz Audiência Pública, mas jamais um relator vai debater uma Audiência Pública. Ele é
1158 informado e recebe as manifestações mais diversas dos interessados para sua reflexão.
1159 Mas o debate é feito entre os Ministros. Então a gente não pode abrir a exceção de
1160 debater com convidados externos dentro do processo de formação da vontade da
1161 Plenária. Esse é um outro momento. Então fechamos agora a exposição do convidado, o
1162 contraponto que foi feito, se alguém quiser tirar alguma dúvida nessa fase de exposição
1163 do convidado a gente faz ainda agora, mas isso não é o debate que levará a uma
1164 deliberação. Aí abre-se o debate, Agadeilton faz uma nova apresentação simples, rápida,
1165 pontua a proposta, e aí a gente começa a debater para valer.
1166

1167 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1168 Conselheiro, o Senhor fez um encaminhamento. Com relação ao encaminhamento que o
1169 Senhor fez, com todo respeito da simetria que o Senhor colocou, mas eu acho que ela
1170 não cabe.
1171

1172 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1173 Agnaldo, só uma coisa. Questão de ordem é para decidir pela Plenária. Agora vamos
1174 discutir essa questão de ordem.
1175

1176 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1177 O Senhor está confundindo as coisas. Uma coisa é discussão da Plenária e outra coisa é
1178 a colocação da Mesa diante de uma posição que foi estabelecida. Então, por favor, o
1179 Senhor me aguarde e me ouça. Na qualidade de Presidente que eu estou dizendo isso.
1180 Vamos organizar a situação. Houve uma orientação quando o Senhor não estava
1181 presente, foi levado para o plenário essa questão, o plenário decidiu que o convidado
1182 participaria dessa discussão. Ao final da exposição foi colocado a plenária novamente de
1183 acordo com o artigo que permite ao Presidente e à Plenária colocarem questões pontuais
1184 a discussão. Foi feita ressalva por parte da presidência, no sentido de que o convidado
1185 participaria, porque poderia haver a possibilidade de algum esclarecimento. Salvo os
1186 Senhores peritos que fazem parte do Conselho, nós outros como o Senhor também
1187 somos leigos na matéria. Então havia a possibilidade que alguns dos Senhores
1188 Conselheiros tivessem alguma necessidade de esclarecimento. O debate é antes de tudo
1189 uma oportunidade para que nós possamos conhecer melhor o tema. Não é uma fase
1190 propícia de decisão. Ao contrário do que o Senhor colocou, lá na simetria do Supremo
1191 não é essa a lógica regimental do Supremo que nós possuímos aqui no Regimento. No
1192 Supremo todos são em tese, salvo em caso também de esclarecimento pelo perito e que
1193 o perito nesse caso participe inclusive de esclarecimentos pelos Ministros do Supremo, lá
1194 também o perito participa do debate. Os Ministros quando há alguma indagação podem
1195 se dirigir ao perito. Então, não há aqui entre nós a possibilidade dessa simetria. Eu
1196 gostaria só de frisar uma questão que não é a lógica da participação pontual do nosso
1197 convidado nesse momento de estabelecer o debate ou a vinculação do voto, como foi
1198
1199

1201 muito bem colocado e inclusive acolhido pelo Conselheiro palestrante. A única questão
1202 que a Mesa colocou, foi no sentido de caso houvesse algum esclarecimento feito ao
1203 nosso convidado, que os Conselheiros tivessem essa oportunidade, nada além disso.
1204 Então estaremos abrindo agora. Caso não haja interesse de nenhuma pergunta para o
1205 nosso convidado, ele simplesmente vai se retirar como inclusive já foi pactuado com ele,
1206 não há problema nenhum com relação a isso. Nós temos aqui três inscritos, o
1207 Conselheiro Almir pede questão de ordem. Por favor.
1208

1209 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

1210
1211 Presidente, eu acho que como foi iniciado a reunião e houve consenso da sua parte e a
1212 sensatez imperou no início para a gente não perder tempo, porque não tinha quorum e se
1213 tem quorum, esse assunto que foi colocado para poder preencher esse tempo e agilizar
1214 as coisas por ordem já com quorum a gente vote a Pauta. Encerremos esse assunto que
1215 foi a oportunidade rica de ter aqui um convidado trazendo mais informações para a gente,
1216 mas que a gente encerre esse assunto e comece a Pauta que o quorum já permite.
1217

1218 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1219
1220 Certo, nós temos aqui três inscritos. Posso terminar? O Senhor está confundindo as
1221 coisas, Conselheiro. Nós temos três inscritos e vou solicitar aos três inscritos que
1222 aguardem para a fala em razão de que nós temos o quorum acolhendo o
1223 encaminhamento do Conselheiro Almir.
1224

1225 **Almir Laureano dos Santos – Rede Desarma Brasil**

1226
1227 Presidente, não foi essa colocação. A colocação é que a gente encerre. Se for o caso dê
1228 as três falas, mas a gente encerre e comece com o quorum e já com a Pauta.
1229

1230 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1231
1232 Conselheiros, então com o esclarecimento do Conselheiro Almir, os Conselheiros
1233 inscritos então mantém a sua inscrição?
1234

1235 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1236
1237 Aí tem minha questão de ordem. Minha questão de ordem não foi votada. Eu coloquei a
1238 questão de ordem e a Mesa tem que encaminhar para a Plenária. A minha questão de
1239 ordem foi muito clara, é encerrar a exposição, agradecer a participação do convidado
1240 como devemos agradecer todos os convidados. Fechou essa parte e aí vamos começar o
1241 item da Pauta.
1242

1243 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1244
1245 Conselheiro nós temos duas questões de ordem postas. A primeira questão de ordem
1246 nós vamos encerrar agora e não há possibilidade das falas que foi colocada pelo
1247 Conselheiro Marcos Costa.
1248

1249 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

1250

- 1251 Pode até ter as falas.
1252
1253 Eu acho que nós estamos falando a mesma coisa.
1254
1255 **Marcos Leônio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia**
1256 **Federal**
1257
1258 A gente faz o seguinte. Eu acredito que todos que se inscreveram deixam para fazer isso
1259 na oportunidade do debate é tranquilo.
1260
1261 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1262
1263 Isso. Todos concordam? Alguém tem alguma coisa a perguntar ao nosso convidado?
1264 Nenhuma? Eu gostaria de agradecer ao nosso convidado. O Senhor tem? Conselheiro
1265 Tião. Questão de ordem do Conselheiro Tião.
1266
1267 **Sebastião Santos – Viva Rio**
1268
1269 Só aproveitar aqui a presença dos convidados, nós ouvimos longamente aqui as duas
1270 posições, me parece que eu ainda estou com muitas dúvidas. A primeira é: Há alguma
1271 posição contrária dos convidados com relação a que o CONASP emita o parecer sobre o
1272 tema? Dois. Essa posição é pontual? E se é pontual, quais são os pontos que a gente
1273 deve discutir? Porque me parece que há divergências e há convergências. Primeiro, se
1274 há posição contrária a que o CONASP emita o parecer, isso é uma posição; e se há
1275 posição contrária, quais são os pontos efetivos que a gente deve debater aqui. Não
1276 vamos entrar em questões administrativas das corporações, nada disso. Quais são
1277 pontos específicos que a gente tem que discutir aqui.
1278
1279 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1280
1281 Conselheiros só para realmente alinharmos, vamos acolher a questão levantada e
1282 garantiremos a fala dos que estão inscritos, e terminada a fala dos que estão inscritos
1283 nós vamos encerrar e retornar à aprovação da Pauta e da Ata. O nosso convidado por
1284 favor com a palavra. Microfone para o convidado para responder a questão colocada pelo
1285 Conselheiro Tião.
1286
1287 **Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**
1288
1289 Mais uma vez obrigado pela oportunidade. Só para encerrar não vou me estender,
1290 obrigado ao Conselheiro Tião. O que levou a Administração da Polícia Federal me trazer
1291 aqui como convidado para questionar esse parecer, é que da maneira como está escrito
1292 pode gerar uma dúvida e uma interpretação que leve alguém numa esfera superior a
1293 imaginar que a Perícia da Polícia Federal deseja deixar a instituição Polícia Federal.
1294 Então, por isso é que logo no começo eu sugeri que isso fosse tratado de forma apartada,
1295 mas o doutor Agadeilton disse que não seria possível e etc. Mas acho que carece, ao
1296 contrário do que acontece com ABC que já acompanho há mais de uma década o
1297 trabalho da ABC, não existe um consenso ainda dentro da Polícia Federal a esse
1298 respeito. Por dados pessoais que eu tenho, muito pelo contrário. Essa idéia nos é
1299 totalmente avessa. Então antes que seja, já que existe a possibilidade de alguma leitura
1300 aqui, como não só eu, como o próprio Diretor Geral, como o doutor Nóbrega e outros

1301 colegas que aqui estão e outros que não puderam vir por seus trabalhos, como houve
1302 essas questões de dubiedade, onde se fala em autonomia administrativa que pode ser
1303 interpretada como independência administrativa e a questão da autonomia funcional que
1304 pode alguém interpretar como independência funcional, e aí sim, alguém sugerir a criação
1305 de um novo órgão, ou que não seria, como eu já disse algumas vezes reiteradas aqui
1306 interessantes para a gente, eu acho que esse parecer não pode ser aprovado da maneira
1307 como está redigido pelo menos. A não ser que estejam bem claras, bem clarificadas e
1308 definidas essas questões que diferenciam na minha percepção e de tantos outros colegas
1309 que participam da Administração da Instituição Polícia Federal, como também da minha
1310 categoria independente ou não de ser associado, isso não pode levar dúvidas, porque o
1311 nosso cliente é a Sociedade e isso pode criar no final um prejuízo irreparável. Isso que
1312 me preocupa, é isso que preocupa a Direção Geral da Polícia Federal, todos os Diretores
1313 da Polícia Federal e os colegas que aqui estão. Só essa a questão que eu vim trazer
1314 aqui. Então é a dubiedade a algumas questões pontuais como o Conselheiro Agadeilton
1315 colocou da questão da experiência da Paraíba que tem outras coisas por detrás. Isso é
1316 uma discussão interna da Polícia Federal, totalmente factível de se resolver com simples
1317 conversas. Então, eu acho que não vem ao caso ficar pontuando aqui, senão vou ter de
1318 rebater cada uma das falas dele. Então, a questão justamente é só essa, encerrando. A
1319 questão que eu vim colocar aqui, é que o parecer da forma como nos foi apresentado
1320 leva dubiedade contra anseios de uma categoria que pode prejudicar uma das melhores
1321 instituições policiais do mundo, eu diria, da América Latina com certeza e uma quiçá do
1322 mundo. É só isso, agradeço ao Tião pela oportunidade de poder me manifestar mais uma
1323 vez. Agradeço a Mesa pela oportunidade e a todos os meus amigos e colegas
1324 Conselheiros. Agradeço de público a Direção Geral da Polícia Federal pelo convite, ao
1325 apoio dos meus amigos e muitíssimo obrigado novamente. Vou me retirar da Mesa, mas
1326 não sei se é permitido eu continuar assistindo. É permitido? Agradeço então. Muitíssimo
1327 obrigado, Senhores. (palmas).

1328
1329 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1330

1331 Nós gostaríamos de em nome da presidência do Conselho Nacional de Segurança
1332 Pública agradecer ao doutor Rogério Matheus Vargas e aos colegas da Polícia Federal
1333 por participarem conosco dessa manhã e por participarem dessa discussão que
1334 sobretudo ela busca esclarecer. A Mesa também agradece ao Conselheiro Agadeilton
1335 pela gentileza e fineza com que encarou a presença de uma pessoa que tem opinião
1336 diferente da sua, mas com certeza, democraticamente acolheu essa discussão e dela
1337 participou de uma forma extremamente cortês e gentil. Então, agradecimentos a essa
1338 postura do Conselheiro. Conforme encaminhamento tomado, os inscritos estão ficam com
1339 as inscrições suspensas que estão registradas e eu passo a palavra à nossa Secretária-
1340 Executiva para que façam a leitura da programação geral que temos para essa reunião.
1341 Por favor, Suelen.

1342
1343 **Suelen da Silva Sales - Secretária-Executiva do CONASP**
1344

1345 Bom dia a todos e todas. Temos hoje pelo período da manhã aprovação da Ata da 12^a. e
1346 13^a. Reunião Ordinária. A Ata da 12^a. Reunião acabamos por não aprová-la, porque teve
1347 uma questão do Conselheiro Marcos Dias e nós acabamos não aprovando. Autonomia da
1348 Perícia que é essa discussão nossa que já iniciou e uma recomendação para o Instituto
1349 de Identificação da Bahia que será apresentado pela Conselheira Simone. No período da
1350 tarde abertura da reunião às 14 horas. Fim da pena restritiva de liberdade. Apresentação

1351 da Câmara Técnica de Instituições Policiais e o Conselheiro Heder; apresentação das
1352 Câmaras Técnicas. Todas as Câmaras Técnicas que tiverem moções, recomendações
1353 serão apresentados encaminhamentos, falar sobre o trabalho que tem sido feito também
1354 será hoje no período da tarde. Amanhã pela manhã abertura às 8 horas da manhã, eu
1355 peço for possível todos estarem aqui às 8 mesmo para a gente conseguir iniciar para
1356 ninguém perder o vôo e acabar o quorum, como tem acontecido nas últimas reuniões. Se
1357 não chover. Homofobia no Brasil, apresentação da ABGLT, o nosso Conselheiro Márcio
1358 Marins e a Pauta da Conferência, a Câmara Técnica de Mobilização ficará para amanhã
1359 porque é uma Pauta mais extensa sobre a Conferência que seria discutida na nossa
1360 Reunião Extraordinária que acabou não acontecendo por força maior. No período da
1361 tarde, abertura da reunião provavelmente nós retomaremos com essa Pauta e informes
1362 gerais. Nós temos três itens que foram solicitados pelos Conselheiros que entrassem
1363 como informe que são pequenos pontos. Então, quem tiver mais questões também é
1364 amanhã nessa parte dos informes gerais no período da tarde.
1365

1366 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1367 Com relação à Pauta, Conselheira Cynthia, por favor, com a palavra.
1368

1370 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

1371 Só para justificar o problema especialmente meu de atraso de duas horas pela manhã,
1372 mas na medida em que a convocação por motivos óbvios da reunião é muito em cima da
1373 hora, os problemas com hotel estão complicadíssimos. Então deu-se a isso e acredito
1374 que é a dificuldade de muitos dos Conselheiros.
1375

1376 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1377 Muito bem lembrado pela Conselheira Cynthia, no caso eu já havia pontuado à Mesa e
1378 em razão dessa questão que nós também levamos em conta do início dessa reunião,
1379 fazendo aquela ressalva de que na verdade nós anunciamos com 30 minutos conforme
1380 prevê o Regimento que não tinha começado ainda em razão da ausência de quorum,
1381 ressaltando que essa ausência se devia a esses fatos. Brasília vive agora um momento
1382 específico e singular de conferências de outros grandes eventos que passam pela cidade,
1383 e além de tudo o problema da chuva que realmente ocorreu. Então foi feita essa ressalva
1384 e inclusive eu peço a aqueles Conselheiros que ainda não assinaram a lista de presença
1385 que o façam. Secretaria-Executiva verifique e busque a assinatura, porque realmente
1386 hoje foi um dia anômalo. Com relação à Pauta o Conselheiro João Francisco gostaria de
1387 fazer uso da palavra? Perdão, Eliana, por favor.
1388

1389 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

1390 Só para confirmar se a Pauta da Conferência vai ser no horário da manhã, amanhã de
1391 manhã?
1392

1393 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1394 Amanhã no período da manhã é a apresentação da homofobia que o Conselheiro Márcio
1395 vai fazer, ele disse que não toma muito tempo, não é Márcio? E também a gente até já

1400 conversou com ele, dependendo de como for o período da tarde da apresentação das
1401 câmaras técnicas ele até fazer hoje mesmo.

1402
1403
1404 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
1405

1406 É, porque a gente ia ter uma extraordinária para discutir essa questão da Conferência e
1407 não teve.

1408
1409 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1410

1411 Nós temos apenas quatro Câmaras Técnicas que tem coisas para apresentar e uma
1412 delas é mobilização. Então, nós temos três Câmaras Técnicas para apresentar no
1413 período da tarde. Então, provavelmente as Câmaras Técnicas, instituições policiais que é
1414 sobre a reformulação que foi feita, a Câmara Técnica de Sistema Prisional e Acesso à
1415 Justiça; Combate à Discriminação e Câmara Técnica de Mobilização.

1416
1417 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
1418

1419 A gente não poderia à tarde começar pela Câmara Técnica de Mobilização?

1420
1421 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1422

1423 Olha só Eliana, o que eu acho que a gente poderia tentar fazer e o Márcio também, é de
1424 repente tentarmos fazer homofobia hoje ainda e na parte da manhã toda a gente fica com
1425 a Conferência e se encaixar mais alguma coisa. O que vocês acham? À tarde não dá
1426 porque sempre tem alguém que sai e é complicado. O duro de começar eu acho que o
1427 tema da Conferência é um tema grande e ele vai perpassar por vários assuntos. A minha
1428 preocupação é a gente começar ele hoje, não concluir e leva amanhã e pega a manhã
1429 toda também. Conselheiro Tião.

1430
1431 **Sebastião Santos – Viva Rio**
1432

1433 Olha, o meu receio é o seguinte. Como esse tema é um tema que talvez seja o mais
1434 importante, que a gente priorize então hoje à tarde para conseguir vencer todas as
1435 questões e amanhã então as outras câmaras se apresentam.

1436
1437 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1438

1439 Então, a proposta do Tião é o seguinte Márcio, você que é o interessado.

1440
1441 **Sebastião Santos – Viva Rio**
1442

1443 Só para justificar, é bem provável, eu sou um deles amanhã não vou estar aqui. Então
1444 que a gente perca o quorum em função de que algumas pessoas tem que sair. Então se
1445 esse tema de fato é o mais importante que a gente faça hoje na parte da tarde.

1446
1447 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1448

1449 Certo, desde que haja o compromisso que a gente tem que esgotar o tema hoje para não
1450 prejudicar outras Pautas.

1451

1452 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
1453 **Transexuais**

1454

1455 Não em detrimento de Pauta nenhuma, a homofobia no Brasil foi sugerida em João
1456 Pessoa e a gente foi deixando por conta de outras Pautas.

1457

1458 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1459

1460 Eliana, é possível esgotar hoje? Então, que nós todos assumamos o compromisso de que
1461 a nossa Pauta da tarde de hoje é somente Conferência. Com um detalhe, às dezoito
1462 horas nós encerramos esse tema. Então, nós vamos nos organizar e peço à Câmara
1463 Técnica que se organize para que inclusive com tempo e depois a gente pode acertar
1464 Eliana, tempo de apresentação de debates para que às 18 horas encerre o assunto e
1465 amanhã na na primeira hora da manhã de amanhã a homofobia no Brasil. Amanhã é o
1466 dia todo e terminando a homofobia as Câmaras Técnicas.

1467

1468 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

1469

1470 Eu queria pedir para determinar o horário do almoço e retorno para a gente começar e
1471 realmente esgotar às 18 horas.

1472

1473 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1474

1475 Meio-dia e 14 horas todo mundo aqui. Infelizmente nós temos um problema no Brasil que
1476 nós prejudicamos os pontuais. Então quem chega na hora tem que chegar meia hora
1477 antes porque as pessoas não chegam na hora. Então 14 horas a gente dá início, e eu
1478 solicito a todos a gentileza que façamos o seguinte. Com quorum ou sem quorum 14
1479 horas nós vamos começar a apresentação. Porque não tem deliberação. Se todos
1480 concordarem, até porque nós temos compromisso. Então esses ficam para o final e às 14
1481 horas a gente inicia a apresentação e com o quorum, se todos concordarem, porque a
1482 gente não fica refém de quem tem algum problema, inclusive do Presidente. Se tiver
1483 problema toca o Márcio, o Heder. Então ficamos à tarde só com a Conferência.
1484 Conselheiro Benedito com a palavra e Conselheiro João Francisco. Conselheiro
1485 Benedito.

1486

1487 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
1488 **Municipais de Segurança Pública**

1489

1490 Bom, só para entender a proposta da companheira Eliana, hoje à tarde nós vamos ler a
1491 proposta preliminar, é esse texto. Porque se é esse texto, a questão é que essa Reunião
1492 Ordinária nossa vai deliberar sobre os eixos temáticos? Porque se for deliberar sobre
1493 eixos temáticos tem que ter quorum, porque senão não tem sentido fazer debate sem
1494 quorum.

1495

1496 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1497

1498 Essa é a garantia que estamos trazendo para o dia de hoje, porque hoje as pessoas não
1499 tem problema. Nós estamos projetando na tela a proposta de Pauta. Algum dos Senhores
1500 tem posição contrária à aquela proposta? Todos concordamos com aquela proposta?
1501

1502 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
1503 Estaduais**

1504
1505 Só uma questão de ordem. Dia 14 de dezembro pode retirar a proposta de informe da
1506 PEC 102? Vai ficar fora da Pauta.
1507

1508 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1509

1510 Sim. Então os Senhores Conselheiros que concordam permaneçam como estão. Pauta
1511 aprovada. Eu gostaria de solicitar aos Senhores com relação à aprovação da Ata da
1512 última reunião. Os Senhores Conselheiros que por acaso tenham, aliás, antes de tudo,
1513 uma primeira pergunta. Há alguma ressalva a ser feita com relação à Ata? Algum dos
1514 Conselheiros tem ressalva? Conselheiro João Francisco. Vou te inscrever de forma nata
1515 aqui já.
1516

1517 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**
1518

1519 Na verdade, eu só queria fazer uma correção. Foi na minha última fala quando eu falei
1520 que a Secretaria-Geral da Presidência da República ela participa, nós temos 34
1521 conselhos, em torno de 34 Conselhos Nacionais e quase todos a Secretaria-Geral
1522 participa. Eu gostaria de fazer essa retificação. É lá na minha última fala.
1523

1524 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1525

1526 Eu gostaria até para a gente ganhar tempo em razão de que agora já estamos meio
1527 prejudicados. Essas ressalvas que sejam feitas diretamente na secretaria para que a
1528 gente até ganhe tempo. Senhores e Senhoras, mais alguém tem ressalva com relação à
1529 Ata da última reunião? Com essa ressalva do Conselheiro João Francisco podemos
1530 considerar aprovada a Ata da última reunião? Os Conselheiros que concordam, por favor,
1531 continuem como estão. Aprovada a Ata da última reunião. Nossa próxima Pauta, Suelen.
1532 Voltamos então à votação da Perícia. Correção bem feita do Conselheiro Heder. São
1533 duas Atas. Ata da 12^a. e Ata da 13^a. Última e penúltima reunião. Algum dos Senhores tem
1534 ressalva com relação às Atas.
1535

1536 **Flávia – Secretaria-Executiva**
1537

1538 Coronel, foi uma alteração feita pelo Conselheiro Marcos Dias que nós inserimos na Ata.
1539

1540 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1541

1542 Flávia, todo mundo tem conhecimento. Algum dos Senhores Conselheiros tem ressalva
1543 com relação as Atas dessas duas reuniões? Então se os Senhores Conselheiros
1544 concordam com a aprovação da Ata da 12^a. e da 13^a. reuniões, por favor, permaneçam
1545 como estão. Atas aprovadas. Eu gostaria de abrir agora então a palavra aos Senhores
1546 Conselheiros que estão inscritos e pela ordem das nossas inscrições, Conselheiro
1547 Leônio. Três minutos é um tempo razoável para o debate? Inscritos. Essa e a

1548 apresentação da autonomia da Perícia. Inscritos: Leôncio, Celito, Nóbrega e Humberto.
1549 Ainda inscritos os Conselheiros: João Francisco, Conselheiro Marcos Costa e
1550 Conselheiro Almir. Com a palavra o Conselheiro Leôncio. E o Conselheiro Heder também
1551 inscrito.

1552

1553 **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia**
1554 **Federal**

1555

1556 Para descontrair um pouco aqui o clima, até me lembrando no início da manhã
1557 conversando com o colega Geovani Perito da Polícia Federal.

1558

1559 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1560

1561 Conselheiro, se me permite uma questão de ordem, eu gostaria de solicitar a autorização
1562 da Plenária para que o Conselheiro Márcio assuma a presidência enquanto eu faço uma
1563 ligação rápida. Ok?

1564

1565 **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia**
1566 **Federal**

1567

1568 OK. E ele dizia o seguinte que essa questão de autonomia da Perícia ou não tem a ver
1569 com essa história. Era um executivo que estava sendo substituído e uma determinada
1570 pessoa chegou para substituí-lo e ele disse: Olha, na gaveta está solução de todos os
1571 seus problemas. Três envelopes e quando tiver um problema você abra o primeiro
1572 envelope, segundo e terceiro. Quando teve a primeira crise abriu o primeiro envelope que
1573 dizia: Descentralize as ações. Ele fez e foi aplaudido. E depois houve nova crise ele abriu
1574 o segundo envelope que dizia: Centralize as ações. E foi aplaudido. E veio a terceira crise
1575 e ele abriu o terceiro envelope em que estava escrito o seguinte: Escreva três envelopes
1576 e passe para o seu sucessor. A questão de autonomia da Perícia é mais ou menos isso,
1577 gente. Quem assistiu aquele programa do fantástico falando da situação da Perícia, vai
1578 verificar o quê? O que aquela reportagem retratou? Unidades periciais que saíram dos
1579 órgãos de segurança que estão enfrentando problemas estruturais e órgãos periciais que
1580 estão dentro dos órgãos de segurança que estão tendo uma boa gestão. O que os
1581 colegas da Polícia Federal vieram aqui hoje é demonstrar a necessidade de nós
1582 separarmos particularidades e que tem muito mais a ver com questões de gestão do que
1583 propriamente se a autonomia vai ou não resolver. A Lei 12030 quando ela foi discutida no
1584 Congresso Nacional, dois Órgãos Periciais se manifestaram contra a redação dela. Quais
1585 foram? A Polícia Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal. Se hoje for posta em
1586 assembléia em votação tanto na Associação dos Peritos Criminais Federais, como na
1587 Associação dos Peritos do Distrito Federal, provavelmente eles irão optar pela
1588 manutenção dos Órgãos Periciais dentro da instituição Polícia Federal, o que não quer
1589 dizer que vai corresponder a outras realidades. O parecer feito pelo Agadeilton é muito
1590 bom, ele faz um retrato das várias realidades, mas peca quando lá no final dá uma
1591 solução uniforme para realidades tão distintas. É isso que a gente quer que fique bem
1592 claro aqui. Esse embate aqui mostra bem uma coisa. Nós temos que separar o tema
1593 autonomia da Perícia do tema Gestão da Polícia Federal. Quando se fala em
1594 superintendente, corregedor, adido, coordenador de orçamento e finanças, isso aí é a
1595 gestão do órgão todo e nós queremos discutir a Perícia, autonomia da Perícia. Ela
1596 funciona, não funciona, isso que é o nosso tema aqui em debate. Vocês puderam
1597 perceber que aqui esteve delegados e peritos. Eles ocupam esses cargos, mas eles são

1598 Administração. Eles têm a visão da Administração. Aqui o Leônio é um delegado. O
1599 delegado Leônio está como visão de trabalhador e o colega perito como colega de
1600 trabalho. O fato de alguém ocupar um cargo de comissão na Administração e ser
1601 delegado ou perito, não quer dizer que ele vai defender, ele tem a visão de gestor. Por
1602 isso que nós estamos aqui Sociedade Civil, Trabalhadores e Gestores. Alguns dos
1603 problemas que o Agadeilton colocou aqui, por exemplo, de falta de recursos, não é um
1604 problema da Perícia. Todo mundo sabe que o orçamento desse ano sofreu brutal
1605 contingenciamento. E o dinheiro que faltou para o curso de capacitação que ele falou do
1606 evento aqui não foi só da Perícia. Faltou para outros eventos de outros setores da Polícia
1607 Federal. Às vezes o dinheiro que o superintendente falou para ele que não vai dar para
1608 fazer isso, porque faltou dinheiro é porque dinheiro não dá em árvore. E o
1609 superintendente não só disse não para os setores periciais como disse não para outros
1610 setores. E então são problemas estruturais de todo o órgão. E acho curioso na
1611 contradição que a gente nesse debate que fala na autonomia da Perícia. Qual a
1612 contradição? A mão pesada da presidência e da mão pesada da Secretaria de Direitos
1613 Humanos e Ministério da Justiça que vai fazer a Polícia Federal reconhecer a autonomia.
1614 Que autonomia é essa? Autonomia de um órgão que se preze resolve em casa. Todos
1615 nós lá, a Polícia Federal tem que aprender a resolver esses problemas em casa. Quando
1616 surgiu essa discussão da autonomia da Perícia? Surgiu como problema localizado na
1617 Superintendência de Minas Gerais, porque um bendito superintendente resolveu botar os
1618 peritos para determinadas atividades e essa situação gerou a discussão da autonomia da
1619 Polícia Federal. O DITEC veio aqui e disse que a questão ia ser resolvida e foi. O
1620 superintendente não está mais lá, os atos que geravam essa confusão já não existem
1621 mais, a situação foi pacificada. E então um órgão que se presa e quer defender a
1622 autonomia, ele não precisa da Presidência da República, não precisa do Ministro da
1623 Justiça, ele não precisa da Secretaria de Direitos Humanos para resolver suas questões
1624 internas. Esse é um órgão verdadeiramente autônomo. Quando ele precisar disso daí,
1625 não existe mais se falar em autonomia. O Decreto presidencial que o Agadeilton falou
1626 aqui que modificou a estrutura é um Decreto da mão pesada da Presidente. O que o
1627 Diretor da Polícia Federal pode fazer? É exatamente isso que a gente quer. A gente quer
1628 que cada vez mais a Polícia Federal, a Perícia, a Corregedoria, e todas as unidades
1629 resolvam suas questões internas entre si. Não precisa de mão pesada de quem quer que
1630 seja para dizer o que a Polícia Federal quer. O nosso compromisso tem que ser com a
1631 Sociedade. É isso.

1632
1633 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1634
1635 Com a palavra Conselheiro Celito.

1636
1637 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

1638 Infelizmente apesar de longo tempo que a gente está aqui. Mas eu começaria dizendo
1639 que eu acho que o relatório do grupo foi muito feliz no que colocou. Li, reli, corrigi, fiz
1640 alguns senões, acho que ainda tem alguns senões, mas isso é opinião minha. Eu acho
1641 que o que tem que prevalecer é aquilo do grupo. E hoje infelizmente o que a gente viu
1642 debate aqui foi da Perícia na Polícia Federal. Essa questão da autonomia da Perícia
1643 começou em 1987 no Congresso Nacional de Criminalística em São Paulo. Exatamente
1644 porque todos os fatos que ocorreram durante o período de exceção a Perícia foi muitas
1645 vezes mandada fazer Perícia. A mando de quem queria a Perícia. E por isso toda a luta
1646 pela autonomia da Perícia. Então, lá começou, a gente não foi feliz na Constituição de 88

1648 e já na luta que se seguiu nas constituições estaduais entre oito estados já consta lá na
1649 autonomia da Perícia. Essa questão da autonomia até hoje existe um grande dilema. Não
1650 vou dizer o dilema de nós profissionais da Perícia. O dilema da Sociedade, o que é
1651 melhor para a justiça, o que é melhor para a Sociedade? É uma Perícia atrelada ou
1652 dentro de uma Instituição Policial ou uma Perícia fora dessa instituição. Eu só estou
1653 perguntando e não estou afirmando que é melhor nesse lado ou naquele lado. Eu
1654 também ainda tenho dúvida, apesar dos mais de 20 anos que venho debatendo. Também
1655 não tenho certeza, tá? E para qualquer lado que você for vai ter problemas. Aonde você
1656 ficar ou sair vai ter problemas. Agora, a realidade dos 26 estados, do Distrito Federal,
1657 não, mas dos 26 estados a realidade da Perícia é totalmente diversa da realidade da
1658 Perícia na Polícia Federal. Então esse era sempre o debate que fazíamos. Nós
1659 queríamos até aquela autonomia que a Polícia Federal tinha dentro da Polícia Federal
1660 que nós nos estados não tínhamos. Nós éramos todas as instituições de Perícia geridos
1661 por delegados de Polícia. Infelizmente em quatro estados nós somos geridos por pessoas
1662 alheias ao quadro da Perícia, e acho que não tem o bom senso e cuidado de gerir a
1663 Perícia. Então é essa a autonomia que nós buscamos e que se luta. O que é melhor para
1664 a Sociedade brasileira? Ouvindo vários órgãos, as manifestações que houveram é que a
1665 Perícia fosse fora da polícia. É claro que para qualquer lado que vá, vai ter problemas. Os
1666 estados, os dezoito estados que têm autonomia tem dificuldades? Tem sérias
1667 dificuldades. Mas muita coisa para a maioria desses estados melhorou e muito. Isso foi
1668 uma realidade. E eu não vi em nenhum estado que a Perícia tenha ficado dentro da
1669 instituição Polícia Civil que a situação tenha melhorado. Essa também é uma outra
1670 realidade. E a gente tem conhecimento disso, porque andamos por esse Brasil afora
1671 nesse período todo. Então essa é uma outra realidade que a gente tem. Então aqui
1672 continua o dilema. Ficamos dentro do artigo 144 Segurança Pública ou vamos para os
1673 135 capítulos das funções essenciais da justiça? Tem manifestações de juristas de
1674 renome que defendem dentro da função essencial de justiça. E isso começou exatamente
1675 porque houve um parecer emanado dentro do Senado Federal, estudo número 30, que
1676 diz que a função da Perícia deveria ser dentro do capítulo das funções essenciais da
1677 justiça. Onde será melhor? Eu pergunto: Onde será melhor para a Sociedade Brasileira?
1678 E cabe a nós responder. Muito obrigado.

1679
1680 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1681 Muito obrigado, Conselheiro. Com a palavra o Conselheiro Nóbrega. Questão de ordem
1682 com o Conselheiro Agadeilton, por favor.

1683
1684 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
1685 Criminais Federais**

1686 Eu queria só saber da Mesa se eu preciso pedir a palavra para falar sobre o tema ou se
1687 todos os Conselheiros vão se manifestar e ao final poderei dar os esclarecimentos e fazer
1688 as ponderações?

1689
1690 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1691 Sim, no final o Senhor fala como expositor e aí o Senhor aproveita até os debates. Com a
1692 palavra o Conselheiro Nóbrega, por favor.

1693
1694 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

1698
1699 Conselheiros, queria primeiramente esclarecer uma questão e depois me voltar ao
1700 parecer. Realmente já houve essa discussão com relação à função essencial da justiça,
1701 assim como existe a discussão se a polícia judiciária como um todo deveria ter essa
1702 discussão de função essencial da justiça. Essa não é uma discussão propriamente e
1703 unicamente da Perícia. Há outras funções de estado sobre a polícia judiciária em que se
1704 defende também com parecer de grandes juristas, porque a atividade fim dela gera um
1705 produto que vai para o poder judiciário. E há uma confusão muito grande com relação a
1706 isso, porque nós temos a figura do perito no processo civil e temos a figura do perito no
1707 processo penal. O perito no processo civil, ele auxilia o juiz, ele é utilizado naquele
1708 processo de falências, insolvências. Então ali o perito é nomeado pelo juiz, ele não é um
1709 servidor público, via de regra. Ele recebe honorários por essa nomeação e atua com uma
1710 função auxiliar da justiça. No contexto do processo criminal atual que nós temos hoje o
1711 perito para nós é um servidor policial, assim como eu sou e assim como o agente de
1712 polícia é. É mais um servidor dentro da estrutura da polícia. Tanto é que ele atua no local
1713 de crime juntamente com a autoridade pericial de crime e coleta vestígios, e então ele é
1714 um agente policial também responsável por uma prova. É uma prova importantíssima que
1715 é a prova pericial. Então tem que separar a função do que é a função essencial da justiça
1716 por natureza no processo civil do que é do processo penal. E também a discussão que
1717 não é exclusiva da Perícia, se o órgão é de justiça ou se deveria estar dentro do contexto
1718 de Segurança Pública. Agora eu queria só voltar com relação ao parecer. Estou um
1719 pouco preocupado, porque o parecer não fala isso. O parecer tem situações
1720 contundentes que foi abordado pelo perito doutor Matheus, que vai ter um reflexo
1721 negativo na nossa instituição categórica. Eu queria abordar ponto a ponto. O parecer não
1722 quer conduzir. Ele conduz a algumas conclusões e eu queria voltar à literalidade do
1723 parecer, para que a gente não perca o âmbito de discussão. Autonomia é um conceito
1724 muito vago e há diversos graus e espécies de autonomias. Autonomia orçamentária
1725 propriamente dita, se é o que se objetiva dentro do órgão e fora do órgão. Por exemplo,
1726 o Ministério Público tem mais que um comando constitucional. Os demais órgãos
1727 vinculados ao Poder Executivo estão subordinados ao orçamento geral que é votado ano
1728 a ano no Congresso Nacional. Então, essa figura de autonomia de você enviar um
1729 Projeto de Lei está previsto, por exemplo, na Carta Magna você ia discutir orçamento em
1730 apartado, está previsto. Agora os órgãos do poder executivo estão vinculados ao
1731 Orçamento Geral da União que ano a ano é votado no Congresso Nacional. Para você ter
1732 essa autonomia ampla, e se isso é o ponto nevrálgico da discussão da autonomia da
1733 Perícia, teria que ser por um mandamento constitucional específico. Só queria voltar ao
1734 parecer para não pertermos a discussão rapidamente ponto a ponto. Quando o parecer
1735 fala especificamente na parte de Perícia Criminal Federal. "Não se pode dizer o mesmo
1736 da maioria das unidades descentralizadas, especialmente as situadas nas delegacias de
1737 Polícia Federal." Porque essa situação? Nós temos um processo de interiorização de
1738 Perícia, nós temos uma descentralização do nosso orçamento e esse processo é par e
1739 passo, é lógico que a unidade central tem o melhor parque. Porque a unidade central, ela
1740 não só atua na casuística de primeiro grau. Quando as unidades de ponta não têm o
1741 recurso ou aquele equipamento específico, ela atua como espécie de via recursal. As
1742 unidades enviam, porque não tem sentido você ter um determinado equipamento de
1743 milhões de reais em cada delegacia da Polícia Federal no Brasil, você tem aquele
1744 equipamento mais caro centralizado em Brasília, e as unidades enviam aqui para a ANC
1745 que tem um parque fantástico e produz o Laudo Pericial. Ou então nós enviamos o perito
1746 e ele vem para cá juntamente para produzir a prova pericial. É uma abordagem que deve
1747 ser dita que se aborda no parecer e que isso influi na eficiência do Laudo Pericial. Todo

1748 trabalho de descentralização é um trabalho par e passo ao longo do tempo. Você não vai
1749 imaginar que a delegacia Policial do Iapoque e com todo respeito a ela, que eu já
1750 trabalhei lá, vai ter a mesma estrutura pericial que o Instituto de Criminalística aqui de
1751 Brasília. Esse é um processo que é construído par e passo com a evolução do tempo.
1752 Outra questão que fiquei muito preocupado com o parecer é que ele faz uma comparação
1753 quantitativa e peço à colega para projetar.
1754

1755 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1756
1757 Eu até sugiro se o Senhor e o Conselheiro Agadeilton concordarem que ao final o
1758 Conselheiro Agadeilton inclusive está inscrito como um dos que vão fazer a fala; e ao
1759 final o Senhor e o Conselheiro Agadeilton façam a fala final se o Senhor concordar. Então
1760 todos se inscrevam e vamos obedecer o tempo.
1761

1762 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

1763
1764 Eu me inscrevo de novo, só queria concluir esse ponto e termino. O impacto do parecer
1765 na redação, ela diz que há uma dificuldade na contratação de novos profissionais. Tem
1766 um aspecto legal e tem um aspecto falho. O aspecto falho está projetado na tela. O
1767 aspecto legal é que nós não temos a figura do gatilho em concursos públicos. Não é uma
1768 figura que nós temos que existe em leis orgânicas, como as Forças Armadas têm, e na
1769 medida em que há vacância de um cargo abre-se concurso público para esse cargo.
1770 Então esse aspecto de ordem legal não diz respeito à autonomia, se diz respeito à
1771 autonomia do órgão e não necessariamente à Perícia. E nessa projeção é um dado oficial
1772 produzido por um grupo de trabalho de portaria de um Diretor Geral e você vê a evolução
1773 de 1985 até o ano de 2011 da quantidade de laudos e a quantidade de peritos e a relação
1774 de laudos e peritos. E, então, se há dificuldade com relação ao quantitativo de
1775 contratação dos servidores, e vocês podem olhar que em 1985 a produtividade anual e a
1776 necessidade de se fazer era de 84 laudos de peritos por produção. E em 2010 não dá
1777 para considerar 2011 que não está fechado e seria um dado em equívoco. Em 2010 essa
1778 necessidade hoje é de 50 laudos por perito. Então houve realmente um incremento da
1779 carga pericial, mas também houve um incremento da quantidade de peritos que
1780 ingressaram no órgão. Hoje um perito proporcionalmente, claro que não vou entrar no
1781 grau de complexidade, mas ele tem uma carga similar ou talvez 30% ou 40% inferior ao
1782 que era em 1985. Então, o órgão tem tido preocupação em contratar novos peritos
1783 criminais.
1784

1785 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1786
1787 Conselheiro, o Senhor está inscrito novamente para que a gente não prejudique os
1788 demais Conselheiros. Senhores Conselheiros, nós temos aqui 12 Conselheiros inscritos.
1789 Eu sugiro, a Mesa encaminha no sentido que a gente encerre as inscrições, se todos
1790 concordarem. A Plenária concorda?
1791

1792 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

1793
1794 Se a gente for contemplado com o tempo, porque eu quero ter o direito de se não der
1795 tempo de me reinscrever.
1796

1797 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1798
1799 É a Mesa logicamente tem que velar pelo respeito ao tempo, mas não está sendo radical
1800 com relação a isso. Eu só peço aos Conselheiros que infelizmente nós vamos ter que
1801 fazer isso que façam sua fala se possível dentro dos três minutos, e no máximo que haja
1802 uma tolerância, mas que não seja tão grande sob pena de termos que interromper como
1803 fizemos com o Conselheiro Nóbrega, até para que todos possam ter a fala garantida.
1804
1805 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
1806
1807 Eu gostaria, porque os que já nos antecederam tiveram a oportunidade de se reinscrever.
1808 Se o meu tempo não for possível...
1809
1810 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1811
1812 Não, Conselheiro, nós temos 12 inscritos, se nós encerrarmos a inscrição ninguém mais
1813 pode se inscrever.
1814
1815 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
1816
1817 Então queria colocar que aqueles que já falaram não tivessem direito à sua reinscrição.
1818 Porque senão vamos estar tratando os iguais de formas desiguais. Então eu já me
1819 reinscrevo pela segunda vez.
1820
1821 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
1822
1823 13 inscritos. Alguém mais gostaria de se reinscrever? Conselheiros, por mais que a
1824 discussão seja pontual pelo o que eu vejo, mas nós temos que imaginar que o Conselho
1825 tem duas questões que não podemos nos afastar delas. Em que pese a defesa
1826 institucional que é respeitada, inclusive as posições de cada um, mas nós temos que ver
1827 que aqui é um Conselho Nacional de Segurança Pública e solicito que as questões
1828 pontuais e corporativas sejam guardadas e colocadas dentro do Regimento. Em que pese
1829 o mérito no qual a Mesa não se vincula, mas nós temos que imaginar que o Conselho
1830 tem que funcionar. Então os direitos que estamos tentando resguardar aqui é o direito de
1831 participação democrática de todos e direito a acesso à fala de todos. Já são 11h40 e
1832 então questões maiores diferentes dessas, elas vão ser acolhidas pela Mesa nesse
1833 momento. Então nós encerramos as inscrições até em respeito aos demais Conselheiros
1834 que não fazem parte específica dessa discussão, porque senão a cada tema ao interesse
1835 de cada um, nós teremos que fazer isso também. Não fizemos isso com nenhuma
1836 discussão aqui até hoje. Foi respeitada a ordem das inscrições, a plenária decidiu que
1837 encerrou-se a inscrição e ninguém mais se inscreve. Então eu solicito que todos sejam
1838 concisos e objetivos nas suas falas, e que respeitemos o tempo, e inclusive o tema
1839 também. Conselheiro pela ordem, questão de ordem o Conselheiro João Batista.
1840
1841 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários
1842 Federais**
1843
1844 É o seguinte. Há três minutos pelo tempo e depois considerações e votações e o excesso
1845 que sempre passa, nós vamos chegar aí a uma hora da tarde. Com todo respeito eu acho
1846 que deveria botar o tempo para dois minutos.
1847

1848 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1849

1850 Eu solicito, o Conselheiro João Batista fez essa ponderação e com a fala que a
1851 presidência fez um tempo atrás. Logicamente que a defesa é interessante, pontual e
1852 todos têm que se expressar, mas gentilmente peço que quem se sentiu contemplado com
1853 alguma fala que abra mão da fala. Eu acho que não é demérito para ninguém fazer isso.
1854 Então o Conselheiro Humberto está inscrito como o 13^a. inscrito. Podemos encerrar as
1855 inscrições. Então a partir de agora busquemos respeitar o tempo. Principalmente porque
1856 aqui é um colegiado que nós temos que respeitar e também sermos respeitados. Em que
1857 pese a defesa do tema, que eu creio que é pontual para algumas instituições e
1858 corporações, mas o Conselho tem que ser maior que isso e outras pessoas que também
1859 participam desse ambiente. Vamos respeitar a todos. Com a palavra o Conselheiro
1860 Humberto, por favor.

1861

1862 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
1863 **Brasil**

1864

1865 Companheiro Presidente e Conselheiros, primeiro não vou entrar aqui, porque a
1866 discussão não é da Perícia Federal. Não temos dois brasis. Então a discussão é da
1867 Perícia como um todo. Mas não poderia de não deixar aqui minha preocupação com todo
1868 respeito aos colegas peritos criminais que estão presentes, mas há um lobby feito pela
1869 administração. Me estranha porque não está aqui a autoridade maior da Perícia da
1870 Polícia Federal que seria o Diretor do DITEC. Então, não ter que recorrer a um colega em
1871 Salvador para vir aqui fazer essa defesa. Então fica a minha preocupação nesse lobby de
1872 não vir a autoridade maior da Perícia e da própria INC, e sim buscar outro colega em
1873 outro estado, tendo aqui em Brasília o DITEC, a pessoa maior, o gestor maior. Falo aqui
1874 como gestor, já fui também dirigente de entidade. E agora vou falar num todo. Nós
1875 conhecemos todas as unidades de Perícia do Brasil. Todas. Sem exceção, fui Presidente
1876 da Entidade Nacional por duas gestões e nós sabemos que são realidades totalmente
1877 diferentes da Perícia federal das Perícias dos estados. E, dizer que a autonomia não é
1878 boa para a Perícia dos estados é não conhecer a realidade das Perícias dos estados.
1879 Obviamente como o Celito bem colocou, alguns estados tem deficiência, óbvio que tem.
1880 Mas os estados onde a Perícia está dentro do aparelho policial, dentro da Polícia Civil e
1881 está avançado, é graças ao advento da criação da SENASP, quando os institutos hoje
1882 são bem aparelhados ou mais ou menos aparelhado, graças à SENASP que fazia
1883 aquisições diretas e encaminhava para os estados. Por isso que hoje nós temos estados,
1884 graças a Deus. O fantástico mostrou só o lado mau, o lado ruim. Realmente temos aquilo
1885 mas temos vários estados a Perícia muito bem. Mas graças, repito, não ao esforço. E não
1886 digo que seja porque o delegado não quer, porque quando chega recursos para a
1887 Segurança Pública, obviamente onde a Sociedade enxerga mais viatura, colete,
1888 armamento, o que não deixa de ser importante, importantíssimo. Mas não há visão, olhar
1889 para a Perícia. Então, os estados que sempre defendi enquanto Presidente da
1890 Associação Brasileira de Criminalística e continuo hoje como gestor, graças à Secretaria
1891 Nacional de Segurança Pública. E então, a gente não pode esquecer essa realidade. Se
1892 você pegar São Paulo, se você pegar Rio Grande do Sul, Mato Grosso, você vai ver que
1893 são estados autônomos e estão muito bem, obrigado. Santa Catarina. Se você for
1894 analisar os estados em que a Perícia está dentro da Polícia Civil, é uma lástima. E
1895 quando é graças ao apoio total da Secretaria de Segurança Pública. Uma outra fala é a
1896 questão de autonomia que não é mais uma questão nossa. A CONSEG onde a
1897 Sociedade Civil organizada, trabalhadores e gestores nós fomos o segundo mais votado,

1898 perdemos apenas por um voto que foi dos agentes penitenciários que nem pertence à
1899 Secretaria Nacional de Segurança Pública. Só mostrar que então foi a primeira dentro da
1900 Secretaria Nacional de Segurança Pública que a Sociedade gestora e trabalhadores
1901 entendem como ser importante à autonomia dos Órgãos Periciais. Eu retorno depois.
1902 Muito obrigado.

1903

1904 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1905

1906 Conselheiro João Francisco.

1907

1908 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

1909

1910 Vou ser breve, aqui nesses três minutos, anotei muita coisa. Já elogiei o Agadeilton pela
1911 exposição anterior e o parecer nos traz importantes e relevantes temas, relacionado à
1912 Perícia e um pouco do retrato da Perícia no Brasil. Mas o que não podemos deixar de
1913 esclarecer é a consolidação e importância e a responsabilidade deste Conselho quanto a
1914 qualquer deliberação e restrição das polícias em todo o Brasil. Existe um questionamento
1915 aqui que foi feito sobre a Polícia Federal e então eu não me sinto à vontade. Eu gostaria
1916 de colher informações formais. Por exemplo, foi discutido aqui entre o Agadeilton e o
1917 observador, o convidado, a respeito se a associação ou não foi contra. Pediríamos
1918 informações sobre a associação por meio de assembléia e até mesmo uma necessidade
1919 de Audiência Pública que este Conselho pode realizar para esclarecer mais sobre a
1920 matéria. Outra situação que eu acho importante é a questão da oitiva, por exemplo, do
1921 Conselheiro Marcos que é membro do Ministério Público que é o titular, se há essa falta
1922 de autonomia pericial ou não, para quem é que serve basicamente a Perícia? Para o juiz
1923 e para o Ministério Público, basicamente. Para a Sociedade. Estou falando assim, que o
1924 titular da ação penal é um Ministério Público. O Ministério Público que faz diligência do
1925 inquérito e o juiz que vai utilizar dessa prova pericial para ajudar na efetividade dessa
1926 justiça. E então assim, o Ministério Público também está sentindo falta que essa Perícia
1927 não está sendo autônoma e o judiciário também está sentindo falta que a Perícia não
1928 está sendo autônoma? Então, eu estou sentindo falta desses dados. Outra definição é
1929 que nós temos o seguinte. Qual é o conceito que este Conselho quer determinar sobre
1930 autonomia? Autonomia diferencia de independência. Então, conforme o parecer este
1931 Conselho vai deliberar também, além da autonomia técnica e funcional que já está na Lei,
1932 ele vai deliberar sobre autonomia organizacional e financeira. O PNDH 13 e a Lei não traz
1933 sobre a questão da autonomia financeira e nem organizacional. Essa matéria eu estudei
1934 sobre isso para me aprofundar. Essa matéria foi rechaçada tanto no Congresso na
1935 Câmara dos Deputados e no Senado Federal conforme eu trouxe aqui as votações do
1936 que foi a discussão lá, já que a matéria é bastante delicada. Vimos também que no
1937 parecer há uma complexidade muito grande das polícias estaduais, e aí é o que já foi
1938 pontuado aqui, lá no Amapá ou no Sergipe com 10 ou 15 peritos. Este Conselho vai dizer
1939 se vão ser autônomos organizacionais financeiramente. Mas como é que isso? Vai ser e
1940 se nós não estaríamos criando outro problema após a liberação nossa. Por fim, tivemos
1941 aqui o Secretário-Executivo do Pará. Ele falou aqui que há autonomia, por exemplo, no
1942 Pará e também, por exemplo, autonomia aqui no Distrito Federal. Se fosse isso, seríamos
1943 ouvidos novamente para saber quais os prós e contras dessa autonomia desses estados
1944 que já têm essa forma de autonomia organizacional. E já falei aqui com a Simone que
1945 não houve emissão aos papiloscopistas, o parecer não traz isso. Os papiloscopistas
1946 fazem o seguinte da autonomia também que a Lei não trouxe e ficou uma discussão para
1947 votar depois no Congresso Nacional, mas até hoje não foi. E cabe a este Conselho

1948 deliberar sobre os papiloscopistas. E não falou sobre a identificação criminal e a outra
1949 questão que sugere o parecer é a questão da Corregedoria. No âmbito Federal nós
1950 temos hoje um órgão central e a tendência a ter um órgão central e ter órgãos seccionais
1951 e setoriais. E aí teria necessidade de se ter uma corregedoria própria para a Perícia, já
1952 que nós temos um órgão central e órgãos seccionais e setoriais? E, por fim, este
1953 Conselho deliberaria sobre a sugestão de uma PEC para alterar o 144 da Constituição
1954 Federal acrescentando a Perícia, retirando a Perícia da Polícia Federal e da Polícia Civil.
1955 E, por fim, a minha sugestão seria então um encaminhamento. Me desculpem, mas não
1956 estou me sentindo confortável como o parecer está escrito, até porque existem alguns
1957 pontos e adjetivismos no parecer, mas minha sugestão seria uma aprovação por este
1958 Conselho em confirmar a autonomia financeira da Perícia nos termos da Lei, sugerindo
1959 maior integração e cooperação entre todos os entes da polícia judiciária, um
1960 aperfeiçoamento e melhorias efetivas do aparelhamento pericial e a criação de
1961 instrumentos que viabilizem a autonomia nos termos da Lei.
1962

1963 Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP

1964
1965 Solicito ao Conselheiro, por favor, que procure a Mesa e insira sua proposta no texto do
1966 parecer até para que os Conselheiros possam visualizá-la posteriormente.
1967

1968 João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República

1969
1970 É isso que eu digo que eu não me sinto confortável para acolher o parecer em sua
1971 totalidade, já que seria um outro tipo, já que existem pontuais que eu fiz aqui e existem
1972 adjetivismos no parecer e todos esses pontos divergentes. Eu não me sinto confortável
1973 para deliberar.
1974

1975 Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP

1976
1977 Mas o Senhor não encaminhou o parecer? O texto que o Senhor citou o Senhor está
1978 encaminhando para não votação?
1979

1980 João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República

1981
1982 Eu acabei de falar agora que seria uma nova proposta de parecer reconhecendo...
1983

1984 Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP

1985
1986 Só para a gente organizar. O Senhor citou o texto. Esse texto é sua proposta ou o Senhor
1987 quer uma nova discussão?
1988

1989 João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República

1990
1991 Não, eu poderia...
1992

1993 Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP

1994
1995 Por favor, coloca lá e digita para a Mesa, por favor. Com a palavra o Conselheiro Marcos
1996 Costa.
1997

- 1998 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
- 1999
- 2000 Bom, esse é um daqueles temas controvertidos que pairam sobre o conselho desde a
2001 sua reinstalação a partir já CONSEG. Já conversei com Agadeilton e com outros
2002 Conselheiros que quando nós aprovamos um parecer, o parecer deixa de ser do GT,
2003 deixa de ser de quem foi o relator no GT e passa a ser um parecer do CONASP. E
2004 Quando é um parecer do CONASP, as palavras e as expressões importam. Então uma
2005 estratégia de trazer um parecer muito longo, ele sempre vai potencializar a discussão. E
2006 estrategicamente pode até dificultar o objetivo final que o parecer tem. Se pegássemos só
2007 as conclusões do parecer, ali já teríamos um grande debate, certo? Daí que eu conversei
2008 com Agadeilton, conversei com outros Conselheiros e falo publicamente o seguinte: O
2009 parecer está muito extenso. Então assim, a parte inicial do parecer a gente precisa cortar.
2010 Expressões relacionadas a Deputados, aquele levantamento sobre as polícias estaduais,
2011 cada coisa que se está escrevendo ali você está dizendo: O CONASP viu isso e concorda
2012 com o que está aqui. Isso é muito arriscado para a gente. Não desconsiderando o
2013 trabalho do GT. Daí que desde logo eu vou pontuar para o momento do debate o
2014 seguinte: Página um. Quando fala o deputado Antônio Biscaia. Página dois fala do
2015 Antônio Biscaia, página dois a fala do Arlindo. Também acho que aquela parte tem que
2016 ser riscada. Item 8. "Certamente inspirado pelo espírito natalino." A gente não pode usar
2017 uma expressão dessa e dizer que o CONASP está dizendo uma coisa dessas. Desculpe
2018 Agadeilton, mas não pode. Página quatro. "Alguém menos atento à realidade." Item nove,
2019 dez, item 12. Todos esses itens, por exemplo. Ives Gandra Martins. Sem falar que aí você
2020 fala dos peritos que tem que ser reconhecidos, mas aí fala negativamente das outras
2021 carreiras. Não precisa a gente falar disso. A gente tem que valorizar todas as carreiras.
2022 Estamos todos unidos aqui. Temos as nossas divergências com a Polícia Federal e vai
2023 ter divergências com outras coisas. O fato é o seguinte. Não há necessidade de uma
2024 transcrição dessa natureza para o objetivo maior do parecer.
- 2025
- 2026 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
- 2027 **Criminais Federais**
- 2028
- 2029 Eu acho que é bem-vinda toda e qualquer contribuição, mas algumas afirmações que o
2030 Conselheiro está fazendo, eu acho que não está dentro do parecer. Falar negativamente
2031 de categoria nenhuma, isso não está dentro do parecer.
- 2032
- 2033 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
- 2034
- 2035 Deixa eu só transcrever o que o Ives Gandra fala. "Das três categorias aqui mencionadas
2036 Ministério Público, Polícia Civil e Peritos Criminais é a única função que não se alicerça
2037 na suspeita e na acusação, mas na imparcialidade e aferição das provas." Como se as
2038 outras não fossem imparciais. Um delegado ele tem o compromisso com a verdade tanto
2039 quanto o perito, Ministério Público e tanto quanto juiz. Isso é percebido, isso aqui é
2040 indiretamente você está dizendo: As outras não são imparciais. Independentemente da
2041 questão doutrinária sobre a questão da imparcialidade, o fato é o seguinte: Todas essas
2042 carreiras do sistema judicial criminal estão comprometidas. Às vezes o Ministério Público
2043 tem a razão, às vezes a defesa tem razão, às vezes a defensoria pública tem razão, o juiz
2044 errou, o Supremo Tribunal Federal erra. Mas no fundo todos são órgãos comprometidos.
2045 Então, esses itens quando for para a votação, se for mantida a extensão disso aqui vou
2046 pontuar cada um desses itens. Quando eu acho para atingir assim era algo mais enxuto,
2047 porque a conclusão é o que importa. A conclusão está muito bem. Ali é um ponto. Então

2048 se a gente enxugar esse parecer vai facilitar a discussão e o debate nosso, porque senão
2049 vou estar discutindo contigo esse trecho de Ivis Gandra, que ele nem está se lembrando
2050 dessa questão aqui. Não faz sentido a gente estar perdendo esse tempo, porque nós que
2051 estamos convergindo na conclusão. Eu estou divergindo em relação a algumas
2052 afirmações que são assessoras e não vão me fazer falta nenhuma. Só para pontuar,
2053 deixo já antecipado uma série de itens do parecer que pela sua extensão eu irei pontuar
2054 se forem mantidas essas coisas. Mas eu acho que deveria ser mais reduzido.

2055
2056 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2057

2058 Conselheiro o Senhor poderia encaminhar à Mesa, porque ela faz da ordem de
2059 discussão. Com a palavra o Conselheiro Almir.
2060

2061 **Almir Laureano dos Santos – Rede Desarma Brasil**
2062

2063 Nós participamos desde o início do GT. E, queremos dizer que com a riqueza que o
2064 trabalho foi construído nós aprendemos, porque nós somos leigos nesse assunto, e
2065 Desde que iniciou o debate que a gente começa a ver realidades desconhecidas e a
2066 gente tenta pelo aprendizado se aprofundar. O que cabe aqui, primeiro parabenizar
2067 Agadeilton pelo trabalho, pelo esforço, e aí eu sou testemunha de quantas vezes ele
2068 colocou no e-mail para que a gente pudesse contribuir, inclusive com os contrários e
2069 contraditórios, e ele fez o trabalho dentro daquilo que foi possível nesse Conselho
2070 subsidiá-lo. E dizer que sou com a Perícia estadual com relação principalmente ao meu
2071 estado mais de 30 anos que a gente se vê refém de situações, e por isso a gente prima
2072 por essa autonomia, principalmente não independência, mas autonomia. O que me pego
2073 agora é que também eu sou subsidiado por colegas delegados. Tem muitos delegados
2074 que são amigos e me subsidiam com informações. Nós ficamos num meio tentando
2075 encontrar o caminho do meio, o caminho mais sensato. Pelo o que eu vi pela
2076 apresentação de hoje, o nosso convidado foi enfático que ele não é contra o parecer. Ele
2077 é contra as dubiedades que ele considera. O nosso Matheus. Que inclusive o meu filho
2078 também é Matheus. Mas aí no caso as dubiedades foram sendo sanadas pelo o que
2079 percebi nas questões mais prementes, daquelas que Agadeilton disse que não estava
2080 com a intenção e nem estava no relatório sair da Polícia Federal. Ora, se não está claro,
2081 vamos colocar isso claro. Acho que a idéia é essa. Se Agadeilton está dizendo com
2082 clareza que está, então vamos colocar claro. E que a gente realmente tire essas
2083 dubiedades, sane essas dubiedades façamos como o Marco diz, faz um documento
2084 enxuto dessas informações. E eu concordo com o parecer sanado às dubiedades, porque
2085 as dubiedades não foram contraditórias. Precisam apenas ser mais esclarecidas e o
2086 Agadeilton esclareceu todas elas que não eram contra. Então, a nossa posição, eu
2087 peguei com o nosso gurú Everardo Aguiar que eu fui me confessar a ele como eu ia
2088 tomar a posição. O meu voto é partilhado com o dele, mas eu compartilho com essa
2089 idéia. Eu também sou a favor da idéia de que a Polícia Federal seja um órgão só e que
2090 seja competente. Porque pelo o que está dizendo é o seguinte. Existe um provérbio que
2091 diz que em time que se ganha não se mexe, melhora. Então, se a Polícia Federal está
2092 ganhando com o esforço concentrado, com os talentos que tem, eu acho que a gente não
2093 deve mudar, deve melhorar. E é isso que eu acho que Agadeilton está fazendo com isso
2094 e foi proposta também dos delegados. Então nossa posição é que a Polícia Federal
2095 contemple e fique com a sua Perícia, a Perícia Criminal dentro dessa autonomia. O que
2096 eu também concordo é que se não tiver um dinheirinho para viajar essa autonomia é
2097 meio brincadeira, mas tudo bem.

2098
2099 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2100

2101 Pela ordem dos inscritos Conselheira Cynthia, Conselheiro Silvio, Conselheiro Agadeilton,
2102 Conselheiro Nóbrega e Conselheiro Humberto. Conselheira Cynthia com a palavra.
2103

2104 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**
2105

2106 Vou iniciar dizendo que acho que o Almir apontou. O CONASP tem que ter opinião e
2107 opinião fundamentada em princípios, questões e princípios. A questão da Perícia é uma
2108 questão muito complexa a longa data e que ninguém dá bola, porque não há interesse
2109 para que se mexa nisso. Ela não funciona nos estados porque há uma evidência de
2110 sucateamento, não há interesse nisso, nós temos nos estados verdadeiros enterradores
2111 gerais da república, porque as pessoas são enterradas, queimadas de cigarro, violadas,
2112 vítimas de tortura, e inclusive, os nossos peritos e delegados e etc, fazem vista grossa
2113 para isso. Isso além da falta de provas para que se persiga um processo criminal da
2114 forma que tem que ser feito. Quando não funciona em virtude do sucateamento, quando
2115 funciona também não está livre das ingerências indiretas que tem sim fundo ideológico
2116 para que se favoreça um ou outro elemento no estado ou âmbito federal que não quer se
2117 ver submetido ao crivo do judiciário, ao crivo da Sociedade com elementos probatórios,
2118 efetivamente probatórios que só podem ser colhidos a partir da Perícia Criminal. E a
2119 questão é um questão de Direitos Humanos. A Secretaria de Direitos Humanos
2120 efetivamente tem que se pronunciar sobre isso, e se pronuncia porque há violação de
2121 Direitos Humanos que não é segredo para ninguém nesse país. Se não houvesse
2122 violação de Direitos Humanos no âmbito do processo criminal e da prova técnica,
2123 especialmente na condução do inquérito policial mais especialmente ainda, é claro que
2124 não precisaria se pronunciar, porque não chamaria a atenção. Poderia se preocupar com
2125 outras coisas. Não é um problema de gestão puramente de gestão. É um problema
2126 político. E a questão do orçamento destinado à Perícia também não é um problema de
2127 falta de dinheiro, porque falta para tudo. É um problema de opção política. É um problema
2128 no fim da linha de como se combate a tortura, impunidade e a criminalização,
2129 especialmente das populações criminalizadas neste país. É sob essa ótica que a gente
2130 tem que enxergar a coisa. A forma como ela vai ser feita de fato eu acho que não é uma
2131 preocupação do CONASP nesse momento, mas sim que ela tem que ser feita. Nós temos
2132 que nos preocupar com as questões de princípio. Autonomia, independência, dotação
2133 orçamentária e total condição de cumprir seu papel, porque a gente não tem Perícia
2134 adequada neste país. Em que pese raras exceções que muitas delas é na Polícia Federal
2135 que é um outro país, um outro mundo no aspecto criminal. Só com relação ao parecer eu
2136 acho que temos que ter opinião, eu acho que toda a parte feita pelo Agadeilton foi muito
2137 bem feita e tem que ser feita como justificativa, porque sem ela a gente não aprofundaria
2138 essa questão, mas acho que a questão da conclusão é muito bem colocada e tenho toda
2139 simpatia com parecer retirado dali, as questões de âmbito interno da Polícia Federal e
2140 assimilar no parecer a Perícia Criminal de uma forma global, geral, focando o princípio da
2141 autonomia, dotação orçamentária e independência da Perícia. Desculpa, só ressalvar.
2142 Temos que tirar um parecer daqui, senão a gente fica se reunindo para sempre e
2143 barrigando as coisas para não ter opinião e não botar o dedo em feridas que estão lá fora
2144 acontecendo e a gente não tem a coragem de enfrentar aqui dentro.
2145

2146 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2147

2148 Com risco de ser tachado aqui de corporativismo goiano, mas fazendo uma correção, a
2149 Conselheira Simone está inscrita. Inscritos Conselheiros Sílvio, Agadeilton, Nóbrega e
2150 Humberto.

2151

2152 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

2153

2154 Simone, estou representando aqui os papiloscopistas. E é muito bom falar depois da
2155 Cynthia, porque ela tem um olhar tão diferente às vezes dos técnicos, e dizer que foi uma
2156 pena Agadeilton, acho que no momento que acabou a discussão ficou muito centrada nas
2157 questões administrativas da Polícia Federal. Então eu pediria para que a gente
2158 desconsiderasse essas questões administrativas. Eu acho que não podemos perder esse
2159 momento de enfrentar o problema da Perícia no Brasil, porque é uma vergonha. A gente
2160 sabe isso nos estados, a gente não precisa ficar dourando a pílula, e a gente sabe que
2161 nos estados a gente tem que eleger quais as Perícias a serem feitas. E a gente sabe que
2162 tem laudo que vai levar 20 anos para ser entregue nos Institutos de Criminalística, e
2163 então a gente tem que enfrentar uma hora ou outra. E uma questão grave que eu acho
2164 que nós temos que colocar sim, Cynthia, a gente tem que fazer regulamentação da
2165 Perícia, acho que tem que sair isso no documento. Nós temos que tratar da organização
2166 das carreiras, que é um inferno o que a gente passa nos estados hoje, porque aí quando
2167 se fala em segregação os papiloscopistas nos estados sofrem isso de forma absurda. O
2168 trabalho às vezes não é feito pelo Perito Criminal e é impedido de ser feito pelo
2169 papiloscopista. E a Sociedade Civil não entende isso, porque o que ela quer é o
2170 resultado. Então isso tem que ser enfrentado uma hora ou outra. Então a organização
2171 das carreiras, essa definição das atribuições, a padronização de procedimentos e
2172 equipamentos. É um absurdo a gente falar de uma Perícia de uma polícia científica, se
2173 não existe uma padronização. Cada um faz uma coisa do jeito que acha que está certo.
2174 Aí eu enviei para os Conselheiros, e não sei se todo mundo recebeu, aquele estudo do
2175 IPEA no Rio de Janeiro, que a gente está vendo que no IML, e aí não estou fazendo uma
2176 afirmação, porque é um estudo e a gente até pediu para que venham aqui, mas pelo
2177 estudo do IPEA está sendo dito que as pessoas não têm como confirmar a causa da
2178 morte. São coisas muito sérias que estão acontecendo dentro da nossa instituição de
2179 Perícia. E a gente vê que isso nunca foi enfrentado, porque a Polícia Civil tem isso bem
2180 definido, a PM tem isso muito bem definido, e quando a gente trás essa discussão dá
2181 impressão que é uma briga corporativa entre as carreiras dentro da polícia Técnica. E é
2182 bom a gente deixar que não é isso. Nós temos que assumir o compromisso com essa
2183 instituição. Não é briga entre as corporações. A gente tem que enfrentar isso e a minha
2184 proposta é que saia esse parecer. Essa discussão para mim da autonomia, da
2185 independência até uma discussão mais adiante ou que bom que a gente possa fazer isso
2186 junto, mas a gente não pode deixar de comparecer. E a minha proposta é que o
2187 Ministério assuma isso, porque não temos conseguido fazer isso nos estados de que
2188 encaminhe isso, que a gente tenha definida essas atribuições, essa organização das
2189 carreiras e a padronização desses procedimentos.

2190

2191 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2192

2193 Solicito à Conselheira Simone que encaminhe à Mesa sua proposta para que a Flávia
2194 possa transcrever. Com a palavra o Conselheiro Sílvio.

2195

2196 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**

2197

2198 Bom, vou tentar ser rápido, mas eu não posso deixar de ratificar algumas questões. Eu
2199 falo com muita tranqüilidade, porque vivi no meu estado, o Estado de São Paulo uma
2200 situação em que a Perícia era ligada à Polícia Civil e depois a situação é que a Perícia foi
2201 desvinculada da Polícia Civil. São Paulo é o que é hoje, não preciso falar. Na época em
2202 que efetivamente a Perícia estava ligada a Polícia Civil, a Perícia era totalmente coibida
2203 de fazer e realizar muitas coisas. Outra coisa que preciso pontuar é que nós estamos
2204 falando de profissionais de Perícia e tem que ser incluídos aí: Peritos Criminais, Médicos
2205 Legistas e Papiloscopistas. Nós estamos falando de Perito Criminal, e aí eu com toda
2206 vénia a Polícia Federal não tem o Médico-Legista, que é uma atribuição específica dos
2207 estados. A questão intra muros da Polícia Federal eu acho que tem que ser resolvida lá,
2208 mas aqui nós temos que resolver nossas questões estaduais. Questões estaduais que
2209 perpassam pela falta total de recursos, mas também tem a ver com gestão. Pacto
2210 federativo impede a república, o nosso órgão maior de interferir. É questão de gestão.
2211 Nós vamos no máximo fazer um parecer e encaminhar, mas não quer dizer que vai
2212 efetivamente surtir qualquer efeito, porque a gente tem que respeitar o pacto federativo.
2213 Os gestores estaduais são livres para determinar aquilo que é melhor para o seu estado.
2214 Só quero citar o seguinte, que tem estados que os peritos vivem em situação precária.
2215 Vou citar Sergipe. Onze Peritos Criminais e seis Médicos Legistas para atender o estado.
2216 Jamais participam de nenhuma capacitação, porque se um sai o estado fica totalmente
2217 refém de questões. Portanto, eu acho que é preciso focar muito o nosso parecer nessas
2218 questões. Falando de Médicos-Legistas, falamos de Papiloscopistas e falamos de Peritos
2219 Criminais. Essa é uma questão. Os Peritos Criminais Federais a quem eu respeito muito
2220 o trabalho, admiro muito o trabalho, tem suas questões e tem uma legislação muito
2221 específica que trata de questões específicas que não se coadunam com as questões
2222 estaduais, que são questões de local de crime e outras coisas técnicas que não vem ao
2223 caso aqui. Eu encaminho à Mesa uma sugestão, que se for o caso, podemos convidar o
2224 Presidente do Conselho de Dirigentes Gerais de Perícia do Brasil, o doutor Celso Perioli,
2225 para vir aqui falar um pouquinho para robustecer e ampliar o leque e a visibilidade que
2226 todos têm das questões periciais. Eu me coloco a disposição para intermediar isso se for
2227 o caso, mas queria deixar claro que nós possamos ter foco em profissionais de Perícia e
2228 não só Perito Criminal.
2229

2230 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2231
2232 Obrigado, Sílvio. Conselheiro Agadeilton com a palavra. Sílvio, solicito que você procure
2233 a Flávia e passe seu encaminhamento para ela para que a gente possa registrar.
2234

2235 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
2236 **Criminais Federais**

2237 Desde então peço vénia a plenária e a Mesa, para me estender um pouco mais na fala,
2238 porque acho que esse é o espírito de esclarecer do que está posto no parecer e algumas
2239 questões como oportuna pelos Senhores e Senhoras Conselheiros e Conselheiras, vou
2240 tentar fazer sucintamente pontuar. Primeiro dizer que a lógica ensinada por este
2241 Conselho que aprendi aqui, mas também Pautada na minha atuação de quase 20 anos
2242 no estado brasileiro como servidor público que o parecer tem que estar embasado e tem
2243 que trazer uma introdução, ele tem que trazer um histórico ou desenvolvimento daquilo
2244 que ele quer se manifestar sobre e tudo o que foi colocado dentro do parecer tinha essa
2245 particularidade, de querer embasar os Conselheiros para fundamentar aquilo que está
2246 sendo decidido na conclusão. Decidido ou colocado na conclusão. Então, embora
2247

2248 compreenda a colocação do Conselheiro Marcos Rocha que deveria ser mais enxuto,
2249 mas a lógica do parecer é justamente o contrário. O parecer tem que ter uma conclusão
2250 objetiva, mas tem que ter fundamentação. E todas as citações aí trazidas foi no sentido
2251 de trazer o histórico do que vem sendo falado, aprovado como ato normativo e construído
2252 pelo Brasil durante esses sei lá quantos anos de história da criminalística, mas
2253 certamente muito mais de 50 anos e que tem hoje comungado com essa ansiedade tão
2254 grande das categorias que representam profissionais da Perícia e em última análise da
2255 Sociedade, dessa necessidade de se clarificar o tema autonomia. Então tudo o que foi
2256 colocado dentro do parecer. Evidentemente algumas frases que possam ser interpretadas
2257 como menos felizes, embora a intenção não fosse essa como a citação do “espírito
2258 natalino”, eu acho que o “espírito natalino” é o que nos deveria acompanhar a vida inteira.
2259 Se assim fosse, nós talvez estivéssemos profissionais de Segurança Pública, não vou
2260 dizer desempregados, porque são todos muito competentes, estariam trabalhando em
2261 outra área, mas certamente atuando em outra área. O intuito foi esse de dizer que às
2262 vezes as decisões são tomadas e que elas só foram tomadas, porque a mão invisível
2263 tocou o coração de alguém, nada mais nada menos do que um Presidente da República
2264 que tem uma sensibilidade enorme para entender questões pontuais do estado brasileiro.
2265 Mas por isso que coloquei essa citação e não tenho nada contra que ela seja retirada.
2266 Acho que até concordo que ela seja retirada. Foi colocado por algum Conselheiro, não
2267 me recordo qual, que o parecer deseja autonomia orçamentária para a Perícia. Não é
2268 essa a realidade. Eu já expliquei isso aqui e ratifico. O parecer não recomenda isso,
2269 embora eu particularmente entenda que deveria ter autonomia orçamentária, assim como
2270 deveria ter autonomia orçamentária também as polícias judiciais, mas não é essa a
2271 realidade, até porque é algo que o Governo jamais deverá praticar. Nesse conselho foram
2272 aprovados trezentos pareceres, autonomia para a Perícia, para a polícia e o Governo não
2273 vai. A diretriz dos governos hoje de uma forma geral é não aumentar o leque de órgãos
2274 que tem autonomia orçamentária. Hoje apenas os poderes e o Ministério Público têm
2275 essa autonomia orçamentária porque foi colocada na Constituição de 88. A Defensoria
2276 tem. Foi emenda constitucional. Foi semana passada. Parabenizo a Defensoria por essa
2277 conquista importante. Mas não foi isso infelizmente. Porque a gente estaria, além de
2278 atropelar toda a lógica do trabalho do parecer, estaria evidentemente pedindo algo que eu
2279 considero nesse momento impossível. Depois foi apresentada a tabela pelo Conselheiro
2280 Luiz Nóbrega sobre o histórico do crescimento das contratações de peritos na Polícia
2281 Federal e das demandas de laudos. É verdade. Felizmente a Polícia Federal nos últimos
2282 dez anos e por decisões do governo, felizmente, ela aumentou bastante o quadro de
2283 Polícias Federais, não só de Peritos Criminais. A vontade Conselheiro.
2284
2285 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
2286
2287 Não somente por decisões, você fala como se fosse um ente abstrato do governo. Essa
2288 pessoa que você fala presidiu o Grupo de Trabalho e chegou à conclusão das vagas para
2289 perito que estão aí colocadas. Eu presidi em 2006 o Grupo de Trabalho com dez
2290 servidores públicos no edifício sede, chegamos a essas vagas e conseguimos o concurso
2291 e ampliamos o quadro. Então não é simplesmente uma decisão de governo. Foi uma
2292 decisão nascida interna na Polícia Federal de valorizar o quadro de Perícia e aumentar
2293 nossa quantitativo e reduzir a demanda de laudos por perito. Muito obrigado.
2294
2295 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
2296 **Criminais Federais**
2297

2298 OK, Conselheiro. Mas quando me referi à decisão de Governo, a Polícia Federal também
2299 é Governo. A Direção Geral também é governo. Mas minha intenção era simplesmente
2300 dizer que primeiro para se aumentar tem que aprovar uma Lei e quem tem que
2301 apresentar o projeto é o Presidente da República, tem toda uma lógica, e aí passa pelo
2302 referendo do chefe maior da nação que é o Presidente da República. Mas evidentemente
2303 que isso passa também por uma decisão da instituição Polícia Federal, da sua
2304 Administração, da sua Direção. E os últimos problemas que temos e foi motivo de citação
2305 no parecer que o Senhor também deve saber, é que não havia nos últimos três anos essa
2306 diretriz. A diretriz era outra. Felizmente, agora, conforme colocado em primeira mão a
2307 diretriz está sendo mudada. Isso é muito bom. Eu até comentava com um colega
2308 Conselheiro, que só a divulgação desse trabalho que ainda não virou um documento
2309 oficial do Conselho, felizmente me parece que já está produzindo efeitos positivos dentro
2310 da instituição Polícia Federal. E é isso que este Conselho precisa. É trazer algo concreto,
2311 é debater as questões pontuais e importantes da Segurança Pública, debater a ponto de
2312 que ela produto efeitos, porque ficar decidindo aqui recomendação, moção, parecer que o
2313 mundo não conhece, que o mundo não debate e que o mundo não se sente implicado por
2314 essas decisões, não vale nada, é perda de tempo. Então veja o quanto que esse trabalho
2315 para mim já foi muito gratificante, porque na minha instituição já produziu efeitos
2316 tamanhos que ela agora se propõe mandar um estafe importante para vir aqui contrapor
2317 pontos do parecer. Isso é democracia. Isso que a gente precisa. Então não tenhamos
2318 medo de nos posicionar sobre qualquer ponto da Segurança Pública. E não é porque eu
2319 sou perito, não. É porque eu sou cidadão. A Perícia tem que ser discutida, tem que ser
2320 aprimorada, ela tem que ser melhorada, assim como as polícias, todas elas. E a gente
2321 tem que discutir as polícias aqui também. Eu vou finalizar apenas com duas outras. Tinha
2322 mais, mas vou pedir permissão para citar duas outras colocações. A do Conselheiro João
2323 Francisco, a gente também não pede Conselheiro João Francisco, Corregedoria para
2324 Perito. Nós defendemos sim que a Corregedoria da Polícia seja única, mas nós
2325 defendemos também que as Comissões de Disciplina que as Corregedorias nos estados
2326 que elas sejam paritárias, que não se tenha apenas delegados ou peritos ou agentes
2327 como presidentes de Comissão de Disciplina, porque vira tribunais de exceção. Eu não
2328 vou aqui citar todos os problemas, mas todas as categorias reclamam da forma de
2329 atuação da Corregedoria da Polícia Federal, e inclusive os delegados hoje. Então a gente
2330 tem que ter coragem na Polícia Federal de debater isso e tornar a Corregedoria uma
2331 instituição democrática que represente todas as categorias. É isso que pede o parecer, é
2332 isso que fala o parecer. Ela recomenda que essa Corregedoria seja paritária e não que
2333 seja uma corregedoria própria de perito e delegado. Aliás, de Perito Criminal. É o que
2334 está escrito.

2335
2336 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2337
2338 Por favor, Conselheiros.

2339
2340 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
2341 **Criminais Federais**

2342
2343 Por favor, eu acho que isso tem que ser esclarecido. E finalmente, mais uma vez o
2344 PNDH3, Conselheiro João Francisco, ele fala de forma muito enfática, muito mais
2345 enfática do que esse nosso parecer, se for referendado por esse Plenário, sobre a
2346 necessidade de autonomia administrativa dos órgãos, e lá fala de Órgãos de Perícia. Em
2347 nenhum momento, para a Polícia Federal a gente falou de órgãos de Perícia, fala de

2348 Unidade de Criminalística que é uma Unidade da Polícia Federal. E o PNDH3 que tem
2349 várias situações dentro do parecer, inclusive *ipsis lítteris* ali colocadas, falam de
2350 necessidade de aprovação de atos formativos que possam ter autonomia administrativa,
2351 e autonomia administrativa ela engloba autonomia financeira que é diferente da
2352 autonomia orçamentária. Então, eu espero para finalizar que nós Conselheiros tenhamos
2353 coragem de se posicionar e o posicionamento nessa questão aqui é sobre a forma de
2354 parecer primeiro. Depois eu gostaria muito que tudo o que foi colocado aqui pelos
2355 Conselheiros, as críticas e elogios tivessem sido colocados antes por e-mail. A gente na
2356 última reunião disse que a Secretaria-Executiva disponibilizou esse parecer com
2357 antecedência de mais de um mês e eu não recebi uma contribuição para ser debatida.
2358 Esse é um problema que a gente tem que reconhecer e chegar aqui com um documento
2359 que levou um ano e meio para ser construído. Eu sei que o debate é aqui, mas a melhoria
2360 do texto, retirada de expressões, a gente poderia debater antes para chegar aqui e só
2361 decidir sobre esses pontos. Para finalizar eu agradeço muito a confiança de todos e
2362 espero que esse Conselho aceite o trabalho da comissão, referende esse trabalho, se
2363 posicione sobre o tema e melhorias podem ser feitas de várias formas no futuro com
2364 atuação deste Conselho. Muito obrigado.
2365

2366 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2367 Muito obrigado, Conselheiro. Com a palavra o Conselheiro Nóbrega.
2368

2369 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2370 Eu queria contextualizar algumas questões e peço a mesma deferência que foi dada ao
2371 Agadeilton, porque eu tenho que estabelecer, e como eu venho pela administração
2372 explicar ponto a ponto do que está sendo relatado aqui. Primeiramente, não é só com
2373 relação, peço licença ao Conselheiro Marcos, que não é só com relação à
2374 fundamentação do parecer, mas a conclusão também tem problemas seríssimos. Nós
2375 concordamos aqui, ele está fora do áudio, mas concorda com isso também. Porque se
2376 faz uma construção distorcida, se pega o conceito de autonomia técnica e científica do
2377 perito, é o perito criminal enquanto isento, independente para produzir a prova pericial
2378 dele e tenta se trazer para a ampliação de uma estrutura administrativa à parte.
2379 Independente de ser dentro ou fora que a conclusão fala dentro ou fora, o que se quer
2380 criar é uma estrutura administrativa, um órgão dentro do órgão ou um órgão fora do
2381 órgão. Essa conclusão que está expressa aqui no parecer. E para isso se faz uma série
2382 de conjecturas e ilações que não são verídicas. Quero deixar bem claro que não são
2383 verídicas. Queria bater ponto a ponto para vocês saberem a realidade da Perícia Criminal
2384 da Polícia Federal. Eu estou aqui com colegas Peritos Criminais que vieram por conta
2385 própria, porque estão preocupados com isso, e porque sabem que a Perícia Criminal na
2386 Polícia Federal ela tem condições de estrutura e tem autonomia para exercer seu mister.
2387 Isso aí ninguém tem dúvida quanto a isso. Ninguém está aqui por lobby, como foi dito
2388 pelo Diretor Geral, e quem veio a mando do Diretor Geral foi o doutor Matheus, Perito
2389 Criminal Federal que explanou, os demais vieram por conta própria e preocupação com o
2390 tema. Eu queria abordar ponto a ponto saber a realidade de hoje da Perícia Criminal
2391 dentro da Polícia Federal. Se fala no parecer, e eu queria pedir novamente que
2392 projetasse de novo a quantidade de vagas e evolução do efetivo. Só para demonstrar
2393 claramente para vocês como tem avançado o efetivo de Peritos Criminais da Polícia
2394 Federal e tem diminuído a carga de trabalho. Ótimo. Quem é contra isso? Todo mundo é
2395 a favor. Seria ideal se tivesse uma quantidade de carga de trabalho até menor, mas são
2396

2398 limitações que nós temos dentro do executivo. Talvez aqui a realidade do estado é bem
2399 distante da realidade da União, mas você vê a evolução do efetivo de Peritos Criminais
2400 Federais e a quantidade de laudos e a relação carga de trabalho. O parecer tenta iludir na
2401 medida em que ele faz um comparativo do nosso quantitativo de peritos com a população
2402 brasileira. Não tem nenhuma relação de Peritos ou Delegados Federais com o
2403 quantitativo da população brasileira. Nós temos uma relação de carga de trabalho. Para
2404 você dimensionar um concurso público, é diferente a realidade estadual da realidade
2405 federal. Na realidade federal você tem uma carga de trabalho relacionada aos inquéritos
2406 dos delegados, e você tem uma carga de trabalho assinada aos laudos dos peritos. Então
2407 esse quadro demonstra a preocupação do Departamento Federal em investir em
2408 concursos públicos para Peritos. Só terminar, senão vou perder o raciocínio. Fica à
2409 vontade.

2410
2411 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
2412 **Criminais Federais**
2413

2414 A citação do número de peritos não foi invenção nossa do Grupo de Trabalho. É
2415 metodologia da ONU. A ONU é quem faz esse estudo nas polícias do mundo inteiro e
2416 está colocado no parecer. Foi para informar o Conselho. E, inclusive coloca envolvendo
2417 todos os Peritos Criminais do Brasil. Não é dizendo que está deficiente na Polícia
2418 Federal. É no Brasil. Envolve todos os estados, OK Conselheiro? Obrigado pelo aparte.

2419
2420 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
2421

2422 Quero só contextualizar que no mesmo parágrafo que ele faz essa relação com a
2423 população que é baseado nesse estudo da ONU, informado pelo colega que está aqui
2424 atrás em realidades de outros países que tomam o âmbito federativo de todas as
2425 unidades sejam contadas e municípios, se conclui no mesmo parágrafo quando faz essa
2426 relação de que o Órgão Central de Perícia Criminal Federal demonstra a necessidade de
2427 contratação de novos profissionais em razão da demanda e do elevado número de
2428 pendências. O dirigente máximo da instituição Polícia Federal tem se negado a demandar
2429 junto ao Ministério do Planejamento. Isso é inverdade.

2430
2431 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2432

2433 Há mecanismos legais para uso da fala, por favor.

2434
2435 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
2436

2437 Tudo bem, vamos dizer que esse documento não existe. Só quero apelar para a lógica
2438 natural. Algum chefe de instituição ia mandar um documento eu não quero concurso para
2439 os seus servidores? Qual chefe em sã consciência enveria um documento dizendo não
2440 me interessa concurso para adaptar servidores. Mas tudo bem. Só queria avançar com
2441 relação a alguns pontos alertados no parecer que é com relação à ausência de
2442 autonomia técnica e científica com base em critérios e orçamento mínimo necessário.

2443
2444 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2445

2446 Conselheiros, só um instante. Conselheiro Nóbrega está usando a palavra. Vamos
2447 respeitar o uso da fala.

2448

2449 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2450

2451 É falado no parecer no item 2 da página dez que a ausência da autonomia da Diretoria
2452 Técnico Científica que é um diretor com o mesmo status de todos os diretores da Polícia
2453 Federal que são somente 7 para definir com base em critérios técnicos das áreas de
2454 necessidade o orçamento mínimo necessário para atender demandas de custos e
2455 investimento. Aqui foi falado com relação à questão de Direitos Humanos, e só queria
2456 mencionar que 3,7 milhões de reais da Secretaria de Direitos Humanos foram passados
2457 para a DITEC justamente para localizar crianças e políticos desaparecidos. É um valor
2458 bem justamente para esta atividade. É falado também no parecer que não se investe na
2459 pesquisa na área de criminalística. 7 milhões de reais do Ministério da Ciência e
2460 Tecnologia foram repassados para DITEC de 2008 até hoje para investir justamente em
2461 pesquisa. Então, é um dado falso. É um dado que não condiz com a realidade. Estou com
2462 dados oficiais e representantes da Coordenação de Orçamento e Finanças aqui atrás que
2463 estão me subsidiando e que são peritos. Então é importante que seja dito isso aqui para
2464 que não fique uma falsa realidade de que a Polícia Federal não investe em pesquisa na
2465 área de criminalística e não descentraliza recursos para a Diretoria Técnico e Científica.
2466 Avançando um pouco mais, fala-se no parecer no item cinco da ausência da Diretoria
2467 Técnico e Científica para definir normas de atuação e padronização de procedimentos
2468 periciais. Os procedimentos periciais são definidos pela Diretoria Técnico Científica como
2469 foi bem explanado pelo doutor Matheus aqui um pouco antes. Logicamente que são
2470 definidos, até porque as demais áreas não teriam condições técnica e científicas de editar
2471 normas específicas. Só aquele *expert* naquela área tem condição de produzir uma norma
2472 e enveredar a Direção Geral. Isso aí é outra afirmação do parecer inverídica. E a gente
2473 não pode esquecer também, indo um pouco mais além, passando a questão dos estados
2474 que a gente tem que separar a situação dos estados da situação da união, que na
2475 conclusão do parecer, por isso que tenho uma preocupação não somente no conteúdo,
2476 mas na conclusão do parecer. Quando o parecer conclui, ele fala da seguinte forma no
2477 item 2: "A forma com essa autonomia será efetivada e em questão de natureza
2478 administrativa de cada unidade da federação e da união." Cada ente da federação lê-se
2479 estado e união, "dentro dos limites constitucionais vigentes podendo ser dentro dos
2480 limites ou fora deles. Então, o que se quer é uma autonomia administrativa, criar um
2481 órgão dentro do órgão ou então que se crie um novo órgão fora da Instituição Polícia
2482 Federal. Eu quero só pedir a gentileza de vocês para atentarem que a força da Polícia
2483 Federal, a importância dela é a capacidade da produção da prova. Hoje, nós temos a
2484 realidade enfática, por exemplo, enquanto o delegado está ouvindo a pessoa que estava
2485 no local do crime, o perito está coletando o vestígio e o agente está coletando
2486 informações na rua. Então é essa a grande força da Polícia Judiciária. Ela é autônoma
2487 em termos de produção de prova. Se você fraciona a Polícia Judiciária você perde essa
2488 capacidade de produção de prova. E nós estamos aí há dez anos vendo resultado disso
2489 na Polícia Federal. O investimento que foi feito, a quantidade de operações em todas as
2490 esferas de poder a Polícia Federal já penetrou sob o ponto de vista de repressão e
2491 criminalidade. Isso a gente sabe e na história do país é a primeira vez que isso ocorre.
2492 Historicamente a polícia sempre foi tratada como capataz e é interessante que tem o
2493 capataz para conter o Movimento Social ou conter uma rebelião e a primeira vez que o
2494 capataz começa a chegar na casa do Senhorio foi nos últimos dez anos. E, isso se deve
2495 graças à força de produção de prova que a Polícia Federal teve nos últimos dez anos, e
2496 temos preocupação tanto com a Criminalística como na área de Direitos Humanos
2497 fenomenal, como nós conversamos aqui no dia-a-dia. Nós temos divisão de Direitos

2498 Humanos e temos interação muito grande e afirmamos convênio com a Secretaria de
2499 Direitos Humanos, justamente na atuação e no combate a qualquer violação de Direitos
2500 Humanos. Só queria concluir um pouco mais rapidamente é que fala no item 3, e a gente
2501 não pode distorcer, se pega um tema de natureza Autonomia Técnico e Científica do
2502 Perito enquanto isento na produção da prova e se tenta criar uma estrutura administrativa
2503 ou em apartheid dentro do órgão ou fora do órgão. Isso está sendo para a União. E no
2504 item três ele fala na conclusão: "Com dotação orçamentária própria especificada no
2505 orçamento do órgão e gerida pelo dirigente da unidade de Perícia. A nossa unidade de
2506 Perícia ela já tem orçamento próprio e é um dos melhores orçamentos da Polícia Federal
2507 Todo o nosso controle interno e toda a nossa Coordenação de Orçamento e Finanças
2508 Geral do órgão está nas mãos de Peritos Criminais e muito bem gerida por excelentes
2509 Peritos Criminais. Então, não existe uma cultura de apartheid da Polícia Federal. Pelo
2510 contrário, a cultura é de integração.
2511

2512 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2513
2514 Conselheiro Nóbrega, infelizmente, vou ter que suspender a fala do Companheiro
2515 Nóbrega e informar à Plenária que nós não temos quorum, então nós vamos ter que
2516 suspender a reunião agora e vamos dar cinco minutos para que o pessoal retorne. O
2517 pessoal saiu e agora nós não temos quorum. Há duas alternativas, nós suspendermos
2518 para o almoço e depois retornamos ou suspendermos cinco minutos para que a Flávia
2519 possa organizar as idéias ali. De qualquer maneira essa sessão terá que ser suspensa
2520 agora antes de qualquer encaminhamento. Está suspensa a reunião por falta de quorum.
2521 Conselheiros, por favor. Tem um Conselheiro que está com a palavra. Em retornando o
2522 quorum. Confira por favor. Retornou? Deu quorum? Conselheiros, nós ainda não temos
2523 quorum. Nós ainda não temos quorum. Deu quorum? Está faltando um Conselheiro. Por
2524 favor, Conselheira, salve o nosso almoço. Conselheiros, a fala da Conselheira Simone é
2525 realmente relevante. Solicito que os Senhores e as Senhoras aguardem pelo menos para
2526 a gente concluir essa votação. Só temos a conclusão da fala do Conselheiro Nóbrega, a
2527 inscrição do Conselheiro Humberto e uma questão de ordem levantada pelo Conselheiro
2528 Marcos Costa. Concluído isso nós já vamos à votação. É encaminhamento, é outra
2529 questão. Conselheiro Nóbrega, só uma questão de ordem levantada pelo Conselheiro
2530 Marcos Costa e o Senhor conclui. Com a palavra o Conselheiro Marcos Costa.
2531

2532 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2533 Em outras oportunidades mesmo com quorum nós continuamos a debater e isso sempre
2534 já ocorreu aqui. A questão de ordem basicamente é essa.
2535

2536
2537 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2538 Conselheiro, em que pese o histórico, o Conselho não trabalha através de jurisprudência,
2539 trabalha através do regimento. Conforme a alegação que o Senhor fez quando da
2540 participação do nosso convidado, a regra regimental continua a mesma, ou seja, a
2541 necessidade do quorum para o prosseguimento dos trabalhos. Coma palavra o
2542 Conselheiro Nóbrega.
2543

2544 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2545

2546

2547 Só retomando, aqui, a conclusão, quero elogiar o parecer do Agadeilton, porque a
2548 conclusão tem logicidade muito grande com relação ao explanado. Então se
2549 simplesmente se retira passagens da fundamentação e se aprova a conclusão, o efeito
2550 pragmático dela é terrível para a instituição. Porque a conclusão ela aborda nos quatro
2551 itens uma separação ou interna ou externa, ela conclui mais para frente no item 3 quando
2552 coloca e fala com relação à autonomia técnico científica do perito, defende justamente
2553 uma dotação orçamentária própria especificada no orçamento do órgão gerida pelo
2554 diretor do órgão da unidade de Perícia e nosso caso já é dirigido.
2555

2556 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2557 Conselheiro solicito que o Senhor conclua. O Senhor já extrapolou seu tempo sob pena
2558 de ter que caçar sua palavra novamente.
2559

2560 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2561 E afirma mais abaixo no item três que isso influencia nas teses investigativas da Perícia
2562 Criminal. Não é o caso da nossa realidade.
2563

2564 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2565 Muito obrigado, Conselheiro Nóbrega. Com a palavra o Conselheiro Humberto.
2566

2567 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do
2568 Brasil**

2569 Senhores Conselheiros. Quando nós falamos e eu repito dos estados com uma realidade
2570 completamente diferente. E não poderia deixar de não de parabenizar a Cynthia, mas os
2571 organismos que todos conhecem bem. Quando nós peritos falamos em autonomia
2572 técnica que ninguém mexe e ninguém interfere, não é verdade. A autonomia técnica é
2573 alterada quando você tem um sucateamento dos órgãos periciais, quando você não dá
2574 verba para que o perito possa se deslocar para fazer suas diligências. Então, na verdade
2575 nem a autonomia técnica nós temos garantido em função disso. Uma outra coisa
2576 também, eu não sei se entendi bem sua fala, mas o próprio Plano de Segurança Pública
2577 do Governo Lula e o PNH3 já fala em autonomia. O plano já fala de autonomia. E eu
2578 queria dizer aos Conselheiros que se acharem ainda sem condições e se não for votado
2579 isso hoje, caso não seja votado eu quero fazer um encaminhamento à Mesa para que
2580 possamos convidar reforçando o Perito Criminal Celso Perioli Presidente do nosso
2581 Conselho que é o Superintendente da Perícia Técnica de São Paulo que poderá
2582 esclarecer muito bem o que é uma Perícia dentro da Polícia Civil e o que é uma Perícia
2583 autônoma. Queria esse encaminhamento. E antes de parabenizar não só Agadeilton,
2584 quero parabenizar a todo o Grupo Técnico que trabalhou. E encerro, não utilizando os
2585 meus três minutos até por questão de sensibilidade e respeito aos demais Conselheiros,
2586 continuo sem entender. Queria que os Senhores entendessem o que estou dizendo.
2587 Continuo sem entender o porquê de não estar aqui hoje fazendo essas ponderações o
2588 Diretor do DITEC ou na sua impossibilidade o Diretor do Instituto Nacional de
2589 Criminalística. Não entendi com todo respeito ao colega Perito Criminal, porque foi
2590 necessário trazer o colega da Bahia e não trazer aqui o diretor do DITEC ou o Diretor do
2591 INC. Agradeço a oportunidade que me foi dada e me sinto satisfeito.
2592

2593

2594

2595

2596

2597 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2598
2599 Conselheiros, como nós já encerramos a palavra, eu solicito a compreensão do
2600 Conselheiro Benedito Mariano nesse caso. O Conselheiro Sílvio já havia feito
2601 encaminhamento semelhante ao seu. Eu pergunto se o Senhor está contemplado com o
2602 encaminhamento que ele fez, no sentido de um possível convite caso não seja aprovado
2603 um convite ao Diretor de Perícia de São Paulo. Flávia, eu gostaria que você fizesse uma
2604 apresentação para nós aí de todos os encaminhamentos que foram feitos, para que nós
2605 possamos verificar se todos os Conselheiros estão contemplados com esses
2606 encaminhamentos que foram feitos. Caso estejam... Conselheiro Mariano, nós estamos
2607 com estado avançado da hora. É 12h40 e nós já suspendemos as inscrições. Com a
2608 palavra o Conselheiro Mariano para encaminhamento.

2609
2610 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
2611 **Municipais de Segurança Pública**

2612
2613 Primeiro queria fazer um apontamento aqui para que à tarde e amanhã nós tenhamos um
2614 clima menos tenso entre a presidência, a Mesa e os demais Conselheiros. Aqui não tem
2615 ninguém que é chefe de ninguém e estamos todos aqui fazendo uma função pública. Não
2616 recebemos para estar aqui, fomos referendados para estar aqui e esse clima... precisa ter
2617 um clima mais amistoso que não está tendo nessa reunião. Então faço um apelo à Mesa
2618 e aos Conselheiros para a gente restabelecer um clima mais amistoso entre nós.

2619
2620 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2621
2622 Esse é o seu encaminhamento, Conselheiro?

2623
2624 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
2625 **Municipais de Segurança Pública**

2626
2627 Não, esse é o preâmbulo. Após ouvir aqui mais de três inscritos, discutir se pode fazer
2628 encaminhamento. Eu acho que encaminhamento é livre de se fazer, senão a gente
2629 interrompe e deixa os encaminhamentos para depois. O meu encaminhamento é que
2630 esse pleno não vote o parecer e que nós aprovemos na linha da fala do Conselheiro João
2631 Francisco, uma Audiência Pública convocada pelo CONASP aonde fundamentalmente os
2632 expositores sejam o companheiro Conselheiro Agadeilton, o Conselheiro Nóbrega,
2633 alguém do Ministério Público Estadual e Federal; e também policiais e representação das
2634 Polícias Estaduais. E essa Audiência Pública discutir três temas. Autonomia técnica e
2635 funcional, porque nós estamos misturando tudo aqui. Acho que não há divergências entre
2636 autonomia técnica e funcional no Conselho e na Sociedade. E não é a mesma coisa que
2637 autonomia administrativa e orçamentária. Então é outro tema. Deve ter ou não. Órgão
2638 específico da Perícia é um outro tema, não tem a ver com autonomia funcional. E o
2639 quarto tema. Perícia na Segurança Pública ou no Poder Judiciário. Inclusive tem duas
2640 PECs falando sobre isso. Eu pessoalmente acho um absurdo a Perícia sair da Segurança
2641 Pública. Entendo, esse é um debate que quero aprofundar. Acho que não tem sentido nós
2642 termos Perícia fora da área de Segurança Pública, independente da autonomia técnica
2643 funcional, independente se vai ter órgão específico, é na área de Segurança Pública. E
2644 me parece que nisso há até divergências no setor, razão pela qual temos duas PECs
2645 tramitando. Uma para ficar e outra para sair. Entendo, eu acho que esse debate merece
2646 uma reflexão maior e o grupo propiciou esse relatório, esse parecer, propiciou que

2647 mobilizasse o Conselho para a gente aprofundar o debate que pode ter repercussão
2648 agora e no futuro. Então é esse o meu encaminhamento, Mesa, uma Audiência Pública
2649 proposta pelo CONASP com esses temas e chamando aqueles Conselheiros e outros
2650 que acabaram monopolizando o debate aqui entre nós.
2651

2652 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2653 Conselheiro, a Mesa se torna obrigada a fazer uma ressalva com relação ao Regimento.
2654 O Senhor fez na verdade uma nova proposta, não de condução, mas de mérito com
2655 relação à discussão que foi aqui apresentada. Eu acho que é necessário que a Mesa faça
2656 essa ressalva, porque o encaminhamento é uma sugestão de condução para andamento
2657 do trabalho e não apresentação de uma proposta. Eu faço essa ressalva, porque muitas
2658 vezes nós fazemos uma condução com relação a essas oportunidades que nós temos de
2659 manifestação. Essa proposta que o Conselheiro Mariano colocou é preliminar à própria
2660 discussão do mérito. Então, se nós catamos a inserção da proposta dele, eu creio que
2661 antes de nós entrarmos na discussão propriamente do mérito, nós temos que resolver
2662 essa questão, porque ela vai mudar o mérito da questão colocada pelo Conselheiro
2663 Agadeilton. Então Conselheiro Agadeilton, por favor, com a palavra.
2664

2665 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
2666 Criminais Federais**

2667 É justamente esse ponto que eu queria ver esclarecido pelo autor da proposta. É se essa
2668 proposta que ele fez de colocar a Audiência Pública para discutir o tema, que eu acho
2669 que é muito apropriado e pertinente prejudica a votação desse parecer. Ou seja, se o
2670 objetivo que ele está trazendo com essa posição é aumentar a discussão antes da
2671 manifestação do Conselho mediante parecer ou se uma coisa independe da outra. Só
2672 queria que ele esclarecesse isso para a gente se posicionar adequadamente sobre a
2673 proposição.
2674

2675 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2676 Na verdade ele está perguntando se vai impedir a discussão do parecer agora.
2677

2678 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores
2679 Municipais de Segurança Pública**

2680 Evidente que a idéia da Audiência Pública, Conselheiro, é aumentar o debate e
2681 esclarecer dúvidas. Eu acho ruim nós debatermos aqui com as situações que foram
2682 colocadas aqui. Eu penso que depois de uma Audiência Pública e tendo este ou outro
2683 parecer com adendos e tal, o pleno vai estar em mais condições de aprofundar. Nós não
2684 vamos deixar de tomar uma posição com relação a esse tema, porque ele já vem fazendo
2685 parte das últimas reuniões nossas ordinárias, mas acho que se nós aprovarmos
2686 concordando com a Mesa uma Audiência Pública para levantar essas três ou quatro
2687 questões, isso implica em não ter votação hoje.
2688

2689 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2690 Senhores Conselheiros, algum esclarecimento? Então, nós temos uma proposta que ela
2691 é preliminar à própria inserção dos outros encaminhamentos que foram feitos que é a

2697 deliberação do plenário com relação a essa questão do Conselheiro Mariano. O que o
2698 Conselheiro Mariano coloca é o seguinte. Que nós não deliberemos sobre a aprovação
2699 ou não deste parecer e que antes de discutirmos o mérito do parecer que nós façamos
2700 uma ampliação da discussão através de uma Audiência Pública, onde vários setores
2701 possam participar dessa Audiência Pública promovida pelo CONASP. Algum dos
2702 Senhores tem alguma questão a ser levantada ou algum esclarecimento com relação a
2703 isso? Conselheiro Marcos Costa, por favor.

2704
2705 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2706
2707 Em outros momentos de divergências assim a gente já levantou, saímos um pouco do
2708 plenário, conversamos um pouco fora e voltamos. Está perto do almoço, as pessoas
2709 estão preocupadas já com o horário do almoço. Se a gente conversasse durante o
2710 almoço, fora desse ambiente formal de definição e voltássemos no início com uma
2711 posição, talvez. Eu acho que ajudaria.

2712
2713 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2714
2715 Tem dois inscritos aqui que são a Cynthia e o Tião. Conselheiro se o Senhor concordar
2716 que os dois falem antes que deve ser a mesma questão. Conselheira Cynthia primeiro e
2717 depois Tião inscrito. Conselheira Eliana.

2718
2719 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

2720
2721 Eu quero reforçar a título de encaminhamento a proposta do Marcos, porque eu acho que
2722 a gente tem um parecer rico, profundo e que já apontou para algumas convergências aqui
2723 no CONASP. E ele não pode ser simplesmente abandonado na perspectiva de uma
2724 Audiência Pública e manter o debate, senão a gente perde o foco do nosso trabalho.
2725 Então eu acho que seria saudável mesmo a gente interromper, conversarmos durante o
2726 almoço, porque independentemente de aumentar o debate na Audiência Pública, o
2727 CONASP tem que ter algum tipo de posição sobre esse parecer, que pode acatá-lo com
2728 as devidas ressalvas, mas tem que ter algum tipo de definição sobre ele. E essa definição
2729 pode ser composta neste período do almoço. Porque para mim o encaminhamento do
2730 Mariano é aquilo que eu falei na minha fala. É barrigar a discussão. É a gente não discutir
2731 uma questão que tem que ter opinião sobre ela. Até para estar numa Audiência Pública
2732 com um indicativo. Porque nós podemos estar na Audiência Pública acatando parte
2733 desse parecer e levantando questões que são divergentes, e que a audiência deve
2734 aprofundar, compreendeu? Então, eu acho que o encaminhamento do Marcos dá um
2735 tempo para a gente estar pensando como viabilizar isso.

2736
2737 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2738
2739 Conselheiro Tião com a palavra.

2740
2741 **Sebastião Santos – Viva Rio**

2742
2743 Três coisas. A primeira é que acho que temos que resolver agora antes do almoço e não
2744 entrar em discussão na parte da tarde. Já tem uma Pauta prevista para a tarde e acho
2745 que já foi suficientemente discutido este tema aqui. Segundo. Eu creio o seguinte. Há
2746 uma convergência. Há uma convergência por parte dos convidados de que o resultado do

2747 parecer, a Resolução do parecer, há consenso. Então, se houver acordo de que a
2748 Resolução do parecer é consensual e votamos apenas a Resolução sem os preâmbulos,
2749 acho que resolvemos isso. Se não há esse consenso, acho que a proposta do Mariano é
2750 muito bem vinda. Só faço a seguinte proposta. Se houver Audiência Pública não havendo
2751 consenso nas resoluções que a gente faça em parceria com a Comissão de Segurança
2752 Pública da Câmara dos Deputados, porque aí também ampliamos o debate para além do
2753 próprio espaço do Conselho. Transformamos isso numa coisa para a Sociedade.
2754

2755 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2756
2757 Conselheiro Almir pediu questão de ordem. Comissão de Segurança Pública da Câmara
2758 dos Deputados, Flávia.
2759

2760 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**
2761

2762 Eu acho, Presidente que a gente não vai ter condição na hora do almoço. Eu respeito a
2763 opinião de Cynthia, mas a gente vai almoçar em lugares diferentes e não vamos ficar
2764 como uma confraria para resolver essa questão agora na hora do almoço. Estou com
2765 fome mesmo e acho que não há consenso. Eu já tinha um consenso e foi mudado. Essa
2766 reunião mudou alguns consensos meus e isso é a riqueza não só de um lado como de
2767 outro. Quando eu ouvi Agadeilton eu reforcei alguns e quando ouvi Humberto, Matheus
2768 também foram mudados alguns consensos e não dá para decidir agora. Eu acho que o
2769 mais sensato foi o que Mariano propôs que a gente aprofunde e aí Agadeilton garantiu
2770 que a Audiência Pública é para fortalecer o trabalho como foi feito pelo GT e acho que
2771 não dá mais, já estamos ficando doidos da cabeça. Eu não tenho como votar. Se eu votar
2772 não considere.
2773

2774 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2775

2776 Conselheiro Benedito Mariano.
2777

2778 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores
2779 Municipais de Segurança Pública**
2780

2781 Com todo respeito à companheira Cynthia do Movimento Nacional de Direitos Humanos,
2782 em nenhum momento aqui tem a idéia de barrigar nada. Está claro aqui que esse debate
2783 ampliou o dissenso e não consenso. Vamos ser objetivos. A gente tem que procurar
2784 senão o consenso 100%, aquele gradativo. Hoje esse debate ampliou o dissenso. Essa
2785 Audiência Pública é para ter subsídio para maior compreensão do próprio Conselho. São
2786 três temas colocados aqui direta ou indiretamente. Objetivamente ou subjetivamente. Em
2787 alguns há consenso. Ninguém aqui é contra a autonomia técnica e funcional da Perícia.
2788 Se for só esse ponto o parecer, ele passa aqui por consenso. Mas os próprios
2789 Conselheiros e o relator, o Grupo de Trabalho trouxeram outros elementos relacionados a
2790 isso. Então eu queria ponderar que Audiência Pública, ela qualifica as três questões
2791 fundamentais que foi objeto do debate hoje de manhã.
2792

2793 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2794

2795 Conselheiro Agadeilton com a palavra.
2796

2797 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
2798 **Criminais Federais**

2799 Embora diga isso com muita angústia, mas até pelas posições que foram aqui trazidas,
2800 inclusive colocando em cheque algumas posições do parecer como se fossem
2801 inverídicas, eu acho que ter um momento para que se descubra para quem está com a
2802 verdade, eu me associo à idéia do Conselheiro Benedito de não votar hoje o parecer.
2803 Porque eu acho que não é saudável para meus colegas Conselheiros votarem um
2804 parecer onde pontos estão sendo questionados como inverídicos, e é bom que isso fique
2805 registrado, eu exijo que isso fique registrado, que foram questionados por Conselheiros,
2806 pelo Conselheiro Luis Nóbrega de que parte do parecer são inverídicos. E que a gente
2807 tenha a oportunidade se de fato saber se tem colocações no parecer que são inverídicas.
2808 E para finalizar, por conta dessas polêmicas levantadas e de forma muito constrangido eu
2809 defendo não pela questão da Audiência Pública. Eu acho que é muito salutar, mas eu
2810 defendo que não votemos o parecer hoje, que a gente promova essa audiência, promova
2811 o debate e que esclareçamos todos os pontos que foram aqui levantados sobre o parecer
2812 e que nós Conselheiros todos possamos contribuir de forma efetiva com a redação desse
2813 parecer, e não só o grupo, para depois a gente poder votar esse documento aqui dentro
2814 dessa Plenária de forma qualificada, segura, e se não com consenso, mas pelo menos
2815 com a maioria significativa. Muito obrigado.
2816

2817
2818 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2819

2820 Conselheiros, a Mesa faz o encaminhamento seguinte: Considerando que o autor da
2821 proposta, pelo menos representante do grupo autor da proposta fez o encaminhamento
2822 que não seja deliberado hoje e que há encaminhamento inclusive já acolhido por ele
2823 nesse sentido, e em razão do adiantado da hora e da fome que nos assola, como bem
2824 colocou o Conselheiro Almir, a Mesa encaminha no sentido que a gente delibere com
2825 relação a essa proposta do Conselheiro Mariano e que à tarde a gente possa retornar e
2826 seguir nossa vida. Logicamente até para que nós não tenhamos isso perdido, que nós
2827 possamos trazer aí, o Conselheiro Agadeilton, uma proposta de cronograma e data para
2828 estruturação dessa audiência. A Mesa está encaminhando para que haja quase um
2829 consenso, se a Conselheira Cynthia também assim entender, que o próprio autor da
2830 proposta encaminhou para que a gente não defina e não delibere antes da ampliação da
2831 discussão. Com a palavra Conselheira Cynthia. Microfone, por favor.
2832

2833 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
2834

2835 Só para concordar com o Conselheiro Marcos Costa em todos os pontos e acho que
2836 realmente engrandece o debate fazer uma audiência e discernir exatamente que tipo de
2837 autonomia, natureza e grau dela e também ratifico tudo o que foi dito aqui, somente com
2838 relação que não quis dizer com relação a você ter má-fé a algumas propostas. Mas
2839 vamos discutir mais na frente num debate mais amplo e concordo com vossa Senhoria
2840 em todos os pontos.
2841

2842 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**
2843

2844 Só a respeito do encaminhamento da Mesa, eu acho que só registrar que para nós da
2845 Sociedade Civil, dessa Sociedade Civil que é criminalizada, que está nas ruas, que é
2846 vitimizada nas instituições, na prática, que é muito difícil para a gente. Quando a gente

2847 aprofunda um tema que diz respeito diretamente ao nosso dia-a-dia, à nossa vida e
2848 quando a gente tem oportunidade de mexer um pouquinho nessa coisa de atestado de
2849 óbito com causa morte desconhecida e a gente não tem a coragem de fazê-lo, porque
2850 entende que é necessário continuar discutindo e a vida continua seguindo. Para mim
2851 efetivamente, me desculpa meu querido Mariano, com todo respeito que eu tenho por ti e
2852 pela tua história, às vezes algumas estratégias vêm no sentido mesmo de barrigar pode
2853 ser uma palavra indelicada, mas de se furtar a tomar uma posição mais concreta com
2854 relação a algumas coisas que mexem diretamente nas esferas de poder. Então, sou
2855 obrigada a declarar isso, minha insatisfação, a minha frustração com essa tal de
2856 democracia participativa, que às vezes lhe falta muito efetividade. E como o relator da
2857 câmara abre mão do enfrentamento no âmbito do CONASP sobre isso, obviamente a
2858 gente no momento é claro que a gente vai acatar o encaminhamento da Mesa.
2859

2860 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2861 Pois não, Conselheira Tereza com a palavra. Inscrito Conselheiro Marcos Costa.

2862 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -
2863 CONDEGE**

2864 Pelo seguinte, se a gente definiu aqui a aprovação da Pauta de um parecer que é
2865 encaminhado pela Mesa, eu gostaria que todas as Pautas, elas definissem uma
2866 metodologia de encaminhamento. Por exemplo, a gente definiu, aprovou a Pauta do
2867 parecer, o grupo de estudo se debruçou e exatamente este Conselho eleito por todas as
2868 representações pertinentes, na minha opinião tem poder e tem inclusive proposições de
2869 encaminhamento que no meu entendimento ocorreram vários e que deveriam ser votados
2870 não este último mas uma série de outros, se este Conselho não tem condição de aprovar
2871 este parecer hoje, não tem problema. Vamos convidar todos aqueles que foram definidos
2872 aqui por este Conselho para que falem. Eu só fico preocupada se no porvir, outro parecer
2873 seja solicitado em proposição da Mesa, para que se discuta por um grupo que se
2874 debruça, que faz estudos e que depois a gente pense em rever tudo. É melhor então se
2875 criar uma metodologia. Audiência Pública, etc e tal, para quando se trouxer a proposta já
2876 definida, esse Conselho aqui... A minha preocupação é nesse sentido, porque eu também
2877 concordo e se fosse decerrar uma série de informações, como, por exemplo, a grande
2878 Pauta hoje do Brasil é homicídio. Existem processos que a instrução determinou e que se
2879 esperam laudos para que o juiz julgue. Por exemplo, no meu estado da Bahia a Perícia
2880 ela tem um problema com relação à quantidade de substância psicoativa que a gente não
2881 pode de forma nenhuma imputar ao assistido criminalizado que não teve acesso a nada
2882 de que ele é ou não culpado, se a gente não tem nem balança para pesar o quantitativo.
2883 Então na verdade há uma preocupação também, de que se fosse também falar, dada a
2884 seriedade do que se está colocando. É nesse sentido.
2885

2886 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2887 Conselheiro, com relação à metodologia, eu creio que ela já existe passou pela discussão
2888 da Câmara Técnica, o Conselheiro Agadeilton circulou, a Secretaria-Executiva circulou
2889 para todos também. O que eu percebo aqui é que talvez os Conselheiros não se sentiram
2890 ainda em condições de votar. Eu achei que foi isso. Conselheiro Marcos Costa com a
2891 palavra.
2892

2897 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2898

2899 Em relação ao que foi os consensos estabelecidos em Audiência Pública a gente poderia
2900 definir o seguinte. Define que um representante do GT mais a Mesa Diretora vão ficar
2901 responsáveis pela organização da Audiência Pública e dos contatos com a Comissão de
2902 Segurança Pública e há uma dúvida que eu tenho, se essa Audiência Pública seria para
2903 todo o Conselho ou não. Se for para todo Conselho a gente já poderia deixar pré
2904 convocada uma Reunião Extraordinária do CONASP na data da audiência que for
2905 definida. Então já deixa assim que houve uma decisão de que na data que for definida a
2906 Audiência Pública haverá uma Reunião Extraordinária, porque aí o Ministério da Justiça
2907 terá que trazer todo mundo formalmente para participar como ouvintes. Então o
2908 encaminhamento basicamente é esse. Mesa Diretora e representante do GT,
2909 organizando e uma pré-convocação da extraordinária.

2910

2911 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2912

2913 Questão de ordem com o Conselheiro Sílvio.

2914

2915 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**

2916

2917 Eu queria só fazer uma colocação rápida. Por quê essa Comissão de Segurança Pública
2918 participar? Nós não precisamos dela. Eu acho que o debate é nosso interno da Câmara.
2919 Espera um pouquinho, mas aprovar o quê? Eu discordo. Eu acho que temos que fazer
2920 isso num outro contexto. Não quero colocar mais brasa. Porque eu acho que isso é
2921 âmbito do CONASP. A Audiência Pública proposta pelo CONASP? Já existe essa
2922 representação, para que a gente chamar? Eu acho que é criar problema. Audiência
2923 Pública é público, eles podem vir como não vir. Mas não formalmente convidar ninguém.

2924

2925 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2926

2927 Então, parece-me que há um encaminhamento no sentido de que nós então vamos
2928 colocar em votação o encaminhamento do Conselheiro Benedito Mariano, no sentido de
2929 que façamos a suspensão dessa discussão, nós não vamos votar o mérito, vamos já
2930 produzir uma Audiência Pública com os convidados, e aí creio que seria interessante que
2931 nos informes de amanhã nós já relacionemos aqueles Conselheiros que tenham sugestão
2932 de convidados que já encaminhem para a Secretaria-Executiva, para que amanhã a
2933 gente já encaminhe e circule entre os Conselheiros a proposta de quem serão os
2934 convidados e mais ou menos o formato da Audiência Pública. Pode ser assim? Os
2935 Senhores Conselheiros que concordam com essa proposta apresentada pelo Conselheiro
2936 Benedito Mariano casada com a do Conselheiro Marcos Costa, permaneçam como estão.
2937 Uma abstenção.

2938

2939 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2940

2941 Só que a minha proposta é que a organização vai ficar a Mesa Diretora mais um
2942 representante.

2943

2944 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2945

2946 Está lá. Gostaria que fosse registrada em Ata a abstenção da Conselheira Cynthia Pinto.
2947 Senhores Conselheiros, bom almoço à todos e as 14H30 estaremos aqui novamente
2948 neste mesmo lugar.

2949

2950 **Almoço**

2951

2952 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**

2953

2954 Bom, novamente boa tarde a todas e todos. Nós não temos quorum? Nós não temos
2955 quorum. A proposta é a mesma da manhã. Sem deliberarmos, mas pelo menos
2956 avançarmos na exposição. Eu pergunto a todos se concordam que prossigamos nessa
2957 dinâmica? Pois não?

2958

2959 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscoopia e Identificação**

2960

2961 Como estava na Pauta pela manhã e não deu tempo da gente discutir é a apresentação
2962 de uma recomendação para o Instituto de Identificação da Bahia, eu gostaria então que
2963 ficasse para o final da tarde quando tivesse o quorum.

2964

2965 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**

2966

2967 É bom, porque para deliberar pelo menos já faz de uma vez.

2968

2969 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2970

2971 Minha questão de ordem é justamente essa questão do quorum. Na parte da manhã teve
2972 uma interpretação, queria compreender qual é a interpretação da Mesa sobre essa
2973 questão do quorum de instalação e quando se suspende ou não, porque talvez no
2974 Regimento não seja aquela da de manhã.

2975

2976 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2977

2978 Bom, a interpretação que nós demos de acordo com o Regimento é a seguinte. São duas
2979 questões que nós temos que tê-la. Em razão da dificuldade nessa reunião específica que
2980 nós temos 20 Conselheiros confirmados e nós temos infelizmente uma Pauta grande, a
2981 opção que nós tivemos quando nos tratarmos de questão de deliberação nós
2982 suspendemos esse ponto de deliberação. O Regimento traz o seguinte, como aconteceu
2983 de manhã inclusive aqui no artigo 23, inciso segundo, principalmente o segundo e o
2984 terceiro. "Durante a reunião que deverão estar presentes pelo menos um terço dos
2985 membros do CONASP." Então não havendo quorum permite 30 minutos e depois dos 30
2986 minutos instalar-se-á a sessão com um terço desde que esteja presente um
2987 representante de cada segmento. A dificuldade que nós tivemos é quando nós estamos
2988 apresentando, e isso foi feito de manhã, por exemplo, não havia deliberação naquele
2989 momento nós seguimos a Pauta para que nós pudéssemos não ter uma perda tão grande
2990 como de fato nós conseguimos. E conhecer o tema. Foi essa.

2991

2992 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2993

2994 Salvo engano vocês estavam contando quinze, não era isso?

2995

2996 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
2997
2998 Dezesseis para deliberar.
2999
3000 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
3001
3002 Naquele momento final também eram quinze que estavam sendo contados, né?
3003
3004 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3005
3006 Dezesseis.
3007
3008 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
3009
3010 Pois é, a minha interpretação do Regimento é um pouco diferente. É o seguinte, a
3011 reunião começou no horário indicado e presentes maioria absoluta, aí dá 16. Constatada
3012 a ausência do quorum mínimo estabelecido os 16, você aguarda 30 minutos. Decorridos
3013 os 30 minutos a reunião é iniciada para todos os efeitos com um terço, dez, desde que
3014 tenha um em cada segmento. E aí o que ocorre? A gente não tem duas reuniões em dois
3015 dias, a gente tem uma reunião única que foi instalada de manhã e que vai até amanhã e
3016 aí tem os períodos de interrupção. Ou seja, o quorum de instalação precisa seguir essa
3017 ordem. Durante a reunião deverão estar presentes pelo menos um terço dos membros do
3018 CONASP. Quer dizer, dez. Baixou de dez, aí você aguarda duas horas. Duas horas sem
3019 voltar, é interrompida a reunião. E o quorum também é visto no momento da votação.
3020 Então a Mesa estava trabalhando com quinze, mas não é com quinze que se trabalha,
3021 trabalha-se com quinze no início, de manhã. Espera meia hora e tem dez, um de cada
3022 segmento e instalou. E aí, por exemplo, se tem quinze e depois fica dez, aqueles quinze
3023 foram convocados, sabe que estão aqui, sabe que o plenário vai decidir e se estão
3024 ausentes assumem o risco de não avaliar e aceitar a decisão da Plenária. Então era um
3025 pouco diferente do que a Mesa estava fazendo hoje. Eu acho que durante a reunião, a
3026 gente tem que se preocupar com dez, não com quinze.
3027
3028 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3029
3030 Na verdade, o que acontece? Cabe interpretações e inclusive o próprio regimento diz o
3031 seguinte: Se durante a reunião se arrastar e não houver mais quorum a reunião deverá
3032 ser suspensa por cinco minutos. E então se há essa colocação, a lógica compreendida é
3033 que logicamente os trabalhos não sejam interrompidos, que eles sejam apenas
3034 suspensos com a falta de quorum. E que se não houvesse essa ressalva, por exemplo,
3035 nós poderemos iniciar a reunião, aí que a intenção desse tópico quando diz da
3036 suspensão da reunião é garantir que haja participação durante as reuniões. O que estou
3037 querendo dizer com isso? Se, por exemplo, no caso em tela, e aí com relação ao número
3038 podemos também discutir. Mas no caso em tela que eu coloco, o quorum não é só
3039 verificado no momento da instalação. Ele é verificado no momento da instalação e
3040 durante a reunião. Para a tomada de decisão tem determinadas questões que exigem um
3041 quantitativo mínimo de votantes. Então cabe discussão, nós vamos estar analisando de
3042 uma forma mais próxima, mas a interpretação da Mesa foi essa. Nós temos que verificar
3043 o quorum em dois momentos. No primeiro momento da instalação e no segundo
3044 momento durante o desenvolver da reunião, sob inclusive a lógica que tenha que ocorrer
3045 como nós fizemos de manhã, em que não havendo quorum mínimo que nós

3046 suspendamos a reunião. Logicamente que merece uma análise mais aprofundada e nós
3047 vamos fazê-la agora.

3048
3049 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**
3050

3051 Para quem recorda ainda quando da aprovação do nosso Regimento, exatamente para
3052 não travar os trabalhos foi que a gente baixou o quorum mínimo de dez com no mínimo
3053 um de cada entidade. A instalação normal é como em todas as associações. No mínimo
3054 os 16. Não tendo os 16 e espera-se meia hora e começa-se com no mínimo dez, um
3055 terço e daí vota e aprova-se. É o que eu me recordo de quando da aprovação e
3056 discussão desse quorum mínimo. Então acho que o Marcos nesse aspecto estaria com a
3057 razão.

3058
3059 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**
3060

3061 A minha tendência que realmente é de acelerar e não travar, a minha tendência é de
3062 acatar que seja por dez também. Eu acho que sem qualquer prejuízo, mesmo porque a
3063 nossa intenção aqui é de que não haja travamento nenhum, mas que também não
3064 percamos a representatividade. Então eu acho que a gente tem que fazer uma
3065 ponderação nesse sentido. Garantido a Sociedade Civil, garantidos os trabalhadores e
3066 gestores numa proporção que não traga prejuízo, eu não vejo problema de votar, mesmo
3067 porque aqueles que aqui estão em Brasília e não se fazem presentes não tem nem o que
3068 reclamar. E aqueles que disseram não posso ir eu não vejo problema desde que a gente
3069 garanta pelo menos a proporcionalidade. A proporcionalidade não, me perdoem. Garanta
3070 a representatividade dos três segmentos, no mínimo de um Conselheiro de cada
3071 segmento. Não a proporcionalidade, me perdoem, acho que não fui feliz, mas garanta a
3072 representatividade.

3073
3074 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
3075

3076 Agnaldo não está de todo equivocado. Só explicar. No artigo 48 se fala que a aprovação
3077 de Resolução, recomendação depende da maioria absoluta.

3078
3079 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**
3080

3081 Mas você não interrompe os trabalhos. O que foi feito está correto. Mas como tem
3082 quorum qualificado, aí se for contar neste caso então o Agnaldo está corretíssimo, você
3083 tem que conferir o quorum antes da votação. Eu acho que então podemos por isso por
3084 essa posição. Então podemos prosseguir sem problema? Pode seguir? Ela foi qualificar a
3085 proposta do Marcos para mim. Então vamos lá. Apresentação com a Eliana.

3086
3087 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
3088

3089 Bom, boa tarde, gente. Vamos começar aqui a nossa tarde do primeiro dia de trabalho.
3090 Então, a gente decidiu que à tarde iríamos discutir a proposta preliminar da apresentação
3091 da Segunda Conferência e antes de focar nos pontos que a gente vai de fato precisar
3092 definir, queria só dar uma repassada, porque eu acho que tem alguns Conselheiros que
3093 não estavam aqui presentes quando a gente fez essa apresentação, e enfim, eu queria
3094 pedir para a gente tentar ser bastante objetivo e tentar focar para a gente resolver essa
3095 questão para ela não se arrastar até o ano que vem, a própria discussão do projeto e

3096 cumprir essa agenda nesse mandato que é uma coisa que a gente se comprometeu de
3097 estar encaminhando à segunda Conferência. Então assim, acho que todo mundo
3098 recebeu, a Suelen mandou para todo mundo a proposta, e a idéia seria, se não tem
3099 alguém aqui que queira fazer algum destaque nas partes que a gente identificou que
3100 precisam ser revistas, mas de repente tem alguém aqui que viu alguma coisa que não é
3101 nessa parte por exemplo. Assim, só para lembrar, a questão do tema Segurança Pública,
3102 Direito Humano Fundamental. Isso foi aprovado na última reunião nossa, mas enfim tem
3103 gente que não estava aqui, tem alguma questão em relação a isso, do lema ser esse,
3104 para a gente ir justamente definindo e passando para os pontos que são mais polêmicos.
3105 Eu só estou abrindo para respeitar e quem não teve a oportunidade de falar, quiser
3106 acrescentar uma palavra.
3107

3108 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3109
3110 Eliana, a gente podia encaminhar uma metodologia da apresentação. Se os Conselheiros
3111 concordarem a Mesa encaminha o seguinte. Que a Eliana faça toda a apresentação dela
3112 e cada um anote suas observações, e ao final quando ela esgotar a apresentação a
3113 gente faz apontamentos texto a texto ou capítulo por capítulo. Pode ser assim?

3114
3115 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3116
3117 É porque na verdade eu não vou apresentar como a gente apresentou para ganhar
3118 tempo. Eu vou direto para os pontos, mas como alguns não estavam, eu estou dando a
3119 oportunidade das pessoas se manifestarem ou então anotem. Só queria pedir para o
3120 Agadeilton e o Humberto para estarmos juntos, porque isso é uma coisa importante para
3121 o CONASP e a gente sempre deixa para o final e essa é uma agenda de todo mundo.
3122

3123 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3124
3125 O Márcio colocou aqui uma sugestão que eu achei interessante. Até para que a gente
3126 depois não seja atropelado pelo processo, seria interessante que então você faça o
3127 desdobramento como você vai colocar e que todos nós já nos preparemos, creio que
3128 todos têm cópia desse material, para que a gente tenha realmente a seqüência lógica,
3129 para que a gente encaminhar tópico a tópico.
3130

3131 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3132
3133 Então ta. No projeto a gente vai fazer um antes dente e uma justificativa da necessidade
3134 da Segunda Conferência, que significa um pouco o resgate da Primeira Conferência e um
3135 pouco das definições, das prioridades da primeira Conferência, fazer um balanço da
3136 implementação, já que a Câmara de Mobilização fez um levantamento dentro dos órgãos
3137 responsáveis para estar implementando as diretrizes da Primeira Conferência e meio que
3138 a gente vai fazer um resumo aqui, apresentando o que avançou da primeira para a
3139 segunda. Na verdade, é um texto mais denso, corrido e por isso que não está aqui,
3140 porque precisa ser melhor elaborado. Mas o conteúdo é o resgate da Primeira
3141 Conferência do ponto de vista histórico e da importância. E um pouco o balanço do que
3142 foi implementado de fato. Bom, e aí entrando já na Segunda Conferência, uma questão
3143 importante é o lema da Segunda Conferência. A gente propôs e foi discutido aqui o lema
3144 ser: Segurança Pública, Direito Humano Fundamental. Quem tiver algum destaque para
3145 esse lema, aí no final vai falando. A Comissão Organizadora da Segunda Conferência

3146 seria o Conselho Nacional de Segurança Pública, envolvendo a Câmara Técnica de
3147 Mobilização e o Pleno do CONASP. E o Ministério da Justiça, obviamente, nesse
3148 processo. A terceira parte da proposta tem a caracterização das instâncias organizativas
3149 da Segunda Conferência. Então as instâncias nacionais, o CONASP sendo essa
3150 instância. No caso dessa instância nacional a gente contaria com o apoio das
3151 coordenações específicas envolvendo as seguintes áreas da infra-estrutura,
3152 comunicação, mobilização, metodologia, formação e sistematização. Isso tudo,
3153 obviamente, junto com o Ministério da Justiça, junto conosco. As instâncias estaduais que
3154 seriam aonde houver Conselhos Estaduais de Segurança Pública. Seria também um
3155 momento da gente estar contribuindo, tentando fomentar a criação dos conselhos. Onde
3156 não tenha de alguma maneira a discussão da Segunda Conferência, ela contribua para
3157 que esses estados finalmente organizem seus conselhos. E a idéia é promover,
3158 respeitando aí essa proporcionalidade de 40%. Está pedindo um aparte aqui.
3159

3160 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3161 Só para dizer para quem tiver destaque, falar destaque. Só para anotar o ponto.

3164 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3166 Nós combinamos que vai ser feito no final. Porque possivelmente sobre esse ponto
3167 outras pessoas vão ter destaque também.

3169 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**

3171 Mas eu acho que poderia por em amarelo, porque senão como é que a gente vai saber
3172 como a gente vai voltar?

3174 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3176 Então no lema tem algum destaque voltando? O lema tem? Estou perguntando para botar
3177 em amarelo. Tem algum destaque alguém? Nas comissões organizadoras, as instâncias
3178 organizadoras? Tem destaque?. A gente viu instância nacional, estamos na estadual.
3179 Nacional tem destaque que é a Regina? Nacional, não. É na estadual. "Então na estadual
3180 a proposta é ter 40 da Sociedade Civil, 30 de gestores e 30 de trabalhadores da área.
3181 Estamos respeitando um processo que a gente construiu aqui. Aqui tem tudo o que vai
3182 fazer, o que essa Comissão Organizadora da instância estadual faria, então está
3183 explicado aqui um pouco. Do ponto de vista do número de participantes da Segunda
3184 Conferência Nacional de Segurança Pública, a gente está propondo um número de 600
3185 representantes da Sociedade Civil, 447 trabalhadores da área de Segurança Pública e
3186 447 gestores e 100 convidados o que totaliza 1594 participantes." Tem destaque? Eu sei,
3187 mas a gente está fazendo primeiro a proposta. Heder tem proposta. "O público a ser
3188 atingido: Trabalhadores da área de Segurança, Gestores e Sociedade Civil." Tem
3189 destaque, porque já tem propostas que eu recebi de ter outros segmentos aí. Eu mesma
3190 queria pontuar isso na proposta do público a ser atingido. Bom, o Objetivo Geral.
3191 "Aprofundar a reflexão sobre a Política Nacional de Segurança Pública com participação
3192 ativa da Sociedade Civil, dos trabalhadores da área e dos gestores públicos, visando
3193 garantir os possíveis avanços dos princípios e diretrizes já pactuados na primeira
3194 CONSEG e efetivar o princípio da segurança como direito humano fundamental de todos
3195 os brasileiros e brasileiras." Tem algum destaque para o objetivo geral? Marcos tem. Os

3196 objetivos específicos são aqueles que a gente tem que fazer acontecer como objetivo da
3197 Segunda Conferência. "Proporcionar o encontro e a troca de experiências entre os
3198 segmentos da Sociedade Civil, Trabalhadores e Gestores Públicos atuantes no campo da
3199 Segurança Pública e do Sistema Penitenciário. Definir prioridades para a Política
3200 Nacional de Segurança Pública a partir dos eixos temáticos escolhidos para a Segunda
3201 Conferência Nacional de Segurança Pública, a fim de subsidiar o plano Nacional de
3202 Segurança Pública. Mobilizar diferentes órgãos do poder público e a Sociedade de modo
3203 geral sobre a necessidade se efetivar o conceito de Segurança Pública como direito
3204 humano fundamental. Fortalecer e qualificar a participação social no debate sobre as
3205 políticas de Segurança Pública. Fomentar a criação de conselhos municipais e estaduais
3206 de Segurança Pública. Construir a metodologia sobre as estratégias de implementação,
3207 monitoramento e avaliação das resoluções da Segunda Conferência Nacional de
3208 Segurança Pública, de forma que os e as participantes possam deliberar recomendando
3209 definições para as políticas públicas para serem realizadas nos municípios e estados em
3210 nível Federal." Tem destaque para o objetivo específico? É porque isso aqui já é
3211 contribuição, já foi incorporado. Você deve estar com a versão anterior. Tudo bem. Tem
3212 destaque para os objetivos específicos? Tem ou não, gente? Então vamos lá. Bom, aí
3213 tendo em vista o lema que nós aprovamos e os objetivos específicos aqui apresentados,
3214 a gente vai desenvolver algumas etapas preparatórias e eletivas de caráter mobilizador,
3215 formativo e propositivo a partir dos seguintes eixos temáticos priorizados no texto base
3216 que a gente a partir desta aprovação vai discutir uma metodologia de elaborar esse texto
3217 base. Na realidade esses eixos temáticos foram propostos e aqui a gente precisa, é um
3218 dos itens que já foram colocados que a gente precisa estar pactuando aqui. Então vamos
3219 lá. Os eixos temáticos. Inicialmente a Câmara de Mobilização propôs quatro e na
3220 discussão aqui preliminar houve a proposta de cinco eixos temáticos. Então é a primeira
3221 questão a se discutir. Se serão quatro ou cinco. A partir dessa decisão a gente vai extrair.
3222 Se forem quatro, três diretrizes e 12... desculpem. A partir desses eixos serão extraídas
3223 três diretrizes por eixo que vão totalizar 12 e se forem cinco, serão quinze diretrizes.
3224 Então vamos lá. O primeiro eixo temático. "Gestão democrática e financiamento da
3225 política pública de segurança." Nesse caso a gente teria como conteúdo ou subitem
3226 compartilhamento da gestão da informação envolvendo a produção o processamento e
3227 utilização pelos órgãos da Segurança Pública nas três esferas federativas. A
3228 democratização e publicidade dos dados da Segurança Pública para a Sociedade.
3229 Financiamento da Segurança Pública a partir de um paradigma que considere uma
3230 perspectiva preventiva e que priorize as diretrizes da segunda CONSEG. Gestão
3231 participativa e compartilhada do Sistema de Segurança Pública e fomento da criação dos
3232 Conselhos Estaduais e Municipais." O que é importante que eu acho que tem que ser
3233 observado aqui? Em cada eixo proposto aqui a gente fez um esforço de estar colocando
3234 quais seriam os conteúdos contemplados nessa discussão. Então o que precisa olhar é
3235 se a partir da perspectiva de cada um, se esses conteúdos estão contemplados aí, por
3236 exemplo, no eixo que trataria da questões da gestão democrática do financiamento e da
3237 política pública de Segurança Pública. Tem destaque para esse eixo? O arquivo está
3238 diferente. A Heloísa tem esse arquivo, porque foi impresso. Esse que estava dentro das
3239 pastas. Gente, primeiro eixo temático tem algum destaque ou não? Vou passar, hein? Vai
3240 ficar como aprovado. Quem cala, consente, hein? Apesar de que vocês falam muito. Eixo
3241 2.
3242

3243 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**

3244

3245 Já estão falando aqui que graças a Deus que você não é nem do Exército e nem da
3246 Polícia Militar, porque se você fosse todo mundo ia pedir para sair. Eu já falei que as
3247 coisas estão mudando de um jeito tão democrático e tão diferente.

3248
3249 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
3250

3251 Vamos lá, eixo dois, posso ir? Vocês permitem? Sistema Prisional, Acesso à Justiça e
3252 Direitos Humanos. Seria o segundo item e vamos aos conteúdos. Todo mundo está com
3253 essa folha aqui. Não tem problema, não. Enquanto vocês procuram a gente continua
3254 aqui. Políticas de Segurança e Mudanças no Paradigma do encarceramento. Sistema de
3255 Justiça e Segurança e Direitos Humanos. Medidas Alternativas à Prisão. Inserir mais forte
3256 de acesso à justiça. Destaque para esse. Já tem destaque no eixo 2. Eixo 3. Cultura de
3257 Paz, Prevenção à Violência e Combate à Discriminação. Conteúdos. Violência e
3258 Discriminação Étnica e Racial. Inter geracional, de gênero, Identidade de gênero,
3259 Orientação Sexual, População na Rua, não é de rua não. Povos e Comunidades
3260 Tradicionais. Redução da Violência Armada, Controle de Armas de Fogo e Munições.
3261 Enfrentamento das Questões Relacionadas ao contexto das drogas. Mortes violentas no
3262 Brasil, homicídios e acidentes. Extermínio da Juventude Negra. Mídia, Grupos
3263 Discriminados de Segurança Pública e Propostas de Desmembramento. Isso aqui é o
3264 seguinte. Isso aqui é porque como tem muito conteúdo esse eixo, foi feita uma proposta
3265 de fazer justamente aqui um eixo cinco. Desmembrar esse eixo aqui. Porque são quatro
3266 que a gente propôs. Fazer o quinto desmembrando esse. Destaque no eixo 3. E já tem
3267 uma proposta de desmembramento desse eixo. Eixo quatro. Combate à discriminação.
3268 Essa, só para vocês entenderem, essa aqui era uma proposta original da câmera e
3269 quando veio naquela discussão, por exemplo, extermínio de juventude foi proposto subir,
3270 por isso que já está aqui. Então estou repetindo, porque é a proposta original. “
3271 Extermínio da Juventude Negra, violência e exterminação etnoracial, intergeracional de
3272 gênero, identidade de gênero, orientação sexual, população na rua, povos, comunidades
3273 tradicionais, mídia, grupos discriminado de Segurança Pública. A idéia seria, o três e
3274 quatro, haver uma mudança aqui. Destaque no quatro também, por favor. Eixo cinco.
3275 “Instituições Policiais, Valorização Profissional e Controle Social. Formação dos
3276 Operadores da Segurança Pública e sua relação com o cidadão, Qualidade de Vida do
3277 Operador de Segurança Pública considerando a saúde mental, drogadição e adquirida no
3278 exercício do trabalho. Combate às práticas discriminatórias institucionalizadas, tais como:
3279 Racismo, Homofobia e outros. Políticas de Controle a Violência Institucional, Controle
3280 Social das forças policiais, efetivar o Sistema Único de Segurança Pública e
3281 estabelecimento do marco legal, Políticas de melhoria das condições de trabalho dos
3282 operadores da Segurança Pública. Está repetido porque a gente respeitou todas as
3283 contribuições. Destaque também, né? Vamos para as mais polêmicas. Etapas
3284 preparatórias e eletivas. Bom, o processo de mobilização envolverá etapas preparatórias
3285 e eletivas. Quais são as etapas preparatórias? Aquelas em que não seriam eleitos
3286 delegados para a Conferência. Então as etapas preparatórias não elegem
3287 representantes, mas enviam propostas diretamente para a etapa nacional. A validade das
3288 etapas preparatórias estará condicionada à discussão do texto base, observância da
3289 proposta metodológica da Segunda CONSEG e envio de relatório de acordo com modelo
3290 e prática estabelecidos. Os métodos devem ser os mais abertos possíveis para favorecer
3291 a elaboração. Será elaborada uma recomendação que potencialize a territorialização dos
3292 debates. Isso é uma proposta 1. Proposta 2. Critérios para que as propostas sejam
3293 enviadas a etapa nacional será de dois terços de aprovação. Esse critério visa reduzir o
3294 volume e qualificar as propostas que chegarão até a Conferência Nacional. Proposta 3.

3295 Todas as propostas provenientes das etapas preparatórias devem passar pelo crivo da
3296 etapa estadual. Isso é diferente, tá? Dentre as etapas preparatórias propõe-se a
3297 realização das seguintes modalidades de atividades. Conferências livres, seminários
3298 temáticos e etapas municipais livres preparatórias, no caso de cidades com menos de
3299 200 mil eleitores. Isso é proposta 1 do ponto de vista da questão de quem manda e quais
3300 seriam as formas de fazer acontecer essa participação. A proposta 2 desse ponto de vista
3301 aqui é a supressão das etapas municipais preparatórias e todas as conferências
3302 municipais seriam eletivas. É uma proposta de que também se elejam delegados nas
3303 municipais. Foi colocada também essa proposta. Então uma proposta é apenas do ponto
3304 de vista do município, estaria dentro da proposta de preparatória e não elegeriam
3305 delegados. E a segunda proposta é que haja também no nível municipal delegados
3306 eleitos. E tem uma outra proposta nesse caso que os municípios com índice mais grave,
3307 do ponto de vista da violência que sejam considerados independente do tamanho da sua
3308 população. Então é uma terceira proposta. Aí tem as conferências livres nessa etapa,
3309 seminários temáticos que tem propostas aqui. Na realidade seminários temáticos
3310 estariam de alguma maneira em consonância com eixos temáticos, e então não tem
3311 muita novidade nesse sentido. As etapas municipais preparatórias que dependendo da
3312 forma que a gente decidir, aí a gente vai ver como elas acontecem para escrever nessa
3313 etapa como é que ela vai ser. As etapas eletivas. A primeira proposta dessa etapa eletiva.
3314 Municípios com mais de 200 mil eleitores poderão realizar etapas eletivas. Proposta 2.
3315 Critério para que o município seja eletivo serão índices de violência, nessa lógica para
3316 manter número de 1500 participantes na nacional seriam os 77 municípios mais violentos.
3317 Proposta 3. Todos os municípios devem ser eletivos. Tem destaque aqui, obviamente.
3318 Tudo isso aqui tem destaque, né? Fluxo de representantes e envio de propostas. Só
3319 estou rememorando, porque todo mundo já sabe que é onde tem problema. Bom, todas
3320 as etapas preparatórias, conferências livres, seminários temáticos, conferências
3321 municipais enviaram propostas diretamente para a etapa nacional. E tem uma proposta
3322 do fluxo de como isso chegaria na etapa nacional. Nas etapas estaduais e municipais
3323 eletivas, se por exemplo, a proposta de se vencer por exemplo a proposta de 200 mil, os
3324 municípios que tiverem 200 mil como população encaminharão propostas e elegerão
3325 representantes da Sociedade Civil e dos trabalhadores para a etapa nacional. As
3326 propostas das etapas estaduais também serão encaminhadas para as Secretarias
3327 Estaduais de Segurança Pública. E aí a metodologia. A metodologia da Segunda
3328 Conferência, ela tem como princípio priorizar os princípios e as diretrizes, incluindo as
3329 estratégias que possibilitem equacionar eventuais contradições. Na verdade foi uma
3330 questão muito levantada na Câmara, que muitas das questões que foram aprovadas na
3331 primeira CONSEG, algumas delas a gente já aprovou coisas que se contradiziam. E aí
3332 ficou difícil a própria implementação disso na hora de colocar na prática. Que a gente já
3333 observe isso na hora que virão de outros estados para apresentar essas contradições
3334 antes de preparar para as discussões na Segunda Conferência. Aí tem a questão das
3335 votações do que vai para o relatório final. Na nossa Câmara teve uma discussão de que
3336 muito do que tem no relatório final da Primeira Conferência, primeiro tem essa questão
3337 das contradições e segundo muitas das questões que estão ali apresentadas acaba que
3338 não tem uma indicação de como aquilo que vai ser de fato implementado. Que a gente
3339 procure fazer um relatório apresentando a viabilidade disso. E aí o outro item tem a ver
3340 com a eleição dos representantes que eu acho que o Heder tem no projeto uma tabela
3341 que foi feita a partir da primeira CONSEG com as representações que essa tabela que
3342 está aí, e o Heder tem uma proposta. Cadê o Heder que ele queria apresentar para
3343 contrapor essa proposta aqui.
3344

3345 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3346

3347 Ele saiu. Destaca e pode seguir, na hora a gente chama.

3348

3349 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3350

3351 Aí então isso aqui é uma questão muito polêmica, a questão do voto. A gente propôs o
3352 voto cruzado, tanto a Sociedade Civil quanto trabalhadores que de certa forma já
3353 aconteceu na primeira em relação ao voto, como o voto seria. E uma coisa que a gente
3354 queria que também fosse discutido é como seria a avaliação da conferência durante o
3355 período e entre uma conferência e a outra. Então que houvesse de fato uma discussão
3356 da conferência, quem desses delegados que participaram na conferência como é que de
3357 alguma maneira há um acompanhamento e um controle sobre esse processo que
3358 acontece. Porque o CONASP de alguma maneira está tentando Pautar essa questão do
3359 que aconteceu da primeira conferência para a segunda, para não ter esse sentimento de
3360 que a conferência é um investimento muito alto, se mobiliza a Sociedade em temas
3361 importantes, mas depois disso não se sabe nada. Só na outra conferência é que as
3362 pessoas voltam a falar dessa questão. A gente queria enfatizar a importância de se
3363 avaliar esse processo no processo entre uma conferência e outra. Que a gente tivesse
3364 algum produto que pudesse ser devolvido para esses delegados, para além do relatório
3365 que é feito. Não é isso, mas depois de um ano o que foi implementado, o que chegou e
3366 como isso se torna público nos avanços da conferência? A gente de alguma maneira
3367 prestar contas de uma coisa que é pública e é um dinheiro significativo que é gasto e as
3368 pessoas não tomam conhecimento. Na conferência decidiu isso, mas entre uma
3369 conferência e outra, o que acontece? Como as pessoas entram em contato com aquilo
3370 que foi implementado. Aí foi sugerido a gente usar um sistema que é o SINEC que já foi
3371 falado aqui para a gente estar acompanhando as diretrizes definidas e que a gente defina
3372 produtos, não somente relatório, mas o Ministério tem um grupo de trabalho que trabalhe
3373 junto com o CONASP criando esses produtos para serem divulgados para todo mundo.
3374 Aí tem os resultados esperados, os produtos e o cronograma financeiro que a Suelen em
3375 cima da última conferência propôs aqui. Assim, como representante da Comissão de
3376 Mobilização, o que a gente gostaria muito é que como a Conferência de Segurança
3377 Pública a gente vai fazer a segunda e tem segmento que já faz essa conferência há
3378 muitos anos, mas a gente vê e uma coisa que a gente discutiu muito, é que essas
3379 conferências acabam sendo um momento que as pessoas vêem, discutem agendas
3380 históricas, e que muitas vezes são discussões eternas que não chegam a absolutamente
3381 nada. Como a gente está começando esse processo de ter conferência, a gente tentar
3382 descobrir uma maneira pedagógica e uma metodologia que de fato a gente pudesse estar
3383 avançando em agendas que fossem importantes para os três segmentos, para a
3384 Sociedade de maneira geral e que realmente fosse um momento da gente estar
3385 mostrando, do ponto de vista do CONASP, o trabalho que a gente está tentando levar
3386 aqui seriamente. Não fosse só um momento, vira um momento que as pessoas vêem, se
3387 encontram. E, como é que a gente vai de fato acompanhar esse processo? Que a gente
3388 levasse muito a sério aos estados de onde a gente vem essa questão, para a gente ter
3389 resultado. Porque senão é um dinheiro público gasto que poderia ser gasto com outra
3390 coisa. (palmas).

3391

3392 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3393

3394 Bom, eu creio então que podemos iniciar a fase de debate com o encaminhamento que
3395 nós fizemos desde o início da apresentação da Eliana e nós vamos cada um colocando o
3396 destaque para a gente vencer tópico a tópico. Então, volta por favor no início, Flávia. Põe
3397 no início que a gente desce tópico a tópico. Eliana, pediria para você estar coordenando,
3398 porque você fez a apresentação. Passa o microfone para a Conselheira Eliana, por favor.
3399 Para você ir tocando aí.

3400
3401 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
3402

3403 Tá, vamos lá. O lema ninguém discorda, né? A Comissão Organizadora em nível
3404 estadual foi o primeiro destaque da Regina.

3405
3406 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**
3407

3408 É, meu destaque é o seguinte. Eu acho que o Ministério da Justiça não é Comissão
3409 Organizadora. O Ministério da Justiça é órgão apoiador da conferência. Veja bem,
3410 Comissão Organizadora é uma coisa e nós já tivemos experiência aqui. O Ministério é o
3411 órgão financiador, é o órgão responsável pela política, é tudo isso, só que nós ficaríamos
3412 no apoio. Então, a minha proposta é a seguinte. A Comissão Organizadora é o Pleno do
3413 CONASP e o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ é
3414 responsável e apoiadora de todo o processo, mas a gente não terá qualquer interferência
3415 sobre o processo. Nós daremos todo o apoio, faremos todas as publicações, tudo o que
3416 for necessário, mobilização, mas quem vai conduzir o processo é o CONASP.

3417
3418 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
3419

3420 Então eu queria uma sugestão. Que a gente criasse um item de instituições apoiadoras.
3421 Não sei se o nome é esse, mas depois a gente pode melhorar.

3422
3423 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**
3424

3425 É, Comissão Organizadora é CONASP e acho que cabe uma observação. O Ministério da
3426 Justiça é...

3427
3428 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
3429 **Municipais de Segurança Pública**
3430

3431 Eu não acho que fica bom instituições apoiadoras.

3432
3433 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
3434

3435 Mas então se não é, na Comissão Organizadora, tem que criar um item.

3436
3437 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**
3438

3439 Nessa situação eu penso o seguinte. Quem vai convocar a conferência? Será o
3440 Presidente da República? No Decreto devia estar especificado quem é que vai coordenar
3441 e quem é o órgão apoiador. Está acima da nossa decisão. Na verdade eu diria, convoca,
3442 o Ministério da Justiça é o órgão apoiador e financiador e o CONASP ou depois o

3443 Ministério repassa para o CONASP. Nós não temos competência para chamar
3444 conferência.

3445

3446 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3447

3448 Mas aí é a comissão organizadora. Ninguém está falando em competência. Eu entendo o
3449 seguinte. O processo já está chamado pela presidente e tem que se compor uma
3450 Comissão Organizadora. E quem tem pelo próprio Decreto a competência de compor a
3451 Comissão Organizadora é o CONASP. Então ali nós não estamos discutindo quem vai
3452 convocar a conferência. A conferência é óbvio que quem convoca é a presidente da
3453 República. Poderia ser a Sociedade Civil, mas nós estamos num processo de
3454 continuidade será a presidente. Já ultrapassou a convocação. O meu questionamento é o
3455 seguinte, nós não teremos uma Comissão Organizadora concorrente. Nós teremos a
3456 Comissão Organizadora CONASP e onde o CONASP se situa? Dentro da SENASP,
3457 dentro do gabinete do Ministro, Ministério da Justiça. Então, ele nem precisa constar aí.
3458 Falando que o CONASP é Comissão Organizadora...

3459

3460 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3461

3462 Pode botar com apoio, Regina?

3463

3464 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3465

3466 Pode. É apoio logístico, apoio financeiro. Mas a gestão... Executivo, porque quem está
3467 fazendo a gestão da conferência é o CONASP e quem vai ajudar a auxiliar na execução
3468 daquilo que o CONASP decidir, quem vai executar é o Ministério da Justiça. Agora, nós
3469 enquanto Ministério nós não vamos opinar sobre a condução do processo. Ele é um
3470 processo que está na mão do Conselho.

3471

3472 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3473

3474 Ficou bom assim, gente?

3475

3476 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

3477

3478 É só uma dúvida. Está colocado que a Comissão Organizadora será formada pelo
3479 Conselho Nacional de Segurança Pública envolvendo a Câmara Temática e o pleno do
3480 CONASP, é isso? Eu acredito que seria importante nós inserirmos aí alguns convidados e
3481 seria bom colocar isso, porque tem várias conferências tem uma série de entidades que
3482 acabam não fazendo parte dos conselhos, daquele espaço ou de Saúde ou de Mulheres
3483 ou de Juventude, enfim, e de repente são convidadas algumas dessas entidades que
3484 ajudam a construir esse processo. É só uma sugestão. Se nós teremos espaço na
3485 organização da conferência para convidar algumas entidades para nos ajudar.

3486

3487 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3488

3489 Marcos, eu entendi a colocação do Marcos e de mérito e eu concordo com ela. Eu só
3490 acho que eles não vão participar da Comissão Organizadora. Eu acho que eles podem
3491 entrar e pode ser feita alguma ressalva como apoio, porque a Comissão Organizadora
3492 contempla o que o Marcos colocou. Que a Comissão Organizadora poderá convidar,

3493 poderá solicitar o apoio de outras instituições. Não sei se contempla. Porque o que eu
3494 vejo que os Conselheiros estão comentando aqui perto de mim é que talvez seja muito
3495 pesado a eles participarem da Comissão Organizadora. A comissão é a Plenária do
3496 Conselho. Contempla o seu pedido, Marcos? Ou você acha que não?
3497

3498 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

3499
3500 Eu não senti ainda esclarecida a questão. É porque eu só estou querendo tirar uma
3501 dúvida mesmo.
3502

3503 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3504
3505 Quem que você sugeriria no nosso caso?
3506

3507 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

3508
3509 Que nós colocássemos também entidades convidadas, porque, por exemplo, nós temos
3510 entidades importantíssimas, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, vou dar um
3511 exemplo para não falar do outro lado de cá, só fala dele. É uma entidade importante que
3512 desenvolve um trabalho importante e não está mais aqui no meio. E eu acho que eles
3513 podem ajudar a gente no cotidiano dessa conferência.
3514

3515 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**

3516
3517 Posso pegar um aparte? Eu acho que nós poderíamos. Então vamos lá, Marcos. Vamos
3518 tentar buscar aquilo que a gente fez na primeira. Nós tínhamos um Fórum, nós tivemos
3519 dois fóruns com duzentas entidades cada uma, e daí a gente sacou deste Fórum uma
3520 Comissão Organizadora. A gente poderia fazer o papel inverso. Nós temos a Comissão
3521 Organizadora que é o CONASP mas o CONASP pode ouvir Fórum para mobilização. Aí
3522 você amplia na mobilização que seria excepcional isso. Não pode fechar. E aí aquelas
3523 entidades que não estão contempladas pelo voto e aqui se fazem presentes, poderia
3524 estar nesse Fórum, abrindo para que a gente tivesse uma maior mobilização pelo Brasil.
3525 Um Comitê Nacional abrangendo a todas aquelas entidades. A gente tem aí o registro
3526 daquelas 200 entidades que tiveram acesso. Por exemplo, você citou o Fórum Brasileiro
3527 e eu cito a Rede de Altos Estudos, a Universidade. Nós precisamos da Universidade aqui
3528 para ampliar o debate acadêmico. Então eu acho que tem vários outros que ficaram pelo
3529 caminho e que podem estar presentes no Fórum aí.
3530

3531 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3532
3533 Conselheiro Amir.
3534

3535 **Almir Laureano dos Santos – Rede Desarma Brasil**

3536
3537 Eu concordo com o que o Conselho que já tem a expertise e a diversidade da própria
3538 Sociedade Civil e concordo com o Marcos que a gente não deixe de convidar como o
3539 Marcos Costa já estava aqui elencando alguns outros companheiros, mas que faça parte
3540 desse grupo e não da Comissão Organizadora decidindo. Porque aí não é querer puxar a
3541 sardinha, é porque esse fórum aqui é o fórum mais adequado no momento. Agora não
3542 deixar de convidar, porque realmente é importante.

3543
3544 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3545
3546 Marcos, contemplado?
3547
3548 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
3549
3550 É porque tem uma parte lá dos participantes que tem espaço. Mas faz a sugestão que
3551 você quer ali naquele texto. Você acha que tem alguns que podem passar da Comissão
3552 Organizadora e vem ralar aqui?
3553
3554 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
3555
3556 Minha proposta é do seguinte tema. Quando a gente fala da mobilização, se eu estivesse
3557 lá do outro lado, eu estou aqui no Conselho e isso para mim soa legal. Se eu estivesse lá
3558 do outro lado, para mobilizar eu sirvo. Eu penso muito como Sociedade Civil
3559 cotidianamente. Eu pensaria: Para mobilizar eu sirvo, mas para decidir, eles que
3560 mandam. Tem um pouco desse pensamento e a gente sabe que tem. Nós sabemos que
3561 tem. Então, se a gente convida meia dúzia de entidades ou dez entidades para ajudar a
3562 construir, porque são entidades importantes. Por exemplo, tem talvez a Associação de
3563 Moradores ou um grupo aí, o MST. A gente começa a chamar para perto para eles
3564 perceberem que o nosso cotidiano não é um cotidiano muitas vezes que se pensa de
3565 quem não está nessa ação e como tem sido feito nas diversas conferências. Na
3566 conferência de direitos humanos, teve o Conselho Nacional de Direitos Humanos? Teve
3567 mas teve uma série de entidades que não faziam parte do Conselho, mas que
3568 entenderam que eram entidades importantes na construção da conferência que
3569 chamaram para fazer parte do grupo que organizou a conferência.
3570
3571 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3572
3573 Por favor, Conselheiro. Tem alguns Conselheiros inscritos.
3574
3575 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
3576
3577 Não é algo que tem que ser não, só uma sugestão que estou viajando aqui.
3578
3579 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**
3580
3581 Só queria concluir, porque é o seguinte. Nós temos se a gente for pensar em entidades
3582 importantes, tenho certeza que todos nós temos várias instituições para indicar. Não seria
3583 só o que Marcos visualiza. Marcos visualiza um número e nós visualizamos outro, e isso
3584 aqui vai ficar inviabilizado. Eu acredito que a proposta da doutora Regina como um Fórum
3585 e como um comitê que possa ajudar o CONASP, aí sim. Se eu estivesse fora do
3586 CONASP eu queria participar desse comitê. Seria uma oportunidade de estar junto.
3587 Agora para contemplar cinco ou seis, a gente vai ter que indicar. Eu tenho uma série de
3588 instituições que gostaria de estar também participando e decidindo aqui.
3589
3590 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3591

3592 Inscrito o Presidente, Benedito e Conselheiro João Francisco inscrito. Pela ordem
3593 Conselheiro Benedito.

3594

3595 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
3596 **Municipais de Segurança Pública**

3597

3598 Eu acho que o debate aqui da Comissão Organizadora tem que ter como referência que
3599 este Conselho nasceu na Primeira Conferência. A questão, ela é a representação política
3600 da conferência. O CONASP tem peso para ser a representação política organizadora da
3601 Segunda Conferência ou não? Se tem, é o CONASP que tem que organizar. Eu entendi a
3602 preocupação do Conselheiro Marcos. É sempre difícil até divergir do companheiro, mas
3603 nessa questão nós vamos abrir um debate aqui e daqui a pouco nós estamos com cem
3604 entidades para discutir e votar aqui se entra na Comissão Organizadora. Há outras
3605 formas de chamar essas entidades. Se não é o comitê organizador que vai soar para
3606 organizar me chama e para outras coisas, não. Que se dê outro nome, Fórum de Apoio à
3607 Câmara. Sei lá o nome que dê, agora na Comissão Organizadora é a chance do
3608 CONASP ser o órgão político para preparar a Segunda Conferência. Então, eu acho que
3609 o debate aí e a Sociedade Civil está aqui representada majoritariamente. Então, eu acho
3610 que o CONASP é o único órgão organizador, senão vamos abrir um leque infinito de
3611 debate, respeitando aí a preocupação do Conselheiro Marcos.

3612

3613 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3614

3615 Bom, na minha opinião eu acho que não se trata nem de um fórum certo. É o Fórum
3616 legítimo. Gente, as entidades que aqui estão, as instituições que aqui estão, elas foram
3617 votadas. Elas foram votadas por um Decreto que estava lá muito claro que a condução da
3618 próxima conferência seria deste pleno. Então o que eu acho que aí eu concordo, é na
3619 mobilização. E Marcos, quanto mais a gente abrir aqui para debates, mais voto
3620 divergente a gente vai ter e mais difícil de fechar o processo. Agora, opinião eu acho que
3621 até o site da própria conferência ou do próprio CONASP tem que ter lá aberto para
3622 opiniões. Tem que ter um campo lá para quem quiser dar opinião, mas aqui tem que ser a
3623 decisão, porque senão vamos abrir muito e não vamos conseguir fechar o processo.
3624 Todo mundo sabe o que é o processo, porque todos que estão aqui passaram por este
3625 processo. A condução tem que ser muito segura e a gente viu isso. Então assim, o
3626 Márcio me dizia aqui que poderíamos chamar de um Fórum Construtivo Permanente.
3627 Então esse Fórum Construtivo pode ser até hoje aberto, pode deixar até agora sugestões
3628 para a próxima conferência. Já começa agora. Põe no site do CONASP e que a gente
3629 receba sugestão direta, mas a decisão fica para este coletivo, porque senão vamos abrir
3630 muito. E é consultivo e construtivo. Porque da próxima vez as entidades vão ter mais
3631 atenção para concorrer à eleição, porque sabem que deles vai depender o processo.
3632 Agora, qual é o mérito dos Senhores estarem aqui, se nós abrirmos a decisão para
3633 todos? Então não tem mérito nenhum. Na hora de apanhar é o Conselheiro que apanha e
3634 na hora de bater o bumbo são os outros que batem. Eu acho que nós temos a condução
3635 do processo. Se este processo deu certo, Marcos, vai ser o Fórum Construtivo. Se deu
3636 errado, vai ser o CONASP. Então, nós temos que assumir os ônus e bônus. Se deu certo,
3637 é o CONASP, se deu errado é o CONASP. Mas não podemos abrir mão de uma
3638 competência que nos é concedida pelo próprio Decreto.

3639

3640 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3641

3642 Conselheiro João Francisco com a palavra. Inscrito Conselheiro Marcos Costa.
3643
3644 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**
3645
3646 Só para acelerar o processo, aqui também tem propostas gerais. As questões mais
3647 detalhadas nós podemos colocar no Regimento Interno da CONSEG. Então, se for o
3648 caso, podemos discutir depois, se houver necessidade de colocar comissões temáticas
3649 ou grupos. Aqui é uma proposta geral e questões mais detalhadas podemos colocar no
3650 Regimento Interno da Conferência.
3651
3652 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3653
3654 Seria interessante e concordo com o João Francisco, mas seria interessante nós
3655 colocarmos essa ressalva da Comissão Consultiva ou deixamos para essa comissão? Tá,
3656 Conselheiro Marcos Costa com a palavra e inscrito Conselheiro Tião.
3657
3658 **Sebastião Santos – Viva Rio**
3659
3660 Pessoal, para não reinventar a roda, vamos pescar, e inclusive está na cidade a 14ª.
3661 Conferência Nacional de Saúde. E relacionado justamente com o Ministério da Justiça.
3662 No Decreto Presidencial que é um decreto muito pequeno como a 14ª, a Conferência
3663 Nacional de Saúde Conferência Nacional de Saúde diz: "Será presidida pelo Ministro de
3664 Estado de Saúde e na sua ausência ou impedimento por um outro secretário. As
3665 despesas da 14ª. Conferência Nacional de Saúde correrão por conta dos recursos
3666 orçamentários consignados ao Ministério da Saúde." Aí você vai para o Regimento e no
3667 Regimento está lá estabelecido que a responsabilidade pela realização da etapa nacional
3668 é do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde. Então, acho que era
3669 importante dizer que a Segunda Conferência Nacional de Segurança Pública é
3670 responsabilidade do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Segurança Pública.
3671 Esse é um padrão que é adotado e conta com a aprovação da Presidência da República
3672 e não vai ter porque não ser adotado também aqui. A minha sugestão é essa, que a
3673 questão do Decreto vai ter que sair o Decreto da Presidente e vai consignar com os
3674 recursos da etapa nacional é patrocinado pelo Ministério da Justiça, e no nosso
3675 Regimento, naquilo que a gente vai aprovar internamente estabelecer que é uma
3676 responsabilidade do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Segurança Pública.
3677
3678 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3679
3680 Flávia, esse tópico fica para o Regimento. Se você quiser copiar e salvar e colocar no
3681 final para que seja discutido no Regimento, para que não seja perdido o assunto. Inscrito
3682 o Conselheiro Tião com a palavra. Por favor.
3683
3684 **Sebastião Santos – Viva Rio**
3685
3686 Gente, estou preocupado. A gente começou com atraso e esse tema era Pauta para o dia
3687 inteiro de debate. Se a gente não for muito disciplinado nas coisas que de fato merecem
3688 uma discussão pontual e objetiva, nós não vamos terminar este ponto hoje, e me parece
3689 que amanhã já tem uma agenda e Pauta definida. Então, só queria chamar a atenção que
3690 a gente se concentre fogo nas coisas que são objetivas, e se está contemplado, inscreve
3691 mais um e não precisa. Vamos ser mais objetivos senão a gente não vai conseguir fechar

3692 essa Pauta hoje é uma coisa que me preocupa é que eu não vi na apresentação uma
3693 data, uma proposta de data, um período. Já foi votado? É ano que vem? OK. Maravilha.

3694

3695 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3696

3697 As coisas estão mudadas mesmo. A Sociedade Civil pedindo para centrar fogo. Olha só.
3698 Conselheira Eliana, por favor.

3699

3700 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3701

3702 Vencida essa etapa vamos a uma pequena etapa que são as estaduais que também
3703 pediram destaque. Quem pediu destaque foi Regina e o Marcos.

3704

3705 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3706

3707 Fui eu, é rapidinho. Eu acho que nós vamos encontrar estados que não temos ainda a
3708 instância do Conselho Estadual. E, acho que a gente tem que fomentar sem dúvida
3709 nenhuma, só que nós temos gabinetes de gestão integrados instalados em todos os
3710 estados. Então na ausência do Conselho usar do Gabinete de Gestão Integrada. E se
3711 acaso e aí já serve também para os municipais. Se a gente não tiver Conselho Municipal,
3712 que use da instância dos gabinetes de gestão subsidiariamente. Eu não estou dizendo
3713 que nós não vamos fomentar, mesmo porque o conceito é completamente diferente de
3714 um Conselho de Gabinete de Gestão, mas já é uma instância formada. Então para que a
3715 gente não perca tempo para mobilização, a gente use subsidiariamente.

3716

3717 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3718

3719 É, e todo mundo de alguma maneira participa.

3720

3721 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3722

3723 Conselheiro João Francisco. Só no microfone, Conselheiro. No microfone, por favor, que
3724 está gravando.

3725

3726 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

3727

3728 Só um aparte. Eu queria acrescentar também nós somos responsáveis pela Conferência
3729 da Juventude e tivemos alguns casos para não denominá-los, alguns estados não
3730 convocaram as estaduais. E aí o que foi que a presidência fez? Permitiu que a própria
3731 Sociedade Civil convocasse as estaduais. Então, mesmo não tendo Conselho e mesmo
3732 não tendo gabinetes, a própria Sociedade Civil que convocou as estaduais, tá?

3733

3734 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3735

3736 Conselheiro Everardo com a palavra. Marcos, você está inscrito novamente? Conselheiro
3737 Everardo com a palavra e inscrito Conselheiro Marcos. Por favor, microfone lá para o
3738 Conselheiro.

3739

3740 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**

3741

3742 Eu concordo com a Regina. Hoje não tem Conselhos Estaduais que secretarias ou
3743 qualquer coisa, mas sempre integrado com os Conselheiros nacionais daquele estado,
3744 para evitar que o Conselho dos estados não fique fora, porque no GGI a Sociedade Civil
3745 não participa pela formação. Tudo bem?

3746
3747 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3748 Conselheiro Marcos Costa.
3750

3751 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3752
3753 Na verdade tenho duas coisas. Eu acho que assim, no caso da Conferência de Saúde
3754 ficou assim. "A realização da Décima Quarta Conferência de Saúde será
3755 responsabilidade das três esferas de governo, Secretaria de Saúde e dos respectivos
3756 Conselhos de Saúde, sendo que a etapa nacional será de responsabilidade do Ministério
3757 da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde que será realizada em Brasília." E aí tem o
3758 fato de onde não existir Conselhos Estaduais de Segurança Pública ter uma Comissão
3759 Organizadora, que eu acho que é importante contemplar CGI, mas que também naquela
3760 Comissão Organizadora você tem uma paridade dos segmentos que estarão
3761 representados nacionalmente. Quer dizer, a Secretaria Estadual de Segurança Pública
3762 ela monta isso e estabelece nos moldes que foi para manter uma segmentação na
3763 Comissão Organizadora. Quem for organizar. Marcos, não é isso, a minha sugestão é
3764 justamente para isso. Para que a Comissão Organizadora Municipal e a Comissão
3765 Organizadora Estadual seja integrada não só com gestores, mas com Gestores,
3766 Sociedade Civil e Trabalhadores.

3767
3768 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3769 Já está previsto, a simetria está prevista no texto abaixo.
3771

3772 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
3773

3774 Certo, agora em relação à segmentação, depois isso num momento mais oportuno, tenho
3775 conversado desde sempre aqui, porque acho que na temática de Segurança Pública não
3776 existem apenas esses três segmentos. Tem o segmento da academia, tem o segmento
3777 da Sociedade Civil, eu acho que é importante a gente abrir para outros segmentos que
3778 possam querer se integrar nessa nova rediscussão da coisa. Então é basicamente essa
3779 questão. Garantir a proporcionalidade dos segmentos que foram definidos nacionalmente.
3780 Se nacionalmente nós entendermos que temos que ampliar outras entidades e outros
3781 setores, aí sim, também tem que ser feito isso na estadual e na municipal.

3782
3783 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3784 Pela ordem de inscritos a Conselheira Cynthia pede esclarecimento e inscrito Conselheiro
3785 Marcos Rezende.
3786

3787
3788 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**
3789

3790 Só um esclarecimento na proposta do Marcos, porque nos casos aonde o poder público
3791 não convocar a conferência e que está previsto aqui a Sociedade Civil e Trabalhadores

3792 podem fazê-lo, se nós limitarmos ou impusermos a proporcionalidade, podemos não ter a
3793 conferência. Então, ter ressalvado o direito de qualquer segmento de convocá-la se não
3794 for feito formalmente.

3795

3796 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3797

3798 Mesmo porque é subsidiário. Então pressupõe-se que todo mundo já abriu mão de fazer
3799 o processo. Quem era legítimo no caso, abriu mão. Para que não se perca o processo, aí
3800 eu acho que com qualquer côn ou entidade, claro.

3801

3802 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3803

3804 Secretaria eu acho que até no Regimento ou no Decreto seria interessante estabelecer a
3805 data para que o poder público faça data limite e em não fazendo que a Sociedade Civil ou
3806 Trabalhadores possam também fazê-lo. Conselheiro Marcos Costa.

3807

3808 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3809

3810 Era nessa direção. Você estabelece que você tem um prazo até que as Secretarias de
3811 Segurança Pública comunicarão se elas organizarão ou não. Se elas não organizarem
3812 você centraliza em Brasília a administração para estabelecer quem é a comissão, porque
3813 vai ter que ter uma comunicação para o CONAS dizendo assim: Não houve isso e nós
3814 organizamos essa comissão aqui.

3815

3816 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3817

3818 Vem a comunicação e o CONASP delibera por aceitar aquela entidade reconhecendo
3819 Legítimo o processo. A Comissão Organizadora reconhece como legítimo. Porque o que
3820 a gente tem que ter em mente é não travar o processo e abrir cada vez mais para a
3821 discussão. Se a gente põe muita regra, quando chega para a Sociedade Civil fica muito
3822 difícil de cumprir essas regras. A regra para a Sociedade Civil tem que ser muito mais
3823 aberta do que para o Poder Público, é óbvio.

3824

3825 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**

3826 **CONDEGE**

3827

3828 Deixa-me fazer uma pergunta. Se a Presidenta da República que fez essa convocação,
3829 isso não teria que ser um processo de comando também para os estados?

3830

3831 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3832

3833 Não, mesmo porque as conferências não são vinculantes, elas são consultivas na
3834 elaboração da política e então ela não tem esse viés.

3835

3836 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3837

3838 A Conferência Nacional de Saúde é prevista legalmente, e aí é obrigatória para os
3839 estados também. Porque tem uma lei obrigando isso. O Sistema Único de Saúde diz
3840 assim: "Terá que ter uma conferência". E aí é obrigatório para todo mundo. Então é um
3841 dever dos estados. Como nós não temos um amparo legal, fica...

3842
3843 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3844
3845 Conselheiro Marcos Rezende com a palavra e inscrita a título de esclarecimento a
3846 próxima Conselheira Analba.
3847
3848 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
3849
3850 O que eu estava querendo ler era um outro texto que falava do GGI. É que eu estou
3851 impressionado com as flores, está tão bonito o jardinzinho que fizeram ali.
3852
3853 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**
3854
3855 Eu fui até lá porque estava falando está tão bonito. Está tudo mudado mesmo. Eu pensei
3856 que era comigo, mas não era, era o girassol, que pena Marcos.
3857
3858 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
3859
3860 Qual é a minha dúvida? Não é dúvida, é questionamento. Gente, essa questão dos
3861 Conselhos de Segurança Pública, eu acho que é uma Pauta que nós falhamos até o
3862 momento. Nós não conseguimos concluir essa missão nos estados. E nós corremos o
3863 risco de em vários estados colocar a responsabilidade de se convocar a conferência por
3864 conselhos atrasados, esdrúxulos que tem uma configuração que não corresponde à
3865 realidade. E eu lembro inclusive de uma correspondência que foi mandada para o
3866 Governo do Estado da Bahia e que o Secretário de Segurança Pública respondeu aqui
3867 para a Secretaria dizendo: "Olha, nós já temos o Conselho de Segurança Pública e já
3868 existe há não sei quanto tempo, ele funciona." E nós sabemos que não é assim, não
3869 funciona. Então se nós colocarmos sob essa responsabilidade desse Conselho
3870 retrógrado que tem nós vamos sofrer na conferência do ano que vem as mesmas tensões
3871 que nós sofremos na última conferência. Então, nós vamos ter que pensar numa
3872 metodologia aqui que urge, que é estabelecermos um prazo para alterar esse processo
3873 desses conselhos ou pensarmos numa estratégia que seja diferenciada, sob pena de nós
3874 pagarmos aí o preço do que isso representa. É só isso que eu acho que tem que ser
3875 pensado.
3876
3877 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
3878
3879 Vamos lá, então? Alguma sugestão de texto para essa parte? Só para que a gente possa
3880 encaminhar essa ressalva. Flávia, sobe, por favor, o texto. Nós temos ali então a
3881 proposta do texto colocada que nas instâncias estaduais haverá proporcionalidade e foi
3882 sugerida a inserção de que na ausência do Conselho utilizar-se-á a instância subsidiária
3883 dos gabinetes de gestão integrada, o GGI. O Conselheiro Marcos Rezende fez a ressalva
3884 de que talvez não seja interessante que ficasse o GGI com esse tema. Sugiro ao
3885 Conselheiro Marcos Costa que encaminhe à Flávia, para que ela possa digitar sua
3886 proposta. Algum dos Conselheiros gostaria de fazer uso da palavra? Pois não,
3887 Conselheiro Márcio Marins.
3888
3889 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
3890 **Transsexuais – ABGLT**
3891

3892 Márcio Marins da ABGLT. São duas observações. Uma é: Deixar muito bem explícito
3893 quando a gente fala ali Poder Público que com certeza não vai ser a Secretaria de
3894 Cultura. Colocar explicitamente Secretaria de Segurança Pública de Defesa Social que
3895 tem umas que não são de Segurança Pública são de defesa social e de administração
3896 penitenciária, que também cabe. E tem estados em que ela é desligada, ela é separada.
3897 Isso tem que ser explícito. Outra coisa é, no caso dos GGI também garantir. Tem que
3898 estar escrito que o GGI eles têm que ter participação popular. Eu falei isso com a
3899 Secretaria. Ter GGI pode ser até muito bom nesse caso para aproximar a Sociedade Civil
3900 dos GGI, que não é o que acontece atualmente. Tem que estar previsto e escrito que
3901 senão vai ser de cima para baixo, como foi o processo no Paraná e foi difícil. Eu sei que
3902 várias unidades federativas passaram pelo mesmo.
3903

3904 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3905
3906 Eu acho que são duas questões que talvez nós tenhamos que ressaltar ali. Uma delas é
3907 o órgão, diríamos, responsável pela organização. Pelo menos que seria o contato direto.
3908 A outra, que creio que nos textos esteja já colocado, é de uma composição obrigatória
3909 nos parâmetros da Comissão Organizadora Nacional. Conselheiro Almir com a palavra.
3910 Perdão, pela ordem, a Conselheira Analba.

3911
3912 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

3913
3914 Eu tenho uma dúvida em relação a se o Poder Executivo Estadual não convocar, a
3915 Sociedade Civil convocar. Em relação ao recurso. Aqui diz que teria apoio do CONASP.
3916 Se por acaso o Poder Executivo não chamar. Mas a minha pergunta é em relação às
3917 delegadas e delegados para vir para a Conferência Nacional. Porque na Conferência das
3918 Mulheres que está próxima a acontecer e já fui duas vezes da Comissão Organizadora e
3919 a gente teve muitos problemas com os estados. Alguns estados as delegadas da
3920 Sociedade Civil vêm de ônibus e as delegadas do governo vêm de avião. E em alguns
3921 lugares, inclusive Roraima, por exemplo, nunca o Governo pagou as passagens e agora
3922 mesmo estamos nos movimentando para nós mesmos da Sociedade Civil conseguirmos
3923 recursos para virmos, porque a gente acha que é importante estar. A gente tem que
3924 garantir isso, ter garantia que delegadas e delegados, principalmente da Sociedade Civil
3925 que é onde o bicho pega, tenha condição de chegar na conferência. Porque na
3926 Conferência da Mulher o estado é responsável por isso, está lá. Mas não tem cumprido
3927 como deveria cumprir. Alguns estados não tem cumprido. Fora que faz essa divisão. A
3928 Sociedade Civil vem de ônibus lá de Natal para cá, e quem é do governo vem de avião.
3929 Então, eu acho que é uma coisa que a gente tem que pensar que tem que garantir aqui
3930 na nossa...

3931
3932 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3933 Bom, eu só vou pedir aos Conselheiros que na hora da gente fixar um número ali a gente
3934 pondere os nossos gastos, porque todos sabem que arcamos com todas as passagens e
3935 hospedagem na primeira conferência e faremos o mesmo na segunda. Agora, com um
3936 número muito reduzido, é óbvio. Porque no primeiro nós tivemos quase quatro, três mil e
3937 poucos e ali já vi 1500 o que eu acho super compatível, mas temos que tomar cuidado na
3938 proporcionalidade, na divisão, e acho que temos que ampliar nas etapas
3939 intermediárias a discussão, chegando com menos gente aqui. Eu acho que tem que
3940 pulverizar mais na estadual e afunilar mais para vir para cá, porque realmente fica um

3942 gasto imenso. Agora, não tem isso o estado que vai arcar. Somos nós que vamos arcar
3943 dentro daquele número fixado. Agora, fora do número fixado aí já não posso dizer nada,
3944 mas dentro do número fixado e aí todos em condição de igualdade, porque para a gente
3945 já não interessa mais se vem pelos Trabalhadores, se vem pelos Gestores ou se vem
3946 pela Sociedade Civil, ele passa a ser para a conferência um representante com direito a
3947 voz e voto. Ele já não tem mais qualquer emblema. Então, nós não fizemos distinção na
3948 primeira e acho que não devemos fazer na segunda também.

3949
3950 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3951
3952 Conselheiro Almir.
3953

3954 **Almir Laureano dos Santos – Rede Desarma Brasil**

3955
3956 Na mobilização da primeira, em vários estados que a gente teve oportunidade de
3957 colaborar para que se realizasse as municipais e estaduais, nós sentimos uma coisa que
3958 precisa a gente estar muito bem posicionado. Quando surgiu a primeira Comissão
3959 Organizadora Nacional e surgiram as Comissões Organizadoras Estaduais, criava-se
3960 disputa como se fosse instância fora da Secretaria. E aí tinha um mobilizador para fazer o
3961 elo. Eu, na minha percepção da primeira, de todas as dificuldades, eu acho que nós
3962 deveríamos sugerir que a Comissão Organizadora fosse formada a origem na Secretaria
3963 de Defesa Social e Segurança Pública. A Secretaria ia formar dentro dos padrões do
3964 CONASP, ou seja, com os percentuais de trabalhadores, já vai com regulamento para a
3965 secretaria. Se a secretaria vai fazer bom Conselho, se vai fazer com GGI, tudo isso ela
3966 pode fazer. Agora, mandar para a secretaria, porque os secretários hoje já estão um
3967 pouco mais conscientizados desse processo. Fica mais fácil e caso não haja
3968 possibilidade disso em algumas secretarias, se tiver o radical que vai aparecer, o
3969 CONASP que tem as três dimensões que vai ter um Conselho consultivo dessas
3970 instituições que falaram importantes, o próprio CONASP assume junto com esse
3971 Conselho consultivo de quase 200 instituições que estarão em todos os estados para nos
3972 apoiar. A gente faz isso e não fica refém, inclusive trazendo dificuldade para a Sociedade
3973 Civil que lá não terá condições de bancar, e a gente aqui mesmo assume isso aí, a
3974 Secretaria ela tem um prazo, e se não for o CONASP - ANASPA faz.
3975

3976 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3977
3978 Conselheira Eliana, tem convergência?

3979
3980 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**

3981
3982 Eu só não deixaria o nome da secretaria ali. São as secretarias que cuidam do Sistema
3983 de Segurança Pública. Porque cada uma dá um nome. A Secretaria a qual está afeta a
3984 Política de Segurança Pública. Aí seja o nome que quiser lá, já sabe quem é.
3985

3986 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3987
3988 Entendeu? Ao invés de colocar Secretaria de Segurança Pública, colocar secretarias
3989 afetas ao tema da Segurança Pública. Gente, tudo bem este texto para a gente seguir?
3990

3991 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3992
3993 Podemos seguir? Conselheiro Marcos Costa. Eliana só uma ressalva. Márcio com a
3994 palavra.
3995
3996 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
3997 **Transsexuais – ABGLT**
3998
3999 Eu acho que chegamos num consenso. A única coisa que estava vendo é o seguinte. As
4000 eleições, quem patrocinou as eleições foi o CONASP, certo? Mas nós tínhamos um órgão
4001 executivo. Uma Comissão Executiva. Mas eu acho que assim certas questões executivas
4002 e tudo o mais, a forma como nós temos uma Mesa Diretora, a gente teria ou a própria
4003 Mesa...
4004
4005 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**
4006
4007 Também acho, soluções mais rápidas para não ter que reunir o pleno.
4008
4009 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
4010
4011 Então teremos o Plenário e uma Comissão Executiva a ser definida para garantir a
4012 representatividade. E aí por exemplo.
4013
4014 Mas não seria aí, Flávia, seria lá em cima na Comissão Organizadora Nacional.
4015
4016 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
4017
4018 Essa comunicação seria aceita pela comissão e tudo o mais executiva, organizacional,
4019 alguma coisa assim.
4020
4021 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**
4022
4023 Tudo isso para dar mais agilidade ao processo.
4024
4025 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
4026
4027 Tem a Câmara também, a Câmara Temática de Mobilização.
4028
4029 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
4030
4031 Eu acho que talvez a própria Câmara poderia exercer essa função. Que será exercida
4032 pela Câmara Temática, Flávia.
4033
4034 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4035 **Municipais de Segurança Pública**
4036
4037 Só uma observação da esfera estadual. Evidente que as Secretarias de Segurança têm
4038 que ser responsável pela convocação das Conferências Estaduais. Mas nós tivemos na
4039 primeira Conferência alguns problemas que algumas secretarias que têm divergências
4040 com Conselheiro, não convocam Conselheiro para participar, não reconhece o Conselho
4041 e nem entra na porta da Secretaria. Como esse CONASP é a Comissão Organizadora da

4042 Conferência, a minha sugestão é que aonde houver Conselheiro Nacional do respectivo
4043 estado, ele é membro nato da Comissão Organizadora, é isso.

4044
4045 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4046
4047 Isso.

4048
4049 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

4050
4051 Mariano, você está ficando inteligente, hein? Pelo amor de Deus! (risos).

4052
4053 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4054
4055 Bom, isso entraria aqui nessa parte? Não, né? No estado. Então, mas no estado é nesse
4056 item.

4057
4058 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4059
4060 É no próximo item. Pode descer um pouquinho. Isso, instâncias estaduais. Flávia, talvez
4061 ali na terceira ou quarta linha quando fala da composição, aí sim, você coloca. No ponto
4062 aí nos estados em que o Conselho...Você põe depois de área, na quarta linha.

4063
4064 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4065
4066 Os estados que tiverem representantes no CONASP, Conselheiros no CONASP, este
4067 será membro nato da Comissão Estadual.

4068
4069 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4070
4071 É isso.

4072
4073 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4074
4075 Bota em negrito para depois a gente melhorar a redação.

4076
4077 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4078
4079 O Márcio Marins até colocou um negócio aqui que eu achei interessante. Eliana, o Márcio
4080 Marins colocou um negócio interessante, que os Conselheiros serão os mobilizadores.

4081
4082 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4083
4084 Com certeza, a gente já falou isso na primeira apresentação.

4085
4086 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4087
4088 Que aí eles exercem essa posição já definida. Vocês serão os representantes dos
4089 estados. Até para que não haja uma imposição nossa com os estados, os estados não se
4090 sintam impostos.

4091

4092 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4093 **Municipais de Segurança Pública**

4094
4095 Eu acho que os Conselheiros dos respectivos estados têm que ser considerado membro
4096 nato da COE, porque senão eu e o Malta somos Conselheiros, o Estado de São Paulo
4097 monta uma comissão e a gente não é nem convidado a participar. Nós estamos
4098 organizando a Conferência. O estado que tem Conselheiro na Paraíba, o Conselheiro
4099 Valmir é membro nato da COE. Isso não é imposição, isso é uma regra para essa
4100 participação nossa.

4101
4102 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
4103

4104 Conselheiro Heder com a palavra.

4105
4106 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4107 **Estaduais**

4108
4109 Sargento Heder da ANASPRA. Eu acho que vale a pena ressaltar aí e deixar claro os
4110 Conselheiros titulares e suplentes, porque nesse aspecto da mobilização não podemos
4111 esquecer o suplente que não vem para a Plenária e ampliaríamos a quantidade de
4112 pessoas. Então Conselheiros titulares e suplentes.

4113
4114 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
4115

4116 Muito bem. Vamos adiante? Em relação ao número de participantes eu queria agora,
4117 porque a gente mataria dois itens aqui vamos resolver dois itens aqui.

4118
4119 **Regina Miki - Secretaria Nacional de Segurança Pública**
4120

4121 Eu gostaria só de consultá-los. Só consultá-los. O "coffee break" está servido, está tudo
4122 quentinho e arrumadinho. Eu só vou pedir licença, vou ter que infelizmente ir para o
4123 Ministério daqui um pouco, porque tenho uma reunião com o Ministro, mas é o seguinte.
4124 Marcos, vou ter que deixar pública a sua proposta indecente para mim, mas vou ter que
4125 deixar público.(risos) Tem uma proposta aqui e enquanto Secretaria eu já acato, não tem
4126 problema nenhum, de que a gente apresente o relatório das atividades desenvolvidas
4127 pela SENASP, na primeira reunião do CONASP, que a SENASP faça a apresentação.
4128 Sem problema, a gente está preparando relatório agora de gestão para a Presidência da
4129 República, não tenho qualquer problema de mostrá-lo aqui e também já de abrir logo no
4130 começo do ano o nosso orçamento aqui como que vê, também não há problema nenhum.
4131 Então se depender da SENASP, está acatado e acolhido o que os Senhores estão
4132 pedindo aqui. E eu vou ter que me ausentar, infelizmente. Vou ficar aqui até a hora que
4133 me derem o ok lá da agenda do Ministro, mas todos sabem que nós estamos com um
4134 problema gravíssimo, eu comentava há pouco com o Marcos ali e gostaria de deixar com
4135 os Senhores uma preocupação que temos. Vários estados, nós estamos enfrentando
4136 greve da Polícia Militar. E exatamente por isso que estou me retirando, por causa do
4137 Maranhão, e a gente está muito em contato com a ANASPRA e tem tomado uma posição
4138 até digna de respeito, porque é uma posição muito boa dentro deste processo como um
4139 todo, mas tenho uma preocupação grande. Eu tenho uma preocupação grande e aqui
4140 não tem crítica alguma sobre as Forças Armadas, por favor, não me entendam mal, eu
4141 tenho o maior respeito pelas Forças Armadas no Brasil e temos trabalhado muito bem

4142 com eles sem problema nenhum, na fronteira, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal,
4143 temos feito um trabalho excelente nas fronteiras. Mas me preocupa na medida em que é
4144 decretada uma GLO, Garantia da Lei e da Ordem, e quem assume o comando da
4145 Segurança Pública em estado seja o Exército. Porquê me preocupa? Me preocupa
4146 porque nós já tínhamos pacificado neste país na democracia de que Segurança Pública
4147 era problema da Sociedade, da polícia e que defesa era problema das Forças Armadas.
4148 Na medida em que eles retomam a possibilidade, nós estamos deixando uma brecha
4149 muito grande para que venham discutir Segurança Pública e se digam aptos a fazê-lo.
4150 Então é uma preocupação que o CONASP tem que se debruçar. Nós temos que nos
4151 debruçar, eu não sou contra qualquer manifestação por melhoria de salários, jamais
4152 seria. Principalmente de um policial que a gente sabe muito bem o quanto ganha um
4153 policial no país. Não vou nem entrar nesse detalhe aqui, não sou contra, mas eu acho
4154 que nós temos que ter cuidado nas reivindicações e ter cautela ao fazê-lo. A greve é
4155 legítima, mas ela é a última instância e acho que nós temos que ter um alerta muito
4156 grande para isso. Isso tem me preocupado, eu tenho dividido isso internamente com a
4157 minha equipe, chamei a ANASPRA para uma conversa, para dividir isso com a
4158 ANASPRA e quero chamar o CNCG, porque eu acho que eles também têm que se
4159 debruçar sobre isso. Porque assim, nós tomamos bem ou mal, se a gente está fazendo
4160 bem e a segurança não está, nós estamos num processo democrático. Agora, pegar
4161 umas fotos de recrutas de dezoito e dezenove anos dirigindo as viaturas da Polícia Militar
4162 do Maranhão com fuzil na mão, isso me preocupa ao extremo. A Força Nacional ontem
4163 me ligou que havia uma possibilidade dos grevistas se dirigirem ao Palácio do Governo e
4164 aí me perguntaram se por acaso havia qualquer problema da Força Nacional ir para
4165 frente do Palácio. Eu falei: Não, eu prefiro que a força vá, porque a força vai ter condição
4166 e equilíbrio de não atirar contra um policial. Agora um garoto de dezoito anos com fuzil na
4167 mão, ele até mesmo por inexperiência poderia ter dado esse tiro. Essa é minha
4168 preocupação e acho que o CONASP tem que se debruçar sobre isso. Obrigado a todos e
4169 um bom dia.
4170

4171 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
4172 Estaduais**

4173 Eu pedi um aparte na verdade. Eu gostaria de chamar a atenção dos Conselheiros e
4174 Conselheiras, porque nem tudo é de tudo ruim. Para dar aqui uma notícia que deixa a nós
4175 praças extremamente felizes, porque o processo tende à negociação se resolver e
4176 solucionar. Quero citar o caso de Santa Catarina que após longas e difíceis e travados
4177 diálogos e conversações, o Governo do estado está assinando uma anistia, mandou para
4178 Assembléia Legislativa acordado entre os parlamentares todos, estão anistiando todos os
4179 praças de Santa Catarina que participaram do movimento reivindicatório de 2008. Então
4180 merece aqui o registro, inclusive ao tenente-coronel Bridi que faz parte da COE naquele
4181 estado e que foi um dos interlocutores e entendeu a demanda dos praças. O Governo do
4182 estado independente de partido que atendeu os anseios dos praças que foram excluídos
4183 por reivindicarem salários. E naquele estado 489 Policiais Militares, dentre eles vários
4184 aposentados inclusive com 80 anos de idade que foram para a rua reivindicar salários,
4185 haviam perdido sua condição de Policial Militar após mais de 30 anos de trabalho. Então
4186 eu não poderia perder a oportunidade diante da secretaria, porque isso para nós
4187 enquanto ANASPRA, entidade que luta por trabalho com mais dignidade não poderia de
4188 deixar de fazer esse registro que para nós também é histórico. Eu gostaria de aproveitar
4189 a sua presença, porque como a gente traz demandas a gente traz um anúncio positivo de
4190 uma Pauta propositiva que solucionou os problemas. Então esse é um posicionamento da
4191

4192 ANASPRA e fica aqui que a Associação dos Praças de Santa Catarina, ela foi uma
4193 batalha, colocou isso como prioridade e hoje a gente fica feliz em receber essa notícia
4194 que este problema está solucionado. Fica o registro da ANASPRA, e obrigada aos
4195 Conselheiros.

4196

4197 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4198

4199 Nós só temos duas falas antes do café que estão inscritos o Conselheiro Tião e Marcos
4200 Rezende. E aí a gente vai para o café.

4201

4202 **Sebastião Santos – Viva Rio**

4203

4204 Só para corroborar com a preocupação da Secretaria e dizer que a situação também no
4205 Rio não é muito diferente. Nós tivemos e temos lá o Exército no Alemão. A princípio era
4206 por pouco tempo, alguns meses, mas está há quase um ano. Isso realmente é muito
4207 preocupante. Segundo, eu acho que deve sair daqui algum tipo de Recomendação à
4208 Presidente da República, porque de qualquer forma em última instância quem manda no
4209 Exército é a Presidenta. Então tem um comando acima de qualquer general que é a
4210 própria Presidenta da República. Então se há um caso em que a gente não concorda, o
4211 Conselho não concorda da maneira que está sendo feito no Maranhão e outros estados
4212 merece também por parte do Conselho uma moção e algum tipo de manifestação pública
4213 com relação a essa questão tamanha é a preocupação de todos nós.

4214

4215 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4216

4217 Conselheiro Marcos Rezende.

4218

4219 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

4220

4221 Na verdade eu ia encaminhar no mesmo caminho que o Tião colocou e colocando mais,
4222 que todos nós sabemos que boa parte dessas greves ou desses reclames por parte dos
4223 praças, está muito ligado aos baixos salários e a baixa qualidade do que eles possuem
4224 de estrutura para o trabalho. Então é importante primeiro que se faça uma discussão
4225 séria. Esse país é um país que gasta boa parte do orçamento pagando juros e moratória
4226 enriquecendo bancos. E, agora, tem uma política desenvolvimentista. E então não
4227 podemos ficar o tempo todo aqui enxugando gelo sem fazer uma discussão séria com
4228 relação a salários dos praças e dos policiais, porque isso tem feito com que as pessoas
4229 venham a ser tratadas ou não tenham tratamento adequado no campo dos Direitos
4230 Humanos, justamente porque falta formação por faltar salários adequado. Então nós
4231 entendemos aqui e é bom colocar isso nessa construção, de que é importante
4232 encaminhar para a presidente esse entendimento de que ou a gente começa a tratar com
4233 esse olhar ou vamos passar o resto da nossa história vivendo em crise tanto o Ministério
4234 da Justiça que passa boa parte do tempo resolvendo essas crises, seja com relação a
4235 idéia de pacificação que eu até discordo do termo em todos os níveis, ou seja também
4236 com essas greves que vão acontecer cada vez com mais freqüência. Então queria
4237 colocar também na Recomendação esse tipo de posicionamento por parte do Coletivo de
4238 Entidades Negras que é necessária uma mudança de comportamento por parte do
4239 Governo Brasileiro no que diz respeito aos salários dos nossos Trabalhadores da Área de
4240 Segurança Pública.

4241

4242 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

4243
4244 É, só faço uma observação. A minha Pauta é uma Pauta institucional. A minha
4245 preocupação é de uma Pauta institucional. É de como encarar a Segurança Pública e não
4246 a Defesa. A Pauta que o Marcos traz é uma Pauta legítima, mas ela é uma Pauta da
4247 categoria e aí eu não vou impedir manifestação alguma. Não tenho esse poder. Eu só
4248 enquanto secretária me preocupam as faltas institucionais. E, principalmente, porque eu
4249 acho que num estado democrático de direito, nós temos que ter os limites de atuação de
4250 cada instituição e essa é a minha preocupação um pouco maior. Acho que quando a
4251 gente começa a discutir salário, nós teríamos que ir um pouco mais a fundo. E não só
4252 discutir salários. Salários, capacitação, jornada de trabalho. Eu acho que a gente tem, já
4253 que o Conselho quer discutir e acho que é legitimo também, mas a gente não pode isolar
4254 uma Pauta. Porque tem que estar num conjunto. Eu não posso só exigir equipamentos
4255 melhores para a polícia, eu tenho que exigir a capacitação. Quando eu falo de salários,
4256 eu não posso crer, Marcos, que um policial trabalhe 36 horas. Então, você me engana
4257 que trabalha e eu te engano que pago e quem leva é a Sociedade. Já que é para discutir
4258 vamos discutir jornada de trabalho com os salários. Não tem problema nenhum. Vamos!
4259 Por que um trabalhador normal trabalha 8 horas? Quando a gente fala em 36 horas e
4260 descanso não sei o quê. O professor da aula três dias e vai para casa? Não, ele dá aula
4261 todos os dias. Então, nós temos que discutir isso, até mesmo porque nós queremos que
4262 este policial seja bem capacitado, tenha lazer, usufrua do lazer com sua família. E que
4263 horas ele vai fazer isso? Se nós o saturamos com a jornada de trabalho? E ninguém quer
4264 discutir isso? Quer discutir os salários. E na hora que você tem um comandante que
4265 muda por um acaso a jornada de trabalho, lá vem revolução. E todos nós sabemos o
4266 porquê. Porque é a instituição do bico através desses horários malucos. Então vamos
4267 jogar na Mesa bonitinho e vamos discutir. Não tem problema nenhum. A gente discute,
4268 mas eu acho que a gente não pode discutir parte de uma Pauta, nós temos que discutir
4269 total. E acho que o Conselho tinha que botar isso mesmo. Vamos discutir.
4270

4271 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4272 Vamos ao café?

4273 "coffee-break"

4274
4275 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4276 Conselheiros, vamos retornar? Vamos lá? Com a palavra a Conselheira Eliana.
4277

4278 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4279 Vamos lá gente. Bom, vamos para o item agora do número de participantes da Segunda
4280 Conferência, e aí para a gente eliminar dois itens dessa proposta, eu queria que o Heber
4281 apresentasse a proposta que ele trouxe. Marcos, vamos lá? Porque o item depois seriam
4282 os eixos temáticos. Tem uma tabelinha com a proposta dos participantes por segmento,
4283 só que o Heder tem outra proposta. Então o número de participantes vai depender. Passa
4284 para a tabela. Então a gente resolvendo isso aqui... Gente, agora é o seguinte. A idéia é
4285 definir o número de participantes e aí vamos pensar na questão já para eliminar essa
4286 questão dos segmentos. Quem vai participar, o número final depende dessa definição.
4287 Então a gente vai eliminar, porque essa questão é um pouco polêmica e resolvemos logo
4288

4292 ela. Heder tem uma proposta. Seria interessante ouvir a proposta do Heder, porque
4293 depois a gente vai ter que votar. Pega o microfone e explica sua proposta, por que é
4294 diferente dessa? Esperar o Marcos Rezende e o Márcio Marins, porque o Marcos
4295 Rezende ele me provocou na última reunião e gostaria da atenção dele. Flávio, faça o
4296 favor, no projeto que a gente está discutindo tem uma tabela. Deixa-me começar por ele
4297 para a gente fazer o resgate.

4298

4299 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4300

4301 Fazer a comparação entre o que foi apresentado inicialmente e que você está propondo
4302 diferença para as pessoas saberem. Exatamente. Está no texto. Acompanhe pelo texto.

4303

4304 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
4305 Estaduais**

4306

4307 Essa proposta inicialmente, como dito na reunião passada e a gente reafirma novamente,
4308 nós partimos dentro daquela idéia de reduzir o contingente de participantes na
4309 Conferência, partimos de um número que evidentemente quem vai decidir é a plenária e
4310 a Câmara Técnica discutindo chegou que seria um bom número em torno de 1500
4311 participantes. Então na reunião passada, e aí a gente já desconsidera como está nessa
4312 coluna o ouvidor de polícia como sendo trabalhador. Isso foi acordado, está fora. Estou
4313 só resgatando. E para que a gente fizesse essa tabela, nós estabelecemos cortes
4314 populacional e o Conselheiro Marcos Rezende chama atenção pela disparidade em razão
4315 do fato pontuado e apontado por ele, porque aí você teria uma representação de 1494
4316 representantes na Conferência, distribuído de tal sorte como está o nosso quadro. E a
4317 linha de corte, ou seja, estados que possuem até 7 milhões de habitantes teriam 40
4318 representantes. Estados que possuem de 7 a 15 milhões, 63 representantes e estados de
4319 15 a 40 milhões, 87 representantes, dividido entre segmentos do trabalhador respeitando
4320 aquela proporcionalidade de 30, 30 e 40. E o Conselheiro Marcos Rezendo chamava a
4321 atenção para o fato da disparidade que as vezes em função de cem, duzentos mil
4322 habitantes, você perde um quantitativo considerável de representantes. E não é fácil fazer
4323 esse exercício, então esse é o número apresentado inicialmente. E se a Conferência
4324 definir que será com 3 mil isso dobra, se for a metade. E aí partindo desse pressuposto,
4325 aí volta aquela outra tabela e vai na última tabela lá. Olha quantos exercícios nós
4326 fizemos. Olha, para que a nossa Conferência... Não vou mostrar meu trabalho todo, não.
4327 Já fui para ele, Tião. Já fui para ele. O que ocorreu? A nossa Conferência diferentemente
4328 das outras conferências, ela obedece uma proporcionalidade que diretamente afeta na
4329 quantidade de participantes. E a referência básica são os trabalhadores, porque você tem
4330 12 categorias e então ele é o número mínimo para se iniciar uma Conferência dentro da
4331 proporção de 30, 30 e 40. O que nós fizemos para fazer um exercício aqui se quiser
4332 alterar aqueles percentuais ali? Nós buscamos no site do IBGE a população brasileira
4333 hoje. O Brasil hoje possui 190 milhões, 772 mil 694 brasileiros. E eu fiz o primeiro
4334 exercício e a diferença é mínima, vou ler esse aí, porque está mais sintetizado. O outro
4335 nós buscamos a quantidade de eleitores no Brasil. Porque você pressupõe que acima de
4336 16 anos é que pode vir e participar e uma série de questões. Eu peguei o número
4337 absoluto, porque a diferença de um para o outro são de apenas 60 representantes. Então
4338 esse aí como ficou melhor sintetizado, eu fiz um quadro que fica fácil visualizar, e ali a
4339 organização ela está por população por estado. O Estado com a menor população é o
4340 Estado de Roraima com 451 mil 277 habitantes, e o maior estado é o Estado de São
4341 Paulo com 40 mil e 252, 160 mil habitantes. Os Senhores percebam ali naquela tabela

4342 que está mesclada, nós temos do Estado de Roraima até o estado do Espírito Santo, o
4343 que nós fizemos para chegar a esses números? Eu gostaria da atenção, porque se tiver
4344 que derrubar não tem problema nenhum. Quando nós trabalhamos que a Conferência
4345 terá a quantidade de 1500 representantes, nós usamos uma regra que é utilizada no
4346 sistema eleitoral que é o chamado coeficiente. Se nós temos uma população com 190
4347 milhões e queremos ter na nossa Conferência 1500 representantes, você divide os 190
4348 milhões por 1500 e você vai chegar a um coeficiente. Este coeficiente ele é de 127 mil,
4349 181. Quando eu divido a população de Roraima pelo coeficiente, eu só teria 3,54
4350 representantes numa conferência. Trabalhando isso proporcionalmente e respeitando a
4351 população de cada estado. Como a Conferência ela não pode prescindir do 30, 30 e 40,
4352 esses números que até a capacidade de 47 que você pode respeitar a população de cada
4353 estado, você tem um número mínimo. E esse número mínimo ele parte dos
4354 trabalhadores. Ou seja, são 12 trabalhadores que são 30%, 12 gestores 30%, e a
4355 Sociedade Civil recebe um número de 14 em razão dos 40%. Então do estado de
4356 Roraima até o estado do Espírito Santo que tem uma população de 3 milhões e 766 mil
4357 nós teremos todos estes estados com 36 representantes, sendo 14 da Sociedade Civil,
4358 12 trabalhadores e 12 gestores. Porque senão você não consegue número mínimo. Então
4359 esses estados proporcionalmente, independente se Acre ou Roraima tem 451 mil e o
4360 Espírito Santo 3 milhões, a quantidade mínima de representantes é 36 sendo 14, 12 e
4361 12. A partir do Estado da Paraíba, aliás, desculpe, não é Espírito Santo, é Bahia. A partir
4362 de Goiás o coeficiente já nos permite dividir dentro da população de cada Estado. Ou
4363 seja, o estado de Goiás nós teremos 47. O coeficiente deu 47,52. Santa Catarina 49 e 14,
4364 e assim sucessivamente de ordem crescente em razão da população. Nestes Estados
4365 você teria, por exemplo, o Estado de Goiás. Agora move um pouquinho para a nossa
4366 esquerda de quem está assistindo. Veja que eu tenho aquela coluna onde ela está
4367 posicionada e a última coluna da direita uma diferença que eu vou explicar o porquê. Veja
4368 qual é o coeficiente do estado? 47,52. Então não existem 47 pessoas e meia pessoa.
4369 Então é necessário que se fizesse um arredondamento ou para baixo, porque senão você
4370 teria que aumentar proporcionalmente também os trabalhadores. Então há uma
4371 compensação que pode ser de um ou de outro, mas a compensação é mínima. O
4372 coeficiente para dividir no estado de Goiás eram 47, mas como é que você divide 47
4373 respeitando 30 e 30, daria dízimo. E então ficou dezoito, por exemplo, ali no caso, 18
4374 representantes da Sociedade Civil, 14 trabalhadores, 14 gestores e nós teríamos no final
4375 46 e assim sucessivamente. Onde é que nós encontramos uma disparidade em relação à
4376 tabela apresentada anteriormente? O Estado de São Paulo em razão da sua população e
4377 respeitando os 40, 30 e 30, nós teríamos 324 representantes com o Estado de São
4378 Paulo, sendo 129 da Sociedade Civil, 97 Trabalhadores e 97 Gestores. O que nós
4379 fizemos? Achar um coeficiente e multiplicar pela população local. A outra tabela não
4380 obedece essa regra. Ela obedece à regra de um limitador de até x tanto e então ele
4381 aproxima-se mais à realidade do que essa discrepância. Por exemplo, São Paulo você
4382 tem 324, Minas Gerais 154, e Rio de Janeiro 125. 110 é a Bahia. Então o que está posto
4383 aqui agora? Se for respeitar a proporcionalidade eu acredito que já havia sido vencida
4384 que é 30, 30 e 40, nós temos essas variáveis. Ou a gente estabelece um corte, na
4385 primeira tabela nós temos 3 cortes de participação, que é até 7 milhões, de 7 a 15 e de
4386 15 a 40. Essa aí está por estado e por coeficiente. Então do ponto de vista da
4387 representação, esta é uma matemática que prevalece em cada Estado, e ela garante o
4388 mínimo proporcionalmente. Não é número absoluto, não se discute isso, não está
4389 interferindo em regra, não tem o que se dizer. Posso não concordar com essa lógica, mas
4390 é a lógica da representação proporcional, o que acontece em todas as outras
4391 conferências. Se a gente abrir ali aquela outra tabela, vocês vão ver que as metodologias

4392 utilizadas em outras tabelas, todas elas utilizam a proporcionalidade da população de
4393 cada Estado. Mas eles não trazem trabalhadores, gestores, não tem que ter essa
4394 proporcionalidade. Então é fácil trabalhar com isso e traz um número mínimo. A nossa,
4395 em razão de que o ponto de partida é no mínimo os trabalhadores, porque nós somos os
4396 problemáticos, porque a partir do contingente a ser prestigiado que é dos trabalhadores
4397 que se estabelece o restante da divisão da participação. E aí nessa questão ao invés de
4398 1500 proposto, nós teremos 1796. Olha a diferença que deu por conta do
4399 arredondamento. Se for número absoluto, se a gente tiver que usar o coeficiente dado
4400 nós teríamos 1796, com o arredondamento por conta da proporcionalidade esse número
4401 aumenta para 1828. Então, esse é um número que a gente tem condições de fechar.
4402 Evidentemente que isso é um processo que vai trazer a eleição de cada. 1828. A gente
4403 respeita a proporcionalidade, os estados com menor coeficiente estão garantidos com um
4404 mínimo necessário e os outros representam sua proporcionalidade. Então essa é o que
4405 está aí e acho que a presidência deve colocar em votação e discussão, são dois quadros
4406 que a gente tem, e confesso para vocês são n outros quadros, são muito mais difíceis
4407 trabalhar do que esse que a gente chegou. Então essa é a capacidade que a gente teve
4408 de dialogar e fica à plenária qual o modelo ou se sugerirão outro modelo.
4409

4410 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4411
4412 Vamos dar um tempo para não demorar demais. Questão de ordem para o Conselheiro
4413 João Francisco, por favor.

4414
4415 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

4416
4417 A proposta do Conselheiro Heder teria viabilidade para o Ministério da Justiça, já que
4418 aumentaria em 300 pessoas e teria orçamento?

4419
4420 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4421
4422 Olha, estava até conversando isso aqui com a Suelen. Sendo franca, como nós sempre
4423 buscamos ser aqui no Conselho, eu acho que são dois momentos diferentes. Estava até
4424 conversando com ela que não devemos interferir nesse processo aqui. É legítimo que o
4425 Conselho discuta no seio do Conselho e na plenária as perspectivas que o Conselho tem,
4426 apresente sua proposta e esse é o momento. Outro momento que não será decidido aqui,
4427 logicamente é o momento da análise da viabilidade orçamentária e financeira por parte do
4428 Ministério da Justiça. Então nesse momento eu creio que é interessante que o Conselho
4429 e isso que o Conselheiro Heder colocou muito bem aqui que o Conselho construa sua
4430 proposta de ideal para um evento deste tamanho. E em outro momento o Ministério fará
4431 avaliação da viabilidade financeira e orçamentária, logicamente com devolução
4432 obrigatória ao Conselho.

4433
4434 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

4435
4436 Justamente porque vamos pensar não tem e teríamos que cortar 200 cabeças. Aí
4437 teríamos que voltar um exemplo. (risos) No bom sentido, gente. Vocês entenderam!
4438 (risos). Conselheiro se me permite, para ilustrar, por exemplo, a Conferência Nacional de
4439 Saúde que está ocorrendo agora ela tem 3986 participantes. Nós estamos cortando
4440 contingente. Aí agora pela Secretaria-Geral nós estamos fazendo agora dia nove a

4441 Conferência de Juventude e tem pouco mais de mil, em torno de 1500, não pode passar
4442 disso.

4443
4444 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4445 **Estaduais**

4446 Existe um limitador, o pleno tem que definir o seu tamanho se definir que é três mil, que é
4447 seis mil, a presidência e o Ministério vai dizer não, você tem que cortar. Mas também
4448 acho que não devemos partir do pressuposto que não tenha dinheiro. Acho exequível, a
4449 gente já está fazendo dentro de uma racionalidade mínima, acho que é um contingente,
4450 mas aí é um posicionamento pessoal que a plenária que vai decidir.
4451

4452
4453 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4454
4455 Pela ordem das inscrições o Conselheiro Benedito Mariano e Conselheiro Marcos Costa
4456 com a palavra. Perdão, Conselheiro Márcio também inscrito.
4457

4458 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4459 **Municipais de Segurança Pública**

4460 Eu acho boa a proposta apresentada pelo companheiro Heder. Talvez ela representa
4461 com mais clareza a representatividade populacional dos estados e as diferenças e isso
4462 tem que levar em conta e acho que 1800 participantes não é muito. É metade do que
4463 está sendo hoje a Conferência da Saúde. Então, não tem nada de princípio contra a
4464 proposta. Talvez ela é a que seja mais ampla e politicamente correta. Agora, a diferença
4465 dessa proposta para a anterior que está aqui na nossa pastinha para o Estado que eu
4466 faço parte, São Paulo, passa de 96 representantes para 324. É muito grande. Então você
4467 vai ter Estado com 20%, 18% de todo o plenário. Então estou falando aqui com a
4468 representação maior. Eu acho que isso, essa reforma nós temos que pensar pelo
4469 Congresso, mas ela ainda não veio, porque essa proporcionalidade não existe no
4470 Congresso Nacional. E nessa história não tem paulista ou não paulista, eu acho que o
4471 problema da proposta é que dá uma distância muito grande entre um estado e o outro. O
4472 mínimo pelo o que o Conselheiro colocou é 36. Ninguém vai ficar com menos de 36, mas
4473 o estado que tem 324 é dez vezes, é muito maior a representação. Então, eu tendo a
4474 acreditar, como essa questão de representatividade não está resolvida na esfera mais
4475 política do Brasil que é o Congresso Nacional e não está. 70 Deputados e precisava ter
4476 uns 140 só o Estado de São Paulo. Eu não sei se criaria um tensionamento essa
4477 representação muito grande.
4478

4479
4480 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4481 O Senhor me permite um aparte? É interessante a solução que foi dada pelo Congresso
4482 eu acho que talvez não resolva ainda, mas eles têm um limitador mínimo e máximo no
4483 Congresso. Não sei, mas a gente poderia tentar fazer isso. Porque quando você limita o
4484 mínimo, você estabelece um paradigma para que ninguém saia tão prejudicado.
4485

4486
4487 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4488 **Municipais de Segurança Pública**

4490 Eu acho que pode ser o caminho, Presidente. Quer dizer, nós já estabelecemos o
4491 mínimo. Nenhum estado terá menos de 36, mas acho que pode pesar em flexibilizar um
4492 pouco essa representação, para que não chegue dez vezes a diferença entre o mínimo e
4493 o máximo. No meu entendimento, 200 representantes de São Paulo já é o número
4494 significativo numa Conferência que vai ter 1800 e 12%, mais de 12%. Trezentos passa de
4495 20. Aí eu acho que a gente pode acender um debate que não está colocado de que São
4496 Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, esses três estados representam mais de 50% da
4497 Conferência. Então, me sinto tranquilo de dizer isso que é o Estado de maior
4498 representação na proposta que foi colocada aí. Acho que nós temos que ver o meio
4499 termo e talvez a proposta da Mesa seja boa, respeitando aí o coeficiente, mas
4500 estabelecer um corte mínimo. Um corte máximo também de se não ultrapassar 10%,
4501 então seria 180 ou 200, enfim. Eu queria fazer essa preocupação do tamanho da
4502 representação do Sudeste, não só de São Paulo, mas Rio de Janeiro e Minas Gerais.
4503

4504 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4505
4506 Se o Senhor me permite. Só para a gente ver essa situação do Sudeste. Coloca o nome
4507 do estado e puxa a barra para a esquerda. Se nós pegarmos o Sudeste ali só o Sudeste.
4508 Tem que ser daquele tamanho mesmo. Só o Sudeste. Colocando ali os três maiores. São
4509 Paulo, Minas Gerais, Rio e Espírito Santo. Daria 600, mais de 600.
4510

4511 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
4512 Estaduais**

4513
4514 Aos Conselheiros, e comprendendo, eu também achei desarrazoado, mas o que eu não
4515 queria era que quem estava elaborando a proposta no caso que eu pensei algo que eu
4516 estabelecesse essa linha de corte. Primeiro quem sou eu para estabelecer uma linha de
4517 corte e trazer à plenária? Eu trouxe problema. Tenho toda essa percepção, mas tinha que
4518 seguir um trabalho lógico para que eu não me sustasse, porque eu também, por mais que
4519 eu compreenda as linhas de corte e quando nós discutimos a primeira proposta por que 7
4520 milhões, por que não 8, e por quê não dez? Então isso é muito subjetivo e tem que ter um
4521 recorte. Então, esses números estão aí para que a gente promova esse debate se tiver
4522 que cortar nos estados de Minas, de Rio, de São Paulo, se a plenária decidir isso a gente
4523 reduz o número dentro da proporcionalidade. Mas o que está ali é aquilo que eu não me
4524 senti em condições de cercear o debate, para que todos nós agora construamos juntos o
4525 coeficiente necessário. Nós sabemos qual é a lógica de coeficiente, se nós vamos
4526 quebrar a lógica agora, a plenária quebra a lógica e todo mundo consciente que saiu do
4527 princípio da igualdade.
4528

4529 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4530
4531 Inscritos Márcio Marins inscrito, Conselheiro Celito inscrito.
4532

4533 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e
4534 Transexuais**

4535
4536 Bom, eu não sei se me perdi aqui, Heder e Eliana. É o seguinte. Duas coisas eu não sei
4537 se me perdi se me perdi, se me perder me situem. Nós temos uma decisão mais lá à
4538 frente depois dessa aqui, se os municípios com mais de 200 mil eleitores vão eleger seus

4539 delegados e delegadas, e se essas delegadas e delegados já estão dentro desse
4540 número. Para não criar confrontamento dentro dos estados.

4541
4542 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4543 **Estaduais**

4544
4545 Já, porque a Conferência está trabalhando os 1500. E a gente vai definir qual o
4546 percentual...

4547
4548 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
4549 **Transexuais**

4550
4551 Aí nos estados vai definir os critérios.

4552
4553 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4554 **Estaduais**

4555
4556 Exatamente, porque o tamanho é fechado. Ou dos 1900, o que for.

4557
4558 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
4559 **Transexuais**

4560
4561 E uma outra é se por acaso a gente muda, os critérios também mudam, o apoio aos
4562 estados os convênios para repasses aos estados. Porque mudam os números dos
4563 estados. Porque nós temos aqui 600 mil, 200 mil, 150 mil e cem mil dependendo da
4564 população. Tem outra tabelinha que tem que ser considerada se esses números mudam.
4565 Que é repasse para convênios de acordo com as conferências nos estados.

4566
4567 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4568
4569 É porque depois que definir, vai definir o orçamento.

4570
4571 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
4572 **Transexuais**

4573
4574 É exatamente isso que estou perguntando.

4575
4576 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4577
4578 Com certeza. É consequente.

4579
4580 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4581
4582 Conselheiro Celito com a palavra e inscrita Conselheira Cynthia.

4583
4584 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

4585
4586 Depois da fala do Benedito, me sinto mais à vontade a falar. Era exatamente essa análise
4587 que eu tinha feito. Quer dizer, a representatividade eu não vejo que você ter 324
4588 representantes de São Paulo vai significar realmente uma representação maior de uma

4589 Sociedade toda, se tiver cento e poucos representantes. Eu acho que é um número
4590 significativo que traz a problemática principal do estado. É claro que a divisão ideal seria
4591 exatamente manter talvez essa proporcionalidade. Mas eu acho que não é exequível.
4592 Para mim, em termos de representação é como a gente vê então essa seria praticamente
4593 uma Conferência do Sudeste. Seria praticamente uma Conferência do Sudeste e acho
4594 que isso não dá para ser. Nós precisamos da representação significativa dos outros
4595 segmentos. Então não vamos estender ainda mais depois do que o Benedito falou, eu
4596 acho que temos que sim colocar um limite máximo assim como é feito no Congresso.
4597 Resolver essa questão de representação vai ser impossível, mas é isso.
4598

4599 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4600 Conselheira Cynthia com a palavra e inscrito Conselheiro Benedito Mariano.
4602

4603 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**
4604

4605 Eu acho que é um elemento que a gente tem que ter bem claro é que a disputa em torno
4606 dos princípios e diretrizes da CONSEG, ela não vai acontecer por estado e sim por
4607 segmento e por interesses que se alinham em nível nacional. Então não me preocupa
4608 essa questão de que tem mais em São Paulo ou menos num Estado menor. Porém, eu
4609 acho que é uma proposta antipática para o conjunto das entidades de forma geral, porque
4610 vai se compreender pela ótica daquilo que o Celito falou, é uma convenção do Sudeste. E
4611 como sempre, tendo os estados com maior nível de população ou de desenvolvimento
4612 beneficiados em detrimento daqueles que são menores e tem maior dificuldade de
4613 acessibilidade. Então, eu acho que a proposta do Mariano é coerente no sentido de
4614 limitar ao máximo o teto e garantir um mínimo num teto melhor.
4615

4616 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4617 Conselheiro Benedito Mariano.
4619

4620 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores
4621 Municipais de Segurança Pública**

4622 Eu acho que para o nosso debate, primeiro que a solução encontrada pelo Heder é boa.
4623 A gente precisa flexibilizá-la para não ter distorções, mas eu acho que a solução de
4624 coeficiente é boa. A minha sugestão é que estados como São Paulo, Rio de Janeiro,
4625 Minas Gerais e Bahia, cai 50% do número que está lá. Nós vamos chegar a uns 1650 no
4626 máximo, no máximo 1700 delegados, não 1800. Caíram 50% e aí continua com as
4627 mesmas referências de no mínimo 36, e então aí no máximo, por exemplo, de São Paulo
4628 ao invés de 324 delegados seria no máximo 180 delegados e proporcionalmente os
4629 outros diminuindo 50%. Porque daria menos tensão com os estados menores e já
4630 representaria o dobro do que é hoje a representação no Congresso Nacional. Já é uma
4631 proposta bem diferente do que é a representação formal política no Congresso.
4633

4634 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
4635 Estaduais**

4636 Mariano, eu não sei, porque a gente está estabelecendo exatamente partindo de uma
4638 lógica e estamos construindo, não é nada de impor, não. Por que não podemos pensar

4639 dentro do que a Cynthia propôs ali, se a proposta é retirar do Sudeste por que não
4640 aumentar o coeficiente daqueles que tem, por exemplo, quando a gente fala de
4641 trabalhadores nós é que somos o problema. Se tirar esse aí a gente aumenta, por
4642 exemplo, tira desse contingente aqui, por exemplo, você está trazendo um trabalhador de
4643 cada área só. Se a gente fizer um exercício e posso tentar fazer daqui a pouco, será que
4644 daria ao invés de perder o contingente, aumentar para dois trabalhadores de cada área,
4645 que não interferisse no resultado final. Essa é uma proposta, mas o Agadeilton, agora se
4646 for para perder, se perder no sentido de minimizar, eu concordo plenamente, porque eu
4647 acho que o Sudeste ali não pode ficar desse jeito, não tenho dúvida disso.
4648

4649 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
4650 **Criminais Federais**

4651 Vou tentar aproveitar a boa lógica desenvolvida pelo trabalho da Câmara Técnica
4652 representada pelo Conselheiro Heder para tentar resolver essa justa polêmica trazida
4653 pelo Conselheiro Mariano. Eu entendo que é relativamente fácil. Se a gente pegar até o
4654 Estado do Rio Grande do Sul, dá para manter o critério adotado da proporcionalidade.
4655 Porque estaria o Rio Grande do Sul com 84. Eu defendo que seria o ponto de que até 10
4656 milhões e incluindo os arredondamentos que não chegue a 11 milhões, que você adote
4657 esse critério e acima de dez milhões, qualquer milhão de habitantes um representante a
4658 mais para cada estado. Por exemplo, o Estado da Bahia ficaria com 84 mais quatro. O
4659 Estado do Rio de Janeiro, 84 mais cinco. O Estado de Minas gerais, 84 mais nove. E o
4660 Estado de São Paulo, 84 mais 31. Eu acho que manteria a objetividade.
4661

4662 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4663 **Estaduais**

4664 Sim, mas quando a gente fala em 84 mais quatro. Quem serão esses quatro? Nós temos
4665 12 trabalhadores. Você tem de pensar nos doze trabalhadores, nos doze gestores e 40%
4666 a mais da Sociedade Civil. Então o quatro é que eu não consegui compreender.
4667

4668 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
4669 **Criminais Federais**

4670 84 é um número que representa a proporcionalidade para quem tem até dez milhões,
4671 para depois dividir a proporcionalidade em outro momento. Aí é o número total. Fazendo
4672 esse recorte de limitador máximo que resolve o problema do super dimensionamento da
4673 representação dos estados que tem população muito grande, aí se parte para discutir
4674 especificamente quais os ajustes necessários na questão da representação por
4675 segmentos. Eu acho que tem que superar por parte cada um dos problemas que diz
4676 respeito a definição do número de delegados na Conferência.
4677

4678 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4679 **Estaduais**

4680 Eu só gostaria de chamar a atenção que existe aquela outra tabela. O que eu estou
4681 entendendo, nós desprezamos aquela outra tabela. Porque se está desenvolvendo
4682 nesse, porque se fosse o caso retomaríamos a outra tabela, só porque a gente tem outra
4683 tabela que faz parte do projeto também.
4684

4688

4689 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4690

4691 Mais alguém? É isso. Quanto dá o total com essa perspectiva que o Agadeilton colocou?
4692 Número final? Conselheiro Benedito Mariano. Pessoal, só um instante, pessoal. Sobre
4693 esse fato tem alguém que tem mais alguma posição a colocar sobre a tabela? Ficamos
4694 com essa tabela com a perspectiva colocada pelo Conselheiro Agadeilton? Inscrição
4695 então Conselheiro Benedito Mariano com a palavra e peço à Mesa a Anita e a Heloísa
4696 que ajudem a somar qual o número total com essa perspectiva. Só por uma questão de
4697 justiça o Conselheiro Marcos Costa estava inscrito antes, pode ser?

4698

4699 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4700 **Municipais de Segurança Pública**

4701

4702 Só dizer que é interessante apresentar para o pleno a proposta. A idéia nós já aceitamos
4703 aqui do que veio da Câmara Técnica que precisa flexibilizar essa proporcionalidade. Eu
4704 queria que a Mesa apresentasse a proposta do Agadeilton e a que eu fiz de diminuir 50%
4705 de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

4706

4707 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4708

4709 Ótimo. Então nós temos duas propostas lançadas e a primeira proposta aquela na qual a
4710 Flávia está trabalhando e a segunda uma diminuição pontual dos Estados de São Paulo,
4711 finas e Rio, diminuindo em 50% o número total de cada estado. Flávia, depois você
4712 coloca em outra cor nessa mesma coluna, uma proposta do Conselheiro Benedito
4713 Mariano diminuindo em 50% esse número que está à esquerda. De 125, abaixa Rio de
4714 Janeiro, Minas e São Paulo só. Bahia não vai mexer. Então 125 ficaria 62,5, 72 e 162.
4715 Conselheiros, vamos só lançar a proposta do Conselheiro Benedito Mariano que ele
4716 encaminhou? Conselheiros. Por favor, Heder só um instante. Só lançar ali a proposta do
4717 Conselheiro e aí já vai revendo. Só lança para a gente ter um paradigma para que a
4718 gente possa mudar e a última de São Paulo ficaria com 162. Surgiu uma primeira questão
4719 levantada pelo próprio Conselheiro, que aí a Bahia ficaria maior que o Rio.
4720

4721

4722 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4723 **Municipais de Segurança Pública**

4724

4725 Exatamente. Quero refazer a proposta mantendo a proposta de São Paulo diminuir os
4726 50% de 324 e ficar lá com 162 e proporcionalmente ir alterando nos outros sem atingir
4727 evidente aquele que é o mínimo. Porque o número vai ser menor, vai continuar
4728 garantindo uma representação, mas ela não é tão distante uma da outra. Essa é a idéia.

4729

4730 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4731

4732 Você me permite um aparte nessa colocação que você fez? Eu estava fazendo a conta
4733 aqui com o Heder e pensei que quando a gente mitiga muito o número, eu acho que fica
4734 uma questão meio nebulosa. Uma regra prática e objetiva vai ficar mais fácil para as
4735 pessoas entenderem. Eu fiz uma conta aqui matrimônios o Heder. O estado com maior
4736 número teria 10% do percentual. O estado com menor número teria 2% e entre eles
4737 haveria um encaminhamento de acordo com a população. O número máximo 10%.
4738 Estado nenhum pode ter mais de 10% da Conferência. E nenhum Estado pode ter menos

4738 de 2% da Conferência. Critério objetivo. Todo mundo viu, a regra objetiva é essa e
4739 ninguém tem dificuldade de compreender. Aí proporcionalmente de acordo com essa
4740 perspectiva clara e única para todo mundo. Então Flávia, lança embaixo aí essa proposta
4741 que a Mesa faz. Coeficiente máximo, 10%. Mínimo de 2%. Nem o Estado tem menos aí
4742 no caso de 1800 de 36 e nem o estado tem mais de 180. Tem mais, perdão, tem mais de
4743 180. Se for 1800 o número. O escalonamento aí teria que fazer o exercício de conta aí
4744 proporcionalmente de acordo com a variação de população.

4745
4746 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4747 **Municipais de Segurança Pública**

4748
4749 Eu retiro a minha pela proposta da Mesa. Qualificou a proposta.

4750
4751 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4752
4753 Conselheiro Bridi com a palavra.

4754
4755 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4756
4757 Eu fiquei com uma dúvida. Lá para os trabalhadores vai também usar esse tipo de regra?
4758 Nós teremos um mínimo e máximo para trabalhadores também? Porque aí eu estou
4759 vendo na tabela de trabalhadores que tem uma desproporção e me parece que esse é
4760 um número absoluto.

4761
4762 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4763
4764 Esse é o número absoluto. Dentro do número absoluto, dentro dos 180 é isso. 30, 30 e
4765 40.

4766
4767 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4768
4769 Não, mas dentro da classificação de só trabalhadores agora. Nós temos um número geral
4770 de trabalhadores. O critério aqui é um por um. É por categoria.

4771
4772 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4773
4774 Você diz dentro dos trabalhadores a distribuição das vagas entre policial militar, civil,
4775 rodoviário. É isso?

4776
4777 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4778
4779 Nós estamos trabalhando com a lógica de população para a Sociedade Civil?

4780
4781 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4782
4783 Não, são duas coisas diferentes. Nós estamos trabalhando aqui com a lógica número
4784 universal da Conferência, todo mundo.

4785
4786 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4787

4788 Delimitando o número de participantes por estado, não importando o tamanho do estado.

4789

4790 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4791

4792 Isso.

4793

4794 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4795

4796 Mas mesmo assim o número de população do estado vai influenciar, não vai?

4797

4798 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4799

4800 Essa discussão é outra. Não chegamos ainda na sua discussão. Nós ainda estamos no

4801 número total. A lógica inicial que está sendo feita aqui é 40% Sociedade Civil, 30 e 30.

4802 Isso não está sendo posto agora. A única questão que estamos vendo é número por

4803 estado. A sua perspectiva está além da sua discussão. Não chegamos nela ainda. Com a

4804 palavra o Conselheiro Marcos Costa.

4805

4806 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

4807

4808 Essa questão de segmentos desde quando na época da composição transitória, eu tenho

4809 mencionado que é importante que não só os segmentos hoje representados no CONASP

4810 participassem dessa discussão do controle social sobre política de Segurança Pública.

4811 Deveria ter o setor acadêmico, deveria estar o setor econômico, deveria estar

4812 adequadamente representado o Sistema Judicial Criminal, carreiras jurídicas e públicas e

4813 tal. Eu acho que é importante. Na outra CONSEG teve participação do Poder Judiciário,

4814 da Justiça Estadual, teve juízes federais, teve Ministério Público Estadual, Ministério

4815 Público Federal. E então assim aparentemente a gente está distribuindo as vagas e

4816 mantendo a nossa atual composição, quando eu acho que a gente deveria ter garantido,

4817 é claro, a representação reflete a nossa divisão atual, mas estabelecer também um

4818 percentual de vagas para outros segmentos que nós entendemos que podem se

4819 incorporar nessa discussão e que amanhã podem pleitear uma reforma que pode ser

4820 resultado da Conseg da própria composição da CONASP. Então isso influencia. Talvez

4821 não seja agora o momento, mas isso influencia no quantitativo e talvez já antecipe uma

4822 situação. Nós temos limitador econômico, financeiro econômico. Eventualmente no caso

4823 do Ministério Público e Poder Judiciário, você poderia garantir os próprios órgãos do

4824 Poder Judiciário de assumir, mas eles teriam garantidas aquelas cadeiras como

4825 representantes dentro da Conferência. Então é algo que o setor acadêmico tem que estar

4826 aqui e o setor econômico a gente precisa trazer o setor bancário para cá, porque eles são

4827 os fornecedores em termos de recursos organizados e eles têm muito mais conhecimento

4828 das tendências do que muitos órgãos do Sistema Judicial Criminal e Sistema de

4829 Segurança Pública. Só queria pontuar que essa questão dos segmentos que serão

4830 convidados para debater não fique fechado só no atual segmento.

4831

4832 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4833

4834 Como o Conselheiro Benedito Mariano colocou aqui, acho que essa fala é extremamente

4835 importante, mas está atrelada à fala do Conselheiro Bridi. Acho que a gente podia

4836 caminhar com essa discussão agora para encerrar essa participação de estado, qual o

4837 parâmetro que nós vamos utilizar para que haja quantidade global. A próxima discussão

4838 que nós faremos, aí eu qualificadamente Conselheiro Marcos e Conselheiro Bridi tem
4839 razão com essa discussão que é uma discussão mais profunda. Eu encaminho para que
4840 a gente termine e conclua essa discussão de número total, número absoluto, para que a
4841 gente possa caminhar e aí sim a gente discutir.

4842

4843 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

4844

4845 Porque fazendo uma conta simples aqui, exatamente no critério, mas estabelecendo
4846 aquele parâmetro inicial, qual é a composição mínima que nós teríamos que ter de um
4847 estado? Seriam 38 participantes. 36? Errei minha conta aqui. Porque 12, 12 e 14 dá 38,
4848 né? Então, a segunda composição teria que ser o dobro disso, 76 para manter a
4849 proporcionalidade em cada estado. A terceira composição seria já 114. Então o estado
4850 teria que ter dessa composição que está aqui, trabalhadores, gestores e Sociedade Civil,
4851 fazendo uma conta simples. A partir daquela que nós temos no mínimo 38. Então, para
4852 eu manter essa proporcionalidade, o próximo número vai ser 76. Aí eu teria dois para
4853 cada segmento. E o próximo número seria 114, teria 3 para cada segmento, e assim eu
4854 poderia ir a 152, 190. Então, talvez deveríamos estabelecer para ver que número dá isso,
4855 e então se nós tivéssemos agora, voltaríamos, na verdade.

4856

4857 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4858 Aí o Senhor está dobrando, estão colocando mais doze na conta.

4860

4861 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

4862

4863 Sim, mas qual é a proporcionalidade que você vai manter com menos de 12?

4864

4865 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4866

4867 Na verdade se você colocar 13, 13 e 19, você não está mantendo a mesma
4868 proporcionalidade. Na verdade você está dobrando. Eu sugiro para a gente ganhar tempo
4869 que o Heder desenhasse, porque é mais importante então que o Heder faça a conta com
4870 a equipe e se todos concordarem com a metodologia e fica definido a metodologia e ele
4871 apresenta o número para a gente amanhã. Conselheira Cynthia? Imprimir cópia para
4872 todos, ótimo. Podemos seguir? Aí é outra discussão. Conselheira Eliana, vamos seguir?

4873

4874 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
4875 Estaduais**

4876

4877 Só para esclarecimento para que eu possa compreender e a gente trabalhar os números.
4878 Então nós estamos trabalhando com mínimo de dois e máximo de dez da população
4879 brasileira, dos 190 milhões. Então, dentro dos 190 milhões o menor terá 2% que será 38
4880 e o maior coeficiente será de 10% que terá 190 representantes no máximo. E eu ainda
4881 tenho que criar uma regra entre 2 e 10 dividindo os estados. Vocês são bacanas comigo.

4882

4883 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
4884 Criminais Federais**

4885

4886 Eu vou manter a proposta que eu fiz. Acho que tem duas propostas aí.

4887

- 4888 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
4889
4890 Nós vamos deliberar com relação à metodologia ou já vamos votar a proposta do
4891 Conselheiro Agadeilton e do Conselheiro Heder? Vamos votar então? Nós temos duas
4892 propostas estabelecidas.
4893
4894 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4895 **Municipais de Segurança Pública**
4896
4897 Por que não prepara em números as duas?
4898
4899 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
4900
4901 Ótimo então, os dois preparem para a gente decidir no final. Conselheira Eliana com a
4902 palavra.
4903
4904 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
4905
4906 Hoje ainda, hein? Bom, vamos a outro ponto polêmico que é a questão dos eixos
4907 temáticos.
4908
4909 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
4910
4911 Quanto porcento nós já caminhamos, Conselheira?
4912
4913 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
4914
4915 Eu acho que a questão mais importante agora são os eixos temáticos e depois são
4916 detalhes. Eu estou falando do ponto de vista de coisas mais polêmicas, vamos aos eixos
4917 temáticos que isso é importante para definir o texto base e todo o outro. Então, o
4918 primeiro, gestão democrática e financiamento da política de segurança. Houve destaque
4919 é um destaque super rápido do Marcos.
4920
4921 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
4922
4923 É que eu acho que gestão democrática e controle social, controle social o próprio
4924 CONASP está sedimentando e então gestão democrática e controle social estaria nesse
4925 eixo com financiamento ou separa gestão democrática e controle social num eixo
4926 específico e financiamento no outro. Porque tem controle social lá embaixo no outro eixo.
4927
4928 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
4929
4930 A gente vai limpar depois, mas você está pedindo para tirar no subo item? É outra coisa?
4931
4932 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
4933
4934 Vamos seguir? Há concordância com relação à proposta do Conselheiro Marcos?
4935
4936 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
4937

- 4938 Você está pedindo para suprimir do subitem?
- 4939
- 4940 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
- 4941
- 4942 Não, é porque tem lá embaixo.
- 4943
- 4944 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
- 4945
- 4946 Seja retirado daí e colocado em outro local. Não é isso?
- 4947
- 4948 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
- 4949
- 4950 Então, deixa eu chegar nele. Exatamente, aí a gente joga no primeiro. Então, quando for
- 4951 limpar esse a gente joga aonde tem que ser. Então o primeiro, vamos para o segundo.
- 4952
- 4953 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
- 4954
- 4955 Esse eixo então, esse eixo 1 não há dúvidas, vamos seguir.
- 4956
- 4957 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
- 4958
- 4959 O que ele está falando é que pode ser que tenham sub-itens que joguem para outro.
- 4960 Tirou o que? Tá, então tá. Eixo 2. Sistema Prisional, Acesso à Justiça e Direitos
- 4961 Humanos. Você tirou o destaque? Sistema prisional.
- 4962
- 4963 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais - CONDEGE**
- 4964
- 4965
- 4966 Políticas de segurança e depois tem sistema de justiça e segurança. Como é isso?
- 4967
- 4968 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
- 4969
- 4970 Conselheira, lá no texto ele está corrigindo. Sugere Tereza.
- 4971
- 4972 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais - CONDEGE**
- 4973
- 4974 Sistema prisional de Direitos Humanos e acesso à justiça. Mas no eixo 2 está sistema
- 4975 prisional e acesso à justiça.
- 4976
- 4977
- 4978 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
- 4979
- 4980 Tira o e e coloca vírgula. Medidas de alternativa à prisão não está dentro do sistema
- 4981 prisional? Pode tirar isso. Tudo bem? Tem mais alguma coisa para ser acrescida aí?
- 4982 Cynthia, na questão de Direitos Humanos não tem que acrescentar subitem, não?
- 4983
- 4984 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
- 4985
- 4986 Conselheira, por favor, nós temos limitador de tempo para utilizar essa sala. Não teremos
- 4987 condição de trabalhar nessa sala até 18h30 de hoje.

- 4988
4989 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**
4990 **CONDEGE**
4991
4992 Porque quando se fala da questão do sistema prisional, está incluso também?
4993
4994 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
4995
4996 Também, condição de trabalho. E vai estar lá embaixo também na hora dos
4997 trabalhadores, tá? Eixo 3. Cultura de paz, política penitenciária. Pronto, vamos lá, eixo 3.
4998
4999 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5000
5001 Inscrito o Conselheiro Mariano.
5002
5003 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5004 **Municipais de Segurança Pública**
5005
5006 Eu queria propor uma mudança no nome do eixo e propor mais um subitem que eu não vi
5007 contemplado aqui que eu acho importante. Primeiro, só relembrando que a Primeira
5008 Conferência Nacional de Segurança Pública estabeleceu como diretriz que o município é
5009 co-gestor da Política Nacional de Segurança Pública. No meu entendimento onde mais
5010 pode entrar o papel do município é nesse eixo 3, e cultura de paz, prevenção à violência
5011 e eu acho que só tem que ficar aí eu defendendo que o combate à discriminação seja outro
5012 eixo, não diz muito sobre o papel do município. Então a minha proposta, Eliana e
5013 Conselheiros, é que o eixo 3 se chame: Política integrada de prevenção à violência e
5014 cultura de paz. Aí o combate à discriminação é um outro item. É um outro eixo. Eu
5015 defendo que seja o eixo quatro como já está aí.
5016
5017 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
5018
5019 Olha só, espera aí. Segura isso aí porque é lá embaixo. Vamos só definir o eixo 3
5020 primeiro.
5021
5022 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5023 **Municipais de Segurança Pública**
5024
5025 Então só para terminar aqui a proposta. Então é política integrada e prevenção à
5026 violência e cultura da paz. Se o plenário definir que o combate à discriminação fique aí, é
5027 um subitem. Eu prefiro que seja um eixo próprio. E aí a sugestão, as colegas aí da
5028 digitação, colocar o município como co-gestor da política de Segurança Pública que é a
5029 diretriz aprovada na primeira Conferência.
5030
5031 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5032
5033 O Conselheiro Everardo está pedindo um aparte. Concede?
5034
5035 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5036 **Municipais de Segurança Pública**
5037

5038 Lógico.
5039
5040 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**
5041
5042 Só explicitar o item do Mariano. Política de Segurança Pública Integrada, é importante
5043 frisar o que nós estamos tratando por causa da questão do município. Porque está só
5044 política integrada de prevenção à violência. Mas tem que ficar Política de Segurança
5045 Pública Integrada. Tudo bem?
5046
5047 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5048
5049 Lá no tópico, política de Segurança Pública integrada.
5050
5051 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
5052
5053 Olha só, quero voltar aí ao subitem do 3 para fechar, se todo mundo concorda com a
5054 mudança do nome do eixo proposto pelo Mariano.
5055
5056 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5057 **Municipais de Segurança Pública**
5058
5059 Eu acho que pode ficar, porque o nome ficou muito grande agora. Política de segurança
5060 integrada de prevenção à violência e cultura de paz. Porque é Conferência de Segurança
5061 Pública, eu acho que já está mais do que... OK? Política de segurança integrada de
5062 prevenção à violência e cultura de paz, e o subtítulo já foi colocado lá, o município co-
5063 gestor da política integral de Segurança Pública. Me coloco a disposição do grupo a
5064 preparar um texto relacionado a esse subo item que eu estou sugerindo com base num
5065 parecer que esse foi o primeiro parecer que esse CONASP aprovou sobre o papel do
5066 município. Lá tem conteúdo para a gente trabalhar esse subsídio.
5067
5068 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
5069
5070 Então, agora vamos ler os sub-itens, porque como vai dividir a questão da discriminação,
5071 vai ter que tirar alguns sub-itens ali. Vamos lá. Sub-item. O município como co-gestor da
5072 Política Integrada de Segurança Pública. A violência, discriminação isso tem que tirar aí e
5073 botar lá embaixo para o outro eixo proposto. Redução dos efeitos sociais da violência
5074 armada.
5075
5076 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5077 **Municipais de Segurança Pública**
5078
5079 Desculpa, Eliana, é que vai mexendo e parece que são dois temas. Política integrada de
5080 prevenção à violência e criminalidade. Ficou Política Integrada de Segurança e
5081 Prevenção à Violência. Parece que é um outro tema e a prevenção à violência que é o
5082 tema. Você entendeu?
5083
5084 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5085
5086 Se você me permitir, Mariano? Política integrada de Segurança Pública para prevenção à
5087 violência e cultura da paz? Não, né? De prevenção? Aí contempla e amplia. Isso se tirar o

5088 segurança, tudo aí é segurança mesmo. Política Integrada de Prevenção a Violência e
5089 Cultura da Paz. Até porque, se a gente colocar política integrada de segurança parece
5090 que vão ser só órgãos públicos de segurança que vão trabalhar. Não envolve Sociedade
5091 Civil e a população também.

5092
5093 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**

5094
5095 É justamente isso. Gestão integrada tem por princípio sua formação porque trata da
5096 questão de segurança por princípio, por exemplo, a participação da Sociedade Civil. Esse
5097 debate vamos fazer daqui dois anos sobre a importância da Sociedade Civil participar do
5098 GGI, mas não vamos tratar disso. Neste caso, é importante que frise a questão de
5099 Segurança Pública porque nós estávamos acostumados com Segurança Pública a partir
5100 da prevenção e criminalidade, o que não cabe em momento nenhum para a Sociedade
5101 Civil estar enfrentando a questão da criminalidade neste aspecto. Por isso no debate
5102 sobre as cidades que foi a Câmara Temática que participamos eu e Mariano discutiu-se a
5103 questão da prevenção no que diz respeito às políticas integradas de Segurança Pública e
5104 prevenção em cultura de paz por causa da integração dos municípios, da participação do
5105 município na qual é a política mais próxima ali. Estou falando isso porque onde você tem
5106 município funcionando isso é correto, o problema é que só tem 150 municípios que fazem
5107 isso. Os outros 4200 não fazem isso, porque eles não entenderam ainda essa questão da
5108 política de Segurança Pública e integrada na prevenção.

5109
5110 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5111
5112 Mas Conselheiro está contemplado lá no subitem. Em verde. O destaque em verde, acho
5113 que contempla sua demanda. Mariano, sabe qual é o problema que eu vi ali? Se colocar
5114 segurança ali parece que é uma questão só de estado, só do governo.

5115
5116 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5117 **Municipais de Segurança Pública**

5118
5119 O município como co-gestor da política integrada de Segurança Pública com estado e
5120 união. Pode acrescentar, para mim é.

5121
5122 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5123
5124 Gestão compartilhada entre união, estado e municípios de Segurança Pública.

5125
5126 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5127 **Municipais de Segurança Pública**

5128
5129 Eu acho que fica melhor como está. Não põe segurança que fica muito estranho. Coloca
5130 segurança depois de política em cima. Só para ver. Política de segurança integrada de
5131 prevenção. Fica muito de Everardo, eu entendi sua preocupação, mas até esteticamente
5132 o nome lá, o que vale é o subtítulo.

5133
5134 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5135
5136 Tem que colocar ali que é Segurança Pública porque se não colocar que é Segurança
5137 Pública de fato remete às forças de segurança exclusivamente. E esse não é o conteúdo

5138 do eixo. Tem que colocar Segurança Pública para que se entenda como uma coisa
5139 coletiva, de todas as pessoas.

5140
5141 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5142 Mas isso no nome do eixo?

5144
5145 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5147 No eixo. Colocar Segurança Pública. Política de Segurança Pública integrada de
5148 prevenção à violência e cultura da paz. Tem que colocar que é pública.

5149
5150 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5151 Política de Segurança Pública integrada de prevenção à violência e cultura de paz. Então
5152 sub-item. O município como co-gestor da política integrada de Segurança Pública, gestão
5153 compartilhada entre união, estados e municípios, redução dos efeitos sociais da violência
5154 armada, violência armada, controle de armas de fogo e munições, enfrentamento das
5155 questões relacionadas ao contexto das drogas, mortes violentas no Brasil, homicídios e
5156 acidentes. Extermínio da juventude negra, mídia, grupos discriminados... Esse aí vai para
5157 o outro. Tira a proposta de desmembramento e apaga a proposta de novo eixo.
5158 Pela ordem das inscrições aqui a Conselheira Cynthia foi contemplada? Conselheiro
5159 Celito e Conselheiro Marcos Rezende.

5160
5161 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

5162 Ali está mortes violentas. Mortes violentas no Brasil. Homicídios e estes acidentes é que
5163 eu não quero. É mortes no trânsito. É só aí. Homicídios e mortes no trânsito. Porque
5164 chamar de acidente para morte no trânsito eu não aceito mais.

5165
5166 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

5167 Crimes violentos. Vamos mudar de homicídios. Escrever ali crimes violentos. No lugar de
5168 homicídios, continua mortes violentas no Brasil. Crimes violentos letais intencionais e
5169 mortes no trânsito.

5170
5171 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5172 Eixo quatro. Combate à discriminação.

5173
5174 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

5175 Conselheiro Marcos Rezende.

5176
5177 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

5178 Na verdade, nós queremos colocar a questão da intolerância religiosa no eixo. Não é a
5179 mesma coisa. Porque você pode ter intolerância com o evangélico, com o espírita, com o
5180 católico.

5181
5182

- 5188 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5189
5190 Combate à intolerância religiosa. Combate é ruim, né? Política de Enfrentamento à
5191 Intolerância Religiosa. Cynthia com a palavra.
5192
5193 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**
5194
5195 Ali é o que nós estamos lembrando aqui. Tem a questão da violência contra a mulher que
5196 está esquecida.
5197
5198 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5199
5200 Ótimo. Conselheiro Marcos Rezende quer falar?
5201
5202 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
5203
5204 Só queria solicitar alteração ali no nome depois. Política de respeito à liberdade religiosa.
5205
5206 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5207
5208 Ótimo. Política de respeito à liberdade religiosa. Senhores e Senhoras, com a palavra o
5209 Conselheiro Almir.
5210
5211 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**
5212
5213 Eu queria só sugerir na violência armada, controle de armas de fogo e munições entre
5214 parênteses, estatuto do desarmamento, porque aqui contempla.
5215
5216 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5217
5218 Conselheira Analba a Senhora tinha se inscrito? Foi contemplada nessa questão da
5219 mulher.
5220
5221 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**
5222
5223 Violência contra a mulher, mas também tráfico de pessoas.
5224
5225 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5226
5227 A Senhora acha que é nesse item aí?
5228
5229 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**
5230
5231 Acho que em outro item. Tráfico de pessoas.
5232
5233 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5234
5235 Era isso, Conselheira? Conselheira Eliana com a palavra. Peço Conselheiro Nóbrega que
5236 não atrapalhe a Conselheira Eliana. Senhores e Senhoras.
5237

- 5238 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**
5239
5240 O eixo quatro virou combate à discriminação. Vai ficar só esse nome? Combate à
5241 discriminação?
5242
5243 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5244
5245 Conselheira, se a Senhora me permite, o Conselheiro Marcos Costa tem uma questão
5246 com relação ao item 3, a Senhora permite só que antes ele faça uso da palavra?
5247 Conselheiro Marcos.
5248
5249 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
5250
5251 Eu acho que crime organizado e grupos de extermínio, entendeu?
5252
5253 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5254
5255 Eu acho que está no item de instituições policiais.
5256
5257 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
5258
5259 Não, mas as instituições policiais vão olhar a estrutura, mas não essa questão de crime
5260 organizado e grupos de extermínio.
5261
5262 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5263
5264 Flávia, vê o título desse item. É aí mesmo. É o último item. Abre mais um subitem.
5265 Política de enfrentamento ao crime organizado e aos grupos de extermínio. Palavra com
5266 o Conselheiro Mariano.
5267
5268 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5269 **Municipais de Segurança Pública**
5270
5271 Eu acho que a proposta é boa, combate ao crime organizado e política de enfrentamento
5272 aos grupos de extermínio, mas tem que ir para o último eixo, não para esse. Esse vai
5273 discutir política de prevenção no município, com a Sociedade. Não é aí que vai combater
5274 o crime organizado.
5275
5276 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5277
5278 Por favor, Marcos. Marcos com a palavra.
5279
5280 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
5281
5282 Mas o eixo tem intenções policiais, valorização profissional. Então é aí mesmo, eu acho.
5283
5284 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5285

5286 Há algum encaminhamento? Conselheiros, mais alguém gostaria de fazer uso da palavra
5287 com relação a esse ponto. Inscritos Conselheira Cynthia e Conselheiro Sílvio.
5288

5289 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5290
5291 Eu proponho que deste item destacado para que a gente discuta o quinto que vai sofrer
5292 modificações e se reanalise a colocação da questão do crime organizado.
5293

5294 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5295
5296 Ótimo. Vamos seguir Eliana. Item quatro. Com a palavra a Conselheira Analba.
5297

5298 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

5299
5300 Eu gostaria de acrescentar aí nesse eixo, eu acho que é nesse eixo mesmo o combate ao
5301 racismo institucional.
5302

5303 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5304
5305 Conselheira, só uma dúvida, perdão a minha ignorância, mas a Senhora me poderia
5306 explicar o que é racismo institucional? A discriminação da instituição, como é que é?
5307

5308 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

5309
5310 Está bom. Quando a gente está colocando extermínio da juventude negra, uma das
5311 grandes questões é o racismo institucional, o fato de você ser negro e ser discriminado.
5312 Por exemplo, eu vou dar um exemplo pessoal. Há um mês atrás eu estava no aeroporto e
5313 estava numa fila do fidelidade vermelho e chegou uma pessoa da TAM e disse assim:
5314 Você não é aqui, não. Você é ali. O que é isso? É racismo institucional. Isso é um
5315 pequeno exemplo. Então fora isso, você entra no banco, um negro como já aconteceu
5316 várias vezes e você é confundido com marginal, isso é uma coisa que a gente tem visto
5317 diariamente.
5318

5319 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5320
5321 Então uma prática comum da instituição, não só daquele atendente, mas uma prática
5322 geral da instituição.
5323

5324 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

5325
5326 Não só da instituição pública, mas também do órgão. Nas saúde, por exemplo, as
5327 mulheres que tem anemia falsiforme que vão no posto de saúde e que não conseguem
5328 ser atendidas, porque anemia falsiforme é uma doença específica da população negra e
5329 não há estudos, não há investimento. Isso é racismo institucional.
5330

5331 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5332
5333 Na verdade eu entendi que é uma questão coletiva, não é só daquele servidor, é regra
5334 daquela entidade.
5335

5336 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5337

5338 Muitas vezes depende. Às vezes sim e às vezes não. O funcionário da TAM que fez isso
5339 com ela não necessariamente é uma orientação da TAM.

5340

5341 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

5342

5343 Só um adendo para isso aí ficar para essa Conferência, é relativo ao estado.

5344

5345 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

5346

5347 Tem um programa da ONU, do PNUD inclusive que a atual Ministra é inclusive a
5348 coordenadora desse programa no Brasil que é o PCRI, Programa de Combate ao
5349 Racismo Institucional que isso funcionou nos Ministérios, em vários cantos. E eu inclusive
5350 fui vítima disso e acabei colocando no Conselho e acabou gerando essa carteirinha
5351 desses debates com relação a que todo mundo entrava e quando eu fui perguntaram
5352 para mim: Você vai entrar porquê? Cadê seu crachá? Você não está pedindo para
5353 ninguém, só porque é para mim. Então racismo institucional. E nesse caminho quero
5354 deixar aqui meio que colocado. Eu sei que não é a mesma coisa, mas vou deixar
5355 colocado o seguinte. Foi colocado para o grupo essa viagem por parte de alguém da
5356 Juventude Negra com relação a Washington que é um programa que está tendo acerca
5357 do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e SEPPIR. Inicialmente,
5358 prontamente me coloquei conversando com a Suelen, e como tinha colocado a figura de
5359 um jovem, eu fui um dos primeiros colocando a importância do nome do Elder. E ele
5360 conversou comigo dizendo que não tinha passaporte e essas coisas todas e que o
5361 Ministério está trabalhando para resolver. Eu quero colocar inclusive nesse campo hoje
5362 desde já, que caso o Hélder não viaja rejeito porque disse que não deu tempo para mim é
5363 mais uma ação de racismo institucional. Estou colocando isso desde já, porque desde
5364 muito cedo estava colocando de todas as dificuldades disso acontecer. E ainda ontem
5365 Elder conversou comigo que ele não tem o passaporte que não chegou nas mãos dele.
5366 Nós temos sete dias para ter passaporte para ter o visto dos Estados Unidos e para isso
5367 acontecer. Então, se não for nenhum Conselheiro desse CONASP para essa atividade
5368 em Washington, para mim é uma ação deliberada do Governo Brasileiro para que a gente
5369 não participe. Quero pontuar isso na reunião, porque eu acho que é importante. Porque
5370 eu já conversei inclusive com a Suelen e todas as pessoas que assim eu trouxe até o
5371 meu documento. Qualquer coisa me deixo em *stand by*, mas não vi nenhum caminho.
5372 Então, se tiver alguma dor de cabeça eu entendo que talvez haja interesse para que isso
5373 não aconteça. Pelo tempo que foi colocado, dava tempo.

5374

5375 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5376

5377 Conselheira Cynthia com a palavra.

5378

5379 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5380

5381 Eu só quero levantar que a gente tem que definir bem aqui a questão do institucional.
5382 Porque se nós temos em um eixo racismo institucional, institucional é aquele que é
5383 praticado pelo estado, pelo agente do estado. Não tem nada a ver com a questão da
5384 cultura, com o viés racista, a prática da mídia, por exemplo, que valoriza o ator branco e
5385 não valoriza o ator negro. Quando valoriza é só para mostrar que tem um negro na mídia

5386 e pronto. Então, são duas coisas diferentes. Então, eu acho que se a gente vai tratar da
5387 questão institucional, ele tem um viés. Vai tratar da questão da prevenção com relação à
5388 cultura de maneira geral é outra. Agora, com relação a essa questão que o Marcos
5389 Rezende levanta da viagem do Elder, eu acho que não pode ser tratada assim como o
5390 Marcos está colocando. O meu passaporte está aqui de reserva. Não é assim. A gente
5391 indicou um Conselheiro a tempo na lista para ser o nosso representante. Nós estamos
5392 indicando outro, porque não indicamos um reserva. Não pode ser tratado assim, não pelo
5393 fato de quem vai e quem não vai, mas porque desresponsabiliza o Ministério,
5394 desresponsabiliza aqueles que teriam que dar conta dessa tarefa e não deram. Então
5395 temos que ter um pouquinho de cuidado com o encaminhamento disso. E se está
5396 havendo problemas no sentido de que a Juventude Negra se represente no evento, aí a
5397 gente tem que saber por que, e socializar isso e ver qual a posição que se vai tirar.
5398

5399 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5400

5401 Gente, vamos tentar fechar o eixo, porque senão não dá tempo de fechar.
5402 O eixo quatro é: Combate à discriminação. E aí vai ficar: Violência e discriminação ética
5403 racial, mídias e grupos discriminados de Segurança Pública, extermínio da juventude
5404 negra. Também está lá em cima, não está? Pode apagar isso aí. Violência e
5405 discriminação também apaga. Está no prevenção à violência. Gente, tem que estar aí
5406 nesse eixo e tem que estar no outro. Lá é violência contra extermínio dos negros.
5407 Extermínio da juventude negra está no eixo 3? Eu acho que tem que ser sub-item no eixo
5408 quatro. Política de Enfrentamento contra a Mulher; Política de enfrentamento ao tráfico de
5409 pessoas. Combate ao racismo Institucional, Combate aos grupos discriminados. Recorta
5410 aí e cola no quatro. Realmente o Conselheiro tem razão. Vamos seguir, Conselheiro.
5411 Combate ao racismo institucional, mídia e grupos discriminados. Volta lá em cima só um
5412 pouquinho, por favor. Tudo bem. Pode descer mais agora. Gente, só um minutinho.
5413 Vamos ao cinco ou tem mais alguma questão no quatro?

5414

5415 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5416

5417 Só uma situação colocada aqui que há de se fazer uma ressalva. Combate ao racismo
5418 institucional por parte de órgãos públicos, é isso que está colocando?

5419

5420 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5421

5422 Eu acho que é geral.

5423

5424 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5425

5426 A Conselheira fez ressalva que é órgãos públicos.

5427

5428 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5429

5430 Então é redundante. É qualquer instituição.

5431

5432 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5433

5434 Vamos seguir. Perdão, Conselheira. São duas questões diferentes. Uma questão é
5435 realmente é o adiantado da hora, mas também não podemos atropelar. Conselheiro
5436 Márcio está inscrito.

5437

5438 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
5439 **Transsexuais**

5440

5441 Bem rapidamente no quatro é o seguinte. Existem algumas situações que estão todas
5442 num item só. Violência, discriminação, ética racial, intergeracional de gênero e tudo
5443 misturado e algumas outras com destaque. Não é uma questão de vitimismo ou de
5444 privilégio para um e para outro. Acho que é bom colocar geracional, a homofobia e ali
5445 está orientação sexual e entidade de gênero. Parece que está dando mais importância a
5446 uma situação do que a outra.

5447

5448 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5449

5450 Isso.

5451

5452 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
5453 **Transsexuais**

5454

5455 Dá mais visibilidade para o eixo.

5456

5457 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP - ANASPRA**

5458

5459 O Conselheiro Mariano acabou de se inscrever.

5460

5461 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5462 **Municipais de Segurança Pública**

5463

5464 Eu já tinha levantado. Eu acho que nós precisamos qualificar melhor o eixo cinco. Uma
5465 parte contraditória ou não, mas a primeira Conferência tratou de várias questões
5466 relacionada à reformas. Nós vamos achar que isso não existe, ela vai cair da mesma
5467 forma. Então eu acho que faltou o essencial desse eixo que é debater as reformas nas
5468 instituições. Então a minha proposta é instituições policiais: Reforma, valorização
5469 profissional, controle social, política de enfrentamento ao crime organizado e de grupos
5470 de extermínio. Para mim é esse o tema ou temos um sub-item específico de
5471 enfrentamento ao crime organizado e grupos de extermínio. Porque não dá. Marcos, se
5472 não é aí, pior é colocar na prevenção e achar que a Sociedade Civil e os municípios vão
5473 enfrentar o crime organizado. Aquilo ali é política municipal. Fundamental!

5474

5475 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5476

5477 Conselheiros. Só para a gente encaminhar, porque está complicado. Nós temos já um
5478 inscrito. Conselheiro Benedito esgote sua fala.

5479

5480 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5481 **Municipais de Segurança Pública**

5482

5483 Reforma, valorização profissional e controle social. E aí como subitem política de
5484 enfrentamento ao crime organizado e grupos de extermínio.

5485
5486 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5487
5488 Palavra com o Conselheiro Bridi e inscrito o Conselheiro Marcos Costa.

5489
5490 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

5491
5492 Vou falar como trabalhador. Se colocarmos reforma, valorização profissional, controle
5493 social e política de enfrentamento ao crime organizado e grupos de extermínio. O que
5494 mais interessa para os trabalhadores é que nós tenhamos uma valorização profissional e
5495 controle social não vai ser discutido. Novamente nós vamos passar numa Conferência
5496 sobre Segurança Pública sem discutir a valorização profissional. E aí vamos ficar
5497 discutindo que nós queremos uma Segurança Pública de qualidade, mas ninguém pensa
5498 na valorização dos profissionais da Segurança Pública. É muita coisa num eixo só.

5499
5500 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5501
5502 Com a palavra, inscrito o Conselheiro Marcos Costa.

5503
5504 **Marcos Costa**

5505
5506 Primeiro um esclarecimento. A gente está debatendo com cinco. Por que cinco? Por que
5507 não pode ser seis. Eu queria ouvir um esclarecimento do grupo.

5508
5509 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5510
5511 A gente recebeu uma orientação para tentar tirar coisas realmente importantes do ponto
5512 de vista porque fica um monte de eixo e acaba que alguns não são tão... Entendeu?

5513
5514 **Marcos Costa**

5515
5516 Tendo esse esclarecimento a gente poderia realocar essa situação, o sistema judicial
5517 criminal não está aí. Não tem como você funcionar um sistema operacional, Polícia,
5518 Ministério Público, Judiciário, Sistema Prisional, tudo isso está conjugado na área de
5519 Segurança Pública. É provável que a resposta do Sistema Judicial, quanto mais pessoas
5520 são processadas e aquelas que são culpadas são condenadas, isso tem uma resposta
5521 em diminuição de violência. Isso é comprovado. Sobre a questão do município, não estou
5522 dizendo que o município vai enfrentar o crime organizado, mas as estratégias municipais
5523 sobre desenvolvimento econômico social em certas comunidades, isso transforma a
5524 possibilidade de você chegar e o crime organizado dominar. O que vai ser feito da UPP
5525 ultimamente? Você está substituindo o poder do crime com o que? Para dar certo, não
5526 basta construir as unidades pacificadoras, tem que vir depois as políticas sociais que vão
5527 ser executadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. Então assim quando você
5528 tem essas estratégias abrangentes. Agora se nós tivermos, por exemplo, Sistema Judicial
5529 Criminal, Sistema Policial e você colocar lá dentro crime organizado, as atividades de
5530 repressão, investigação de qualidade, tudo bem.

5531
5532 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5533
5534 Eu queria fazer uma sugestão.
5535
5536 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**
5537
5538 Conselheiros, questão de ordem da Mesa. Infelizmente nós vamos ter que suspender
5539 agora, já deu 18h37 e daqui a pouco o pessoal vai desligar as coisas aqui e fica ruim.
5540 Então nós vamos retomar amanhã as 8 horas da manhã esse tema específico para a
5541 gente encerrar o mais rápido possível. Infelizmente nós vamos ter que suspender. É bom
5542 inclusive que esse tema como o Conselheiro colocou, eu acho que é um tema que cabe a
5543 discussão e a gente está exaurido pelo tempo. O compromisso que nós temos aqui é é
5544 bom que se ressalte, aqueles que têm alguma sugestão para esse ponto, inclusive eu
5545 tenho algumas também, que a gente já traga isso pronto pelo compromisso assumido
5546 com o Conselheiro Márcio Marins. Quem tiver as sugestões se puder mandar via e-mail
5547 para a Suelen é melhor. Muito obrigado a todos e todas e até amanhã às 8 horas. .
5548

BRASÍLIA, 02 DE DEZEMBRO DE 2011

5549
5550
5551 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
5552
5553 Bom, bom-dia a todos e todas. Nós vamos retomar o nosso trabalho de ontem no local
5554 onde paramos. Cynthia, por favor. Flávia? Cadê a Flávia? No final lá, no ponto cinco, do
5555 ponto quatro e cinco. Só o pessoal se organizar ali. Só com aquela ressalva que a gente
5556 fez ontem. Heder, você já tem aquela tabela pronta? No final, para todo mundo, né? Nós
5557 temos quorum já para tocar o item quatro e item cinco. Flávia, não foi isso que fizemos
5558 ontem? Paramos no quatro. Eliana, quer tocar? Vamos lá. Não sou de sacanear ninguém,
5559 mas informo que a Suelen trouxe um lanchinho aqui, a marmita do almoço está garantida.
5560 (risos).

5561
5562 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
5563

5564 Bom, a gente parou no eixo quatro. O eixo quatro está resolvido. Está tudo bem com o
5565 eixo quatro? O eixo cinco tinha uma questão que era separar porque.

5566
5567 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
5568

5569 Permita-me? Vou me inscrever. Em que pese, eu acho que está sendo encaminhado mas
5570 acho que só para pontuar vai ser interessante. Acho que são dois temas diferentes aqui.
5571 E esse amarelo que você colocou aí, Flávia, Enfrentamento. O segundo amarelo,
5572 Enfrentamento, eu acho que o eixo cinco, a gênese dele é a questão da valorização, da
5573 qualificação do profissional de Segurança Pública e aí eu tiraria instituições policiais. Eu
5574 acho que seria alguma coisa mais relacionada à valorização e qualificação do profissional
5575 de Segurança Pública. Eu trago para essa discussão também os guardas municipais.

5576
5577 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
5578

5579 Podia colocar, não sei se você concorda.

5580
5581 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
5582

5583 E acho que esse ponto a gente deveria focar aí, não que os outros assuntos não sejam
5584 importantes mas que sejam discutidos em outro ponto, a gente deveria focar aí a
5585 valorização do profissional. O resgate da dignidade do profissional, o resgate da
5586 qualificação do profissional, da valorização pontual do profissional. Esse ponto a gente
5587 tinha que ter elam específico para isso. Outros assuntos que estão dentro merecem outro
5588 eixo, mas esse aí eu sugiro que tenha esse encaminhamento e tenha esse foco, sob
5589 pena de nós colocarmos a coisa um tanto quanto nublada e isso não ficar claro e parecer
5590 que o Conselho não dá atenção a isso.

5591

5592 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

5593

5594 Áí seria o quê? Valorização dos profissionais da área de Segurança Pública.

5595

5596 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5597

5598 Exatamente. A questão de reforma não caberia aí, o controle seria outra coisa. Controle
5599 social é em outro lugar. Na minha opinião. Está inscrito o Bridi antes, conselheira. Na
5600 minha opinião, só concluindo, esse eixo reforma é um tema muito peculiar dos militares e
5601 aí reforma não abrangeeria outros profissionais. Creio que o texto que a ...Você poderia
5602 sugerir novamente o seu texto, Eliana? Pois casa com o que eu sugeri.

5603

5604 **Flávia – Secretaria-Executiva do CONASP**

5605

5606 Valorização dos profissionais da área de Segurança Pública.

5607

5608 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5609

5610 Só isso o resto aí eu tiraria. Bridi inscrito e conselheira Cynthia.

5611

5612 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

5613

5614 Com relação as considerações da Presidência, eu me sinto contemplado.

5615

5616 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5617

5618 Conselheira Cynthia.

5619

5620 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5621

5622 Duas questões. Eu sou dessa Câmara Técnica. Eu acho que sou eu e o Tião. O Tião não
5623 está. Eu acho que só sobrou eu aqui, pelo menos por enquanto. De fato, essa Câmara,
5624 nós tivemos o cuidado de tratá-la com foco na atividade policial no profissional da
5625 Segurança Pública, na valorização, nos seus problemas, a gente não tem a exposição do
5626 conteúdo da Câmara Técnica, mas vocês verão que ela caminha toda pela questão do
5627 salários, das condições de trabalho e inclusive da reforma que é necessária. Porque a
5628 gente não trata de reformas em nenhum outro ponto. E esse é um ponto que pelo debate
5629 na Câmara Técnica interessa aos policiais. Então eu acho que ela tem que ser mantida.

5630

5631 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

5632

5633 Então eu sugiro que mantenha reforma e valorização dos profissionais.

- 5634
5635 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
5636
5637 Se me permite uma aparte, Conselheira, a reforma eu acho que a gente....
5638
5639 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**
5640
5641 Não, eu gostaria de concluir meu pensamento porque eu sou contrária a tirar a reforma
5642 desse eixo. Eu acho que.
5643
5644 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
5645
5646 Me permite um aparte?
5647
5648 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**
5649
5650 Não vou te permitir, só vou concluir, desculpa. Eu acho que a questão da reforma tem
5651 tudo a ver com a valorização profissional. São duas coisas que caminham casadas. É
5652 necessário rever esse contexto. Há um interesse de todos os trabalhadores na área da
5653 segurança no sentido de rever o contexto como ele se dá nesse momento. Como que se
5654 contextualiza a atividade profissional no dia-à-dia. Hoje há atualização necessária para
5655 isso. Com relação à valorização, eu acho que tem que ser mantido como está ali,
5656 valorização dos profissionais da área de Segurança Pública é muito importante que fique
5657 muito claro nesse eixo porque ele vai se desdobrar em itens que falam de todas as
5658 questões das condições de trabalho dos profissionais da área e a questão do controle
5659 social, porque aí que entra também o olhar da Sociedade e a parceria, a integração que
5660 tem que haver entre a Sociedade, a instituição e o profissional. E acho que mais o
5661 controle social, ele não vem imbuído só da necessidade da Sociedade de que haja
5662 mecanismos de controle social, mas também das polícias porque a maioria das polícias
5663 são bons policiais e querem que haja valorização da instituição e que se retire aquilo que
5664 não é bom do sei das instituições policiais. Eu acho que o eixo como está ali, reforma,
5665 valorização profissional da área de Segurança Pública e controle social está perfeito.
5666
5667 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
5668
5669 Conselheiro João Francisco.
5670
5671 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**
5672
5673 Eu concordo *in totum*, na totalidade, com as palavras da colega Cynthia e entendo
5674 também, Augusto, para não ficar uma palavra pesada para essa reforma então seria
5675 talvez manter como estava originalmente instituições policiais e apenas acrescentar
5676 valorização profissional da área de Segurança Pública e controle social. Da minha parte
5677 também sou contra retirar a questão do controle social porque eu me lembro que discuti
5678 isso na Câmara e vários sub-itens justamente essa questão que a Cynthia falou sobre a
5679 questão do controle social. Então talvez seria manter instituições policiais e valorização
5680 dos profissionais da área de Segurança Pública e controle social.
5681
5682 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
5683

5684 Você me concede uma aparte?

5685

5686 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**

5687

5688 Sim.

5689

5690 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/**

5691

5692 Muito obrigado. Na verdade a minha opinião com relação a isso é a seguinte. Não que a
5693 reforma das instituições ou controle social não sejam importantes. Eu acho que são
5694 assuntos de extrema importância. A minha preocupação é que quando a gente agrupa,
5695 por exemplo, reforma das instituições de Segurança Pública são uma discussão ampla e
5696 muito grande. Quando a gente agrupa aí o controle social talvez nós tenhamos um campo
5697 muito amplo de discussões que não que os temas não sejam importantes. Eu acho que
5698 eles têm que ser discutidos, mas talvez teriam que ser discutidos em outro campo. Nesse
5699 campo a sugestão que eu encaminhei é no sentido que talvez seria interessante a gente
5700 focar na valorização dos profissionais de Segurança Pública porque esse ponto ainda não
5701 está discutido. A minha sugestão seria no sentido que tivéssemos um campo só para
5702 valorização dos profissionais de Segurança Pública e a preocupação que eu coloquei foi
5703 no sentido que talvez se a gente agregasse outras posições nesse ponto essa discussão
5704 se pulverizaria e não conseguíramos alcançar um desiderato. Obrigado pelo aparte,
5705 Conselheiro. Celito inscrito e pela ordem Conselheiro Heder inscrito e Benedito Mariano.

5706

5707 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira de Criminalística**

5708

5709 Não, a colocação do Augusto, eu acho que foi pertinente, mas a minha dúvida ficou na
5710 hora que retira as instituições e o controle social, aonde é que vai ser colocado? Porque
5711 eu acho que é fundamental e passa pela... O termo reforma não é o melhor, mas passa
5712 por uma nova adequação das instituições policiais, eu acho que é necessário, não só a
5713 militar. Aí, eu acho que as instituições militares carecem, mas a instituição de Polícia Civil
5714 também carece de uma nova reestruturação, porque eu acho que é fundamental. O
5715 controle social é aquilo que a gente busca através deste Conselho e que se buscou na
5716 CONSEG e acho que temos que manter, sim. Agora, não sei, entendi, quando você
5717 coloca que se nós misturarmos aí a valorização com a instituição, mas para mim também
5718 perpassa nessa adequação melhor das instituições, a valorização passa por isso
5719 também. Quer dizer, nós tratarmos só da valorização sem mudarmos a instituição na qual
5720 eles trabalham não vai chegar a lugar nenhum, porque passa necessariamente por isso.
5721 Aí, eu até concordo que principalmente nas instituições militares, mas eu acho que a
5722 instituição civil existe uma, pelo o que eu sinto no Brasil, dicotomia que existe entre o
5723 comando e o pessoal da investigação, quer dizer, delegados vem numa luta nacional pelo
5724 reconhecimento como carreira jurídica enquanto que esquece toda a parte investigativa
5725 que é o principal, acho, da polícia judiciária. Aí é que eu vejo uma dificuldade. Se isso não
5726 for discutido, não sei.

5727

5728 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5729

5730 Conselheiro Heder inscrito, Conselheiro Benedito Mariano.

5731

5732 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
5733 Estaduais**

5734

5735 Sargento Heder da Associação Nacional dos Praças. Bom-dia a todos e todas. Eu
5736 gostaria de trazer aqui uma discussão talvez um pouco mais ampla, em que pese
5737 estarmos prejudicados, que nós teríamos no dia de hoje uma apresentação para
5738 conhecimento evidentemente da PEC 102. A PEC 102, ela reformula todo o sistema
5739 policial, criando uma polícia única nos estados. Aí, Cynthia, a preocupação que eu tenho
5740 também e entendo a de todos, eu acho que aqueles textos todos, a valorização, por
5741 exemplo, a PEC 102 contempla a reforma quando desmilitariza, unifica, ela estabelece
5742 um piso nacional de salários, ela estabelece a criação de um fundo Nacional, ela prevê o
5743 controle externo. Então ela abrangeira nos seus pontos centrais todas aquelas definições.
5744 Se a gente focar por outro viés, nós vamos ter duas propostas, ou seja, uma Conferência
5745 discutindo o modelo e o Congresso Nacional, discutindo possivelmente outro modelo. O
5746 que eu quero dizer, independente do que seja aprovado no Conselho, a Associação
5747 Nacional dos Praças, eu acredito até que o próprio coronel Bridi também fará uso da
5748 palavra, apoiado pela FENEME, que é uma associação dos oficiais, apoiado pela
5749 ADEPOL, apoiado pela COBRAPOL, de que essa batalha, vamos chamar nesse
5750 contexto, para reforma do sistema policial no país, ela estará envolvendo as grandes
5751 bases que são os praças, os agentes, os delegados e os oficiais. A gente tem notícia, em
5752 que pese eu utilizar sem que eles estejam aqui para se manifestar, mas nós temos
5753 informações e notícias de que contrário a essa PEC o CNCG e salvo engano o
5754 posicionamento de uma corrente dentro da M Brasil que são instituições que representam
5755 também os policiais. Mas eu não tenho dúvida até porque a ANASPRA, ela representa,
5756 pode ter ou não legitimidade, 700 mil praças. E a desmilitarização, a valorização
5757 profissional e o piso nacional, isso é uma bandeira da ANASPRA, que agora também
5758 começa a ser incorporada pela ADEPOL, pela COBRAPOL, pela própria FENEME. E,
5759 então, eu penso e lá, Cynthia e aos demais da Sociedade civil, estabelece o controle
5760 social. Então, eu acho que se utilizássemos o termo reforma do sistema do aparato
5761 policial que achássemos, isso tudo vai estar sendo discutido, porque nós estaremos
5762 discutindo ao mesmo tempo dentro do Congresso e da Câmara dos Deputados a PEC
5763 102, que prevê tudo isso e não perderíamos o foco, porque senão você tem na
5764 Conferência discutindo um tema ou eu corro risco de não mobilizar o meu pessoal para a
5765 Conferência ou então eu mobilizo para a Conferência e desmobilizo no Senado. Por que
5766 como é que eu vou participar enquanto trabalhador de uma Conferência Nacional que
5767 estaria em tese? Não estou dizendo que isso está o contrário, porque eu entendi o
5768 posicionamento de todos, mas acho que pormenorizar agora é dizer que nós vamos tratar
5769 isso excludente do outro. Eu acho que a desmilitarização é Ponto fundamental, a polícia
5770 cidadã é necessária, já passou da hora. Essa percepção nossa de que não funciona. A
5771 reforma que traz a PEC 102, eu entendo que ela não poderia deixar de estar sendo
5772 contemplada nesse aspecto porque ela diz tudo aquilo ali sem ir no pormenor. Então, ou
5773 seja, a valorização do aspecto salarial está lá porque ela estabelece um piso,
5774 desmilitariza, cria uma polícia única nos estados, ela prevê uma carreira única e o
5775 controle social é exercido inclusive pela Sociedade Civil. Inclusive, na reunião que nós
5776 tivemos com o senador Blairo Maggi, ele considerava a Sociedade civil a Ordem dos
5777 Advogados do Brasil e nós dissemos que não pode ser a Ordem dos Advogados do
5778 Brasil. E o Almir estava conosco. E o Almir falou que pode ser a OAB mais a Sociedade
5779 civil. O que, nós, inclusive, defendemos com ele lá nos moldes do Conselho. Porque
5780 falamos para ele que se você colocar, com todo respeito que a gente tem com a Ordem
5781 dos Advogados do Brasil, se você colocar como controle social a participação só da
5782 Ordem dos Advogados do Brasil, você está excluindo a Sociedade Civil e ela não vai
5783 defender essa proposta porque ela quer uma polícia cidadã mais próxima e ela quer

5784 exercer o controle externo dela. Eu penso que a reforma, colocar uma reforma mais
5785 ampla as discussões que tiverem que ser aprofundadas nos debates, elas aparecerão. O
5786 meu receio é que a base vai discutir uma coisa e a gente propõe uma outra na
5787 Conferência e ela não vai estar em consonância.

5788

5789 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5790

5791 Conselheiro Benedito Mariano. Inscritos: Conselheiro Bridi, Conselheiro Joel, Conselheiro
5792 Agadeilton.

5793

5794 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores
5795 Municipais de Segurança Pública**

5796

5797 Bom-dia a todos. Eu vou na linha do Conselheiro Heder. Na verdade, a sugestão que eu
5798 fiz que foi fruto aí de conversa ontem no final da noite, inclusive, por alegria minha, com o
5799 do coronel Bridi de Santa Catarina, que é mudar esse eixo na reforma nas instituições de
5800 segurança. E aí entraria a valorização profissional, controle social, modelos ou modelo de
5801 instituições, integração e outras questões. Eu acho que a proposta, João Francisco, como
5802 estava, ela é muito frágil para um debate desse tamanho. Você ir para uma segunda
5803 Conferência sendo que na primeira foi o contrabando que entrou as reformas. Inclusive
5804 algumas patrocinadas por quem não queria a reforma, mas levou. Então ao invés de ir no
5805 contrabando, vai com uma proposta objetiva. Não dá para ir para uma Conferência
5806 discutir instituições policiais e não discutir reforma. Ela vai aparecer, nós gostemos ou
5807 não. E acho que é uma posição conservadora desse Conselho não assumir o tema
5808 reforma. Porque é só ver o que se votou na primeira Conferência. Pelo menos quatro
5809 grandes questões relacionadas à reforma. A PEC 102 ela vira o debate do eixo. Não é
5810 que o eixo é a PEC, mas é o debate, tem outras propostas relacionadas à reforma. Mas
5811 estou concordando com o Heder que o eixo central do debate instituições é reforma.
5812 Então ir para uma Conferência só para discutir valorização profissional, aí é um encontro
5813 de associações de polícia para discutir questão salarial. É muito pouco. E como disse
5814 aqui muito bem o Celito, valorização profissional, piso nacional, tudo é importante
5815 vinculado à reforma. Porque não adianta elevar o piso e não mudar o modelo de polícia
5816 que é anacrônico e não muda há muito tempo. Esse foi, no meu modo de ver, o principal
5817 erro do nosso texto base da primeira Conferência. Era proibido discutir reforma. Então era
5818 um texto genérico, com todo respeito de quem o produziu, mas era um texto genérico que
5819 não dizia nada com relação às instituições policiais. O que aconteceu? O debate foi para
5820 dentro do Plenário querendo ou não o texto base. Então, eu acho que é um avanço nós
5821 levarmos para a Segunda Conferência que talvez não decida efetivamente no modelo,
5822 mas abre o espaço formal de debate sobre a necessidade de reforma nas instituições. A
5823 Saúde está na 14^a. Se nós conseguirmos na quarta ou quinta Conferência ter um novo
5824 modelo, mas você precisa começar a construir. Não dá para ir para Conferência para
5825 discutir só valorização profissional e achar que isso vai resolver o problema geral do
5826 quadro de Segurança Pública do Brasil. Então quero reforçar aqui minha proposta de o
5827 eixo se chamar reforma nas instituições de Segurança Pública.

5828

5829 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5830

5831 Espera um pouco, Conselheiro. Anota a proposta do Conselheiro.

5832

- 5833 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5834 **Municipais de Segurança Pública**
- 5835
5836 Já está lá, querido.
- 5837
5838 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 5839
5840 A , já?
- 5841
5842 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5843 **Municipais de Segurança Pública**
- 5844
5845 É aquela azul. Sugestão do Conselheiro Benedito Mariano. Reforma nas instituições de
5846 segurança. Aí subtítulo. Ali é subtítulo. Só coloca subtítulo que é para não confundir.
- 5847
5848 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 5849
5850 Isso. Vai corrigindo. Aí. Não, não esses. O azul. Aí abaixo de reforma das instituições o
5851 resto é valorização, modelo, isso é subtítulo.
- 5852
5853 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5854 **Municipais de Segurança Pública**
- 5855
5856 Exato, conteúdo ou subtítulo. Não, subitens. Valorização profissional, modelo das
5857 instituições, controle externo e social das instituições de Segurança Pública, integração. E
5858 aí nós podemos ter quantos itens forem, mas o eixo central é nós discutirmos reforma,
5859 senão nós vamos ser atropelados pela própria Conferência. Obrigado mesmo.
- 5860
5861 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 5862
5863 Com a palavra o Conselheiro Joel e inscritos Agadeilton, Bridi e Augusto. Ótimo, já estão
5864 todos aqui, fazendo até uma correção de um erro aqui da mesa, nós gostaríamos de
5865 apresentar o novo Conselheiro que agora compartilha a cadeira com o Conselheiro
5866 Benedito Mariano, o Conselheiro Joel do Conselho Nacional de Comandantes de
5867 Guardas Municipais. Conselheiro Joel. Antes de sua fala gostaria que você se
5868 apresentasse.
- 5869
5870 **Joel Malta de Sá – Conselho Nacional das Guardas Municipais**
- 5871
5872 Bom-dia a todos. É uma grande honra e prazer. Meu nome é Joel Malta de Sá e
5873 atualmente exerço o cargo de Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana de São
5874 Paulo, capital. E sou oficial da Guarda Municipal de carreira, tenho 25 anos de Guarda
5875 Municipal. Ingressei desde o começo da Guarda Civil em São Paulo e sou o primeiro
5876 comandante geral de carreira. A Guarda Municipal de São Paulo tem um efetivo atual de
5877 sete mil homens e um efetivo fixado (...) de quinze mil homens. Estamos abrindo
5878 concurso para mais dois mil e para chegar em quinze mil ainda vai demorar. É uma
5879 grande honra, Senhor Presidente. E agradecer aqui SELAMIC, ao CONASP e ao
5880 Secretário Mariano de estar aqui pela primeira vez compartilhando uma cadeira no
5881 Conselho Nacional de Segurança Pública. Para as guardas municipais isso realmente é
5882 um marco muito importante e é um início de uma nova fase. Nós temos hoje cadastradas

5883 no Brasil 755 guardas municipais e nós estamos criando um cadastro nacional
5884 informatizado e não tenho dúvidas que depois da implantação deste cadastro nós vamos
5885 chegar a mais de mil guardas municipais cadastradas. A questão da discussão desse
5886 eixo, concordo com o Secretário Mariano, eu acho importantíssimo não só discutir a
5887 valorização profissional, dos profissionais de Segurança Pública, mas também da reforma
5888 das instituições. E eu falo aqui sobre as Guardas Municipais. Hoje, eu, como Presidente
5889 do Conselho Nacional das Guardas Municipais, nós temos encontrado muitas
5890 dificuldades e estamos trabalhando naquela Portaria número16 da SENASP, que criou
5891 um Grupo de Trabalho e que está trabalhando ali, cuidando para apresentar uma
5892 proposta de Marco Regulatório das Guardas Municipais. O que é esse marco? Estaremos
5893 padronizando no Brasil inteiro a atuação das Guardas Municipais. É o currículo mínimo, é
5894 a formação mínima, idade mínima e máxima, atribuições, quais são os mecanismos de
5895 controle externo para essas Guardas Municipais que atuam, como se dá a questão do
5896 porte funcional de arma de fogo, o porte particular de arma de fogo. Por quê? Nós temos
5897 na questão de guardas municipais uma disparidade muito grande no Brasil. Em São
5898 Paulo mesmo nós temos guardas ali no Estado de São Paulo que querem atuar como
5899 verdadeiras polícias repressivas e nós estamos brigando ali no Grupo de Trabalho para
5900 que as guardas trabalhem nas posturas municipais. As guardas trabalhem na filosofia do
5901 policiamento comunitário, mas nas posturas municipais para aquilo que elas foram
5902 criadas constitucionalmente. Há necessidade de reforma, sim, de todas as forças policiais
5903 e forças de Segurança Pública e trago essa experiência das guardas. Temos dificuldade
5904 no Brasil inteiro. Quando a gente vai discutir reforma de guarda e marco regulatório
5905 muitos comandantes de guardas e muitos secretários querem que a gente coloque no
5906 marco que a guarda vai atuar como polícia repressiva, como mais uma polícia. E há essa
5907 dificuldade, principalmente, aí em algumas guardas e a gente vê no próprio Estado de
5908 São Paulo. A discussão que nós tivemos ali na minha eleição para Presidente do
5909 Conselho Nacional, a primeira discussão que vem é que o pessoal quer barrar esse
5910 marco, quer barrar que as guardas atuem realmente nas posturas municipais. Essa é
5911 minha primeira fala e acho extremamente importante não só discutir, como disse o
5912 Secretário Mariano. Se a gente for discutir só valorização profissional, nós temos uma
5913 experiência muito grande de São Paulo, cada vez que a gente vai reunir para discutir
5914 valorização profissional a gente acaba tendo discussões e reuniões de associações e
5915 sindicatos para brigar pelos salários.

5916
5917 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5918
5919 Muito obrigado, Conselheiro. Seja bem-vindo ao CONASP. Pela ordem dos inscritos,
5920 Conselheiro Agadeilton.

5921
5922 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos
5923 Criminais Federais**

5924
5925 Bom-dia a todos os Conselheiros e Conselheiras. Meus votos de boas-vindas ao
5926 Conselheiro que a partir de hoje passa a integrar este Conselho e até tentar durante o dia
5927 de hoje, eu, particularmente, ser um pouco mais descontraído porque para mim o dia de
5928 ontem foi muito pesado. Aí neste tom de tentar me descontrair lembrar ao nobre
5929 Conselheiro que chegou que vou sair em nome do Movimento Feminista e lembrar
5930 também das mulheres da guarda de São Paulo. Certamente as feministas já estavam aí
5931 querendo fazer essa defesa. Eu entendo a colocação. É um dos paradigmas da polícia,
5932 mas hoje já são muito bem vindas a qualquer instituição de Segurança Pública. Eu sei

5933 que a intenção não foi essa de excluir as mulheres certamente, mas aqui o Conselho tem
5934 muito essa preocupação de respeitar todas as correntes de gênero, etnia, sexo e tudo o
5935 mais. Bem, em relação à proposta.

5936

5937 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5938

5939 Se me permite, o Conselheiro Joel está me dizendo que tem comandante geral de guarda
5940 feminino. Conselheiro Joel, com essa sinta-se bem-vindo ao CONASP. (risos)

5941

5942 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos**
5943 **Criminais Federais**

5944

5945 Bem, mas acho que conseguimos o objetivo de descontração. Esse é o principal objetivo,
5946 especialmente para mim. Em relação à proposta acho que foi muito objetivo as
5947 colocações do Benedito e também do Conselheiro Benito. E certamente os peritos
5948 criminais federais, em nome dos quais eu posso falar aqui nesse Conselho até que não
5949 venha um batalhão aqui para me contrariar, eles apóiam e há muito tempo clamam por
5950 essa reforma das instituições policiais. Não porque seja melhor para perito ou melhor
5951 para qualquer categoria, mas porque a gente sente a necessidade. O sistema de
5952 Segurança Pública precisa, sim, ser repensado, não é porque se briga por espaço de
5953 poder, não. Porque também existe briga por espaço de poder. É porque ele está falido.
5954 Ele é ineficiente, ele é injusto e é feito para alcançar apenas uma classe que todos sabem
5955 qual é. Aquela que não tem acesso digno à justiça. É isso que precisa ser mudado. Isso
5956 envolve evidentemente as polícias e envolve também o Poder Judiciário, envolve o
5957 Ministério Público porque esses paradigmas não é só na polícia. A polícia apenas produz
5958 algo que já vai distorcido para o Ministério Público e para o Judiciário e eles infelizmente
5959 também mantém essas distorções. E, então essa reforma é urgente e necessária. E
5960 certamente o passo mais importante para que a gente venha a ter um sistema de
5961 Segurança Pública e de justiça criminal adequado e que alcance de forma positiva e
5962 negativa todos os cidadãos brasileiros de forma igualitária. É por isso que defendo e
5963 apoio essa proposta.

5964

5965 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5966

5967 Com a palavra o Conselheiro Bridi e inscrito a Conselheira Cynthia.

5968

5969 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

5970

5971 Para continuar com a descontração é só nos tratar como gente, então são quinze mil
5972 pessoas, está fácil. Nesse sentido de nos tratar como gente, ontem houve uma discussão
5973 com o Conselheiro Mariano em que eu gostaria que a valorização profissional fosse um
5974 item separado para ver se trata os profissionais de Segurança Pública como gente. Eu
5975 venho da Polícia Militar e já fui tratado de muita coisa, minha mãe também. O mais
5976 comum é me chamarem de pé de porco. É, por causa da garrucha que tem aquele
5977 formato. Entre outras coisas, meganha. E o resto todo. Por isso eu acharia, Conselheiro
5978 Mariano, que a valorização dos profissionais de Segurança Pública mereceria um item
5979 em separado, um eixo, para que a gente tenha direitos e garantias. É isso que nos falta.
5980 Nós não somos contra a reforma do sistema. Sugeriria também nesse mesmo item lá em
5981 cima nas instituições de Segurança Pública a gente começar na 144 e descer. Começar
5982 lá na constituição. Porque não adianta mexer na PM, PC, Polícia Civil, Polícia Federal, na

5983 Perícia, se nós não atacarmos o sistema como um todo. Enquanto a Segurança Pública
5984 for tratada só em campanha política, vai ficar só na campanha política. Saúde, Segurança
5985 e Educação. Nunca vi verba reservada para a Segurança. O primeiro corte é na
5986 Segurança. Chega de mandar viatura e arma para a PM. Não é isso que a gente precisa.
5987 Precisamos de qualificação de profissional. Nós da PM, os policiais da Civil, acho que nós
5988 temos um pouco de conhecimento acumulado suficiente para decidir o que nós
5989 precisamos e no que nós vamos empregar o dinheiro. Chega de dizer goela abaixo o que
5990 vão nos dar. Eu preciso de tecnologia. Não de tecnologia em armamento. Preciso de
5991 tecnologia de informações e não consigo dinheiro para isso. Preciso de meios para
5992 trabalhar. E, então, nós temos que reformar o sistema como um todo e não só nas
5993 instituições. Então solicitaria o Conselho a trocar por reforma no Sistema de Segurança
5994 Pública e que a valorização dos profissionais do Sistema de Segurança Pública tenha um
5995 eixo em separado. Obrigado.

5996
5997 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5998 Muito obrigado, Conselheiro. Conselheira Cynthia inscrita.

6000
6001 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**

6002
6003 Eu vou fazer um apelo para que a gente mantenha a palavra valorização profissional e
6004 controle social no eixo. O eixo é o que chama e o que vai chamar os delegados do
6005 CONASP para participar dele. Ele tem a importância de fazer o Marketing daquilo que a
6006 gente quer discutir naquele eixo. Eu não tenho problemas que se mantenha a questão da
6007 reforma. Eu acho que ela é procedente e ontem o Mariano falou sobre isso e achei que
6008 ele tinha razão. Precisa-se discutir como é que se faz, como se atualiza essa situação.
6009 Agora a questão da valorização, se nós tirarmos, nós descaracterizamos todo o debate
6010 da Câmara Temática que infelizmente só estou eu aqui hoje.

6011
6012 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6013 **Municipais de Segurança Pública**

6014
6015 Me dá um aparte? Como o companheiro Bridi propôs um eixo valorização dos
6016 profissionais de segurança, se a companheira concordar, poderia trabalhar de valorização
6017 dos profissionais de segurança e controle social como eixo e um outro de reforma do
6018 sistema, porque ali para mim é questão semântica, Bridi. Pode ser a proposta de reforma
6019 no sistema de Segurança Pública como outro eixo.

6020
6021 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**

6022
6023 Propõe mais um eixo.

6024
6025 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6026 **Municipais de Segurança Pública**

6027
6028 Ele sugeriu mais um eixo de valorização profissional. Estou propondo à companheira de
6029 acrescentar no eixo dele, se você concordar, controle social. Aí ficaria valorização
6030 profissional e controle social como eixo e um outro eixo com reforma no sistema de
6031 segurança. Eu acho que essa história de que tem que ter quatro ou cinco eixos. A do ano
6032 passado teve sete ou oito, porque não podemos chegar a ter sete ou oito eixos se

6033 entendermos pertinentes. E eu quero propor ainda mais um eixo, não agora, mas mais
6034 para para frente, junto com o companheiro Marcos Costa.

6035
6036 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**
6037

6038 Não tem problema, eu só acho que o eixo tem que ser bem claro para chamar o público
6039 correto para o eixo correto. Eu não vejo problema em discutir as três questões no mesmo
6040 eixo. Porque a gente já tem dois eixos que trata de discriminação quando, no meu
6041 entendimento, eles deveriam estar conjuntos, mas eu não me oponho, Mariano. Estou de
6042 acordo com a tua proposta desde que a gente deixe no eixo as questões de valorização
6043 profissional que interessa diretamente à Sociedade Civil da mesma forma que interessa
6044 aos profissionais da Segurança Pública e a questão do controle social. Porque se nós
6045 não colocarmos no eixo, nós vamos enfrentar uma dificuldade muito séria com a
6046 Sociedade Civil porque ela vai querer discutir isso e ela vai cobrar do CONASP que ela
6047 não está pautado como um ponto importante. Eu concordo com a tua proposta.

6048
6049 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6050

6051 Conselheiro João Francisco.

6052
6053 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**
6054

6055 Na verdade, eu estou tentando agora como eu já falei que concordo com a Cynthia e
6056 agora também acolho sua opinião, sua sugestão, Mariano. Talvez seria a questão de
6057 colocar vários eixos eu acho que é uma questão de operacionalização e na questão de
6058 viabilidade da própria Conferência, já que tivemos alguns problemas e eu não participei,
6059 mas pelo menos pelo estudo tivemos alguns, podemos ser mais efetivos se houver
6060 menos eixos. Então talvez seria unir tudo num eixo só. Reforma das instituições,
6061 valorização das instituições de Segurança Pública, valorização dos profissionais e
6062 controle social. Talvez então poderíamos unir e aí atenderia Mariano, Bridi, todo mundo
6063 contemplado. O fato, Mariano, veja se alguém pode me corrigir ou acrescentar. A questão
6064 de ter vários eixos é uma questão de efetividade e operacionalização da própria
6065 Conferência. Como também eu acho muito importante, como você falou desde o início,
6066 que tem que colocar valorização e principalmente controle social. Talvez, colocaríamos
6067 num eixo só reforma, valorização e controle social.

6068
6069 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6070 **Municipais de Segurança Pública**
6071

6072 Ontem, eu fiz exatamente essa sugestão. Nas instituições policiais, valorização
6073 profissional, controle social incluía a palavra reforma. Não passou. Porque achava que aí
6074 misturava muito. Eu entendo que o Bridi e a Cynthia está falando, que o nome do eixo dá
6075 peso para o tema. Por isso que eu fiz uma sugestão diferente. Que a reforma, ela tem um
6076 peso político tão grande que ela vai engolir os outros eixos. É isso que o Bridi falou.
6077 Reforma do sistema é muito mais amplo do que controle social e valorização, do ponto de
6078 vista do debate. Razão pela qual nós podemos trabalhar valorizando a valorização
6079 profissional e controle como eixo, porque aí dá mais visibilidade para as propostas que
6080 saem disso. A reforma, eu acho que ela permeia e a praticamente toda a Conferência e
6081 daria. Eu estive, fui da coordenação da Conferência e não acho que o problema da
6082 Conferência foi ter sete ou oito eixos. O problema da Conferência é ter sete, oito eixos e

6083 alguns não tinham a ver com o debate ou com a conjuntura e que o texto base era muito
6084 genérico. Para mim esses são os grandes problemas. Eu acho que uma Conferência ter
6085 sete ou oito eixos dependendo da importância do eixo não cria problema na Conferência.
6086 Obrigado pelo aparte.

6087
6088 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6089
6090 Palavra aberta. Conselheira Eliana, por favor, para sintetizar aí. Com a palavra
6091 Conselheira Eliana.

6092
6093 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6094
6095 Vamos tentar consensuar aí, vai ter que votar. Está bom. Hein Bridi? Então vamos lá,
6096 reforma no sistema de Segurança Pública. Sobe conteúdo e subitens.

6097
6098 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6099
6100 Conselheiro Mariano. Por favor, microfone para o Conselheiro Mariano.

6101
6102 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6103 **Municipais de Segurança Pública**

6104
6105 Reforma no sistema e aí como subitens só pega o valorização. Fica modelos de
6106 instituição, política integrada... lá do eixo cinco. Então é modelo de instituições, política
6107 integrada. E aí nós podemos nesse eixo colocar órgãos periciais. Entra basicamente
6108 polícia integrada, órgãos periciais e aí outros eixos. Mas, principalmente, política
6109 integrada e órgãos sociais... é que está junto...

6110
6111 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6112
6113 Mariano, vamos ler o que estava previsto antes. Sobe o eixo 6 e bota Conteúdo também
6114 para a gente ir dividindo ali. Porque, por exemplo, Controle Externo da Segurança Pública
6115 das Instituições. Ficaria no 6 ou no cinco? No 6. Não, Controle Social. Não, já está em
6116 cima. Então tira o azul. Bom. Formação dos Operadores da Segurança Pública fica
6117 aonde?

6118
6119 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6120 **Municipais de Segurança Pública**

6121
6122 Formação? Aí, valorização profissional!

6123
6124 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6125
6126 Qualidade de Vida do Operador?

6127
6128 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6129 **Municipais de Segurança Pública**

6130
6131 Aí.

- 6133 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
6134
6135 Combate às Práticas Discriminatórias, Política de Controle da Violência Institucional.
6136 Controle Social das Forças Policiais.
6137
6138 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**
6139
6140
6141 Áí, é o olho do eixo. O efetivar o Sistema Único aí é para cima, é no cinco. Esse é para cima.
6142
6143
6144 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
6145
6146 Depois tem políticas de melhoria das condições de trabalho. Isso aí já está. Pode apagar
6147 isso.
6148
6149 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6150
6151 Eliana, só um instante. Tem um inscrito aqui. Conselheiro João Francisco.
6152
6153 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**
6154
6155 Só para complementar na questão do controle social, não sei se entra aí em controle
6156 social ou em reforma; Seria criação do Sistema Nacional de Conselhos de Segurança.
6157
6158 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
6159
6160 Não entendi.
6161
6162 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**
6163
6164 Seria Fomentação do Sistema Nacional de Conselhos de Segurança Pública.
6165
6166 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6167
6168 No item debaixo do Controle Social, ele está sugerindo subitem Criação do Sistema
6169 Nacional.
6170
6171 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
6172
6173 A questão das ouvidorias.
6174
6175 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**
6176
6177
6178 Eu acho que tem que deixar claro aí além dessa proposta as ouvidorias de polícia que
6179 existem hoje em 18 estados. É como uma das referências do controle social. Pode ser
6180 uma regra nacional de conselhos, mas não perder as experiências de ouvidorias.
6181
6182 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**

6183
6184 Na verdade, é Fomentação do Sistema Nacional de Conselhos de Segurança Pública. E
6185 Incentivo e criação de ouvidorias.

6186
6187 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6188
6189 Inscritos Conselheiro Marcos Costa e Conselheira Cynthia.

6190
6191 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6192
6193 Salvo engano no eixo 6 quando Cynthia ter mencionado controle, é o controle sobre a
6194 atividade dos profissionais. Quando você tem falado nesse eixo que fala da valorização e
6195 do controle social, é o controle social efetivado sobre os profissionais de Segurança
6196 Pública. Quer dizer, já o controle social sistemático que é este que o CONASP faz é mais
6197 orgânico e sistêmico. Estão interligados, mas são coisas diferentes. Se o eixo é de
6198 valorização e desse controle sobre a atividade, quais são os mecanismos de controle que
6199 a Sociedade tem sobre a atividade dos profissionais de Segurança Pública? Esse é o
6200 eixo 6 e era a perspectiva que eu captei de Cynthia. Então essa sugestão que João
6201 Mariano fez de colocar o Sistema Nacional de Órgãos de Controle de Segurança como
6202 CONASP, Conselho Estadual de Segurança Pública fica talvez melhor no eixo cinco que
6203 é a Reforma das Instituições. Lá, colocaria Política Nacional de Segurança Pública
6204 porque tem o SUSP, Sistema Único de Segurança Pública que tem uma Política Nacional
6205 de Segurança Pública. E essa Política Nacional tem um sistema de controle social dessa
6206 política. É melhor dessa forma. Tem uma coisa que eu esqueci. Nessa questão da
6207 valorização e do controle, eu acho que a valorização passa...

6208
6209 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6210
6211 Marcos o que você sugeriu?

6212
6213 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6214
6215 Aí na reforma do sistema de Segurança Pública, essa reforma passa pelo sistema único
6216 de Segurança Pública.

6217
6218 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6219
6220 Está nos conselhos, embaixo, no último item. Isso.

6221
6222 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6223
6224 Porque aquele controle social é o controle social sobre a atividade dos profissionais. Não
6225 sistemáticos. E no caso, eu acho interessante também colocar que você tem o sistema,
6226 tem a política e você tem um órgão de controle. Então, eu acho que é importante colocar
6227 Política Nacional de Segurança Pública, porque aí você vai estar.

6228
6229 **Voz Masculina Não Identificada (fora do microfone)**

6230
6231 Isso pode ou não ser uma referência. Política Nacional de Segurança ainda no eixo cinco.

- 6233 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
- 6234
- 6235 Não, não. E no caso da valorização e do controle social, eu acho que é um tema
- 6236 diretamente ligado à valorização que eu acho que é a outra face da valorização, nós
- 6237 precisamos realmente valorizar cada vez mais os profissionais de Segurança Pública,
- 6238 mas há de ter um compromisso interno das corporações no combate à corrupção interna.
- 6239 A corrupção no seis...
- 6240
- 6241 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
- 6242 **Municipais de Segurança Pública**
- 6243
- 6244 Eu não acho que é no seis. Aí é no cinco. Aí, é mudar a concepção dos órgãos
- 6245 Corregedorias independentes. Eu até sugiro Eliana que no item cinco nós coloquemos
- 6246 como subsídios Corregedorias e Ouvidorias Autônomas e Independentes.
- 6247
- 6248 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
- 6249
- 6250 Mas aí era importante talvez colocar a palavra corrupção também, entendeu? Eu acho
- 6251 que corrupção é importante lidar com isso. Como lidar com corrupção dentro das
- 6252 corporações. Porque existe. Em todas as corporações existem. Sistemas, Juiz, Ministério
- 6253 Público, Policiais.
- 6254
- 6255 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
- 6256
- 6257 Está falando de controle social.
- 6258
- 6259 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
- 6260 **Municipais de Segurança Pública**
- 6261
- 6262 Com certeza está falando de combater fundamentalmente corrupção. Mas pode
- 6263 acrescentar a palavra.
- 6264
- 6265 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
- 6266
- 6267 Você quer que coloque corrupção?
- 6268
- 6269 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
- 6270 **Municipais de Segurança Pública**
- 6271
- 6272 Corregedoria Autônoma independente como elemento de combate à corrupção
- 6273 institucional ou policial.
- 6274
- 6275 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 6276
- 6277 Conselheira Cynthia com a palavra. Já foi contemplada. Eliana, Eliana. Senhores e
- 6278 Senhoras. Só um instante, por favor. Nós fizemos ontem um compromisso com o
- 6279 Conselheiro Márcio. E ele e Heder já até me cobraram aqui um posicionamento. Vamos
- 6280 encaminhar a votação. Podemos então?
- 6281
- 6282 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6283
6284 Ali é policial não é institucional, não. Está terminando gente.
6285
6286 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6287
6288 Conselheiros, conselheiros. Só um instante, por favor. Temos uma ordem regimental.
6289 Conselheira Cynthia, por favor. Quem quiser fazer uso da palavra inscreva-se e seja
6290 objetivo para que a gente possa seguir com Pauta. Em relação aquilo que eu já disse
6291 quem ainda quer fazer uso da palavra, por favor, se inscreva e seja objetivo para que
6292 possamos dar prosseguimento à Pauta. Conselheiro Bridi com a palavra. Conselheiro
6293 Heder inscrito.
6294
6295 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**
6296
6297 Só para combater um ato de discriminação de novo. Combate à corrupção dos
6298 trabalhadores e no sistema. Porque não é só policial, não. É perito, é no sistema.
6299
6300 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6301
6302 Conselheiro Heder com a palavra. Já contemplado. O Conselheiro Celito. Com a palavra
6303 o Conselheiro Celito, por favor.
6304
6305 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira De Criminalística**
6306
6307 Era só, ao invés de órgãos periciais, instituições periciais criminais ou de natureza
6308 criminal. Porque quando se fala Perícia.
6309
6310 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6311
6312 Aonde o Senhor está falando?
6313
6314 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira De Criminalística**
6315
6316 O primeiro item lá em cima.
6317
6318 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6319
6320 Pode falar o texto.
6321
6322 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira De Criminalística**
6323
6324 Seria instituições periciais criminais. Porque oficiais tem do INSS, tem de vários. Eu acho
6325 que tem que se tratar de natureza criminal que é o que está na Lei. Contemplado.
6326
6327 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6328
6329 Mais alguém? Eliana. Vamos votar então? Os Senhores Conselheiros que concordam
6330 com o item eixo cinco e seis, por favor, permaneçam como estão. Aprovado? Eliana, mais
6331 algum ponto da pauta aí?
6332

- 6333 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
6334
6335 Tem. Tem uma proposta de um outro eixo.
6336
6337 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6338
6339 Quem vai fazer a proposta?
6340
6341 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
6342
6343 Mariano.
6344
6345 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6346
6347 Conselheiro Benedito Mariano.
6348
6349 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
6350
6351 Porque tem outra questão importante aqui do projeto que precisa ser discutida. Tem mais
6352 um item.
6353
6354 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6355 **Municipais de Segurança Pública**
6356
6357 Retomando o que o companheiro Conselheiro Marcos Costa falou ontem que levantou o
6358 tema e tentava nos colocar como subtítulo, entendemos que esse também pode ser um
6359 eixo talvez de maior visibilidade externa da opinião pública sobre a nossa Conferência,
6360 que é a proposta do eixo política de enfrentamento ao crime organizado e grupos de
6361 extermínio. Isso não pode estar numa palavra solta na Conferência como teve *an passant*
6362 no nosso texto base da primeira. São dos grandes temas do Brasil. Houve uma pesquisa
6363 nacional do Ibope CNI, em outubro, nacional sobre Segurança Pública. Antes do tema
6364 específico perguntaram quais são os três principais problemas do Brasil. Primeiro Saúde,
6365 segundo Segurança Pública e terceiro Drogas. E é impressionante como esses temas se
6366 articulam. Drogas pode ser uma questão de Saúde Pública, mas Drogas pode ser combater
6367 o crime organizado. E aí é uma questão muito mais voltada à segurança. Então como a
6368 população comprehende quais são os grandes temas que hoje afetam o conjunto da
6369 população. Então, eu defendo que nós tenhamos esse eixo política de enfrentamento ao
6370 crime organizado e grupo de extermínio e tenha como subitens alguns UPP's, milícias,
6371 grupos de extermínio e grupo especial de combate ao crime organizado. Porque nós
6372 podemos abrir espaço inclusive para o Ministério Público Estadual e Federal participar
6373 para ver se o que tem de organizado hoje institucionalmente para combater o crime
6374 organizado está dando conta ou não ou se precisa ampliar, não ser só alguns promotores
6375 mais bem intencionados ou com mais coragem para enfrentar determinadas questões
6376 mais difíceis e que fica falando em nome da instituição e às vezes pode não ter o devido
6377 respaldo. Então, eu acho que esse tema é um dos temas que pode nortear. Lavagem de
6378 dinheiro e aí vai. Obrigado.
6379
6380 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6381

6382 Conselheiro Marcos Costa. Aquele item acima lá, grupo especial de combate ao crime
6383 Organizado. Conselheiro Marcos Costa com a palavra. Perdão, inscrito o Conselheiro.
6384

6385 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson – Departamento de Polícia Federal - DPF**

6386

6387 Só um aparte simples. Então uma contribuição, Mariano. É tão intrincada a questão de
6388 droga com a Saúde Pública que o bem jurídico com relação às drogas é a Saúde Pública.
6389 Não é que é interligada a questão da droga com a Saúde Pública. É a Saúde Pública.
6390

6391 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6392

6393 Conselheiro Marcos Costa.

6394

6395 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6396

6397 Na linha do que falou Mariano, talvez, eu só mudaria o título para chamar atenção da
6398 seguinte forma. Sistema de Segurança Pública, Sistema Judicial Criminal e Crime
6399 Organizado. Certo. A gente tinha lembrado da política de fronteira.
6400

6401 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores
6402 Municipais de Segurança Pública**

6403

6404 Você está falando de subitem, né? Política de fronteira.

6405

6406 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6407

6408 Se falarmos de droga também eu acho que é importante falar da Política Nacional de
6409 Combate às Drogas.
6410

6411 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores
6412 Municipais de Segurança Pública**

6413

6414 O que é isso aí ? Eu vou chegar lá no bar e vou falar o que é substâncias psicoativas?
6415 Vamos trabalhar no popular, gente.
6416

6417 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP**

6418

6419 Marcos, política de enfrentamento às drogas.
6420

6421 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6422

6423 Eu acho que não gosto muito dessa palavra.
6424

6425 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6426

6427 João Francisco.
6428

6429 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**
6430

6431 Marcos, eu entendo essa importância das drogas, mas só queria que pensássemos
6432 melhor, porque nós temos o Conselho Nacional de Drogas, eles têm as conferências
6433 deles e inclusive vai ser agora e também eles tratam muito desse tema, eles tratam
6434 basicamente sobre esse tema. Ainda que esse tema das drogas esteja relacionado ao
6435 nosso Conselho, eu não sei se nós colocarmos assim de forma Política de Enfrentamento
6436 às Drogas, estaremos entrando diretamente na finalidade que é o Conselho Nacional de
6437 Drogas que também é um Conselho participativo e paritário.
6438

6439 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6440
6441 Conselheiro, na verdade, o que a gente discute, nós estamos discutindo isso agora na
6442 SENASP e com a Casa Civil e nós participamos inclusive do Grupo de Trabalho lá, é o
6443 viés da Segurança Pública. Então, o que nós estamos discutindo aqui é a nossa política
6444 de enfrentamento às drogas aqui é o viés da Segurança Pública. Esse viés, ele perpassa
6445 pela Saúde, pela assistência social. No nosso caso aqui, nós vamos discutir como o
6446 Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal pode atuar e se organizar e inteirar com
6447 os demais órgãos nessa política de enfrentamento às drogas. Por isso que cabe aqui
6448 nesse sentido. Só respeitando a ordem dos inscritos aqui, estão inscritos o Conselheiro
6449 Marcos Costa que tem que incluir a fala, Mariano, João Batista, Agadeilton e Everardo.
6450

6451 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6452
6453 Eu acho que como subitem era importante colocar Sistema Judicial Criminal e Crime
6454 Organizado. UPP na realidade é o seguinte, UPP é uma sigla, mas precisa de um termo
6455 para dizer o que é isso. Polícia de proximidade. Experiências de Polícia de Proximidade,
6456 ou não?

6457
6458 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6459
6460 A polícia de proximidade vai além da polícia comunitária. Só que a polícia de proximidade
6461 a gente fala que é um conceito maior. Ela abrange outras atividades além da polícia
6462 comunitária. Hoje fala se em Polícia de Proximidade.
6463

6464 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores
6465 Municipais de Segurança Pública**

6466
6467 Experiência de Polícia de Proximidade, de UPP, de proximidade, não comunitária, quem
6468 vai com força para ocupar o território... O conceito de polícia comunitária é outro.
6469

6470 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6471
6472 Perdão, perdão. Conselheiro João Batista, Agadeilton e Everardo.
6473

6474 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários
6475 Federais**

6476
6477 Por favor, dá para baixar, só ver o eixo 7. Lá foi colocado política de enfrentamento ao
6478 crime organizado e aos grupos de extermínio. Aí com o subitem está: grupos de
6479 extermínio. E eu entendo que esse eixo podia ficar política de enfrentamento ao crime
6480 organizado. E aí vamos trabalhar os eixos. Grupo de extermínio é um dos eixos. Política

6481 de enfrentamento às drogas. Eu acho que assim, crime organizado, eu acho que o
6482 subtema melhor ficaria combate ao tráfico de entorpecentes, que isso tem diretamente a
6483 ver com o crime organizado. Enfrentamento às drogas já levanta a questão que ele
6484 pontuou. Eu acho que seria combate ao tráfico de entorpecentes que tem a ver com o
6485 crime organizado que é o nosso eixo. Eu queria que você acrescentasse aí, por favor,
6486 crimes contra a administração pública. Um subitem que tratasse diretamente com a
6487 corrupção. Coincidentemente o Ministério Público no Rio Grande do Norte tem atuado
6488 com duas grandes quadrilhas lá e que teve até um desdobramento em São Paulo e
6489 realmente assim tem tudo a ver e leva muito dinheiro da população.

6490

6491 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6492 **Municipais de Segurança Pública**

6493

6494 Mesa, um aparte aqui. Volta, por favor, eu queria contextualizar e debater com o colega e
6495 defender políticas de enfrentamento ao crime organizado e grupos de extermínio seja o
6496 nome do eixo, porque necessariamente grupos de extermínio está relacionado à crime
6497 organizado. Pode ter grupos de extermínio que é mais ligado à formação de quadrilha, ao
6498 grupo de policiais, por exemplo, que passa a fazer grupo de extermínio. E isso no debate
6499 mais amplo do crime organizado não tem a ver. Então, eu acho que a gente perde de
6500 debater um tema importante que ainda existe em muitos centros a questão do grupo de
6501 extermínio. Eu acho que o tema principal é o crime organizado, mas grupo de extermínio
6502 pode ou não ter vinculação com o tema principal. Por isso a sugestão e trazer aqui para o
6503 companheiro de manter o eixo.

6504

6505 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
6506 **Federais**

6507

6508 OK, a gente vai para votação e vou continuar discordando, porque até onde tenho
6509 conhecimento, eu sou policial também, Eu nunca vi um grupo de extermínio que mata só
6510 por matar. Sempre tem droga, sempre tem corrupção. Se eles não estão extorquindo...
6511 Então, eu nunca vi um grupo que sai de casa de manhã para matar porque é grupo de
6512 extermínio. Eu entendo que eles estão ligados ao crime organizado. É a minha posição.
6513 Eles sempre têm por trás das matanças um interesse pecuniário, um interesse financeiro.
6514 Pelo menos é o meu conhecimento. Então, era isso que eu tinha que acrescentar. A
6515 questão do crime contra a Administração e deixar o grupo de extermínio como um tópico
6516 no grupo.

6517

6518 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6519

6520 Conselheiro Agadeilton inscrito, Conselheiro Everardo e Conselheira Cynthia.

6521

6522 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos**
6523 **Criminais Federais**

6524

6525 Acho muito oportuna a proposição do Conselheiro Mariano desse eixo específico para
6526 tratar da posição do enfrentamento ao que nós denominamos de crime organizado. E aí
6527 tudo o que foi colocado como subitem eu entendo como relevante e acrescenta o que
6528 pela nossa experiência de atuação na Polícia Federal é, talvez, um dos segmentos mais
6529 organizados do crime organizado que é a corrupção no setor público. E aí envolve as
6530 diversas esferas do governo, não só Governo Federal mas Governos Estaduais e

6531 Municipais e que digo com toda a experiência de quinze anos atuando nesse setor. É
6532 certamente o crime mais organizado que temos na Sociedade Brasileira, é a corrupção
6533 do Setor Público.

6534
6535 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
6536 **Federais**
6537

6538 Só um aparte, porque como ela está acrescentando eu entendo que a corrupção está
6539 contemplada na política de crimes contra a administração pública. Porque esses crimes
6540 contra a administração justamente entra na questão da corrupção. Eu acho que poderia
6541 ficar, que é para diminuir a quantidade de subitens.

6542
6543 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6544
6545 Conselheiro Agadeilton para concluir, Conselheiro Everardo e Conselheira Cynthia
6546 inscritos.

6547
6548 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos**
6549 **Criminais Federais**
6550

6551 Eu acho que o subitem corrupção, na mesma linha do pensamento de quem lançou o
6552 item dá um chamamento social mais relevante. Pode até se manter o item política de
6553 crimes contra a administração pública e colocar entre parênteses corrupção para dar
6554 ênfase à questão da corrupção, porque tem vários crimes contra a administração pública
6555 que são de menor valia para a Sociedade, mas o crime específico de corrupção, ele é
6556 certamente o que mais interessa à Sociedade que se tenha um debate e política concreta
6557 de combate a essa forma. Sim, Política de Enfrentamento. E aí para concluir a minha
6558 fala.,.

6559
6560 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6561
6562 No Corrupção, Flávia. Política de Enfrentamento à Corrupção do Setor Público.

6563
6564 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos**
6565 **Criminais Federais**
6566

6567 Eu acho que na mesma linha o item Lavagem de Dinheiro da forma como está, não diz
6568 muita coisa; tem que ser também Política de Enfrentamento aos Mecanismos de
6569 Lavagem de Dinheiro no Estado Brasileiro.

6570
6571 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6572
6573 Conselheiro Everardo com a palavra e inscritos Conselheiro Joel e Conselheira Cynthia.

6574
6575 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**
6576

6577 Francisco, no que diz respeito à questão do combate às drogas que é um debate interno
6578 e grande e inclusive é uma questão da área de Saúde e etc. Na política de fronteira
6579 definir o que a Conferência deve discutir. Aí, trata-se da questão do tráfico de drogas. Aí
6580 sim, é o tráfico exclusivo de drogas da fronteira e tráfico de armas e munições que trata e

6581 diz respeito à questão das fronteiras. E a questão dos termos de cooperação entre a
6582 relação Brasil e estados, os países, que fazem fronteira conosco. E essas são questões
6583 específicas da Segurança Pública. Então, eu penso que se nós deixássemos o ponto de
6584 vista do Agadeilton isolado, combate às drogas e lavagem de dinheiro, nós não estamos
6585 tratando da questão específica e concreta no que diz respeito à política de enfrentamento
6586 e das fronteiras que o estado brasileiro vem se colocando.

6587

6588 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6589

6590 Talvez para não ficar uma questão muito repetitiva, Políticas de Enfrentamento. Aí a
6591 gente segue com os itens e depois a gente sintetiza. Flávia. É para a gente não alongar
6592 nossa discussão. Conselheira Cynthia com a palavra e inscrito Conselheiro Joel.

6593

6594 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

6595

6596 Nós não fizemos em nenhum grupo referência a questão da Força Nacional e a questão
6597 do Exército no papel de ações de Segurança Pública. E que são duas realidades que a
6598 gente está vivendo. Eu acho que a gente pode colocá-los aí na medida em que são duas
6599 forças que estão sendo utilizadas em virtude da existência do tráfico de drogas e o crime
6600 organizado. Então a gente tem que incluir o papel da Força Nacional e o papel do
6601 Exército nas ações de Segurança Pública.

6602

6603 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6604

6605 Para encaminhar, Flávia, como último item você dá enter e coloca como último subitem
6606 Atuação da Força Nacional na Segurança Pública e Atuação das Forças Armadas na
6607 GLO, que é uma legislação específica de Garantia da Lei e da Ordem. Essa GLO, essa
6608 situação é uma Lei e há necessidade sempre de atuação das forças armadas de um
6609 Decreto Presidencial pontual. Nesse caso do Maranhão, que foi citado aqui, ontem, e
6610 do... Lei Federal. Lei Federal que regula essa atuação e que permite que as forças
6611 armadas atuem na Segurança Pública em nome da Garantia da Lei e da Ordem. Por isso
6612 que a pessoa fala GLO. Eu gostaria só que separasse as duas coisas, Flávia, porque a
6613 gente tem que tratar como assuntos diferentes. O paradigma do Ministério da Justiça com
6614 a criação das forças armadas foi exatamente isto: Evitar ou deixar que a atuação das
6615 forças armadas na Segurança Pública ou em atuações internas fossem tidas em casos
6616 específicos ou como exceção, porque havia uma questão de eleição.

6617

6618 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

6619

6620 Augusto, se você me permite essa questão de atuação de forças armadas e da GLO, é a
6621 questão que nós estamos dentro do eixo que é de Crime Organizado. Seria a atuação de
6622 Forças Armadas e a Força Nacional dentro desse eixo ou não seria em um outro eixo?

6623

6624 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
6625 **Estaduais**

6626

6627 Eu acho que isso aí é instituições.

6628

6629 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

6630

6631 Nós estamos no eixo sete, não?
6632
6633 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**
6634
6635
6636 Nós temos que colocar isso no eixo cinco, não nesse eixo porque discute-se sistemas e
6637 reformas, o papel das instituições. Bem lembrado pelo João Francisco.
6638
6639 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**
6640
6641 Presidente, poderia me dar um minuto só?
6642
6643 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6644
6645 Sim, tem inscritos. Tem dois inscritos. Eu solicito a gentileza dos dois. Só para (...). Pois
6646 não.
6647
6648 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**
6649
6650 Conselheiros, eu vou ter que me ausentar deste Conselho agora porque tenho um
6651 compromisso na presidência e gostaria de fazer um apelo a vocês que, se possível, em
6652 face da minha ausência, eu queria antecipar um encaminhamento meu, que seria, na
6653 verdade, um encaminhamento da Secretaria-Geral da Presidência. Tem a questão que
6654 faz parte da minha Câmara, nós estamos enfrentando a questão da mortalidade da
6655 juventude negra que nós chamamos de enfrentamento à violência letal aos jovens
6656 negros, nós utilizamos com outro tema. A Presidência da República tem uma sala de
6657 situação no Fórum de Cidadania. E aí nós queremos apresentar este Conselho aqui
6658 sobre essa questão de quais são as atividades, as operações que estão sendo realizadas
6659 por parte da Secretaria-Geral em relação a esse tema. Então, eu gostaria de saber se já
6660 poderia pedir a vocês a antecipação desse encaminhamento e se esta Plenária estaria de
6661 acordo para a próxima reunião a Secretaria-Geral da presidência viesse apresentar esse
6662 tema aqui a vocês.
6663
6664 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6665
6666 Senhores, os que concordam com a proposta de encaminhamento permaneçam como
6667 estão. A mesa registra esse encaminhamento para deliberação.
6668
6669 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**
6670
6671 Gostaria de pedir desculpas pela minha ausência agora. Bom-dia para todos.
6672
6673 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6674
6675 Obrigado, João Francisco. Com a palavra o Conselheiro Joel.
6676
6677 **Joel Malta de Sá - Conselho Nacional das Guardas Municipais**
6678
6679 Acresentaria mais um item ligado diretamente ao Crime Organizado que é o Combate ao
6680 Contrabando e a Pirataria. Participei na terça-feira num Fórum Nacional de Combate à

6681 Pirataria e a ilegalidade em Foz do Iguaçu. E os números são bastante alarmantes. Na
6682 cidade de São Paulo através do nosso GGI, nós participamos com todas as forças
6683 integradas e também a Guarda Civil Metropolitana e estamos mantendo ali a guarda de
6684 alguns depósitos e das mercadorias apreendidas. E só para os Senhores terem idéia de
6685 números só na cidade de São Paulo, em um ano, nós fizemos 36 grandes operações de
6686 combate à pirataria e ao contrabando. Tem tudo a ver, porque o que desencadeou essas
6687 operações? Prisões de várias pessoas, as Corregedorias das Polícias atuaram, tanto da
6688 Polícia Civil, Militar, até profissionais da própria Guarda Civil Metropolitana foram presos
6689 pela própria guarda. E nós prendemos três guardas que estavam desviando Mercadorias
6690 e as outras Corregedorias também atuaram. E então, na verdade, foram 37 grandes
6691 operações. Nós apreendemos ali 36 milhões de itens de produtos pirateados, avaliados
6692 em 1,9 bilhão de reais. Então são números bastante assustadores. E a questão também
6693 do tráfico de pessoas. Só de ilegais chegaram perto aí de mil pessoas entre chineses e
6694 outros que foram ou deportados ou presos e pessoas que moravam inclusive nos
6695 depósitos. Para se ter uma idéia só num shopping e é o Shopping 25 de Março, nós
6696 vistoríamos ali 922 lojas. E nós achamos chineses morando em verdadeiros cubículos em
6697 fundos falsos ali das lojas. Então, eu colocaria assim o combate ao contrabando e a
6698 pirataria que tem tudo a ver com corrupção, com sonegação de impostos, empregos,
6699 crime organizado, direto aí.

6700
6701 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6702

6703 Muito obrigado, Conselheiro. Conselheira Eliana. Então, mais alguma sugestão para esse
6704 tópico? Conselheiros, vamos para a deliberação então? Deliberação do eixo 7. Nós
6705 temos duas propostas de nome do eixo. Algun dos Senhores que sugeriram nome retira
6706 a sua para a gente encaminhar? Creio que elas são, mais ou menos, que não tem uma
6707 diferença de conteúdo muito grande. Conselheiro Benedito Mariano? O Extermínio. A
6708 primeira. O Senhor mantém?
6709

6710 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
6711 **Municipais de Segurança Pública**
6712

6713 Mantendo.

6714
6715 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6716

6717 Quem propôs a segunda, mantém ou retira? Mantém. Então, os Conselheiros que, por
6718 favor, concordam com a primeira, por favor, levantem o braço. Conselheiros, estamos em
6719 regime de votação. Conselheiros que concordam com o primeiro nome, por favor,
6720 levantem o braço. Oito votos. Conselheiros que concordam com o título segundo lá,
6721 política de enfrentamento ao crime organizado, por favor, levantem o braço. Dois votos.
6722 Então venceu, apaga o de baixo, Flávia, e permanece o de cima. Eliana, vamos seguir.
6723 Com a palavra a Conselheira Eliana.

6724
6725 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**
6726

6727 O outro item que precisa ser definido eu acho que é o item mais importante agora é a
6728 questão dos municípios. O outro item polêmico é a questão dos municípios. Se eles vão
6729 para a etapa eletiva e o critério, se serão os municípios mais violentos, os não violentos,

6730 o critério da população. Porque eles estão na etapa preparatória. Vocês se lembram
6731 disso, como é que Era a proposta inicialmente? Tem que ir para as Etapas. Volta aí...
6732

6733 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6734 Está lá, Etapa Preparatória Eletiva, Etapa Preparatória... Ali?

6735 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6736 Isso. Porque teve uma proposta aqui que todos os municípios elegeram e mandar para...
6737 Tinha essa proposta. Essa era uma proposta.
6738

6739 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6740 Conselheiro inscrito. Conselheiro Mariano...

6741 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6742 A outra proposta era pegar os municípios mais violentos e esses também elegeram para
6743 a etapa nacional para serem delegados. Na verdade, é essa a questão.
6744

6745 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6746 Benedito Mariano com a palavra.
6747

6748 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores
6749 Municipais de Segurança Pública**

6750 Eu queria sugerir à Câmara Técnica que com relação aos municípios e evidentemente ao
6751 Pleno, nós mantivéssemos a regra da primeira Conferência. Municípios com mais de 200
6752 mil habitantes elege delegado direto para a nacional. Eu acho que essa regra é a melhor.
6753 Essa regra de municípios mais violentos indicar candidato, com base em que índice? Os
6754 índices nossos não são confiáveis. Eu acho que aí vira um debate sem fim. Eu acho que
6755 aí nós temos que tentar procurar uma regra mais universal como foi o esforço do Heder
6756 ontem quando trouxe lá uma representação coeficiente. E a partir daí nós estabelecemos
6757 o mínimo e máximo e chegou a uma regra melhor. Então, criar muitas regras para a
6758 participação dos municípios, eu acho que vai criar mais dificuldade que solução. Aparte
6759 Heder.
6760

6761 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6762 Mais algum Conselheiro Palavra com a Conselheira Eliana, inscritos Conselheiros Heder,
6763 Márcio e Agadeilton.
6764

6765 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6766 Só para esclarecer aqui, Mariano. A proposta que a Câmara Técnica de mobilização
6767 trouxe foi a proposta de a partir de 200 mil, eleje. Manter a proposta. Eleitores. Aí teve
6768 uma prévia na última reunião e foi sugerido isso. Na verdade, é a segunda proposta.
6769

- 6780 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6781
6782 Com a palavra Conselheiro Márcio.
6783
6784 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
6785 **Transsexuais**
6786
6787 Márcio Marins da ABGLT. Só queria o seguinte, gente, fazer uma observação. Eu
6788 concordo com o método que foi utilizado na primeira CONSEG, que Municípios com mais
6789 de 200 mil habitantes, eleitores, é isso. Mas não dá para deixar de observar que tem
6790 municípios muito pequenos, por exemplo, Tabatinga, lá na fronteira, de um lado
6791 Tabatinga do outro lado Lefícia, lá em outro país. Tem uma situação com a Segurança
6792 Pública que é ímpar, que é diferente de grandes centros urbanos. E que deve ser
6793 observado. E que numa região como a amazônica sempre há reclamações que os
6794 municípios afastados do interior não tem acesso, não participam. Dificilmente vai ter
6795 representantes numa Conferência que vai acontecer em Manaus. De uma forma, Eliana,
6796 conselheiros e conselheiras, assegurar no regulamento nacional que os estados
6797 assegurem a participação desses municípios que tem o índice de violência e tem
6798 problemas com Segurança Pública. Colocar assim. Tem que ter no regulamento, assim
6799 como outras conferências colocaram lá regras bem específicas para a eleição de
6800 delegadas e delegados, ter essa garantia de que o estado vai dar atenção àquele
6801 município que tem uma situação complexa que está lá distante.
6802
6803 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6804
6805 Conselheiros, o encaminhamento da mesa até para a gente ganhar tempo em razão do
6806 próprio Márcio que é o maior interessado, eu sugiro que fique a questão como o
6807 Conselheiro Mariano colocou de 200 mil eleitores e no regulamento seja criado
6808 instrumento. Isso pode ser feito no regulamento. Por exemplo, realização de Conferência
6809 livre ou alguma situação incluindo esses municípios que a gente julga que sejam
6810 importantes. Inscritos Conselheiros Joel. Nóbrega, tinha pedido a palavra antes? Não.
6811 Então, Almir.
6812
6813 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**
6814
6815 Eu queria só saber o impacto porque a gente estava falando aí no quadro e agora a gente
6816 está acrescentando os municípios com 200 mil eleitores. Já estava? Então, está
6817 contemplado.
6818
6819 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6820
6821 A proposta, algum dos Senhores tem dúvida com relação a essa proposta? Participação
6822 dos municípios com mais de 200 mil eleitores. Todos em condição de votar? Senhores
6823 Conselheiros que concordam com a proposta apresentada, por favor, permaneçam como
6824 estão. A regra de participação dos municípios com mais de 200 mil eleitores, é isso? Os
6825 Senhores concordam com essa proposta, por favor, permaneçam como estão. Aprovada.
6826 Eliana, vamos tocar. Eram essas as questões. Conselheiro Heder e Agadeilton com a
6827 palavra para apresentar o quadro. Terminou? Conselheiro Marcos com a palavra.
6828
6829 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6830
6831 Provavelmente a gente ainda vai voltar a esse tema, porque voltará ao CONASP o
6832 Regimento Interno, detalhado e tudo o mais e tal. Algo que a gente poderia antecipar já, é
6833 o que consta já no Regimento Interno da Conferência Nacional de Saúde. Lá, você tem
6834 uma comissão organizadora e existe uma comissão, um comitê executivo. E esse comitê
6835 executivo, ele é nomeado pelo Ministro da Saúde com profissionais de próprio Ministério
6836 da Saúde. Porque aquilo dali, isso sinaliza o comprometimento do Ministério da Saúde
6837 com a Conferência. Então, eu acho que era importante para a gente ganhar tempo que
6838 fosse definido aqui a constituição de um comitê executivo.
6839

6840 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6841 Flávia, anota , por favor. Foi definido isso ontem, já.
6843

6844 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6845 Não, o comitê executivo tem que ser nomeado com a Portaria do Ministério da Justiça e
6846 tudo mais e tal, junto com a Câmara Técnica.
6848

6849 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6850 Servidores Públicos do Ministério da Justiça. Designação pelo Ministro da justiça através
6851 de Portaria de um comitê executivo composto de servidores do Ministério da Justiça para
6853 apoio a execução da Conferência junto com a Câmara Técnica. Isso.
6854

6855 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6856 Deixa eu só dar uma lida como ficou aqui.
6858

6859 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6860 Tá, Portaria do Ministro da Justiça designando.
6862

6863 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6864 Está aqui. A comissão organizadora contará com o comitê executivo designado pelo
6865 Ministério da Saúde e composto por representantes dos seus órgãos para dar apoio
6866 administrativo, financeiro, técnico e da infraestrutura para a execução de suas atividades
6868 e das deliberações do Pleno do Conselho Nacional de Saúde à realização da 14ª.
6869 Conferência Nacional de Saúde.
6870

6871 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6872 Isso, Flávia, depois você copia. O Conselheiro Marcos vai encaminhar para você. Alguém
6873 tem alguma objeção com relação a isso? Aprovado, então. E o Conselheiro Marcos
6875 depois encaminha. Com a palavra o Conselheiro Agadeilton e o Conselheiro Heder para
6876 apresentar o quadro. Tem como projetar lá, Agadeilton?
6877

6878 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6880 Gente, só para fechar... Só para fechar essa questão da segunda Conferência, eu vou
6881 fazer com a Câmara a revisão de tudo o que foi acordado aqui, fazer uma versão para a
6882 Secretaria-Executiva mandar. E a gente vai fazer a proposta do Regimento para mandar
6883 por e-mail para os Conselheiros para adiantar isso. E aí pauta na primeira reunião do ano
6884 ou extraordinária, porque senão vai ficar muito em cima para contratar.

6885
6886 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6887
6888 Tranquilo, vamos tocar. Agadeilton com a palavra. Flávia, pode projetar a tabela aí.

6889
6890 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
6891 **Criminais Federais**

6892
6893 Aumenta um pouquinho a fonte aí, Flávia. Bem, pessoal, eu e o colega Heder nos
6894 reunimos ontem em reservado com a nobre intenção de conciliar as duas idéias que
6895 foram ontem colocadas para se definir a questão da distribuição das cadeiras dos
6896 delegados tanto para os segmentos como para... Então, tanto para os delegados de cada
6897 segmento como para as unidades da federação.

6898
6899 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6900
6901 Conselheiros, Conselheiros, Flávia, Flávia. Por favor, só um instantinho, depois a gente
6902 termina esse texto. Conselheiros. Conselheira Cynthia. Flávia, aguarda só um minutinho,
6903 depois a gente faz isso. Conselheiros, eu peço a gentileza dos Senhores, só para a gente
6904 terminar esse quadro e concluir. O trabalho pelo o que o Heder me adiantou ficou muito
6905 bom. E concluindo o quadro nós vamos ter um intervalo de dez minutos para que o
6906 Márcio possa se organizar ali e possa resolver alguma questão pendente, inclusive a
6907 Presidência.

6908
6909 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
6910 **Criminais Federais**

6911
6912 As duas propostas que haviam, uma da minha autoria e outra do colega Benedito
6913 Mariano que foi, salvo engano, aprimorada pela Mesa, pelo Presidente deste Conselho,
6914 estabelecia parâmetro mínimo de 2% de participação para a unidade que tivesse menor
6915 participação no quantitativo de vagas tivesse 2% e a maior, parâmetro máximo, seria de
6916 10%. A maior unidade da federação com cadeiras teria no máximo até 10%. E
6917 aproveitando todo o trabalho também feito pelo colega Heder, nós adaptamos esses dois
6918 parâmetros à idéia da distribuição antes feita pelo colega Heder de alguns estados ter o
6919 mínimo. E aí mantidos todos os estados da Paraíba, de Roraima até a Paraíba e os
6920 demais estados relacionado à população de cada estado. E aí foi aproveitada aquela
6921 idéia que lancei de que até 10 milhões de habitantes teria aquele quantitativo de 84
6922 cadeiras. Acima de dez milhões, uma cadeira a mais a cada milhão de habitantes. Com
6923 base nesse número nós chegamos ao número de 1472 vagas. E para alcançar as 1500,
6924 nós pegamos esses estados que tiveram esse limitador, no caso São Paulo, Rio de
6925 Janeiro, Minas Gerais, Bahia. E aí também incluímos Pernambuco, Ceará e até o estado
6926 de Santa Catarina, aliás, até o Estado de Goiás. E fizemos uma distribuição dessas
6927 vagas até alcançar mil e quinhentos (1500).

6928
6929 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

- 6930
6931 Totalizou em quanto?
6932
6933 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
6934 **Criminais Federais**
6935
6936 Mil e quinhentos.
6937
6938 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6939
6940 Então, eu sugiro o seguinte, que nós agreguemos mais três por estado, o que deve dar
6941 em torno de mais cento e cinquenta, sendo esses três, um representante do Ministério
6942 Público, um do Judiciário e um da Assembléia Legislativa. A gente tem que verificar esse
6943 agregado que tem que agregar. Esse, talvez, seria interessante a gente agregar nominal
6944 com a vaga já delimitada para cada um deles.
6945
6946 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
6947 **Estaduais**
6948
6949 Se me permitem. Agadeilton, você me concede? Porque o que ocorre ali é o seguinte.
6950 Nós fechamos em mil e quinhentas o estabelecido. O que ocorre é que o parâmetro para
6951 que façamos o cálculo são os trabalhadores. Olha o que ocorre, vamos pegar o primeiro
6952 exemplo. Santa Catarina. Você tem lá vinte da Sociedade civil; não é problema. Mas você
6953 tem quinze trabalhadores. Sobram três. A sobra, porque aí o que acontece? Nós temos
6954 cinquenta vagas sobrando para que haja um equilíbrio entre os trabalhadores. Por
6955 exemplo, Santa Catarina sobram dois. Eu vou começar com o primeiro lá. Goiás, sobram
6956 dois, o próximo estado sobram três, o outro quatro. E assim sucessivamente. E ao final
6957 nós temos cinquenta vagas, porque essa foi a regra de distribuição. O que não dá para
6958 eu dizer agora, por exemplo, o estado que tem quatorze, qual trabalhador terá outra
6959 vaga? Penso que seria prudente dentro dessa perspectiva essas cinquenta vagas. Ou
6960 então ela sai fora dessa matemática, a gente já sabendo que esses estados alguns
6961 dentro da regra matemática um perdeu dois e uma hora o estado perdeu nove. Paraná,
6962 por exemplo, ele perdeu nove trabalhadores, porque se você tem vinte e cinco... Não é
6963 Paraná, não. O Paraná perdeu um só. Porque lá é um número absoluto. E como nós
6964 temos doze trabalhadores para você ter o dobro você tem que ter vinte e quatro. Então,
6965 sobra um. Para ter o triplo, trinta e seis. Então, sobram cinquenta vagas das mil e
6966 quinhentas e não sei se aí colocaríamos com os trabalhadores.
6967
6968 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6969
6970 Só para a gente encaminhar. Flávia, desce além da tabela e sai da tabela, para que a
6971 gente relate as entidades. Talvez não tenha no Excel, talvez no outro arquivo. Para a
6972 gente relacionar quais são as entidades convidadas, Agadeilton. E aí a gente estabelece
6973 como regra para a gente encaminhar o remanescente que você e o Heder fizeram muito
6974 bem e essas que entrariam como convidadas. Você quer relacionar, por favor?
6975
6976 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
6977 **Criminais Federais**
6978
6979 Você fala o que? As entidades...

6980
6981 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6982
6983 Ministério Público, Defensoria, Judiciário, Assembléia. Entra na sobra.
6984
6985 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
6986 **Criminais Federais**
6987
6988 Então vamos lá, Ministério Público, Federal e Estadual? Ministério Público Federal e
6989 Estadual. Defensorias Públicas Federal e Estadual. Judiciário também? Judiciário Federal
6990 e Estadual.
6991
6992 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
6993
6994 Poder Judiciário Estadual e Federal.
6995
6996 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
6997 **Criminais Federais**
6998
6999 Tem mais algum?
7000
7001 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7002
7003 Poder Legislativo Estadual. A Assembléia Legislativa, um representante? Não, não, mas
7004 essa perspectiva que é garantia de vaga. Nós vamos pegar os dois remanescentes.
7005
7006 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos (fora do**
7007 **microfone)**
7008
7009 Mas, por exemplo, o legislativo já não vai estar naqueles cem convidados? Não está se
7010 utilizando mal essa sobra? Porque.
7011
7012 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7013 Não, na verdade, nós temos... Conselheiros.
7014
7015 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
7016 **Criminais Federais**
7017
7018 Eu só queria fazer o encaminhamento, por favor. Eu queria concluir o raciocínio da
7019 tabela, explicar como foi e é uma tabela que agora está num modelo dinâmico, Excel,
7020 qualquer mudança a gente pode inserir coluna para chegar ao número final. Então assim,
7021 finalizando a proposta da tabela, a gente uniu as duas idéias e fechamos o número de mil
7022 e quinhentos. Eu, particularmente, defendo a manutenção dessa tabela. Para resolver os
7023 problemas que o colega Heder levantou de como nós iremos ocupar as cadeiras
7024 excedentes em cada estado para cada segmento. E como eu acho que a escolha dos
7025 delegados será um processo de mobilização e processo democrático. Eu acho que essas
7026 cadeiras devem ser ocupadas pelo segmento. Aí já é uma proposta para finalizar a
7027 questão da tabela de forma democrática a partir de eleições conforme serão. Agora, as
7028 doze vagas restritas a cada segmento terão que ser do segmento. As vagas excedentes
7029 entre todos os segmentos dos trabalhadores mediante eleição. E aí o segmento que

7030 conseguir mobilizar vai ter mais representante. Essa é a idéia para esse problema. E a
7031 questão dos convidados eu acho que é uma coluna à parte, ver o número, ver quantos
7032 são e adicionar esse número de mil e quinhentos (1500).

7033

7034 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7035

7036 Para que possamos encaminhar essa discussão em razão do compromisso que
7037 assumimos com o Conselheiro Márcio e Heder, eu pergunto o seguinte: Tem alguém que
7038 tem alguma questão a ser levantada com relação a essa tabela ou podemos encaminhar
7039 para aprovar essa tabela? Perdão, só porque o Marcos estava inscrito antes.

7040

7041 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

7042

7043 Eu estou sempre pescando assim. O Marcos Rezende me disse que sou da área de
7044 Saúde. Mas o pessoal da área de Saúde fez o seguinte. Eles pegaram, na lógica de
7045 Agadeilton e Heder, houve uma distribuição também equitativa, 30% das vagas foram
7046 distribuídas de forma igual entre os estados. Aí eles fizeram um ajuste com os 70%.
7047 Esses são os eleitos e fizeram uma proporção. E tem uma coluna de ajuste para poder
7048 compatibilizar a proporcionalidade do segmento. Tem uma coluna de ajuste que eles
7049 colocam ajuste. Além desses eles colocaram que também você tem os participantes
7050 eleitos nas etapas estaduais. Aqui vai ser eleito nas etapas estaduais e municipais. Além
7051 desses, também farão parte os próprios Conselheiros do Conselho Nacional de
7052 Segurança. Então no nosso caso nós também teremos que estar lá. Além disso, eles
7053 colocaram instituições convidadas. Aí indicadas assim entidades nacionais dos
7054 profissionais de Saúde, que tem lá um percentual que essas entidades nacionais
7055 indicariam. Então, existe esse de mesclar um pouco. Os eleitos trabalharam com algo
7056 parecido com essa tabela de proporcionalidade. Os próprios Conselheiros e mais os
7057 convidados e aí chegou lá a Três mil e tanto. Então, eu acho que dá para seguir nessa
7058 lógica. A gente vai ter uma distribuição proporcional, eles garantiram um mínimo igual
7059 entre todos os estados e variaram conforme a população e fizeram o ajuste para dar
7060 proporcionalidade. Além disso, tem outros convidados que seriam convidados, aí seriam
7061 os natos e mais entidades nacionais e aí entidades nacionais dos segmentos
7062 representados. Entendeu?

7063

7064 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7065

7066 É, na nossa lógica aqui, nós temos a questão de gestores, dos trabalhadores e da
7067 Sociedade civil. Essa lógica nós estamos resolvendo o problema de outra forma, mas
7068 estamos resolvendo também contemplando todos os atores. Esse pessoal que eles
7069 colocaram e essa possibilidade dos convidados com vagas remanescentes e com este
7070 que a gente está colocando acho que vamos alcançar também a proporcionalidade e a
7071 participação ampla e geral.

7072

7073 **José Lopes Hott Junior - Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

7074

7075 A minha questão é mais de um esclarecimento. Não quanto à tabela, eu acho que ficou
7076 justo, mas se em seguida a gente vai discutir como será o critério de escolha dentro dos
7077 segmentos. Porque a nossa preocupação é que as forças da União nos estados em
7078 termos quantitativos são bem inferiores às forças estaduais. E a gente corre o risco de
7079 ficar representação só estadual.

7080
7081 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7082
7083 Eu acho que ficaria bom no Regimento.
7084
7085 **José Lopes Hott Junior - Departamento de Polícia Rodoviária Federal**
7086
7087 Só deixar registrada essa ressalva.
7088
7089 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
7090 **Criminais Federais**
7091
7092 Aproveitando o questionamento do colega, eu acho que já tem na distribuição da cadeira
7093 dos trabalhadores, tem cadeiras reservadas especificamente para segmentos federais.
7094 Embora eu, particularmente, como representante do segmento da Perícia me sinta ali
7095 prejudicado porque a Perícia é um dos segmentos que está junto com o segmento
7096 estadual da Perícia. Fato que não ocorre com a PRF, porque não tem segmento estadual.
7097 Os delegados têm uma vaga reservada para delegados federais e delegados estaduais.
7098 Os agentes da mesma forma. Os Papiloscopistas e Peritos não tem esse mesmo critério.
7099
7100 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7101
7102 Vai no regimento, no regimento a gente pode regular.
7103
7104 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
7105 **Estaduais**
7106
7107 Conselheiro Hott, dentro do que nós estabelecemos que foram os doze, estão
7108 contemplados: da Polícia Civil, o agente; da Polícia Civil, o delegado; da Polícia Militar, os
7109 praças; da Polícia Militar, os oficiais; da PF, os delegados; da PF, os agentes; PRF; as
7110 Guardas Municipais; os Bombeiros oficiais; os Bombeiros praças; os Agentes
7111 Penitenciários; Peritos. Esses são os que nós Trabalhamos. Evidentemente se tiver
7112 ficado algum trabalhador fora tem que se rediscutir todo o modelo. Aí interfere em todo o
7113 trabalho em todo o quadro. Então talvez seja assim por ser levantado o dado agora até
7114 para que conclua o trabalho e depois fazê-lo. Ora, tem algum trabalhador de fora? Então
7115 refaça-se toda a lógica e aumenta-se o coeficiente porque se não tiver fecha-se nisso ou
7116 então disputam todos os trabalhadores vaga. Porque esses são os que nós
7117 contemplamos, tá?
7118
7119 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7120
7121 Conselheiro Almir.
7122
7123 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**
7124
7125 Na primeira, os Secretários de Segurança tinham uma vaga nata. Os Comandantes
7126 também. Isso vai ocorrer nessa? Os convidados. Porque vai alterar o número de 1500.
7127 Vão ser convidados?
7128
7129 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7130
7131 Já está feita a conta como gestores.
7132
7133 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**
7134
7135 Já está dentro dos gestores?
7136
7137 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**
7138
7139
7140 Aí Almir para cada praça você está entendendo um gestor. Praça, não. Para cada
7141 trabalhador, um gestor correspondente.
7142
7143 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
7144
7145 Deixa eu tentar esclarecer um pouco.
7146
7147 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**
7148
7149
7150 Essa tabela é a da passada, tá?
7151
7152 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
7153
7154 Deixa-me tentar esclarecer a proposta de como foi feita a Conferência Nacional de
7155 Saúde. Eles têm três categorias de participantes. A primeira categoria são os delegados
7156 eleitos nas etapas deles. A segunda categoria são delegados eleitos pelos segmentos
7157 representados dentro do Conselho Nacional de Saúde, os órgãos nacionais, certo? E
7158 uma terceira categoria que são Delegados Natos do Conselho Nacional de Saúde. Quer
7159 dizer, aqueles que integram o próprio Conselho são delegados natos na conferência.
7160 Então, na eleição eles pegaram e fizeram o seguinte. Divisão equitativa de 30% do total
7161 de delegados entre 37 estados, 30% igual. Distribuição de 70% do total de delegados. Aí
7162 tem uma fórmula que eles aplicam. Mas aí eu acho que isso é bem interessante. Você
7163 tem o conceito de delegados que são eleitos nas etapas que precedem à Conferência
7164 Nacional e tem delegados que são indicados pelas entidades nacionais. Então, você tem
7165 aqui delegados eleitos por órgãos de governo e entidades de abrangência e
7166 representação nacionais no total de 10% dos participantes na décima Conferência.
7167 Reservaram 10% do total e ali dentro desses 10 vai ter delegados eleitos por entidades
7168 nacionais de prestadores de serviços de Saúde, delegados eleitos por entidades de
7169 trabalhadores de Saúde, delegados eleitos por entidades de movimento dos usuários.
7170 Essa formula eu acho interessante. Eles trabalham com a eleição nas etapas anteriores,
7171 porque é uma Conferência Nacional. Então, é importante, por exemplo, que tenha uma
7172 representação...E aí o que nós faríamos é o seguinte, se seguirmos isso, nós
7173 definiríamos quais as entidades nacionais que teriam representação aqui. E essa aqui é a
7174 questão. Por exemplo, se nós definirmos o seguinte, que o nosso teto é dois mil, é mil e
7175 quinhentos, a gente vai adaptar isso daí.
7176
7177 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7178

7179 Olha só, diante de todas as discussões que estão acontecendo aqui, eu acho que essa
7180 discussão é mais complexa do que a gente está pensando agora. Eu sugiro que a gente
7181 faça aqui, até para a gente não atrapalhar a pauta que está seguindo e da necessidade
7182 dessas sugestões que o Marcos colocou que é interessante, até para que uma coisa que
7183 não aconteceu na passada e que me parece muito legítima, que cada segmento e cada
7184 classe, cada categoria, exatamente, individualmente eleja o seu representante nacional
7185 para a Conferência. Coisa que não aconteceu na passada. Estou percebendo, não sei se
7186 os Senhores e se as Senhoras concordam, que essa discussão é um pouco mais ampla .
7187 E que talvez se fizermos alguma discussão aqui vamos engessar o Regimento. Então
7188 sugiro, Eliana, que você como relatora que, talvez, esse tópico a gente guarde para
7189 discutir com o Regimento. Nós temos um parâmetro de número que é mil e quinhentos a
7190 mil e oitocentos. Mas que esse detalhamento que a gente faça casado com o Regimento,
7191 mesmo porque surgem alternativas como essa que o Marcos falou que me parecem
7192 muito razoáveis. De repente a complexidade pode ser um pouco mais abrangente que só
7193 a gente definir aqui uma tabela e engessar o resto do nosso processo. Concordam com
7194 esse encaminhamento? Se concordarem, Eliana, se você concordar a gente aprova como
7195 está e passa para o próximo tema. Todos concordam? Concordam? Que a gente
7196 aprofundo um pouco mais. Algum ponto mais, Eliana?
7197

7198 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

7199 Tem a questão do voto. A questão do voto cruzado.

7200 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7201
7202 Eu acho que isso também é Regimento. É isso? Podemos aprovar o texto? Tem mais
7203 alguma coisa? .

7204 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

7205
7206 Eu queria que a gente aprovasse para o final de janeiro uma reunião extraordinária para
7207 discussão do Regimento.

7208 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7209 Encaminhamento, final de janeiro, uma extraordinária para o Regimento. Todos
7210 concordam? Por favor, pessoal. Nós, infelizmente, temos um problema com tempo que
7211 está realmente corrido. E nós não vamos conseguir resgatar o compromisso assumido.
7212 Conselheiros, pela ordem, Conselheiro Agadeilton com a palavra.

7213 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
7214 Criminais Federais**

7215 Eu concordo com a idéia da Reunião Extraordinária para discutir Regimento, mas ontem
7216 foi também pontuada a necessidade de uma Reunião Extraordinária para discutir a
7217 questão da Audiência Pública com posterior Reunião Extraordinária. A não ser que se
7218 adapte aí. Podia casar as duas. Não sei se o nosso Regimento permite duas pautas para
7219 uma Reunião Extraordinária.

7220 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7229
7230 Uma é Audiência Pública e outra será Reunião Extraordinária.
7231
7232 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
7233 **Criminais Federais**
7234
7235 Nós temos que casar Audiência Pública num dia e Reunião Extraordinária no outro para
7236 economizar recursos aí para a união.
7237
7238 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7239
7240 Conselheira Tereza. No microfone, Conselheira, por favor.
7241
7242 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**
7243 **CONDEGE**
7244
7245 O tema não cabe, mas só para aproveitar a decisão, nós também temos uma
7246 necessidade em função de não ter tido a presença de todos os consultores na nossa
7247 Câmara Técnica, haveria a possibilidade de casar uma reunião da nossa Câmara nesse
7248 dia?
7249
7250 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7251
7252 Não vai acontecer, Conselheira. Porque esse tema é um tema muito grande.
7253
7254 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**
7255 **CONDEGE**
7256
7257 A gente tem uma necessidade a nossa Câmara, aproveitando o ensejo.
7258
7259 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7260
7261 O problema é que nós já temos dois assuntos que devem gerar muita polêmica.
7262
7263 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**
7264 **CONDEGE**
7265
7266 Mas é separado. A gente não já vem?
7267
7268 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7269
7270 Sim, aí é questão que a gente pode discutir. Senhores e Senhoras então ficam aprovadas
7271 as duas demandas. A questão que a Conselheira apontou foi uma reunião anterior da
7272 Reunião Extraordinária da Câmara Técnica que não ocorreu nesse evento. E, nós
7273 teríamos então três eventos diferentes. Para eles, eles vão ter essa reunião do grupo.
7274 Para o restante a Audiência Pública e a Reunião Extraordinária. Todos concordam?
7275 Então vamos encaminhar?
7276
7277 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
7278

7279 Um esclarecimento. A Audiência Pública seria com todo mundo, é isso?

7280

7281 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7282

7283 Só um instante, pessoal. Só esclarecendo o Conselheiro. A Câmara Técnica da

7284 Conselheira Tereza que não se reuniu nesse evento.

7285

7286 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**

7287 **CONDEGE**

7288

7289 Reunimos e não acusamos porque os consultores faltaram...

7290

7291 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7292

7293 Sim, então teve duas pessoas que não vieram. Vão se reunir, só eles um dia antes.

7294 Todos os Conselheiros vão se reunir para a Audiência Pública e Reunião Extraordinária

7295 definida pelo Regimento. É isso. Mais alguma questão? Conselheira Eliana.

7296

7297 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

7298

7299 Tem Audiência Pública, certo? A extraordinária do outro dia eu acho que a prioridade vai

7300 ser definir o Regimento. Pode ser que nessa extraordinária do outro dia não dê para a

7301 gente analisar os resultados da Audiência Pública. Mas coloca na pauta da outra.

7302

7303 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7304

7305 Isso.

7306

7307 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

7308

7309 Eu queria sugerir pegar o calendário de 2012 para definir a data.

7310

7311 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7312

7313 Conselheira, a gente encaminha porque senão daqui a pouco nós vamos começar a

7314 discutir data. Então vamos para o intervalo e daqui a dez minutos a gente retorna com o

7315 Conselheiro Márcio Marins. Dez minutos.

7316

7317 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

7318

7319 Só preciso me despedir por causa do meu vôo e dizer que o nosso trabalho da Câmara

7320 Técnica que era instituições policiais foi por e-mail e nós não vamos ter ninguém aqui

7321 disponível para estar apresentando. O texto de qualquer forma já é de conhecimento do

7322 coletivo. Então, um bom final de reunião para todos os Conselheiros e Conselheiras e um

7323 bom fim de ano para todos nós.

7324

7325 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7326

7327 Muito obrigado, intervalo de dez minutos.

7328

7329 (intervalo).

7330

7331 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7332

7333 Senhores e Senhoras, Conselheiros e Conselheiras vamos retomar. Com a palavra o
7334 Conselheiro Márcio.

7335

7336 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e
7337 Transexuais**

7338

7339 Bom, novamente bom-dia a todas e todos. Conselheiras e Conselheiros, iniciar dizendo
7340 que essa pauta foi sugerida desde a reunião de maio e só hoje em respeito aos outros
7341 temas que foram discutidos aqui no Conselho só hoje que nós estamos trazendo, que é
7342 um pouco da homofobia no Brasil. Eu mudei um pouco a apresentação. Nós discutimos lá
7343 na reunião da mesa diretora que precisamos aqui, neste Conselho, espaços de formação.
7344 Falei com a doutora Suelen, com o Conselheiro Heder que Conselheiros e Conselheiras
7345 devem se conhecer melhor o trabalho do outro e da outra, como é que a associação
7346 funciona. E então eu mudei um pouco a apresentação que eu teria para fazer aqui hoje
7347 até em razão do e-mail do companheiro Marcos Dias que mesmo sem saber do que ia
7348 ser tratado, eu vou ler a carta dele depois, ele se pronunciou de maneira ofensiva
7349 atacando sendo que ele nem sabia o que ia ser feito aqui. Então, com a modificação que
7350 eu fiz aqui, eu trago um pouco do que é o movimento LGBT, o que é que lésbicas, gays,
7351 travestis e transexuais passam no Brasil e pelo que nós trabalhamos. É uma forma de
7352 nos conhecermos melhor. Assim como temos que conhecer o trabalho que é feito na
7353 Maré, como é que são os trabalhos feitos nas comunidades, nas associações de classe
7354 que temos aqui, como é que está funcionando todas as áreas. A sugestão da mesa
7355 diretora é que inclusive no planejamento para o ano que vem pelo menos 40 minutos de
7356 início de cada reunião ordinária, nós tenhamos esse espaço formativo numa agenda fixa.
7357 Vamos conhecer o trabalho da ANASPRA, conhecer o trabalho. Não ver uma situação
7358 específica. O que é a ANASPRA, como ela funciona, quais são seus objetivos e assim
7359 com todos os segmentos e com todos os componentes aqui do CONASP. Bom, a
7360 homofobia no Brasil, avanços e perspectivas. Sou representante aqui, não dá para deixar
7361 de apresentar da associação brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e
7362 transexuais que foi fundada em 1995 com 31 organizações e hoje nós temos 253
7363 organizações formais avaliadas em todos os estados e regiões do Brasil. Temos como
7364 missão promover a cidadania e defender os direitos de LGBT's, contribuir para uma
7365 democracia sem discriminação, defender a liberdade de orientação sexual e identidade
7366 de gênero. Vamos falar um pouquinho sobre princípios, alguns conceitos, a situação
7367 problema, avanços e desafios da comunidade LGBT. Bom, como princípios norteadores
7368 nós temos a declaração universal dos direitos humanos que diz que todas as pessoas
7369 nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todas são iguais perante a Lei e tem
7370 direito sem qualquer distinção e igual proteção da Lei. Também norteadas pela
7371 Constituição Federal no artigo primeiro, artigo terceiro e artigo quinto que creio que todos
7372 e todas aqui conhecem, não preciso fazer uma leitura aprofundada. E na laicidade do
7373 estado, que o Decreto 119 A de 7 de janeiro de 1990 e legislações subsequentes
7374 confirmam e afirmam que o Brasil é um estado laico. Quando a gente está falando do
7375 estado laico, não estamos falando de ausência de religião, estamos falando inclusive em
7376 respeito à liberdade religiosa mas essa nação é regida pela Lei e Constituição Federal e
7377 não pelo credo, pela ideologia religiosa de qualquer setor da Sociedade. Pode ir. Direitos
7378 sexuais. Entre os direitos do cidadão convém lembrar que estão os direitos sexuais que

7379 incluem o direito de controlar e decidir a liberdade com responsabilidade os assuntos
7380 relacionados com sua sexualidade, livre de coerção, discriminação e violência. Alguns
7381 conceitos que eu acho que é muito importante. A gente brinca, esquecem das mulheres.
7382 Enfim, o politicamente correto está aí e faz toda a diferença no final das contas. LGBT é
7383 de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ah! Essa sigla muda muito. Tem
7384 sempre alguém falando isso. Nunca foi GLS que era um rótulo comercial para
7385 empresários que ganham dinheiro com esse segmento da população. Era GLBT, sim, por
7386 uma questão de respeito à invisibilidade pelo que passavam mulheres lésbicas e
7387 bissexuais, nós resolvemos na primeira Conferência Nacional colocar o L na frente para
7388 dar visibilidade ao movimento de mulheres lésbicas. Orientação sexual. São três
7389 orientações sexuais principais. Não existe o certo ou errado, nem cientificamente. A gente
7390 fala de principais até porque a Ciência acredita que isso não é limitado. Heterossexual
7391 que são pessoas que tem atração afetiva e sexual por pessoas do sexo oposto. Bissexual
7392 por ambos os性os e homossexual que é aquele indivíduo que tem atração afetiva e
7393 sexual por alguém do mesmo sexo. A orientação sexual segundo Kinsey, Dr. Kinsey, que
7394 fez as únicas pesquisas que nos dão qualquer tipo de indicador foram feitas na década
7395 de 40 e 50 que existe uma escala de orientação sexual variando desde heterossexual
7396 exclusivo até homossexual exclusivo. Também é possível que a pessoa não permaneça a
7397 vida toda em um só lugar nessa escala. Claro, vai da vivência, da compreensão, do meio
7398 social em que ela vive, dela se aceitar ou não que ela vai se identificar em alguma etapa
7399 dessa escala. Ainda sobre orientação sexual, compreendemos que a orientação sexual
7400 como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração
7401 emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente ou do mesmo gênero ou
7402 de mais de um gênero até, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas
7403 pessoas. Isso aí, gente, não é frase do movimento LGBT, são os princípios de Yogyarta
7404 que são assinados pelo Brasil. Orientação sexual. Não é recomendado referir-se à opção
7405 sexual ou escolha sexual. É lógico que creio que ninguém ia escolher ou optar como
7406 orientação sexual por uma orientação sexual que é achincalhada e covardemente tem
7407 seus direitos violados no dia-à-dia. Então é orientação sexual. E essa Orientação
7408 também... Eu sei que estamos em um meio que não tem pessoas sem informação ou
7409 pessoas totalmente ignorantes, mas esse orientação não é de orientar ninguém como
7410 algumas lideranças falam. É para onde você direciona apenas. Exatamente. Identidade
7411 de gênero é a percepção da pessoa de ser de gênero masculino ou feminino
7412 independentemente do sexo biológico. A identidade de gênero como um profundo sentir
7413 experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não
7414 corresponder ao sexo biológico ou sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso
7415 pessoal do corpo que pode envolver, por livre escolha a modificação da aparência ou
7416 função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros. E outras expressões de gênero,
7417 inclusive na vestimenta Pode falar como nos manifestamos. Isso também está previsto
7418 nos princípios de Yogyakarta. E a gente fala muito da transexualidade e da travestilidade
7419 e, por exemplo, a transexualidade e a travestilidade se não fosse algo biologicamente
7420 comprovado e que merece atenção, não teríamos inclusive tratamento e atenção do
7421 Sistema Único de Saúde para as pessoas trans. Homossexualidade e homossexualismo.
7422 Isso aí também existe muita discussão mas o sufixo "ismo" geralmente não é regra é
7423 utilizado para significar manias ou doença comumente ligado a algumas perversões. E o
7424 sufixo "dade" é de um modo de ser. Tipo, exemplo: tranquilidade; um modo tranquilo da
7425 pessoa ser. Bondade. Ou seja, homossexualidade é apenas um modo diferente de ser.
7426 Então não utilizamos o termo homossexualismo. É homossexualidade. A homossexualidade
7427 não é doença. Desde o dia 17 de maio de 1990, muito tarde por sinal, a Organização
7428 Mundial de Saúde retirou homossexualidade do rol de doenças, da classificação

7429 internacional de doenças, a CID. A homofobia que também utilizam lesbicofobia e
7430 transfobia para não inviabilizar parte do movimento é em suma a rejeição, aversão, medo
7431 ou ódio irracional a gays, lésbicas, travestis e transexuais e bissexuais. Aí uma definição
7432 do querido Rogério Junqueira que diz que a homofobia é um conjunto de emoções
7433 negativas tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo que
7434 costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e
7435 violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e em especial as travestis e
7436 transexuais que estão mais visíveis, é claro. E mais genericamente contra pessoas cuja
7437 expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos de masculinidade e
7438 feminilidade. A homofobia portanto transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e
7439 associa-se a estruturas hierarquizantes e relativas a padrões relacionais e identitários de
7440 gênero e a um só tempo sexista e heteronormativo. Heteronormatividade, aí pela
7441 Berenice Bento. Por heteronormatividade entende-se a capacidade da Heterosexualidade
7442 apresentar-se como norma, a Lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora
7443 daquilo que é tido como marco para a Sociedade, como comum e como normal que é a
7444 heterosexualidade. Situação problema. Pela história, nós LGBT's passamos de
7445 pecadores, antinaturais, a criminosos. Alguns países de colonização britânica até a
7446 década de 60 ainda consideravam homossexualidade crime. E doença até 17 de maio de
7447 1990 quando a Organização Mundial de Saúde tira. Fomos pecadores, antinaturais,
7448 criminosos e doentes até a gente caminhar um pouquinho rumo à cidadania. Efeitos
7449 sobre a Sociedade atual. Nesse mapa aí nós temos o map da ILGA, International
7450 Lesbian, Gays Association, a maior organização internacional LGBT, é uma rede
7451 internacional. Esse mapa aponta 7 países onde a homossexualidade ainda tem como pena
7452 a morte por enforcamento ou decaptação. Em 75 países. É o Sudão, Lagos, Arábia
7453 Saudita, Uganda não entrou no mapa. Então, é bem fácil de achar no ILGA. Foi a
7454 mobilização e inclusive muita interferência brasileira. 75 países ainda punem a
7455 homossexualidade com prisão e apenas 58 países tem leis antidiscriminatórias ou união
7456 homoafetivas em 34. Os que tem prisão são alaranjados e o vermelho é pena de morte.
7457 E pasmem, aqui, nas Américas nós temos Belize, Guiana Francesa e Guatemala que
7458 punem homossexualidade com a prisão. A apresentação está disponível, é pesada mas
7459 está disponível aqui. Leis antidiscriminatórias, o verde e azul, com algumas diferenças
7460 entre uns e outros. O cinza não tem nenhum tipo de legislação específica. Depende do
7461 entendimento de cada um. Exatamente. Nós temos ali países que estão na Organização
7462 dos Estados Americanos que não deveriam, que tem tratados internacionais
7463 antidiscriminatórios. Mas olha ali. E o Brasil tem algumas legislações. Nós temos aqui no
7464 Brasil 17 estados que punem a homofobia, que consideram a homofobia crime em seus
7465 estados mas são só sanções administrativas. Dependemos de Lei aqui do Congresso,
7466 Leis nacionais. Nós temos 110 municípios também com Leis antidiscriminatórias
7467 específicas para LGBT's. Antidiscriminatória. E temos Bolsonaro. Algumas pesquisas
7468 para ilustrar um pouquinho. Essa aí é da Fundação Rosa Luxemburgo e da Perseu
7469 Abramo, creio eu. 92% das pessoas entrevistadas, uma pesquisa chamada diversidade
7470 sexual e homofobia no Brasil, intolerância e respeito às diferenças sexuais, 92% das
7471 pessoas entrevistadas afirmaram que outros tem algum tipo de preconceito em relação a
7472 homossexuais e 28% reconhecem e declara o próprio preconceito contra LGBT. É
7473 estranho. Eu acho que nem bate, porque 92% afirmam que tem algum preconceito e só
7474 28% declara o próprio preconceito. Alguém esconde o seu preconceito no armário. Todo
7475 mundo acha que os outros tem mas só 28% reconhecem. Ou seja, a sua homofobia fica
7476 guardada no armário também. A pesquisa Juventudes e Sexualidade da Unesco
7477 realizada em 14 capitais é da Educação, mas ela serve de parâmetro para a Segurança
7478 Pública até porque o desdobramento acaba sendo a falta de segurança. Mais de quatro

7479 mil e quinhentos pais e mães de alunos e de três mil educadores. Foi publicada em 2004,
7480 mas continua sendo muito emblemática essa pesquisa. Ela diz que 39,6% dos alunos do
7481 sexo masculino não gostariam de ter um colega de classe LGBT. 35,2 % dos pais não
7482 gostariam que seus filhos estudassem com gay, lésbica, travesti ou bissexual. E 59,5%
7483 dos professores não sabem como lidar com homossexualidade dentro de sala de aula.
7484 Isso aí justifica 97% de evasão escolar das travestis e transexuais que não conseguem
7485 acabar o ensino fundamental, são rejeitadas na escola, não conseguem conviver no
7486 ambiente escolar, acabam na rua tendo como único meio de sobrevivência a prostituição.
7487 E a mesma Sociedade que tira travesti da escola é aquela que quer tirar travesti da
7488 esquina e condenar travesti a cadeia, prisão e morte porque ela está na esquina se
7489 prostituindo. É a mesma Sociedade que tira ela da escola é a que quer tirar ela da
7490 esquina também. Ainda sobre preconceito nas escolas, a discriminação no ambiente
7491 escolar, de 2009. Esse é da FIPE. 87,3% dos entrevistados tem preconceito com relação
7492 à orientação sexual. Isso é uma amostra nacional. Dezoito mil e quinhentos alunos, pais e
7493 mães, diretores, professores e funcionários. Há uma variante, mas vocês vêem que os
7494 números são sempre muito altos. As consequências da homofobia na Educação. Afeta a
7495 definição nas carreiras profissionais, dificulta a inserção no mercado de trabalho. E com
7496 isso aumenta a falta de segurança, a vulnerabilidade do indivíduo. Desfavorece a
7497 integração com as famílias homoparentais e aumenta outras formas de preconceito e
7498 violência. Mais alguns exemplos, mas pode passar. Fundamentalismo religioso. Deixando
7499 muito explícito aqui que o movimento LGBT não é adversário de nenhuma religião. Pelo
7500 contrário. Em todas elas e em todos os credos nós temos tendências e facções, eu acho
7501 que é uma palavra estranha, mas temos tendências ideológicas dentro dessas religiões.
7502 Algumas que convivem muito bem com a questão da homossexualidade, da orientação
7503 sexual e outras que não. Não são frases nossas, tive cuidado de não colocar nenhuma
7504 visão do movimento LGBT, não são frases nossas, são frases do Dom Scheider, de Silas
7505 Malafaia, do arcebispo de Fortaleza, do José Antônio. Vejam bem. Pérolas. “O
7506 homossexualismo é um defeito da natureza humana, como o orgulho, a tendência ao
7507 roubo, a cleptomania o homicídio ou qualquer coisa assim”. Outra pérola. “O
7508 homossexualismo é uma tragédia. Gays são gente pela metade, se é que são gente.” Só
7509 migrou a desgraça. E ali a pérola do querido pastor Silas Malafaia. “A homossexualidade é
7510 uma rebeldia consciente contra o que Deus estabeleceu na criação. A Bíblia diz que Deus
7511 criou o ser humano como macho e fêmea.” Isso aí é o Silas Malafaia, que é um dos
7512 maiores incentivadores da violência contra LGBT. Ele incentiva a violência uma vez que
7513 ele fala em rede nacional que os homossexuais tem que ser banidos da face da terra.
7514 Para mim ele é pior do que o cara que dá 77 facadas ou puxa o gatilho porque ele
7515 incentiva de maneira covarde que façam isso. Violência e discriminação. Pesquisas nas
7516 paradas, só para verem que existe uma discrepância também. 72% dos travestis e
7517 transexuais já sofreram qualquer tipo de violência física. 22% dos gays e 9% das
7518 lésbicas. Não estou falando de violência física... Nenhuma violência física é gratuita, mas
7519 estamos falando de violência física motivada pela orientação sexual ou identidade de
7520 gênero. Ali do lado tem um cartaz, duas campanhas grandes lá de Curitiba: “Faça o seu
7521 dia feliz, acabe com o homossexualismo” da Resistência 88. E acho que as pessoas
7522 sabem que 88 é Heil Hitler, “h” duas vezes, a letra número oito. E foi seguido de outra
7523 campanha que eu não consegui fotografia que era: “Limpe Curitiba, mate um negro e um
7524 homossexual por dia”. A violência. 3446 homossexuais assassinados no Brasil de 1980 a
7525 2010. A fonte é o GGB do grupo gay da Bahia. Essa pesquisa informal é alimentada
7526 pelos grupos LGBT do Brasil e vale à pena ressaltar que esse é um número extra-oficial.
7527 Só são os casos notificados. E notificados como? Não tem nem no boletim de ocorrência
7528 no formulário. Notificados pela família, notificados por amigos ou recorte de jornal,

7529 clipping, nós conseguimos levantar 3446. Acreditamos que esse número possa ser cinco
7530 ou seis vezes maior, até porque, até a família quando o filho foi vítima de homofobia e foi
7531 assassinado que era gay. Ela esconde por vergonha. Perdi meu filho e ainda vou ter que
7532 assumir que ele era gay? Tem vergonha de dizer que o filho morreu porque era
7533 homossexual.

7534
7535 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF** (fora do
7536 microfone)

7537
7538 Em sua fala anterior você falou sobre a evasão da escola e prostituição. Isso tem algum
7539 motivo?

7540
7541 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
7542 **Transsexuais**

7543
7544 Elas estão mais visíveis. Aquilo tudo que eu identifiquei antes. A travesti evadiu-se do
7545 ambiente escolar. A travesti não consegue permanecer e por isso tem como meio de
7546 sobrevivência se prostituir nas ruas. Nem o subemprego. Ninguém quer travesti como
7547 balconista do barzinho do bairro porque pode espantar cliente e causar confusão. Nem
7548 subemprego ela consegue. Acaba na rua e fica mais vulnerável a qualquer tipo de
7549 ataque. Companheira?

7550
7551 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**
7552

7553 Antes disso aí, eu só queria acrescentar que ali aparece 9% da violência em relação às
7554 lésbicas. E eu quero colocar que em relação à violência sexual isso acontece e é um
7555 número enorme de situações que acontecem com as lésbicas e em alguns países muito
7556 fortes, por exemplo, como na África do Sul que é a questão do estupro corretivo. Existe
7557 isso, muito estupro corretivo, os homens pegam a lésbica para dizer que elas nunca
7558 experimentaram um outro homem para mudarem de orientação.

7559
7560 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
7561 **Transsexuais**

7562
7563 O pior é que estupro corretivo é incentivado pela família na maioria das vezes. É o irmão
7564 ou pai que incentiva.

7565
7566 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**
7567

7568 Isso tem algumas situações, mas na África do Sul a comunidade incentiva bastante isso.
7569 Então é uma coisa muito forte em relação às lésbicas. Muitas não acontecem, é um
7570 número muito pequeno de matar, mas o estupro corretivo para os casos de mulheres que
7571 não são lésbicas já é uma questão difícil de ser comprovada, tem a questão das mulheres
7572 que não querem aparecer. Tem vários outros elementos para isso. E na questão das
7573 lésbicas é pior ainda, porque elas são violentoadas para mudar de opção sexual. Opção,
7574 não, de orientação sexual.

7575
7576 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
7577 **Transsexuais**

7578

7579 Um pouco dos avanços nas políticas públicas com a interferência do movimento LGBT.
7580 Em 2004 é lançado o primeiro programa oficial, um programa de governo chamado Brasil
7581 sem homofobia com ações previstas em dez Ministérios. Pouco saiu do papel. O plano
7582 Nacional de políticas para as mulheres que prevê políticas direcionadas às mulheres
7583 lésbicas e bissexuais. E recentemente, em 2009, o Plano Nacional de Promoção da
7584 Cidadania e Direitos Humanos de LGBT lançado ainda com o Presidente Lula. E o
7585 PNDH3 que tem uma série de ações que são dirigidas à situação de LGBT no Brasil. Isso
7586 aí, nós temos como um grande marco a Conferência de Saúde. Estamos aí acho que na
7587 14ª Conferência Nacional de Saúde. A Conferência de Segurança, estamos indo para a
7588 segunda, mas é um grande marco para o movimento LGBT ter uma Conferência Nacional
7589 chamada para discutir políticas públicas e direitos para população LGBT. E gosto muito
7590 da segunda frase do Lula, na abertura da Conferência: "Ninguém pergunta a orientação
7591 sexual de vocês quando vão pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai
7592 pagar qualquer tributo neste país. Por que discriminar na hora em que vocês livremente
7593 escolhem o que querem fazer com o seu corpo?" É uma frase que para mim ficou para a
7594 história aqui nesse país. E enfim, nesse grande marco que foi a chamada da primeira
7595 Conferência LGBT. Acho que nunca antes nesse planeta foi feita uma Conferência de
7596 Políticas Públicas para LGBT. Estamos às vésperas da segunda que é de quinze a
7597 dezoito. A Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT também uma
7598 conquista e um avanço, está na SDH, Secretaria de Direitos Humanos, que é Secretaria
7599 mas tem status de Ministério. O Conselho Nacional LGBT que foi empossado este ano. E
7600 o GT - LGBT da SENASP que já tem dois anos e meio embora não esteja funcionando.
7601 Chamamos uma reunião neste ano, agora. Esse disque 100 antigamente era para criança
7602 e adolescente. Ele agora é disque direitos humanos e ele tem um módulo especializado
7603 em atendimento a crimes de homofobia. E o termo de cooperação técnica de articulação
7604 e implementação de políticas públicas de enfrentamento da homofobia no Brasil,
7605 assinado pelo Ministro José Eduardo Cardoso, a Secretária Regina Mikki e a Ministra
7606 Maria do Rosário com Secretarias de Segurança, Secretarias de Defesa Social de vinte e
7607 um estados, sendo que dos vinte e um estados onze assinaram e dez já aprovaram o
7608 termo e estão para assinar. Foi agora no último dia 22. Alguns outros avanços. A
7609 Resolução 1 de 99. A companheira nova do CRP não veio? A Resolução 1 de 99 do
7610 Conselho Federal de Psicologia que proíbe profissionais da área de Psicologia de
7611 tratarem homosexualidade como se fosse doença com vistas a curar. É muito comum a
7612 mãe levar o filhinho e a filhinha, eu acho que ele tem alguma tendência à
7613 homossexualismo. E leva para psicólogos fazerem tratamento com vistas a curar a
7614 criança. Esse psicólogo ou psicóloga pode inclusive perder o direito de exercer sua
7615 profissão. Do Conselho Federal de Serviço Social que também estabelece normas
7616 vedando condutas discriminatórios ou preconceituosas por orientação e expressão sexual
7617 por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional da assistente social e do assistente
7618 social, regulamentando o princípio escrito no código de ética profissional. A Lei Maria da
7619 Penha que para mim é muito moderna e um grande avanço, falando sobre a família
7620 compreendida como comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram
7621 parentados por laços naturais, por afinidade ou vontade expressa. As relações pessoais
7622 anunciadas neste artigo independem de orientação sexual. A Lei Maria da Penha, ela
7623 serve inclusive para relações homoparentais. Isso é um reconhecimento de que é muito
7624 comum quando se está falando algo sobre orientação sexual e identidade de gênero,
7625 "nós não somos contra homossexuais, nós somos a favor da família". Mas homossexuais
7626 e LGBT são famílias e formam novas constituições familiares. Afinal de contas mesmo
7627 quem é concebido *in vitro* por inseminação artificial tem um pai e uma mãe. Essa história
7628 de proteção da família, eu não sei de que modelo de família Ocidental Judaico Cristã que

7629 estão falando, mas enfim. Visibilidade LGBT. Nós conseguimos avançar muito com a
7630 visibilidade que o movimento tem através das paradas que apesar de parecerem grandes
7631 carnavais fora de época tem um cunho reivindicatório de direitos e principalmente de
7632 dizer para a Sociedade que nós existimos. Segundo o relatório Kinsey, somos pelo
7633 menos 10% exclusivos da população. Ou seja, no Brasil, nós temos ao menos quatro
7634 Uruguais de LGBT, inteiros. Partindo do princípio que somos 10% da população. O
7635 monitoramento das paradas. Esses movimentos que dão visibilidade são mais de 250
7636 eventos. 1999 paradas e 51 seminários, eventos culturais LGBT e a parada de São Paulo
7637 que reúne mais de três milhões de pessoas em um só dia. É o maior movimento LGBT do
7638 planeta. A Marcha Mundial contra a Homofobia e pela Cidadania LGBT. E para não
7639 perder um pouco do tom político, anualmente, estamos fazendo uma marcha aqui na
7640 Esplanada dos Ministérios. E, na última, nós tivemos a assinatura do Presidente Lula de
7641 um Decreto que instituiu em 17 de maio, aquele dia que a Organização Mundial de Saúde
7642 deixou de considerar homossexualidade como doença, como o Dia Nacional de Combate
7643 à Homofobia. A Resolução da OEA, 2435, sobre orientação sexual e identidade de
7644 gênero. Bem rapidamente, a declaração conjunta da ONU que fala sobre orientação
7645 sexual e identidade de gênero. Grande participação brasileira para que isso fosse
7646 aprovado. Violação dos direitos humanos de LGBTs. Foi aprovado no dia 17 de junho de
7647 2011. A decisão do Supremo Tribunal Federal de cinco de maio que conferiu, concedeu a
7648 união estável de pessoas do mesmo sexo os mesmos direitos à união estável de
7649 heterossexuais. E muito recentemente a conversão dessa união civil em casamento. A
7650 campanha do nome social das travestis e transexuais nas escolas. Uma forma de
7651 diminuir a evasão escolar e de manter a travesti na escola, foram esses Decretos e
7652 Portarias em 19 estados que permitem, respeitem o nome social das travestis e
7653 transexuais para que não chegue uma aluna loira com aparência feminina e identidade de
7654 gênero feminina e seja chamada de João, de Batista ou Sebastião. O que segundo as
7655 travestis e transexuais acaba doendo mais do que levar pancada na rua, não ter sua
7656 identidade de gênero respeitada. Esse é um anteprojeto ainda da Ordem dos Advogados
7657 do Brasil. A Ordem dos Advogados do Brasil escreveu o estatuto da diversidade sexual.
7658 Está sendo discutido dentro da Ordem dos Advogados do Brasil mas só de ser discutido
7659 dentro da Ordem dos Advogados do Brasil, parceira histórica do movimento LGBT, a
7660 gente já crê que isso é um avanço extraordinário. Até porque existem advogados e
7661 advogadas, advogadas e advogadas. O princípio de direitos e garantias. O Superior
7662 Tribunal de Justiça agora dia 25 de outubro julgou que a união estável de pessoas do
7663 mesmo sexo pode ser convertida em casamento. Então, parcialmente aí reconhecida
7664 pelo Superior Tribunal de Justiça, nós já podemos querer que o Brasil é um país que
7665 reconhece o casamento de pessoas do mesmo sexo. Gente, ninguém quer ir de véu e
7666 Grinalda para dentro de uma igreja. Só queremos direitos iguais. Nem menos nem mais
7667 do que isso. Pesquisa de opinião pública do Ibope. Mudou um pouco a opinião pública de
7668 1993 para 2011. Pessoas que não mudariam a conduta com um colega se soubessem
7669 que era homossexual. Eram 44%, hoje são 65%. Ainda é muito pouco. 35% rejeitariam o
7670 colega e mudariam sua conduta em saber que a pessoa é LGBT. Não trocariam de
7671 médico se descobrissem que ele era gay. De 55% a 67%. A diferença é um pouco Menor.
7672 E que aceitam a união estável entre casais homoafetivos. De 7% para 45. Esse foi o
7673 maior avanço. Ninguém admitia a união entre pessoas do mesmo sexo e hoje já temos
7674 ainda menos de 50% da população mas um número muito maior do que em 1993. Alguns
7675 desafios. Um pouco mais de 20 anos de constituição cidadã e nós não conseguimos
7676 aprovar no Congresso Nacional nenhuma Lei que garanta direitos das pessoas LGBT's.
7677 Volto a falar. Não queremos privilégio nenhum. E não queremos tirar o direito de ninguém
7678 principalmente. Só queremos garantir os nossos. Temos uma bancada religiosa

7679 fundamentalista que está muito bem posicionada, está muito bem articulada com alguns
7680 outros setores que são fortes como os ruralistas. Eles votam assim. Vota contra LGBT
7681 que a gente fica com vocês lá contra o Código Florestal. É desse tipo. Inclusive para
7682 chantagear a presidente como aconteceu em um último episódio com o Projeto Escola
7683 Sem Homofobia. E não podemos perder de vista, o que nós falamos lá atrás, que
7684 estamos num país que tem como princípio ser um estado laico. E que, com todo respeito
7685 a qualquer denominação religiosa, isso deve ser exercido dentro do seu lar e dentro da
7686 sua comunidade religiosa e não dentro do Congresso Nacional. Dentro do Congresso
7687 Nacional o que tem que prevalecer, qualquer tipo de ideologia que tem que prevalecer,
7688 tem que ser do estado democrático de direito e não de princípios religiosos dentro de
7689 uma casa que é para fazer Lei para todos e todas. Como prioritário ainda temos o projeto
7690 que criminaliza a homofobia que é esse citado pelo Conselheiro Marcos Dias num e-mail
7691 que ele enviou para alguns e algumas Conselheiras selecionadas a dedo. E já identifiquei
7692 oito Conselheiros que receberam esse e-mail. Ele não mandou com cópia para mim, é
7693 claro. Ele sabe para quem ele mandou. Marcos Dias.
7694

7695 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ – ANASPRA**

7696
7697 O Conselheiro está pedindo para você ler.

7698
7699 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
7700 **Federais**

7701
7702 Só um momento. Eu recebi o e-mail. Quando você diz que ele sabe para quem ele
7703 mandou, eu queria que você explicasse.

7704
7705 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
7706 **Transsexuais**

7707
7708 Eu vou refazer. Ele sabe para quem ele não mandou. Para pessoas que se
7709 posicionaram.

7710
7711 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
7712 **Federais**

7713
7714 Quando você diz que sabe para quem mandou você está supondo que a gente... está
7715 entendendo?

7716
7717 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
7718 **Transsexuais**

7719
7720 Me desculpe, Conselheiros e Conselheiras mas ele sabe para quem não mandou. Faço a
7721 leitura? Eu acho que é importante porque ele fala Conselheiros e Conselheiras. "É com
7722 lamento que comunico que não participarei da reunião mas quero aproveitar a ocasião
7723 para manifestar minha preocupação com o movimento pela aprovação do PL 122. Longe
7724 de mim defender a discriminação por aquelas pessoas de orientação LGBT. O que me
7725 assombra é o sacrifício da liberdade de expressão que é uma afronta direta à
7726 Constituição Federal. Nenhum projeto de Lei ousou tanto. Estão dando aos LGBT's aquilo
7727 que não foi dado aos negros, índios, políticos, juízes, militares e etc, que é a proibição de
7728 que se faça qualquer crítica às suas opções ou manifestações. Imaginem um fiel líder ou

7729 seguidor de qualquer credo religioso sendo prezo em flagrante e sem direito a fiança por
7730 expressar de acordo com sua convicção religiosa opinião contrária ao homossexualismo,
7731 lesbianismo ou bissexualismo! Pense, nós, pais que não trocam certas relações afetivas
7732 como aquele beijo tipo novela das nove em frente aos filhos por justificado recato, tendo
7733 que assistir junto com seus rebentos uma cena dessas ao vivo na praça de alimentação
7734 de um shopping. Eles não poderão fazer nada, pois correm o risco de serem presos
7735 acusados de discriminação. Se o PL 122 é exatamente isso, o que vai acontecer ? Não é
7736 uma questão que implica apenas católicos ou evangélicos como se tem propalado, é um
7737 problema que interfere no comportamento de toda a Sociedade fragilizando inclusive a
7738 família. O Senador Magno Malta”, que não é exemplo para ninguém, diga-se de
7739 passagem, “preside a CPI da pedofilia e argumenta no Plenário no Senado Federal”. E aí
7740 ele anexa um vídeo, click aqui, “sobre outros absurdos que a Sociedade estará sujeita
7741 caso o projeto logre êxito. Sabemos que a luta contra a discriminação é pertinente e uma
7742 causa deve ser defendida por todos entretanto sobre essas bandeiras que alguns tem
7743 movido sobre praticamente a escalada do ódio contra a família, a igreja e a maioria
7744 heterossexual”. Ele fala da hegemonia heterossexual! “É muito importante que se leia a
7745 PL 122 e as diversas argumentações pró e contra o texto que se propõe. Este e-mail está
7746 sendo enviado por causa da inclusão do tema homofobia desta semana. Procurei
7747 inteirarme do que seria tratado com a Secretaria-Executiva e até agora não obtive
7748 resposta. Por isso venho me manifestar pedindo cautela a...” todos e todas as
7749 Conselheiras. Não a todas. Ele não incluiu o genero, não. “a todos os Conselheiros antes
7750 de defender um projeto de Lei que não foi adequadamente discutido no seio da
7751 Sociedade. Acredito que o remédio para poucos não pode ser o veneno para a maioria.
7752 Portanto quero reiterar meu apoio na luta contra qualquer forma de discriminação, o que
7753 necessariamente não precisa sacrificar a liberdade de consciência e de expressão.”
7754 Alguns comentários.
7755

7756 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7757
7758 Por favor, Conselheiros, a manifestação no microfone. Aqueles que queiram se
7759 manifestar, para a gente continuar.

7760 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

7761
7762 Tudo bem, é que é uma coisa que está incomodando tanto essa leitura.

7763
7764 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7765
7766 Conselheiros, vamos encaminhar então. O Conselheiro conclui a apresentação e vamos
7767 abrir debate.

7768
7769 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
7770 **Transsexuais**

7771
7772 Bom, o PL 122 é tão somente um projeto de Lei complementar. Ele é complementar à Lei
7773 antiracismo, que ele prevê que ninguém deve ser discriminado no mercado de trabalho e
7774 ninguém pode induzir à violência por motivação. Nem só para orientação sexual, a
7775 redação é a seguinte, por motivo de preconceito de raça, côr, etnia, religião, procedência
7776 nacional, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Não é nem uma coisa só para
7777 LGBT's. Tem a questão geracional, regional, de etnia, raça, além da orientação sexual e
7778

7779 identidade de gênero. Se outros setores não trabalham tanto a Lei, desculpa. Cada um
7780 sabe a dor que sente e como ela é. Por isso que o movimento LBGT tem aparecido como
7781 protagonista mas não é apenas para LGBT. E enfim, ninguém vai ser preso em flagrante
7782 por estar discriminando qualquer pessoa. Não vai ser diferente da Lei de racismo. Pode
7783 até ser preso, pode ser inafiançável, mas existem situações e situações. E não existe
7784 nada aqui contra liberdade de expressão. Instar a violência ou o ódio e até mesmo
7785 homicídios, eu acho que não seja liberdade de expressão. Nunca foi para mim. Falar que
7786 homossexual ou pessoa LGBT é um endemoninhado, é sem alma, sem espírito, é
7787 pecador, é alguém que não tem espírito, que não é gente, que deve sumir da face da
7788 terra. Isso não é liberdade de expressão. Isso é incentivo à violência, é indução à
7789 violência. Então, tem que prestar atenção. Ele diz que se informou, mas ele se informou
7790 muito mal e pelas piores fontes. E ligar a pedofilia à questão da homossexualidade. Uma
7791 simples pesquisa no Google, se você coloca pedofilia heterosexual você vai ter 45 mil
7792 resultados em média, mas se você botar homossexual você não vai ter seis mil. Só para
7793 você fazer um parâmetro. E ainda tem um monte de pessoas que erroneamente ligam
7794 pedofilia à homossexualidade. Pelo amor de Deus, né? Nem preciso falar mais sobre isso.
7795 Pode passar. São desafios genéricos para a gente não sacrificar o tempo da próxima
7796 pauta. Alguns outros desafios que são internos do movimento de LBGT. E enfim, fica os
7797 contatos, está disponível. Ela foi modificada em razão dessa carta a que tive acesso
7798 ontem apenas. Um Conselheiro que recebeu me encaminhou porque eu não recebi. E
7799 creio que em fim era o que eu tinha para apresentar. Estou disponível para tirar dúvidas
7800 nos próximos dez minutos e agora, sim, diante do que eu vi aqui, eu não sou o Márcio, o
7801 Senhor não é o Geraldo e a Senhora não é a Tereza. Nós somos representantes de uma
7802 categoria e de um segmento. E nós temos que ter cautela para certos tipos de
7803 pronunciamento. Porque preconceito todo mundo pode ter. Direito de discriminar é que é
7804 outra coisa. E dessa forma eu solicito. Nós temos que ter algum tipo de encaminhamento,
7805 não sei como é, uma advertência ao Conselheiro. Porque esse tipo de comportamento
7806 não pode existir dentro de um Conselho desse. Não pode. Isso é uma posição baseada
7807 em ideologia religiosa e que tenho certeza que não representa a opinião da associação.
7808

7809 Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ

7810 Só um encaminhamento da mesa. Solicito ao Conselheiro E aqueles que tenham
7811 sugestão a este encaminhamento que preparem para que ao final do debate a gente faça
7812 esse encaminhamento. E em razão do adiantado da hora, a mesa faz um
7813 encaminhamento já acordado com o Conselheiro Heder que a pauta do Conselheiro
7814 Heder fique como primeiro tema do retorno para que a gente não prejudique esse
7815 intervalo do almoço, para que a gente não se sacrifique mais ainda. Está aberta a fala.
7816 Inscrito o Conselheiro João Batista. Questão de ordem Conselheiro Marcos?

7817 Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

7818 É porque assim teve apresentação de Márcio Marins e não ficou claro qual é a proposta,
7819 o que a gente vai discutir. Porque tem essa questão da carta e tem a questão de fundo
7820 que foi apresentada.

7821 Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ

7822 Vou explicar. São duas questões diferentes. A apresentação do Conselheiro é uma
7823 apresentação sobre o tema, é um esclarecimento que ele traz Para todos os

7829 Conselheiros para conhecer a realidade para que a gente não tenha a ignorância quando
7830 tratar do assunto. Essa é a proposta da apresentação.

7831
7832 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
7833 **Transexuais**

7834
7835 Até para embasar os Conselheiros e Conselheiras na possível decisão de qualquer tipo
7836 de recomendação dirigida ao segmento. Já conhecemos melhor e sabemos do que se
7837 trata.

7838
7839 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7840
7841 Só para a gente encaminhar, se me permite, são duas questões diferentes, esclarecendo
7842 o posicionamento do Conselheiro. Uma questão é essa, que é o tema do debate inicial.
7843 Esclarecimento sobre o tema que é muito importante e extremamente enriquecedora, a
7844 apresentação do Conselheiro. Essa é a pauta que nós vamos iniciar a discussão. E um
7845 outro tema que surgiu durante o processo e que aí disso solicito ao próprio Conselheiro e
7846 aqueles que tem interesse de fazer que a gente discuta um encaminhamento para isso.
7847 Se vamos fazer ou não um encaminhamento. Mas, se você me permite aí, Márcio, até
7848 que a gente possa encaminhar as discussões tendo aí essas duas visões.

7849
7850 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
7851 **Transexuais**

7852
7853 É bom separar.

7854
7855 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7856
7857 Então com essa proposta façamos primeiro a apresentação e aqueles que tem inclusive
7858 já redigida para esse ponto específico e nós vamos discutir isso depois. Está aberta a
7859 palavra primeiro ao Conselheiro João Batista. E solicito o socorro da Suelen. O Senhor
7860 me permite só um instante? Estão inscritos aqui pela ordem João Batista, Marcos Costa
7861 já falou. Não, nós vamos falar da apresentação.

7862
7863 **Voz Feminina Não identificada (fora do microfone)**

7864
7865 Então vamos deixar claro porque eu acho que o João vai falar da carta.

7866
7867 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7868
7869 Então primeiro da apresentação o João está inscrito no final para a carta.

7870
7871 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
7872 **Federais**

7873
7874 Eu vou aproveitar que estou inscrito. Vou querer a fala na hora da carta. Eu achei muito
7875 interessante sua apresentação porque ela trouxe uma informação e alguns detalhes que
7876 a gente nem sempre tem e como você falou. Cada um representa um segmento e cada
7877 um tem maiores informações na nossa área. Eu acho que se você conseguir passar por
7878 e-mail, talvez, tirar algumas fotos e passar. Eu acho muito interessante para o grupo

7879 porque pelo menos eu faço assim, embora eu seja suplente, eu acompanho todos os e-
7880 mails e faço um arquivo de tudo o que é enviado até para quando vir para uma reunião
7881 estar mais ou menos por dentro. Eu acho interessante e acho muito louvável a sua
7882 posição, a sua defesa e a maneira como você trabalha com o seu segmento. E gostei
7883 muito da apresentação.

7884
7885 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7886
7887 Com a palavra Marcos. Já falou, quer falar novamente? Conselheiro Everardo.

7888
7889 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**

7890
7891 Vou falar com relação apresentação mas também quero me manifestar com relação à
7892 carta do Conselheiro Marcos Dias. Com relação à apresentação é isso. É importante que
7893 todos nós, eu não me coloco na mesma posição do Conselheiro João Batista, porque
7894 como ativista e como militante na área de direitos humanos há anos eu sou um dos
7895 defensores de que este segmento humano cada vez mais se coloque na Sociedade
7896 brasileira de forma clara. Infelizmente, nós contamos hoje, eu acompanho a comissão de
7897 segurança da Câmara. E aproveito o Bolsonaro que não só no que diz respeito à questão
7898 da violência letal das armas, raríssimas vezes não se manifesta com relação aos gays e
7899 lésbicas na comissão de segurança da Câmara Federal e nenhum parlamentar tem
7900 coragem de enfrentar esse Deputado Federal que tem posturas facistas na Câmara
7901 Federal inclusive com relação à presidente na última semana. Então, eu acho que para o
7902 CONASP a apresentação é importante porque reforça a nossa compreensão no que diz
7903 respeito à militância do movimento. E, por último, quero dizer, Márcio, eu coordeno aqui e
7904 faço a parte pedagógica no programa chamado Saúde Ativa. E nós tentamos incluir na
7905 questão da Saúde Ativa no Ministério da Justiça. E no debate, no que diz respeito à
7906 questão de LGBT, nós não conseguimos aprovar a metodologia, por incrível que pareça.
7907 Porque o tema que nós queríamos colocar, afetividade e responsabilidade, nós não
7908 conseguimos incluir na metodologia essa parte para que pudéssemos discutir nas
7909 escolas esse tema junto com a questão da Saúde, do respeito ao corpo e toda a sua
7910 relação por causa da evasão escolar que você citou aqui. Infelizmente. Então conte com
7911 nossa participação e total apoio no que diz respeito ao tema.

7912
7913 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7914
7915 Inscrito o Conselheiro Benedito Mariano.

7916
7917 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
7918 **Municipais de Segurança Pública**

7919
7920 Na verdade, eu tenho uma dúvida e queria perguntar para a mesa se o nosso Conselho
7921 já encaminhou alguma moção de recomendação com relação aos projetos de Lei citados.
7922 Não? A carta a gente vai discutir depois, mas acho fundamental que este Conselho tem
7923 posições diferentes. Cada um aqui representa setores diferentes ou do governo ou da
7924 Sociedade civil ou de gestores, mas é fundamental para a opinião pública e para
7925 crescimento deste Conselho nós nos posicionarmos com relação a esses projetos de Lei.
7926 Então, é a minha proposta e peço aí aos que tem mais facilidade de redação, Marcos
7927 Costa, da gente preparar uma moção, uma recomendação de que o Conselho apóia os
7928 projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional relacionado à criminalização da

7929 homofobia. Porque enquanto isso não for crime, o poder de inibir as agressões e
7930 violência vai ser pequeno. Então, é essa a proposta e nós no final deste debate aqui...
7931 permito.

7932
7933 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
7934

7935 Me permite um aparte? Moções assim de apoio a projetos, eu não gosto muito de
7936 moções. Eu gosto de saber o que a gente está apoiando, porque um projeto tem várias
7937 coisas. Então, é um tipo de ... porque é muito fácil. Vamos apoiar o projeto tal e você nem
7938 sabe o que está no projeto. Só para terminar o aparte aqui. Só um minutinho...

7939
7940 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7941

7942 Mas é na sua linha. Estou combinando aqui com o Márcio e ele vai passar a cópia e nós
7943 vamos fazer cópia para todos os Conselheiros. E o encaminhamento que a mesa faz é
7944 que a gente discuta essa proposta e no final, hoje, que todos tem condições de ler e
7945 saber do que se trata.

7946
7947 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
7948

7949 Só para terminar o aparte de Mariano. Eu tenho essa...eu acho que não é bom a gente
7950 apoiar. Tem que ser assim, nós apoiamos esse ponto, essa coisa assim e tal.

7951
7952 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
7953

7954 Mais um aparte pedido ali Benedito. O Nóbrega.

7955
7956 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
7957

7958 Eu acho bem interessante, primeiro, que é uma pauta importantíssima do ponto de vista
7959 social. Enquanto o Márcio estava explanando, eu estava procurando aqui ler um pouco
7960 mais sobre o PL 122. E já notei aqui que passou pela comissão de assuntos sociais e
7961 está na comissão de direitos humanos. Então, eu acho que era mais interessante ter um
7962 olhar mais aprofundado e sei que a apresentação até para nós que não temos Tanto
7963 conhecimento da causa mas é interessante ter um olhar mais aprofundado. Eu acho que
7964 vale à pena estudar um pouco mais o projeto porque é uma questão social hoje relevante.
7965 Eu ia sugerir junto com o Márcio que a gente pudesse dar um olhar mais aprofundado
7966 com relação a esse tema para que depois pudessemos tirar uma manifestação. Pode ser
7967 que a redação original seja a redação mais interessante. Pode ser que seja da comissão
7968 de assuntos sociais, da comissão de direitos humanos. Então tem às vezes uma pequena
7969 alteração num projeto gera uma disparidade muito grande e um efeito prático muito
7970 distinto. Só essa sugestão.

7971
7972 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
7973 **Municipais de Segurança Pública**
7974

7975 Eu queria a partir das partes feitas pelos Conselheiros, eu queria refazer minha proposta.
7976 Primeiro concordando com o Marcos. Não só a mesa tendo cópia dos textos, mas
7977 burocratizar esse debate e ficar lendo aqui artigo por artigo, todos os projetos de Lei. A
7978 preocupação, eu quero refazer minha proposta. Que independente de projeto de Lei que

7979 o CONASP se manifeste claramente à criminalização da homofobia e colocando essa
7980 preocupação para o Congresso Nacional, para o Governo Federal e aí é um texto nosso.
7981

7982 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7983 Produza, por favor, e no final do debate o Senhor apresenta o texto. Inscrito o
7984 Conselheiro Agadeilton.
7985

7986
7987 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos
7988 Criminais Federais**

7989 Primeiro parabenizar o Conselheiro Márcio pela pertinente, esclarecedora, didática e diria
7990 brilhante apresentação. Eu acho que para nós que somos leigos nessa matéria. Isso foi
7991 de uma riqueza impressionante. Depois de tudo o que aconteceu ontem, eu reputo o dia
7992 de ontem para mim como um dos dias mais infelizes dentro deste Conselho. E, hoje,
7993 ouvir a leitura deste e-mail também me trouxe uma certa tristeza. Embora respeite muito.
7994 A gente tem que respeitar as posições de qualquer Conselheiro aqui sobre qualquer
7995 tema. Mas como ele bem falou, a liberdade de expressão. E aí é nessa linha que esse
7996 projeto que eu acho muito feliz em criminalizar a homofobia, ela não pode ser usada para
7997 incentivar a violência qualquer que seja e por qualquer motivo. Inclusive esse projeto tem
7998 o condão de enquadrar parlamentares que usam a condição de parlamentar seja na
7999 esfera Federal, estadual ou municipais para incentivar a discriminação e para incentivar a
8000 violência contra as pessoas que pensam diferente sobre qualquer tema. Então assim, eu
8001 acho que é muito feliz e acho que a gente não deve só neste Conselho e aqui as
8002 entidades todas que representam vários segmentos da Sociedade organizada apenas
8003 pensar uma moção de apoio e de repúdio a qualquer tema. Não, vamos pensar em nos
8004 mobilizar e ir para dentro do Congresso para fazer com que essa aspiração tão legítima e
8005 tão necessária do movimento, que não pode ser só do movimento, tem que ser da
8006 Sociedade, vire realidade, vire uma Lei, porque assim que a gente amplia a participação.
8007 É assim que a gente constrói a democracia e não deixa que o Congresso se arvore no
8008 direito de decidir só ele o que vai fazer conosco e com nossas vidas. Eu apresento aqui a
8009 vocês e suscito a todos os Conselheiros para fazer alguma coisa, fazer algum movimento
8010 para pressionar o congresso para isso se tornar uma Lei em curto espaço de tempo.
8011

8012
8013 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8014
8015 Conselheira Simone.
8016

8017 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**
8018

8019 Bem, Márcio, aí a gente sempre tem se colocado como trabalhadores e principais
8020 operadores de Direitos Humanos. Sempre gosta de usar essa expressão e a gente fica
8021 muito triste porque na teoria a gente tem essa posição de opero dor de direitos fauns mas
8022 a gente vê como isso está pouco internalizado dentro das nossas instituições policiais.
8023 Então, nós temos um tratamento completamente desrespeitoso dentro das nossas
8024 instituições policiais, delegacias, presídios, a PM. Então, isso acontece o tempo inteiro.
8025 Esses promotores de direitos humanos não conseguiram até hoje internalizar nada em
8026 relação aos gays, lésbicas e essas pessoas que eles consideram de alguma forma
8027 diferentes. Eu não sei qual a proposta e o que a gente poderia como Conselho orientar.
8028 Não sei se as academias de polícia e secretarias que fizessem algum movimento para

8029 que você pudesse sensibilizar esses trabalhadores de Segurança Pública para ter
8030 realmente um tratamento respeitoso e digno com essas pessoas. Eu não sei que
8031 instrumento a gente poderia usar em relação a isso mas deixar que esse registro como
8032 trabalhador na área de Segurança Pública que alguma coisa precisa ser feita. E é
8033 inadmissível que nos espaços de Segurança Pública, sejam eles quais forem a gente
8034 continuar tratando essas pessoas de forma tão desrespeitosa.

8035
8036 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8037
8038 Conselheiro José Lopes Hott.

8039
8040 **José Lopes Hott – Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF**

8041
8042 Bom, queria inicialmente parabenizar o Márcio. A apresentação realmente é
8043 enriquecedora. Deixar registrado para a mesa que acho importante tanto a causa LGBT
8044 quanto as outras causas que a gente não tem a possibilidade de conhecer mais
8045 profundamente que sempre se inclua na pauta iniciativas dessa natureza um espaço para
8046 isso. Não vou entrar ainda na questão do e-mail, mas tenho que registrar em razão da
8047 entidade que o colega que mandou o e-mail representa, embora ele represente entidade
8048 de classe e não o órgão, mas que não reflete a posição da polícia no Governo Federal.
8049 Nós temos uma nova diretora desde primeiro de abril desse ano e essa é uma
8050 preocupação grande dela. Por carência de uma área especificamente voltada para a
8051 matéria, ela determinou que nossa Comissão Nacional de Direitos Humanos abraçasse
8052 esse tema. Não sei se a área temática é mais afeta e queria fazer um pedido da gente
8053 colocar o pessoal dessa nossa comissão em contato com a tua entidade para
8054 eventualmente colher mais subsídios e propostas do que pode ser aplicado, porque
8055 realmente essa é uma preocupação muito grande da nossa diretora. Então, quero deixar
8056 esse registro aí e quanto à mensagem me manifesto em seguida.

8057
8058 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8059
8060 Só fazer um aparte rápido e acho que é muito importante dar uma abordagem não de
8061 poucas horas, mas uma abordagem mais profunda do tema porque isso pode ter reflexos
8062 no campo prático. Como foi coloca do aqui são desrespeitados em delegacias, e, por
8063 exemplo, uma política pública de você criar delegacias específicas, estou dando um
8064 exemplo, ou não criar. Eu acho que você tem que abordar o que seria mais interessante
8065 sob o ponto de vista pragmático do movimento. Quais as iniciativas. Se a gente puder
8066 abordar isso aqui e não ficar numa discussão de três ou quatro horas, eu acho que isso
8067 geraria muito mais efeito. É só uma contribuição. .

8068
8069 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8070
8071 Estão inscritos Tereza, Celito, Heder e Analba. Eu gostaria de pontuar, eu acho que
8072 primeiro estamos discutindo a apresentação que o Márcio muito bem fez e parabenizo
8073 pela apresentação especial e o conteúdo que você nos traz. Um conteúdo técnico,
8074 realmente uma apresentação qualificada e dentre os vários aspectos que você colocou,
8075 dois deles me chamaram a atenção. Primeiro os conceitos que como ele muito bem frisou
8076 não são conceitos de instituições LGBT, ao contrário são conceitos científicos dado por
8077 pessoas que pesquisam que são pesquisadores da área. Segundo, um viés que sempre
8078 preocupou a mim pessoalmente, que é a postura de grupos religiosos com relação às

8079 orientações sexuais. Eu, principalmente na qualidade também de religioso, sempre me
8080 causou espécie o posicionamento que determinados líderes religiosos, em especial
8081 católicos e evangélicos têm com relação ao tema. Muitos deles inclusive dizem que o
8082 lugar onde eles labutam é chamado de a casa de Deus, mas o grupo LGBT não tem
8083 acesso a isso. Então, todos podem entrar menos as pessoas que tem essa orientação
8084 sexual. Eu nunca entendi muito bem essa posição. Eu nunca entendi porque antes de
8085 tudo todos nós somos seres humanos, todos nós somos "filhos de Deus" para aqueles
8086 que assim acreditam. Pois não.
8087

8088 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8089 Me permite um aparte. Só para aproveitar sua pertinente colocação, para dizer que no
8090 passado que está relacionado também a uma frase que o Conselheiro Márcio fez, no
8091 passado aqueles que se arvoram no direito de definir quem é Deus, e o que é certo para
8092 se crer em Deus, diziam que as mulheres também não tinham alma e já disseram
8093 também no passado que negros não tinham alma. Já disseram também que os índios
8094 não tinham alma, tudo isso para justificar pensamentos equivocados e atrocidades e
8095 violência contra essas pessoas. É tão verdade que quem tem opção sexual diferente não
8096 tem alma quanto é verdade que as mulheres não têm, que negros não têm e índios não
8097 têm. Ou seja, é uma verdade mentirosa.
8098

8100 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8101 Então assim, esse assunto em especial me causou estranheza, porque isso continua em
8102 debate e continua acontecendo, porque como o Conselheiro Agadeilton colocou isso é
8103 um assunto do passado. Logicamente como aconteceu nesses casos citados é um
8104 processo de conquista. O Márcio colocou ali um parâmetro, uma seqüência de evolução e
8105 de conquistas que retratam muito bem esse posicionamento da Sociedade. E
8106 principalmente quando nós estamos tratando com uma pessoa que "fez opção diferente
8107 da nossa". Particularmente eu entendo que com o processo que a religião traz, seja ela
8108 qual for realmente o viés religioso, ao contrário, essas pessoas teriam uma obrigação
8109 maior, elas teriam uma clareza maior e teriam uma aproximação maior com o
8110 conhecimento e isso deveria trazer uma quantidade menor de preconceito. E,
8111 infelizmente o que a gente nota é que talvez elas, por defesa de questões dogmáticas, de
8112 compreensões que não lhes possibilita sair do espaço onde estão elas têm atitudes tão
8113 preconceituosas como essas que nós vimos aqui expostas. Creio que a Sociedade está
8114 evoluindo neste caso. Não vejo com desesperança a nossa posição atual. Vejo sim com o
8115 trabalho muito grande que está sendo feito e já disse isso algumas vezes, inclusive aqui,
8116 que dos grupos hoje mais organizados da Sociedade Civil, talvez o LGBT seja o mais
8117 organizado pela necessidade de sobrevivência. Então, essa necessidade de
8118 sobrevivência fez com que houvesse uma organização maior. O citado aqui GT da
8119 SENASP, eu tive uma surpresa pessoal, uma grata surpresa pessoal, que desse grupo
8120 participa o capitão de Polícia Militar de Minas Gerais. Inclusive nós conversamos,
8121 participei da abertura e depois nós conversamos. Para mim foi grata surpresa, porque eu
8122 tenho amigos na Polícia Militar do Estado de Goiás que são homossexuais. E
8123 acompanhei inclusive alguns colegas de faculdade que nós fizemos curso de
8124 especialização juntos, eu acompanhei o processo de discriminação que eles sofreram
8125 dentro da instituição, onde não era avaliada a capacidade profissional e a capacidade de
8126 trabalho daquele indivíduo, e sim a sua orientação sexual. Então quando eu vi que o
8127 capitão se manifestou na reunião como capitão, inclusive me tratando como militar da
8128

8129 forma "regulamentar" que os militares se tratam. Para mim isso foi uma grande evolução
8130 porque é uma conquista de espaço como eu disse que a sobrevivência trouxe em que o
8131 grupo participa. E para mim particularmente, eu fiquei muito satisfeito com isso porque na
8132 verdade as pessoas têm que se relacionar pelo que elas são. Pelas conquistas que elas
8133 tem e não por esse condão, eu tenho opção de trabalho essa e você vai ser isso, você ou
8134 aquilo. Os rótulos são prejudiciais em todos os momentos. Nós estivemos trabalhando no
8135 serviço operacional da Polícia Militar desde a época de tenente. Eu convivi aí no início
8136 dos anos 90, com profissionais que trabalharam comigo nas noites de Goiânia, com
8137 profissionais da Polícia Militar e da Polícia Civil que simplesmente tinham visão de
8138 estranheza e ojeriza. A minha fala com relação a essas pessoas sempre foi no sentido
8139 seguinte. Isso é um testemunho que eu faço aqui, no sentido de que todos nós somos
8140 cidadãos. Todos nós somos. O direito que assiste é comum, era comum e era uma luta
8141 institucional muito grande naquela época. Hoje já houve um avanço. Creio que a grande
8142 dificuldade que nós temos ainda no Brasil é a hipocrisia, porque nós não encaramos isso
8143 de frente. Nós sempre entendemos que essa perspectiva que o Márcio muito bem
8144 colocou, a grande dificuldade dela na nossa Sociedade brasileira é primeiro a hipocrisia e
8145 segundo é pensar que o problema está longe da gente, que a discussão está longe da
8146 gente e que nós não temos que participar do processo. O problema que eu vejo com
8147 relação a isso é que a escola ainda vê isso, a polícia talvez ainda veja isso de alguma
8148 forma, a Sociedade como um todo ainda vê isso de alguma forma. A grande questão que
8149 eu vejo, a grande virada que eu vejo, e aí o Agadeilton colocou muito bem que esse deve
8150 ser um processo do CONASP e deve ser um processo de cada instituição que aqui
8151 representa. Nós tivemos um excelente profissional da Segurança Pública que trabalhou
8152 conosco até meados do ano, um excelente profissional com 20 e poucos anos de serviço
8153 que foi inclusive dirigente regional do seu órgão que tinha essa orientação e não por isso
8154 trabalhou conosco e representou muito bem lá sua instituição. Então, eu vejo com
8155 otimismo essa questão. Otimismo pelo sofrimento do passado, otimismo pela dureza do
8156 trabalho que está sendo realizado agora, mas principalmente otimismo porque eu vejo
8157 que o nosso futuro ele próximo será melhor. Será melhor porque hoje nós já encaramos
8158 de frente esse tema. Com a palavra a Conselheira Tereza. Conselheira enquanto a
8159 Senhora se organiza, só ler aqui para que as pessoas se organizem. Inscritos
8160 Conselheira Tereza, Celito, Heder, Marcos Rezende, Silvio, Almir. Alguém não está
8161 inscrito? Podemos estabelecer que encerraremos esse tema com esses inscritos. Então o
8162 último a falar será o Conselheiro Almir. Três minutos mais 1?

8163
8164 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**
8165 **CONDEGE**

8166 Tentarei ser objetiva. Nesse diapasão queria também de verdade parabenizar o trabalho
8167 apresentado por Márcio, principalmente porque eu tenho refletido e tenho até dialogado
8168 dentro desse diapasão a nossa presença de construção de uma política neste Conselho.
8169 E a responsabilidade que a gente tem enquanto Conselho que representamos as nossas
8170 entidades é de sair daqui e às vezes as pessoas me perguntam o meu estado, e aí o que
8171 o CONASP pensa a respeito? E sempre fica uma avaliação vaga que efetivamente
8172 existem até dificuldades por conta de se colocar essas moções para o final quando nunca
8173 se tem quorum e quando o debate é forte, e acho que a partir daí talvez até pela grande
8174 dificuldade, tendo em vista as densas arguições que são colocadas aqui. Então eu achei
8175 que foi extremamente explicativo e didático, de uma importância fundamental para esse
8176 Conselho, e eu gostaria de recomendar que o Conselho recomendasse para todos os
8177 Conselhos Estaduais, porque há uma angústia e acho que se a gente conseguir finalizar

8179 pelo menos a possibilidade que todos os estados tenham um perfil de Conselho igual ao
8180 do CONASP, para que as representações da Sociedade civil lá estejam presentes para
8181 que a gente possa a partir daí quem sabe recomendar as escolas a todos os ambientes,
8182 as polícias, as entidades públicas onde as pessoas, porque a gente falou agora á pouco,
8183 inclusive quando a gente estava trabalhando a nova Conferência, do crime organizado.
8184 Esse grupo de extermínio que mata sem a gente saber, como foi colocado pelo Márcio,
8185 acontece destitua diuturnamente. A gente não sabe do que está acontecendo. E a
8186 Defensoria Pública que atua com pessoas que estão na linha da miséria, e que não tem
8187 nenhum tipo de garantia, porque as vezes não tem condições no meio da noite, pela
8188 própria estrutura das instituições, de ter acesso a essa possibilidade de defesa, aparecem
8189 mortas. E posso garantir a vocês que aquelas mortes de pessoas negras e com todas
8190 aquelas discriminadas, a gente não consegue terminar o julgamento, porque o laudo,
8191 aquele da Perícia, não termina, porque a gente não sabe da arma, a gente não sabe de
8192 nada. Então, eu também fiquei triste ontem porque eu pelo menos achava que deveria
8193 haver algum encaminhamento, no sentido de fortalecer essas preocupações. E acho, só
8194 para efeito de encaminhamento de que deveria sair sim desse Conselho, e se houver
8195 possibilidade de se preparar logo que no início um documento de moção a tudo aquilo
8196 que seja discriminação a essa questão, e que seja encaminhado sim para o Congresso
8197 Nacional como pensamento desse Conselho Nacional de Segurança Pública. E o
8198 encaminhamento de que a gente possa estar colocando à disposição dos Conselhos
8199 Estaduais essa preocupação de que chegue lá apresentações como esta e de que você
8200 faça contato com as entidades dos estados para que possam sim recomendar uma
8201 explicação tão didática. Tem gente que não sabe disso e não tem noção disso. Eu vi
8202 informações aí, porque a gente já tem conhecimento de estar convivendo com isso nas
8203 nossas instituições, mas a gente sabe que tem muita gente, inclusive da área acadêmica
8204 que não tem essa informação. É a minha colocação e parabéns a um trabalho tão bem
8205 elaborado com o cuidado técnico que foi, mas que não fique vago só parabéns e que saia
8206 daqui uma opção concreta deste Conselho com relação a essa apresentação.
8207

8208 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e
8209 Transexuais**

8210 Vou fazer uma proposta de redação e creio que a maioria das aspirações do Movimento
8211 LGBT aqui neste Conselho e representado por mim, estão em algumas recomendações e
8212 propostas. No termo de cooperação técnica recém assinado que se for cumprido já é
8213 muito. Elas são relacionadas a subregistros e subnotificação de violência e homicídios.
8214 Elas são relacionadas à capacitação e informação das polícias e agentes de segurança
8215 que falam, inclusive eu ouvi um comandante falar aqui da “teoria dentro da academia
8216 para a prática na rua tem uma distância muito grande.” Não fui eu que falei, foi o
8217 Comandante que inclusive agora é o Comandante Geral o Balduque, ele reconheceu
8218 que a distância que existe entre a teoria da formação na academia e a ação lá na rua lá
8219 na ponta. Eu creio que tudo isso fora que este Conselho recomenda não a aprovação do
8220 PLC 122, mas de proposições legislativas que defenda e garanta direitos de lésbicas
8221 gays, bissexuais, travestis, heterossexuais, seja de criminalização da homofobia ou não,
8222 mas sem tocar direto na redação de um determinado projeto que pode ser polêmico,
8223 ressaltando que quem é contra a aprovação do PLC 122 é contra a Lei antiracismo,
8224 porque é a mesma. Só incluiu lá LGBT, religião e procedência nacional. É o mesmo
8225 projeto. Colocar em cheque a redação desse projeto é colocar em cheque a Lei Cão, a
8226 Lei antiracismo. Mas enfim, eu vou fazer uma proposta de redação, vou conversar com
8227 Mariano, porque e com a Tereza, se tiverem qualquer tipo de colaboração, porque parece

8229 que eles já estavam escrevendo e a gente apresenta junto com as recomendações no
8230 final.

8231
8232 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
8233 **Municipais de Segurança Pública**

8234
8235 Se for possível escrever agora terminando a discussão aqui a gente já delibera.

8236
8237 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8238
8239 Conselheiros. Conselheiro Celito com a palavra, por favor.

8240
8241 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

8242
8243 Posso falar, Mariano? Então, primeiro, eu acho que essa questão é uma questão cultural
8244 e muito forte. Para todos os que tiveram educação religiosa e que passaram, isso é muito
8245 pesado, e a gente só muda quando tem uma experiência prática dentro da própria casa
8246 ou dentro da própria família. Isso não é fácil, é complicado, eu vejo que o grupo está
8247 avançando e muito pelo o que ele colocou. Mas eu quero parabenizar o Márcio pela
8248 colocação, porque veio muito equilibrada, muito didática e foi muito bom, aprendi muito.
8249 Então agradeço por esse ensinamento e essa colocação, mas vejo que temos ainda um
8250 longo caminho pela frente e que a gente não vai resolver. Essa questão de companheiros
8251 de trabalho, infelizmente eu em Santa Catarina tive bons companheiros e excelentes
8252 profissionais, independente da orientação sexual que eles têm, foram e são grandes
8253 amigos ainda hoje que eu tenho admiração até pela capacidade profissional deles. Então,
8254 eu acho que isso tudo, esse preconceito é muito forte. E a questão da igreja, eu lembrei
8255 aqui um texto do filósofo Spinoza que eu acho assim muito bonito. Embora eu também às
8256 vezes me sinto discriminado, porque quando eu digo que não acredito em Deus também
8257 sou discriminado. Não é possível você não acreditar. Essa é a primeira reação que a
8258 gente tem. Mas mesmo isso ainda o texto que ele coloca é como se fosse Deus refletindo
8259 sobre o comportamento dos humanos, então ele vai colocando várias coisas e quando
8260 ele vem nessa parte sexual ele diz: "Pára de me culpar de tua vida miserável. Eu nunca
8261 te disse que há algo mal em ti e que eras um pecador ou que tua sexualidade fosse algo
8262 mal. O sexo é um presente que eu te dei e com o qual podes expressar teu amor, teu
8263 êxtase, tua alegria. Assim não me culpe por tudo o que te fizeram crer." Eu acho que é
8264 um pensamento muito bonito e acho que coloca, independente da orientação de cada
8265 um, eu acho que é realmente importante. E aqui, Márcio, eu acho que você vê uma
8266 mudança muito grande aqui. Eu disse isso várias vezes e digo: Quando é que alguém do
8267 grupo LGBT estaria sentado com profissionais da Segurança Pública com Comandantes
8268 da Polícia Militar, a oportunidade que temos aqui? Então não estranhe alguma
8269 manifestação às vezes de pensamento de alguns que ainda não assimilaram, mas isso
8270 eu disse várias vezes para vários amigos e acho que isso é importante e é muito
8271 produtivo e tem sido muito produtivo. Muito obrigado pelos teus ensinamentos e continue
8272 a luta.

8273
8274 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8275
8276 Coadunando com o que o Celito colocou, é um aprendizado para nós. Conselheiro Heder.
8277

8278 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
8279 **Estaduais**

8280
8281 Bom, acho que primeiramente parabenizar o Márcio, porque nos trouxe realmente um
8282 tema que só quem está por dentro e está no chão de base conhece e consegue passar
8283 com tanta tranqüilidade, mesmo sabendo da dor que sofre pela discriminação, passar
8284 com tranqüilidade, com seriedade a busca de um direito de uma cidadania. E dizer
8285 também Márcio que você disse e isso é a mais pura verdade. Para nós que somos
8286 profissionais da Segurança Pública, principalmente aos Policiais Militares, existe um
8287 distanciamento muito grande entre o ideal e o real. Para nós as coisas se resumem nas
8288 resoluções, memorandos, notas instrutivas que são discutidas na cúpula e nos chegam
8289 no frio do papel. Quem tem o interesse busca, comprehende, entende e pratica. As
8290 relações internas, quando vocês citam o capitão Duane que é um grande amigo que eu
8291 tenho o maior respeito e participei com ele recentemente na Academia da Polícia Militar
8292 de Minas Gerais numa palestra com a doutora Rosa Maria Grossi foi sobre os direitos
8293 humanos, e lá esteve presente o Deputado Estadual Durval Ângelo que é um dos
8294 defensores dos Direitos Humanos naquele estado, e ele só cobrou uma coisa lá existem
8295 seis cadernos temáticos voltados para direitos humanos aplicado a Sociedade, e ele
8296 cobrou o verso, mas voltado para os Policiais Militares daquele estado. Porque muitas
8297 vezes indo um pouco na linha do que a Simone disse, somos sim os profissionais, e aí
8298 notadamente o contingenciado é maior, porque é o maior contingente de profissionais da
8299 Segurança Pública que estão direto em contato com a Sociedade que são os Policiais
8300 Militares. Eles não são só os algozes, mas os que estão mais próximos. Mas muitas
8301 vezes nas grades curriculares enfocam apenas um aspecto de abordagem, direito ao uso
8302 da letalidade ou não, mas não abordam essas questões que elas têm que ser entendidas
8303 e compreendidas. O respeito, no caso apresentado pelo Márcio, da orientação sexual.
8304 Isso não acontece. Ele acontece que você tem que abordar seu nome, como é que você
8305 faz, mão na cabeça, respeita, etc, e não sabe. Isso não é abordado. E interna corpos nós
8306 sabemos que tem. São homens, seres humanos com orientações sexuais distintas e que
8307 também se escondem, porque são vítimas e criminalizados na própria instituição. Então
8308 para nós foi muito enriquecedor e evidentemente em se tratando de praças a ANASPRA
8309 sempre faz reuniões de diretoria e coloca a ANASPRA à disposição para que possamos
8310 fazer essa apresentação, porque queiramos nós bem ou mal, nós temos, sim, uma
8311 representatividade no Estado todo, o estado é nação e união. Para concluir, porque seria
8312 de extrema importância para todos esses atores que são formadores e atuam na frente
8313 de suas instituições que pudessem conhecer esse projeto. E, então a ANASPRA está à
8314 sua disposição e assim querendo farei o convite, e se houver possibilidade da sua
8315 agenda estaremos à disposição. E agora para jogar a bomba na mão de um amigo, eu
8316 gostaria que para a próxima reunião que o Marcos Rezende fizesse a apresentação de
8317 um tema que em conversa informal quando tomávamos um vinho que ele nos disse, e
8318 você estava Mariano naquele dia, ele veio dizer da origem das religiões de matrizes
8319 africanas, e eu fiquei encantado Marcos e disse a você aquele dia que o Conselho
8320 precisava te ouvir e gostaria de te dar essa missão para a próxima. Foi ou não foi
8321 fantástico? Então fica aqui o registro e o pedido, porque você terá o tempo que o Márcio
8322 teve e este Conselho precisa disso.

8323

8324 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8325

8326 Com a palavra a Conselheira Analba

8327

8328 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

8329

8330 Eu concordo muito com o que Tereza Cristina colocou, com todas as colocações e
8331 propostas dela. E parabenizo o meu colega e companheiro Márcio Marins, eu acho que
8332 foi muito bom e acho que isso é um exemplo para outras temáticas aqui que possa ser
8333 apresentada e essa da matriz das religiões de matriz africana seria muito interessante
8334 que fosse apresentada. No movimento feminista existe um grande grupo de mulheres
8335 organizadas como mulheres de Terreiro que também traz bastante esse debate nós
8336 outras que também tem essa dificuldade. Uma coisa que me chamou atenção que eu
8337 estava dizendo que não difere muito da questão do racismo é a pesquisa. Porque 90%,
8338 se não me engano diz que existe, mas 28% se considera homofóbico, e isso aconteceu
8339 também na pesquisa que foi feita em relação ao racismo. E aí a gente dizia o seguinte:
8340 Não existe racismo sem racista. Um número imenso, se não me engano 80% afirmava
8341 que o Brasil era um país racista, mas um número muito pequeno dizia que se
8342 considerava racista. E aí a gente fez uma grande campanha nacional “Aonde você
8343 guarda o seu racismo?” Foi essa a pergunta que se fazia. Porque se a gente vive isso no
8344 dia-a-dia no nosso cotidiano, então para a gente sofrer um racismo tem racista que está
8345 fazendo com que nós mulheres e homens negros, passemos por essa experiência de
8346 sofrer o racismo. Então era isso.

8347

8348 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8349

8350 Conselheiro Marcos Rezende.

8351

8352 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8353

8354 Gostaria de parabenizar primeiro o Márcio Marins e também a ABGLT por tê-lo designado
8355 como Conselheiro e pela seriedade, compromisso e responsabilidade com que você
8356 tratou essa questão. Mas talvez eu siga um pouco o caminho do meu amigo Heder que é
8357 sobre se ao mesmo tempo nós ficamos felizes com as falas que nós ouvimos aqui e com
8358 a solidariedade, sabemos que a solidariedade por si só não resolve. Não resolve. O
8359 Criança Esperança da globo não resolve, ações reformistas não resolvem. Pequenos
8360 projetos sociais não resolvem, e eu tenho conversado aqui com os meus vizinhos muito
8361 mais do que falado no microfone da minha insatisfação e da minha tristeza com o
8362 Conselho. Por que tem muitas pessoas aqui sérias e comprometidas, todos aqui são.
8363 Mas existe um descolamento entre o que a gente discute aqui e o que está na base das
8364 nossas associações. De qualquer uma delas. Tanto da Sociedade civil como do governo,
8365 como da classe dos trabalhadores. Então assim aqui nós não temos uma expressão
8366 midiática ao ponto de colocar esses debates no seio da Sociedade. Aqui se discute, se
8367 sonha aqui, se morre aqui e se briga aqui. Não existe força de lei maior e soube que
8368 ontem de manhã o negócio foi sério. Foi uma pena eu não poder ter estado aqui, mas a
8369 gente percebe essas coisas e acaba morrendo aqui. Porque muitas vezes não chega
8370 nem no seio do nosso próprio grupo. Então isso é doloroso. As nossas resoluções que
8371 são adotadas aqui não servem para ninguém. Se servem, talvez pela minha ignorância,
8372 falta de experiência, não sei, talvez por ser leigo. Eu não tenho visto percorrer caminhos
8373 nenhum nem para nada. Então não quero fazer uma fala de desalento, mas estou
8374 fazendo uma fala da verdade. Porque o que foi apresentado aqui e já foi falado sobre a
8375 questão da intolerância religiosa, vamos fazer um grupo para fazer a revolução religiosa
8376 deste país. Que nada. Foi falado aqui sobre a questão do racismo. É um absurdo e
8377 vamos fazer não sei o quê, mas já tem um grupo na SEPPIR que está se reunindo e você

8378 vai fazer parte. Que nada! Nem sonho! Nunca fui nem sequer contatado. Ninguém nunca
8379 da secretaria dignou-se a fazer uma ligação sequer para falar: Conselheiro Marcos
8380 Rezende, segundo a Resolução que foi aprovada aqui e aquelas discussões que estavam
8381 tendo naquele grupo da SEPPIR junto com a Presidência da República, o Senhor foi
8382 convidado para participar da reunião tal, até para não ficar de tal forma. Então nem isso
8383 aconteceu. Estou falando isso para a gente saber em que nível esse Conselho está
8384 colocado. Então quando o Marcos Costa vai buscar sempre na Saúde as soluções para
8385 os nossos problemas, é porque ele entende que a Saúde é um outro nível. Quando eu
8386 fico pensando aqui no Conselho Nacional de Justiça, é porque é outro nível, e aqui tem
8387 gente de nível, mas este Conselho não tem nível. Essa é a bem da verdade. E por isso
8388 eu incomodo, porque esse soco no estômago a gente não quer receber. A gente só quer
8389 ouvir conversa bonita e não tem conversa bonita. Está faltando nível. E falo isso porque
8390 tem me deixado em estado de choque, porque desde o dia que entrei neste Conselho até
8391 hoje eu enterrei quatro amigos. Digo enterrei porque eu ajudei a pagar o caixão. E tem
8392 gente que é da Sociedade civil que é do governo que também sofreu. Mas eu vi os tiros
8393 na cabeça do meu amigo. Eu fui lá pegar ele no chão. A mãe foi falar comigo. Então, eu
8394 sei o que é perder o jovem no meio desse negócio aqui. Então, está me doendo muito
8395 isso. Está me incomodando muito. E aí para concluir.

8396
8397 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8398 Me permite aparte?

8400
8401 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8402
8403 Por favor, Conselheiro.

8404
8405 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8406
8407 Esse é um retrato claro do que nós somos e acho que essa fala de Marcos deve ser
8408 pinçada e depois do almoço a gente retomar, porque se vocês forem visitar hoje a
8409 Secretaria-Executiva, o espaço onde a Secretaria-Executiva foi alocada recentemente
8410 dentro do Ministério da Justiça, vocês vão ver qual o tamanho da importância deste
8411 Conselho. Então isso é grave. Queria só pontuar como uma questão de ordem que na
8412 abertura da tarde a gente abra um espaço para a gente ver o que nós queremos para
8413 2012 e retomar isso na pauta.

8414
8415 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8416
8417 Concluindo em dez segundos. Todo o trabalho que demais Conselheiras e Conselheiros
8418 fizeram para fazer a Conferência. Para quê? A gente pergunta para quê. O relatório
8419 demonstra do que foi aplicado das diretrizes da última Conferência? Nadica de nada.
8420 Qual foi o projeto do Ministério da Justiça no campo da Segurança Pública para este
8421 ano? Nós pedimos o ano todo para mostrar aqui. Nadica de nada. E apresentar para a
8422 presidente Dilma dar resposta? Nada. Então, aqui concluindo, nós somos aqui um grande
8423 picadeiro no meio desse circo que tem virado a Política de Segurança Pública Brasileira.
8424 Essa é a bem da verdade. É por isso que o Deputado Marcelo Frecho tem que se
8425 esconder em outros países para poder permanecer vivo, porque está mostrando as
8426 mazelas da nossa Sociedade, e é isso que acontece com os que lutam contra o que a
8427 gente vive aqui. Só isso.

- 8428
8429 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8430
8431 Conselheiro Sílvio. Inscrito o nosso último Conselheiro é o Conselheiro Almir.
8432
8433 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**
8434
8435 Eu quero parabenizar o meu irmão em fé que há pouco tempo descobri que ele também é
8436 um orixá como eu e ele vai falar mais sobre isso na apresentação da Câmara Técnica. A
8437 apresentação é extremamente didática. Ela foi didática, pedagógica, ela instruiu e
8438 mostrou coisas realmente que eu sugiro que se faça um encaminhamento até de
8439 disponibilizar no site do CONASP essa apresentação. Eu acho que ela tem que ficar lá
8440 para que todo mundo possa ter a noção de que nós do CONASP não temos pelo menos
8441 a maioria preconceito. Neste país nós temos preconceito com velho, com gordo, com
8442 careca, e lamentavelmente isso está enraizado no inconsciente coletivo desse país. E
8443 este Conselho precisa quebrar dentro do contexto de Segurança Pública que talvez seja
8444 o viés mais forte que “combate” essas questões, nós temos que trabalhar em cima disso.
8445 Não vou falar da carta agora, mas parabéns pela coragem e tenha certeza que estamos
8446 juntos.
8447
8448 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8449
8450 Conselheiro Almir.
8451
8452 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**
8453
8454 Antes de sair e o Everardo ficar aqui, tive a sorte de ver a apresentação do Márcio, mas
8455 pedi ao Márcio que pudesse disponibilizar o material para poder pelo menos eu ter noção
8456 do que foi, concordando assim com as palavras de Marcos Costa sem a veemência.
8457 Tirando as coisas, a gente sente que há uma necessidade da gente e talvez o nosso
8458 trabalho de fazer uma nova conferência. Ele está se municiando sempre da Saúde, a
8459 Saúde está com a 14^a. Se ela é modelo para qualquer coisa na vida, a primeira e a
8460 segunda já não tinha a mesma qualidade da 14^a. Essa é uma noção que temos que ter.
8461 Então, muitas vezes a gente está aqui na primeira e na segunda e achando que não vai
8462 valer nada, mas estamos nos valendo de quem já chegou na 14^a. Isso é uma
8463 desvisualização ou auto desvalorização. Eu não concordo com isso, respeito
8464 profundamente, mas estou empenhado desde o momento com meus colegas e falei com
8465 cada um, vamos aprovar a conferência. Concedo o aparte.
8466
8467 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
8468
8469 Veja bem, a Conferência eu acho que ela é fantástica. A gente tem que separar
8470 Conferência do Conselho. O Conselho é que é o problema. Mas assim, o Conselho é o
8471 problema hoje.
8472
8473 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8474
8475 Conselheiro, por favor, só um instante. Por favor.
8476
8477 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

8478
8479 Vou terminar meu aparte, Presidente, só um minuto que é um aparte muito rápido. Da
8480 prática que tenho em conselhos, os conselhos que não são agasalhados pelo Poder
8481 Executivo, eles patinam e não decolam. E este Conselho continua dessa forma. Estava
8482 conversando com o Heder a respeito disso e pensando a respeito disso eu não vejo isso
8483 como um problema que possa afetar até a minha auto-estima de não estar aqui falando
8484 nada, não servir para nada. Pelo contrário, respeitando todas as opiniões, eu acho que
8485 estou fazendo alguma coisa, no meu tamanho evolutivo eu estou fazendo muito, me
8486 doando ao tamanho que eu posso e vejo como um trabalho com vários companheiros
8487 aqui para que a gente pudesse aprovar a Conferência para a gente trabalhar. Não é para
8488 a gente ficar coordenando, é para a gente trabalhar mesmo e fazer exatamente valer
8489 essas propostas que a gente sente que tem um vazio, um vácuo. Mas eu acredito que a
8490 gente tem cumprido com o nosso papel e com essa qualidade tamanha e disse a Heder
8491 hoje que a gente durante essa conferência poderia propor, mobilizar que a gente tem
8492 condição para isso, nós temos condições para isso. Mobilizar o Congresso Nacional para
8493 que já possa no final da Conferência, ou seja, além da eleição do novo CONASP, já
8494 apresentar a Lei tornando o CONASP uma Lei. Nós podemos fazer isso, é só querer.
8495 Precisamos estar no trabalho. Então é parabenizar o Márcio pelo trabalho, eu sei que
8496 antecipadamente ele trouxe aquilo que está nas questões nacionais. E queria só como
8497 religioso que sou, porque eu também carrego uma religiosidade, a religião é coisa de fôro
8498 íntimo. Religião é de fôro íntimo. Nós temos uma cultura de impor nosso pensamento
8499 religioso para os outros. Isso é percepção e um ponto de vista. Hoje nós estamos nos
8500 especializando muito. Eu fui fazer um exame e queria dizer que a especialização chegou
8501 a tal ponto que eu fui fazer um exame de vista que meu olho esquerdo tem miopia maior
8502 que o direito. O olho esquerdo quem vai tratar é outro médico, o médico que está tratando
8503 dos meus olhos ele está tão especialista que só trabalha com o direito, não trabalha com
8504 o esquerdo. Não é brincadeira, não. Parece brincadeira, mas nessa questão da
8505 especialização encontra-se a cultura e as tradições e as crenças que tem uma percepção
8506 e especialização e pensa que é a visão. Não é a visão, é apenas um ponto de vista.
8507 Então por isso o preconceito continua. Vou parar por aqui.
8508

8509 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8510
8511 Conselheiro muito obrigado. Eu gostaria de fazer algumas pontuações em relação ao que
8512 foi dito pelo Conselheiro Marcos Rezende e pelo Conselheiro Marcos Costa, só para
8513 concluir e passo para o Senhor. Só concluir para que o Senhor possa falar. Eu creio
8514 logicamente que a mesa tem que pontuar algumas questões. Nós temos uma pauta que é
8515 a apresentação do Conselheiro Heder para o primeiro assunto. Me parece que muitas
8516 vezes a gente banaliza e talvez até desrespeita os Conselheiros que aqui estão atuando
8517 quando a gente, inscrito o Conselheiro Marcos Rezende também, quando a gente diminui
8518 as coisas. O próprio Conselheiro Marcos Rezende, a passagem dele estava marcada
8519 para 16 horas da quarta-feira. Ele chegou em Brasília as 16 horas da quarta-feira e ele
8520 não compareceu na reunião de ontem de manhã para a discussão que ele mesmo viu
8521 que era importante que fosse discutida. Então assim, nós precisamos também cada um
8522 de nós fazer uma análise do trabalho do Conselho como foi dito aqui desse
8523 desenvolvimento do Conselho, da nossa responsabilidade com isso. Eu sinceramente
8524 falando com os Senhores, eu acho que o Conselho esse ano trabalhou e trabalhou muito.
8525 Cada um de nós abriu mão do seu tempo para estar aqui como foi a apresentação do
8526 Conselheiro Márcio Marins. Eu acho que ele se empenhou para fazer o trabalho e esteve
8527 aqui realmente fazendo uma coisa séria e honesta. Não me parece que o que ele fez aqui

8528 foi uma coisa vazia. Não me parece que nós perdemos o nosso tempo aqui quando
8529 ouvimos a fala do Conselheiro Agadeilton ontem na discussão que nós tivemos aqui
8530 ontem. Eu acredito que as pessoas que ficam trabalhando aqui, e aí eu peço que a gente
8531 faça uma reflexão, nós estamos trabalhando. Logicamente que é um Conselho e há aqui
8532 uma dialética posta e várias questões são colocadas de forma diferente. Tem pessoas
8533 que tem engajamento muito grande com este Conselho. Nós estamos trabalhando. Eu
8534 entendo e em nome da mesa e da presidência que eu faço essa pontuação que esse
8535 trabalho não é fácil. Como aqui foi colocado, não sei bem por quem, algumas
8536 conferências erraram mais do que nós estamos errando. Alguns conselhos erraram mais
8537 do que nós estamos errando. Eu participo de um Conselho no Ministério na Secretaria de
8538 Direitos Humanos que eles não estão ainda onde nós estamos aqui. A Suelen também
8539 está me dizendo. As dificuldades que nós enfrentamos aqui, alguns dos Senhores
8540 participam de outros conselhos, ela é replicada em outros conselhos também. O
8541 diferencial disso não são as dificuldades que nós temos. Elas são comuns a todos os
8542 conselhos. O diferencial disso é que nós aqui, ao contrário de outros conselhos que são
8543 um pouco mais homogêneos e tem grupos mais identificados, aqui há uma
8544 heterogeneidade muito grande. Todos nós aqui, se nós formos analisar, cada um trás a
8545 sua concepção e que ela muitas vezes ela não é comum. Então, acho que na minha
8546 visão aqui o grande diferencial desse Conselho é essa capacidade de reunião e
8547 discussão e também de crítica. O Ministério da Justiça, em que pese todas as
8548 dificuldades que teve esse ano, ele está investindo no Conselho, tanto é que nós estamos
8549 aqui. Eu estou aqui, a Secretaria está, cada um dos Senhores abriu mão do seu tempo
8550 para estar aqui. Eu acho que talvez nós não alcançamos ainda os resultados que nós
8551 queremos, mas acho que estamos buscando esse resultados e buscando, inclusive, e eu
8552 peço a reflexão de cada um dos Senhores e Senhoras Conselheiros, buscando inclusive
8553 com o nosso sacrifício pessoal. Cada um de nós está abrindo mão do seu tempo e da sua
8554 expertise, como tivemos exemplo muito bom do Conselheiro Márcio Marins, e ontem nós
8555 tivemos exemplo muito bom do Conselheiro Agadeilton, que com certeza fora do seu
8556 horário de trabalho a custo zero se debruçou para trazer um trabalho altamente
8557 qualificado aqui. Teve a humildade de ouvir uma opinião diferente. Então, nós estamos
8558 trabalhando aqui com seriedade e este Conselho está produzindo sim. Eu vejo empenho
8559 da Conselheira Eliana para tratar cada um dos pontos que foram aqui colocados. E,
8560 sinceramente eu entendo que não estamos deixando o Conselho de lado. Ao contrário, o
8561 Conselho está trabalhando. No nosso caso do Ministério da Justiça também é uma
8562 experiência nova no Ministério da Justiça. Ao modo com as capacidades e possibilidades
8563 o que Ministério tem nós estamos fazendo. Para os Senhores terem idéia a Secretaria
8564 Nacional de Segurança Pública abriu mão de um DAS 4 para que a Suelen estivesse na
8565 função que ela está. Para os Senhores terem uma idéia disso, o DAS do Superintendente
8566 da Polícia Federal nos estados é DAS 3. Função comissionada. O cargo que ele tem,
8567 parâmetro no Governo Federal o cargo do Superintendente da Polícia Federal nos
8568 Estados, em qualquer um deles, o Superintendente da Polícia Federal no Estado de São
8569 Paulo é DAS 3, a Suelen é DAS 4. Secretaria Executiva daqui. Então o Ministério da
8570 Justiça está investindo no Conselho sim. Dificuldades, Senhores e Senhoras, nós
8571 enfrentamos. Essas dificuldades elas são comuns. Os Senhores nos vêem aqui, tanto eu
8572 quanto a secretaria. Nós saímos daqui ontem e isso posso dizer para cada um dos
8573 Senhores e das Senhoras, nós saímos ontem às 18H30, 19 horas. Eu pessoalmente saí
8574 por volta de 1H30 dessa madrugada, porque o meu expediente não pára. O expediente
8575 de cada um aqui também não pára. Então dizer que o Ministério da Justiça não está se
8576 empenhando para isso, sinceramente. Para mim que particularmente percebo e vejo o
8577 que nós fazemos. Para os Senhores terem uma idéia, esse ano nós cortamos como a

8578 Polícia Federal cortou muitas operações. A Polícia Federal está cortando muitas
8579 operações e está cortando inclusive o pessoal da fronteira estão fazendo inclusive
8580 movimentos lá porque não estão recebendo recursos. Então, eu precisava pontuar isso.
8581 Conselheiro Marcos Costa e Marcos Rezende.

8582

8583 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8584

8585 A minha proposta é que a gente, como eu já tinha feito a proposta anterior, que esse
8586 tema sobre o funcionamento do CONASP e a relação do CONASP com o Ministério da
8587 Justiça a perspectiva dessa influencia maior que estão sendo gestadas dentro do
8588 CONASP e dentro do Ministério da Justiça, que a gente retenha isso como um ponto de
8589 pauta à tarde. E deixar claro basicamente o seguinte que cada um dos Conselheiros que
8590 estão aqui estão apostando, é por isso que estão aqui. Nós apostamos. Ninguém aqui
8591 está falando dos Conselheiros individualmente. O que nós estamos falando é que o
8592 Conselho não conseguiu ainda influenciar efetivamente e diretamente as políticas que
8593 estão sendo gestadas e estão saindo do Ministério da Justiça. Nós não conseguimos
8594 isso. E o que eu falo, a minha tese e sempre falei desde sempre que quando o Executivo
8595 não agasalha, não tem uma proximidade muito forte, porque não é só ter apoio material.
8596 Então encerrando. Está concedido. Era essa minha comunicação.

8597

8598 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8599

8600 Para o Senhor ter idéia do que o Ministério da Justiça investe, os Senhores se lembram
8601 que nós tivemos aqui a apresentação da estratégia Nacional de Fronteiras, pelo Major
8602 Aragão. Foi aberto prazo de dez dias para que o Conselho apresentasse suas sugestões.
8603 Flávia, vocês receberam alguma sugestão de Conselheiro lá no Conselho? Nós não
8604 recebemos. Eu não estou fazendo uma cobrança do Conselho não, mas estou dizendo
8605 que as dificuldades elas acontecem mesmo. É processo da vida, Benedito Mariano. O
8606 espaço que o LGBT está tendo hoje, não é porque alguém achou que são bonitos,
8607 agradáveis e gentis, não. Eles disputaram o espaço. Nós estamos lutando, é isso.

8608

8609 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8610

8611 Presidente, eu acho que o Senhor tem que ter muita responsabilidade com o que fala, o
8612 Senhor é uma pessoa responsável, nós somos, mas o que o Senhor me colocou agora
8613 me preocupou muito, porque eu não costumo ver o Senhor colocar com outros
8614 conselheiros que faltam ou que não vieram ontem pela manhã. O Senhor citou outros?
8615 Eu não vi. Então, quando a gente muitas vezes fala dessas pequenas questões,
8616 demonstra tratamento diferenciado que a gente tem com as pessoas. O Senhor nem
8617 sequer ou em nenhum momento alguém sequer questionou, ou eu não sei se tem crime
8618 não poder vir num momento e vir em outro, mas ainda sem ninguém ter questionado eu
8619 fiz questão de dizer para algumas pessoas aqui o porquê da minha ausência. Não falei
8620 para o Senhor, mas falei para algumas pessoas, inclusive do Ministério. Eu tenho um
8621 problema crônico de saúde que ontem se agravou e não pude vir para cá. Mas eu
8622 também não tenho que dar satisfação disso. Eu tenho até que explicar para o Conselho,
8623 não do meu problema de saúde, mas apesar de saber que tem muitos aqui que não vêm
8624 e não dão, inclusive do Ministério da Justiça.

8625

8626 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8628 Quem tem e não vem tem o ponto cortado.

8629

8630 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8631

8632 É difícil a gente conversar, porque o Senhor fala 20 minutos e eu não interrompi. Eu falo 2
8633 e o Senhor corta, se mete, entra no meio. É difícil. Isso não é uma conversa civilizada.
8634 Quando um lado o tempo todo se defende o outro lado o tempo todo ouve. Eu respeito o
8635 trabalho de cada Conselheiro aqui. O que o Senhor colocou que eu disse. Eu não disse.
8636 O Senhor falou de um jeito, como se eu tivesse dito que as pessoas aqui não têm
8637 compromisso, como se os Conselheiros aqui não sejam pessoas sérias; como se o
8638 Márcio não esteja trabalhando. Eu não disse isso. Eu não disse nada disso. Ou o Senhor
8639 está entendendo errado ou tem mal ouvir ou estou entendendo que tem alguma coisa
8640 errada aqui, companheiro. Porque o que eu coloquei aqui, unicamente coloquei aqui é
8641 que é uma pena que tantos excelentes trabalhos não consigam sair desse círculo. Foi o
8642 que eu coloquei aqui. Mas não foi o que o Senhor entendeu daí.

8643

8644 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8645

8646 O Senhor me permite um aparte?

8647

8648 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8649

8650 Não permito. Isso está me incomodando, porque eu tenho falado uma coisa e as pessoas
8651 têm entendido outra. Ou eu estou com uma dificuldade imensa de comunicação e aí eu
8652 tenho que fazer uma revisão pessoal, porque o racismo enlouquece. É por isso que o
8653 Conselho Federal de Psicologia demonstra que a maior parte das pessoas que estão nos
8654 manicômios são negras, e é por isso que o Márcio também sabe que a maior parte das
8655 pessoas que têm morrido por conta da homofobia ou lebostofobia, também são negras. E
8656 todos os espaços da Sociedade são todos negros e negras, todos, em qualquer lugar.
8657 Então, meu companheiro, quando eu digo que as pessoas enlouquecem por isso é
8658 porque enlouquecem mesmo, e tem pessoas que ajudam a enlouquecer sem sequer
8659 saber. Nem sabe que está enlouquecendo o outro, mas está. Eu falei aqui com todas as
8660 palavras que todo mundo aqui tem feito apresentações sérias, que os Conselheiros aqui
8661 são pessoas honradas e têm trabalhado muito para levar esse Conselho a sério, eu disse
8662 tudo o que o Senhor colocou, absolutamente tudo igual. Agora, que as resoluções deste
8663 Conselho não saem daqui para lugar nenhum. Não temos assessoria de imprensa que
8664 divulgue essas informações para o mundo. Porque o Conselho Nacional de Justiça se
8665 reúne, imprensa para todo mundo tomar contato. Isso não contamina a Sociedade, isso
8666 não contamina as instituições. Foi o que eu coloquei aqui. Agora, se o Ministério está
8667 entendendo que eu coloquei outra coisa, aí o Ministério tem que fazer uma análise e
8668 inclusive ler o que estou falando nas degravações ou nas cópias que estão sendo feitas,
8669 porque eu não estou entendendo. Outra coisa. O Ministério colocou um DAS 4 para tratar
8670 disso e o Superintendente da Polícia Federal recebe DAS 3, claro que se soma ao salário
8671 que tem, que talvez seja diferente do DAS 4 daqui, não é isso? Quando junta os valores,
8672 dá uma diferença inclusive no salário. E eu acredito que o Senhor saiba disso ou eu estou
8673 enganado e quero aí assim que o Senhor me explique.

8674

8675 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8676

8677 É igual, a simetria é a mesma.

8678
8679 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
8680
8681 Estou falando de salários. A simetria ou é o salário? Porque a simetria é o quanto sobe
8682 no salário.
8683
8684 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8685
8686 Concede um aparte?
8687
8688 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
8689
8690 Claro.
8691
8692 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8693
8694 Só esse ou nos outros pontos que o Senhor citou?
8695
8696 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
8697
8698 Só esse, porque os outros o Senhor já respondeu tudo, eu fico com medo.
8699
8700 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8701
8702 Nós concordamos, inclusive vou acatar sua sugestão com relação à assessoria de
8703 imprensa. Nós concordamos em tudo o que o Senhor disse. Com relação aos salários,
8704 vou explicar para todo mundo que a diferença é o vínculo. Determinados servidores
8705 públicos tem vínculo, tem cargo público, foram submetidos a concurso público de provas
8706 e títulos, foram aprovados no concurso e tomaram posse no concurso. Esses servidores
8707 têm vínculo. Os servidores comissionados que não tem vínculo, por não terem se
8708 submetido ao processo público do concurso, eles não tem direito a cargo público, é isso.
8709
8710 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
8711
8712 Pronto. Mas do jeito que o Senhor coloca parece o seguinte, para as pessoas que não
8713 tem muitas vezes o entendimento é que um delegado da polícia, o Superintendente da
8714 Polícia Federal está ganhando com DAS três e quem tem DAS quatro está ganhando 8
8715 mil.
8716
8717 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8718
8719 Só para completar, porque não ficou cortado. A questão que eu disse não foi dos salários,
8720 não citei salários. A questão que eu disse é a representatividade. Da minha parte o
8721 Senhor tem a questão. Só o Conselheiro concluir a fala dele para que não se sinta
8722 cerceado.
8723
8724 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**
8725
8726 Toda vez que eu vou falar vira debate, é assim. Eu faço uma fala a reunião toda, a
8727 reunião inteira eu fico aqui, uma fala que eu faço vira um debate, vira uma discussão.

8728 Marcos brigando com o Ministério. É parece, né? Mas é o cotidiano, companheiro.
8729 Presidente, eu imagino, mas é o cotidiano.

8730
8731 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
8732 **Transexuais**

8733 Eu reconheço e apoio até o que você está falando, só que nós precisando acabar o tema.

8735

8736 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8737
8738 Eu gostaria de concluir minha fala em um minuto para a gente acabar. Porque me
8739 incomodou, eu fui citado e em incomodou. Porque tem ficado no cotidiano deste
8740 Conselho o entendimento não do Conselho, mas do Ministério este. Então, primeiro o
8741 Delegado da Polícia Federal soma o salário que recebe e mais o cargo. Então dá um
8742 valor completamente diferente do que o DAS 4 de quem não tem vínculo. Isso é
8743 importante salientar para não parecer que é um negócio de outro mundo que não é,
8744 apesar de saber que isso é o mínimo. O que nós estamos colocando é que a Secretaria-
8745 Executiva, as contribuições da fronteira, não contribui em nada inclusive, porque até
8746 quando se fez o debate da fronteira para mim não dizia muita coisa. Até parabenizei o
8747 Aragão, mas eu quero discutir aqui dentro. Foi o que falei naquele dia. Muitas vezes na
8748 ata ou na pauta e na reunião eu não tenho colocado as discussões, porque quando
8749 coloquei, inclusive com relação ao racismo não tive oportunidade de apresentar.
8750 Lembrem-se que duas vezes foi para a pauta e foi aprovado sem apresentação nenhuma.
8751 É outro fato. E disso que foi aprovado nada andou. Então assim, peço também um pouco
8752 de cuidado comigo, respeito. Eu não vejo falar assim de quem chegou tarde. A Regina
8753 Mikki já falou uma vez que tem pessoas que estão vindo e não vêm para cá e vão fazer
8754 incursões em outros lugares. Mas nunca vi, meu presidente em exercício, o Senhor fazer
8755 isso. Então, vamos pelo menos em respeito que eu tenho a vocês é necessário que se
8756 tenha comigo para não ficar parecendo que eu estava ontem de manhã brincando ou não
8757 fazendo nada, quando eu estava cuidando da minha saúde. Outra coisa, a minha crítica à
8758 Secretaria-Executiva é real. A Secretaria-Executiva desse CONASP não tem funcionado
8759 como outra funcionou em outro momento. Nós que estivemos aqui em outro momento e
8760 estamos nesse sabemos disso. Podemos não falar, mas sabemos disso. Então, quero
8761 reiterar o respeito a todos os Conselheiros, entendo também o que o Senhor colocou,
8762 Conselheiro Almir, parabéns quando o Senhor fala da Conferência é verdade, e talvez
8763 minha ansiedade seja demais, mas em tempo eu gostaria de também dizer ao Márcio
8764 Marins que você faz um papel mais uma vez fundamental e importantíssimo, e,
8765 entretanto, continuo reafirmando, daqui não vai para lugar nenhum, porque o que eu
8766 tenho visto é não ir para lugar nenhum. Somente isso.

8767
8768 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8769
8770 Conselheiro João Batista o Senhor estava inscrito para esse tema agora que é a carta.
8771 Continua sua inscrição? O Senhor quer fazer a leitura da carta?

8772
8773 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
8774 **Federais**

8775
8776 Continua, mas vou ter que ir para o hotel para pegar bagagem.
8777

- 8778 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 8779
- 8780 Quantos inscritos. Tem mais alguém que vai fazer uso da palavra?
- 8781
- 8782 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais**
- 8783
- 8784
- 8785 Eu tenho proposta de encaminhamento. O maior interessado em discutir essa carta sou eu, mas não quero prejudicar a pauta do companheiro aqui. Eu sei o que é esperar uma
- 8786 inclusão de pauta de maio até dezembro. Não sei, se tiver acordo do plenário, eu
- 8787 encaminhar essa carta para a Comissão de Ética do Conselho, visto que este Conselho
- 8788 tem uma Comissão de Ética.
- 8789
- 8790
- 8791 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 8792
- 8793 Veja bem, um encaminhamento individual de qualquer Conselheiro pode ser feito, isso é
- 8794 uma coisa. É uma decisão individual de cada um, não precisa debater com ninguém.
- 8795 Agora, se for uma decisão da Plenária vai ter debate. Essa que é a coisa. Outra
- 8796 possibilidade também é pautar esse tema na próxima, e se ele estivesse aqui você teria o
- 8797 debate com o autor.
- 8798
- 8799 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 8800
- 8801 Seria justo porque você falaria, o Conselheiro tem razão, com a pessoa que...
- 8802
- 8803 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
- 8804 **Transsexuais**
- 8805
- 8806 Eu posso até concordar com o encaminhamento, mas falar em justo e não justo, uma
- 8807 carta que foi enviada para alguns Conselheiros selecionados e não foi enviada para mim,
- 8808 não tem muito de justo nisso, mas enfim.
- 8809
- 8810 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 8811
- 8812 Pessoal, só um instante. Só para a gente continuar caminhando aqui, o Conselheiro
- 8813 Márcio pelo o que eu vi já concordou com essa questão. De discutir isso na próxima
- 8814 reunião e não discutir agora. Esse encaminhamento já está acolhido. Discussão da carta
- 8815 na próxima reunião com a presença de todos, inclusive com a presença do autor. Há
- 8816 consenso, alguém quer fazer uso da palavra? Conselheiro Benedito Mariano e Sílvio
- 8817 inscrito.
- 8818
- 8819 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
- 8820 **Municipais de Segurança Pública**
- 8821
- 8822 Eu não quero ser aqui impertinente, mas eu acho que para a próxima reunião levar esse
- 8823 tema da carta para a próxima reunião, eu acho meio estranho. O debate é hoje. Primeiro
- 8824 que eu tenho e acho que devemos debater, por isso queria ouvir os outros Conselheiros,
- 8825 qual é a definição do Conselho do Pleno em relação à carta. Eu tenho dúvidas do que
- 8826 nós devemos fazer. Tem uma coisa que eu acho, Presidente, que independente da carta
- 8827 que é importante a gente definir agora, que é aquela posição do CONASP e do Pleno em

8828 relação à criminalização da homofobia. Isso nós temos que definir hoje antes do almoço
8829 para depois não misturar pauta e vai deixando pauta vencida. Eu sugiro que nós abramos
8830 quatro ou cinco intervenções sobre a carta e tomemos um posicionamento hoje sobre
8831 essa questão.

8832
8833 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8834

8835 O Conselheiro Márcio já está com o texto pronto, para a gente já matar define o texto,
8836 aprova o texto e três inscritos para a carta. Um de cada segmento. Pode ser assim? O
8837 texto é aquele, você quer ler? Falta digitar? Só um instante então. Três inscritos para a
8838 gente não perder mais tempo. Três inscritos, um de cada segmento para discutir a carta e
8839 quando a Flávia terminar a gente aprova o texto.

8840
8841 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
8842

8843 Levanto uma questão de ordem. Esse é um tema sensível. É um tema sensível que
8844 significa dizer até onde vai a liberdade de expressão de um Conselheiro e a repercussão
8845 que essa liberdade quando mal exercida terá no âmbito da Plenária. Não é um tema
8846 qualquer. Então não é um tema qualquer. Eu sei que está todo mundo com fome, tem as
8847 pautas assim. Esse é um tema de extrema relevância e inclusive para saber qual é a
8848 repercussão disso. Deixar isso para a próxima pauta, esse não é um tema que vai ser, é
8849 um tema que vai abarcar toda a discussão sobre o que é homofobia e tudo o mais. A
8850 minha sugestão é se for mantida a discussão, não vai ter que ter limitação, não. Vamos
8851 debater.

8852
8853 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8854

8855 Conselheira Eliana, questão de ordem.

8856
8857 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**
8858

8859 A minha questão de ordem é no seguinte sentido. É óbvio que a gente deveria fazer
8860 constar em ata nossa indignação, nossa manifestação em relação a esse meio
8861 manifestado pelo Conselheiro Márcio. Estou proondo. Hoje a gente fazer isso, enfim, o
8862 nosso estranhamento e tristeza até com essa questão. Só que eu acho que a gente
8863 deveria sim levar para a próxima reunião com a presença do Márcio aqui, porque ele é
8864 Conselheiro e nós vamos continuar convivendo com ele e de alguma maneira ele tem que
8865 se colocar. Uma coisa não exclui a outra. Não é o mérito. O que ele fez não tem
8866 discussão, mas ele é Conselheiro e nós vamos continuar convivendo com ele aqui. Então
8867 a minha proposta é que a gente faça constar em ata que o Conselho tem indignação em
8868 relação a esse e-mail e que nós vamos tratar essa questão do ponto de vista de qualquer
8869 outro desdobramento com a presença dele, mas já apontar essa questão, entende?

8870
8871 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8872

8873 Conselheiro Sílvio com a palavra também questão de ordem.

8874
8875 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**
8876

8877 Eu respeito a opinião da minha irmã, mas nós somos um Conselho que representa
8878 entidades. Existe a figura do titular e do suplente. O suplente está aqui e ele falou pela
8879 entidade dele. O suplente estando aqui ele tem que responder. Vocês me desculpem,
8880 mas eu acho que se ele ponderou mal na hora de escrever isso, existem ônus e bônus
8881 quando se faz escolhas. Ele representa uma entidade. Se ele não pode vir, ele fala pela
8882 entidade. Se ele não fala, ele tem que ter o ônus disso. Eu sugiro que continuemos com o
8883 debate que o representante e suplente possa falar independente até da questão pessoal.
8884 Essa é minha posição.
8885

8886 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8887 Conselheiro João Batista.
8888

8889 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários
8890 Federais**

8891 Eu não vejo problema nenhum de seguir, o debate pode ser hoje, mas é muito louvável a
8892 questão de ser uma questão pessoal, até porque a indicação não vai para a entidade. No
8893 caso vai para o Conselheiro a maneira como ele escreveu. Embora a gente represente a
8894 entidade, mas você sabe que a opinião aqui é uma opinião que vem da pessoa. A
8895 entidade reconheceu, não há uma reunião com a entidade toda vez que a gente vem para
8896 cá e isso não deve acontecer com nenhum de vocês.
8897

8898 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**
8899

8900 Me permite um aparte? Todos os membros do Conselho são votados. Estão aqui
8901 escolhidos por alguém que eles estão representando. Se ele tomou a posição pessoal, eu
8902 acho que ele não conhece então o conceito de Conselho. Ele está falando por uma
8903 entidade. Ele tem que se responsabilizar por isso. Não é momento de se colocar
8904 questões pessoais. Se ele fez isso, ele tem que ser responsabilizado. Me desculpe, mas
8905 essa é minha posição.
8906

8907 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários
8908 Federais**

8909 Eu não vejo problema nenhum na discussão e inclusive fiz algumas anotações para a
8910 discussão. Eu vou ser sincero, esse é um tema sensível eu acho que a gente eu sei que
8911 é muito difícil, mas tem que haver um controle da quantidade de tempo, porque nós
8912 estamos sempre extrapolando o tempo dos temas, e digo que se não for deixado para a
8913 reunião seguinte como o Marcos, não vejo problema nenhum, mas eu queria realmente
8914 que fosse deixado para tarde. Eu particularmente tenho problema de só ficar até uma
8915 hora no hotel e como nós temos reunião até meio-dia eu achei que daria. Então eu vou
8916 ter de sair e não acho interessante, já que eu represento a entidade eu falar e sair e não
8917 participar do restante do debate. Por isso que eu digo para a tarde.
8918

8919 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
8920

8921 Tenho dois inscritos. Simone e depois Marcos. Conselheiros, por favor, vamos tentar
8922 seguir.
8923

8927 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscoopia e Identificação**

8928

8929 Gente, eu acho muito perigoso, Márcio, quando a gente às vezes coloca uma posição
8930 diferente e já votar isso hoje e já provocar alguma sanção, não é que a gente concorda
8931 com o teor da carta, longe disso, mas a gente tem que tomar muito cuidado com esse
8932 cerceamento. Daqui a pouco o Heder não vai poder mandar um e-mail para mim com
8933 ponto de vista em relação a um assunto aqui do Conselho, porque pode ser considerado
8934 perigoso. Eu acho complicado isso, porque essa carta não foi colocada oficialmente para
8935 o grupo, não foi para o Conselho. Você não pode responsabilizar a entidade por essa
8936 posição. Eu acho que esse é o ponto de vista, eu pelo menos vi assim, é o ponto de vista
8937 do Marcos que mandou o e-mail para algumas pessoas que por acaso chegou aqui
8938 publicamente. A gente tem que tomar muito cuidado com isso, porque você não pode
8939 responsabilizar também a instituição que ele representa aqui por este ponto de vista dele.
8940 Só para a gente ter cuidado com isso, senão daí a pouco vamos ficar todo mundo...

8941

8942 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8943

8944 Simone você entrou no mérito, então o Márcio quer fazer uso da palavra e inscritos estão
8945 o Marcos Costa e o Humberto.

8946

8947 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e
8948 Transsexuais**

8949

8950 Nós estamos perdendo muito mais tempo com o que a gente está pensando que vai ser o
8951 encaminhamento, a parte mais interessada sou eu. Só tenho que falar Simone, desculpa.
8952 Número 1, ele se refere a Conselheiros e Conselheiras. Ele não fala meu amigo fulano e
8953 minha amiga fulana. Só que ele sabe para quem ele não mandou, para não incorrer no
8954 mesmo erro novamente. Ele sabe para quem não mandou e para quem sequer ia querer
8955 dar ouvido a isso aqui. Vocês lembram como foi o processo eleitoral do CONASP. A
8956 gente tem que ter essa responsabilidade. Qualquer deslize meu aqui eu vou ser cobrado
8957 aqui pela ABGLT. Não tem ninguém aqui com seu CPF, é só CNPJ. São organizações.
8958 Você não sabe o quanto que eu sou cobrado e apanho lá do outro lado. Deve acontecer
8959 com outros também.

8960

8961 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8962

8963 Por favor, só para a gente obedecer a ordem das discussões, está inscrito o Conselheiro
8964 Marcos Costa, e se me permite a Flávia tem que digitar o texto e a luz do projetor está
8965 apagada. Só para a gente fazer então está inscrito Conselheiro Marcos Costa e
8966 Conselheiro Humberto.

8967

8968 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8969

8970 Eu não estou ainda discutindo a substância, estou discutindo a questão de qual é o
8971 procedimento que nós vamos enfrentar nessa situação. Quando a Eliana fala que nós
8972 precisamos deixar apontado. Toda vez que fala nós, significa uma decisão coletiva e se é
8973 uma decisão coletiva vai ter um debate coletivo para levar essa decisão. Mas o problema
8974 é que nós temos uma pauta e um assunto sensível. Não estou dizendo que a Plenária
8975 deixará de enfrentar isso com a devida atenção que deve ter no momento oportuno.
8976 Agora casando com o que Eliana vai falar, aquele Conselheiro que já quiser manifestar

8977 sua opinião individual agora para ficar registrado, já pode antecipar, porque não precisa
8978 ninguém pedir autorização para registrar nada. Não precisa de debate. Você pode
8979 registrar agora. Registro individual.

8980
8981 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
8982 **Transsexuais**

8983
8984 É o direito de todo Conselheiro e Conselheira se expressar e decisão minha como
8985 interessado aqui. Eu estou encaminhando para o Conselho de ética do CONASP. E estou
8986 retirando a discussão daqui neste momento. Mas todo Conselheiro e Conselheira que
8987 tem a palavra tem o direito de se expressar para que conste em ata, é claro. A indignação
8988 de cada representante ou não.

8989
8990 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8991
8992 A única coisa que eu queria saber é o seguinte que pode ser mantida a pauta da
8993 discussão com a Plenária.

8994
8995 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8996
8997 Mas eu acho que depois do Conselho de Ética avaliar traz para a Plenária.

8998
8999 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9000
9001 Só queria deixar mais uma coisa que é o seguinte. Quando ele se referiu a Conselheiros
9002 e não será isso que tirará eventual responsabilidade que vai ser apurada e tudo o mais,
9003 mas quando ele se dirigiu, se ele se dirigir a procurador Marcos Costa, porque esse é o
9004 meu cargo. Conselheiro é uma posição que nós temos aqui. Agora, essa comunicação
9005 dele não foi feita dentro do Conselho. Isso é uma coisa que vai ser examinado.

9006
9007 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9008
9009 Essa análise de mérito é o Conselho de ética que vai fazer. Conselheiros, em respeito
9010 aos que estão inscritos, eu solicito que sobre esse tema da carta está encaminhado pelo
9011 próprio autor. Solicito que a gente entre na pauta do encaminhamento da palestra do
9012 Conselheiro. Os Conselheiros concordam? Quer ler, fazer a leitura? Conselheiro Benedito
9013 Mariano com a palavra.

9014
9015 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
9016 **Municipais de Segurança Pública**

9017
9018 Quando o Conselheiro Márcio traz para o Pleno essa questão da carta, não é mais
9019 encaminhamento dele, o plenário também pode se manifestar. Então, eu acho que essa
9020 carta se é hoje... Questão de ordem? Só comecei a falar. Independentemente de ter quorum ou
9021 não para votar, a manifestação não precisa quorum. Deixa eu manifestar e depois
9022 encaminha a questão de ordem. É uma vontade de falar toda hora. Eu queria dizer o
9023 seguinte. A questão trazida pelo Conselheiro não é mais dele, é do plenário. Então eu
9024 quero defender que não vá para a comissão de ética e vire um debate no Pleno sobre
9025 essa questão. Acho isso mais pertinente, porque eu tenho dúvida. É lógico que foi infeliz
9026 o e-mail e estou indignado pela postura que teve, mas eu tenho dúvida se cabe a este

9027 Conselho punir o outro Conselheiro. Tenho dúvida, quero ser convencido e acho que
9028 temos que debater e isso não quer dizer que concorde evidentemente com o que ele
9029 escreveu. A maior resposta nossa, desse Pleno, é o que nós vamos ler aí. Isso é a
9030 resposta política mais geral, o que não impede de nós debatermos sobre até onde vai a
9031 posição pessoal ou até onde vai a posição do Conselheiro. Acho que não existe
9032 pessoalmente posição pessoal quando eu me dirijo a algum Conselheiro, porque eu aqui
9033 represento 200 municípios. O que eu falar de absurdo aqui é o CONSEMS que está
9034 falando. Eu não venho aqui como Benedito Mariano com CPF número tal, aqui cada um
9035 tem uma representação. Então esse debate nós temos que fazer. Se eu penso e sou a
9036 favor da homofobia e minha instituição é contra, eu não posso me manifestar. Esse
9037 debate que nós temos que aprofundar aqui. Aqui ninguém quer saber o que pensa
9038 individualmente cada um. São as instituições que representam. Isso aqui é um Fórum de
9039 representação coletiva e não individual. Então queria fazer esse registro e dizer que é o
9040 Pleno que tem que aprofundar esse debate de uma outra forma e peço desculpas ao
9041 companheiro Heder de não dar a questão de ordem, é que para manifestação
9042 independente de ter Fórum ou não, é o encaminhamento que a gente está tentando
9043 resolver.

9044
9045 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9046
9047 Conselheiros, com razão o Conselheiro Heder, nós não temos condição de deliberar mais
9048 nada, está suspensa a reunião e depois do almoço voltamos. 14 e 30 o nosso horário de
9049 retorno. Bom almoço a todos.

9050
9051 **Intervalo para Almoço**

9052
9053 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9054
9055 Bom, mediante a coação da Plenária, nós vamos iniciar. Em que pese talvez a gente não
9056 ter quorum ainda para deliberação, mas acho que podemos dar início pelo menos para
9057 leitura, Márcio. Vamos fazer a leitura então do texto? A Conselheira Eliana solicitou que
9058 nós autorizemos que ela faça a leitura. Está autorizado.

9059
9060 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

9061
9062 Está certo. Recomendação ou Moção. "Considerando a necessidade de sistematizar e
9063 mensurar dados oficiais de crimes de violações de direitos motivados por homofobia, o
9064 CONASP reconhece e apóia articulação de esforços, formação de parcerias estratégicas
9065 e definição de diretrizes em comum para enfrentar as causas e os efeitos da
9066 discriminação e violência homofóbica no Brasil. O CONASP apóia as ações propostas em
9067 instrumentos dentro de suas competências e especificidades. O CONASP reconhece a
9068 necessidade e apóia a criação de um mecanismo de monitoramento para acompanhar as
9069 políticas contra a discriminação à população LGBT que contenha entre outras
9070 informações o número de violações registradas e apuradas nos moldes do PNDH 3. O
9071 CONASP reconhece a necessidade e apóia a implementação de diretrizes para a
9072 atuação das Polícias Civis, Militares e Federal, Bombeiros, Guardas Militares e Agentes
9073 Penitenciários que garantam o respeito aos direitos, inclusive dos grupos em situação de
9074 maior vulnerabilidade com a população LGBT."

9075
9076 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9077
9078 Só uma coisa simples. Guardas Militares é Guardas Municipais. Pode seguir.
9079
9080 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**
9081
9082 “O CONASP reconhece e apóia a inclusão das temáticas LGBT na formação continuada
9083 destes profissionais de Segurança Pública. O CONASP apóia a capacitação de todas as
9084 unidades policiais para lidar com ocorrência de crimes de ódio e delitos de intolerância. O
9085 CONASP apóia a garantia de que todos os formulários de registro de ocorrência criminal
9086 haja um campo para registro de orientação de identidade de gênero. O CONASP
9087 reconhece a necessidade e recomenda que pessoas LGBT tenham garantia à opção em
9088 caso de detenção ou restrição de liberdade de ficarem em celas separadas. O CONASP
9089 reconhece a necessidade da aprovação de leis no Congresso Nacional que garantam a
9090 cidadania e os direitos humanos das pessoas LGBT no enfrentamento e criminalização
9091 da homofobia no Brasil.” Acabou?
9092
9093 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9094
9095 Conselheiros, nós vamos abrir agora para um debate e antes até do Conselheiro
9096 Benedito Mariano fazer a fala, eu gostaria de passar a palavra até numa situação
9097 diferente, mas conto com a colaboração dos Senhores. Nós temos um Conselheiro já
9098 indicado e não houve ainda publicação, mas como sua instituição já encaminhou o ofício
9099 que ele será o Conselheiro e ele já se faz presente, a mesa autorizou que ele tome
9100 assento junto conosco e logicamente ele não terá direito a voto. Gostaria que o
9101 Conselheiro Cleber se apresentasse ao Conselho.
9102
9103 **Kleber Luiz da Silva Junior – ADEPOL Brasil**
9104
9105 Boa tarde a todos. Acho que para a maioria aqui não será uma apresentação, né? É um
9106 reencontro. Meu nome é Cleber, ocupo o cargo de Delegado de Polícia da Polícia Civil do
9107 Distrito Federal. Sou lotado na Assessoria de Assuntos Institucionais da Polícia Civil e fui
9108 indicado para substituir o colega Jeferson Lisboa na cadeira da ADEPOL Brasil. É uma
9109 alegria reencontrar muitos. Eu estive aqui e tive a oportunidade de participar e é isso.
9110 Estou à disposição também para auxiliar e espero poder incrementar o debate sobre os
9111 temas que serão postos.
9112
9113 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9114
9115 Muito obrigado, Conselheiro. Seja bem-vindo. Com a palavra o Conselheiro Benedito
9116 Mariano.
9117
9118 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
9119 **Municipais de Segurança Pública**
9120
9121 Como chama a companheira da digitação? Flávia.
9122
9123 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9124

9125 Benedito, você permite que eu te atrapalhe? Aproveitando que não temos quorum ainda e
9126 para aproveitarmos esse momento, o Conselheiro Celito fez um pedido à mesa e gostaria
9127 que de atender o pedido nessa oportunidade. Conselheiro Celito com a palavra.
9128

9129 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**
9130

9131 Primeiro colegas companheiros dessa jornada, eu estou chegando no final da minha
9132 parte. Começamos lá no Fórum Nacional com os Conselhos Municipais. Batalhamos na
9133 primeira CONSEG, a Associação Brasileira de Criminalística, os peritos de uma forma
9134 geral se engajaram e participaram efetivamente e fomos felizes e fomos muito bem
9135 recebidos por todos os colegas que participaram. E tivemos acho que um sucesso muito
9136 grande em termos da Perícia que pode ser discutida, pode ser levada. Caminhamos e
9137 nos engajamos na reformulação do CONASP, uma tarefa difícil. Mas ainda eu gostaria de
9138 comentar aquilo que a gente hoje de manhã estava até falando. Para mim foi uma alegria
9139 e ao mesmo tempo nas primeiras reuniões nos assustava até um pouco, quando
9140 sentávamos numa mesa similar a essa, mas por um lado era Sociedade civil e do outro
9141 lado eram os trabalhadores e os representantes das Polícias Militares. Parecia que
9142 estávamos nos degladiando um contra o outro e não em busca de uma parceria. E que
9143 eu acho que a gente trabalhou e conseguiu até a CONSEG e depois no CONASP acho
9144 que essa união foi muito melhor. E hoje a gente não percebe mais quem é quem, e hoje a
9145 gente vê o pessoal da Sociedade civil defendendo trabalhadores da Segurança Pública
9146 de uma forma que a gente até às vezes brinca. Exatamente, eu acho que isso foi muito
9147 produtivo e foi muito bom. Então, as pessoas que eu encontrei nessa caminhada
9148 realmente foram maravilhosas. Acho que vou levar muita coisa de bom, muita coisa que
9149 aprendi nessa convivência de mais de 3 anos com alguns. Outros se engajaram na
9150 caminhada e estamos aqui tentando numa luta na busca dessa participação social, da
9151 participação da Sociedade nas políticas de Segurança Pública, e a gente vê que é uma
9152 luta difícil. Hoje de manhã ainda o Marcos fez uma manifestação e em outras
9153 oportunidades também me manifestei, me subordinei até contra essa aparente coisa que
9154 nos parece que a gente sai lá, deixa os nossos afazeres como todos aqui, faz um esforço
9155 muito grande para estar aqui, não é fácil. Eu para estar aqui hoje inclusive na véspera fui
9156 ao médico pedir autorização se posso ir ou não posso. Estou fazendo um tratamento.
9157 Então, realmente todo fundo faz um esforço para estar aqui, mas eu acho que como
9158 decano de todos os que estão aqui ou que fazem parte desse Conselho, já me sinto é
9159 plagiando Jorge Amado, Teresa Batista cansada de guerras do que batalhador para
9160 continuar. Eu acho que perdi um pouco esse entusiasmo que eu tinha para lutar pelas
9161 coisas e para buscar. Daí já não me senti mais bem para representar a minha categoria
9162 aqui. A decisão de abandonar é minha, porque a gente já vai para uma caminhada onde
9163 já estamos indo para a aposentadoria. Então, pelo contrário, eu acho que minha
9164 instituição ainda está insistindo para que eu continuasse e disse que não, acho que tem
9165 gente mais nova do que eu com mais disposição e mais entusiasmo para levar essa luta
9166 para frente. Então quero me despedir de todos e agradecer a simpatia e amizade de
9167 todos e daquilo que a gente recebeu aqui. Pedir desculpas se algumas vezes a gente se
9168 um exasperou um pouco e foi um pouco ríspido com alguns, mas acho que foi uma luta
9169 maravilhosa. E é claro que eu saio com um sentimento meio de frustração, não pelo
9170 CONASP, mas pelos resultados que deveriam vir dessa luta. O CONASP eu acho que
9171 cumpre o seu papel. Com dificuldades, é claro. Junta um grupo desse das várias facções
9172 da Sociedade que estão aqui representando para buscar um bem comum para todos. Eu
9173 acho que a gente avançou muito, produzimos muito e fizemos muito, mas a minha de
9174 ceço eu é que eu vejo por parte dos gestores ou por parte dos governos em não

9175 realmente implementarem aquilo que a gente às vezes discute aqui, coloca aqui com
9176 veemência e reclama e protesta, e a gente não vê o resultado. E eu me frustrei e
9177 principalmente no início desse governo para mim foi muito frustrante. Eu achei que a
9178 gente ia ter muito mais apoio, até porque a Regina era a nossa guia nessa caminhada
9179 com todo entusiasmo, e a gente, é claro, sente na hora que vai embora, mas acho que
9180 isso foi muito bom, foi muito produtivo. E espero que a gente continue nessa luta e que
9181 vocês continuem levando essa bandeira, mas tenham consciência que a luta é difícil e
9182 somente com pressão e com união de todo esse grupo que representa a Sociedade é
9183 que nós vamos conseguir implementar alguma coisa. Nada nos será dado de graça. Ou
9184 nós vamos buscar ou nós vamos ficar aqui. Então, essas batalhas que aqui travamos e
9185 quando protestamos é porque queremos que a coisa vá em frente. Então, eu me despeço
9186 de todos e gostaria de apresentar meu colega Márcio Godoy do Mato Grosso. Já foi
9187 Presidente da Associação Brasileira, já foi um batalhador, participou da COI no estado
9188 dele participou de todas as batalhas da frente ABC, porque ele era Presidente da ABC na
9189 luta pela autonomia da Perícia. E então acho que a Perícia oficial continua muito bem
9190 representada, talvez com mais entusiasmo do que eu nessas alturas. Muito obrigado a
9191 todos e desculpem. (palmas)

9192

9193 Márcio Godoy – Associação Brasileira de Criminalística/MT

9194

9195 Boa tarde a todos. Eu quero agradecer inicialmente aí a todos pela recepção. Como o
9196 doutor Celito colocou, eu já fui Presidente da ABC, a Associação Brasileira de
9197 Criminalística, e na época que teve a construção da CONSEG, eu e a diretoria da ABC na
9198 época indicamos o doutor Celito para estar representando a ABC nesse Fórum, e foi
9199 muito bem representado. Para nós, para mim especialmente substituí-lo nesse momento
9200 vai ser difícil. Vamos nos esforçar, porque apesar do tempo todo que ele coloca como um
9201 serviço prestado, mas ele tem ainda o espírito jovem, tem aquela vontade e tenho certeza
9202 que ele não vai abandonar assim de uma hora para outra. Com certeza, eu acho que ele
9203 vai participar de outro momento. Nós pedimos para ele ficar, queríamos que ele ficasse
9204 mas foi uma decisão pessoal e nós respeitamos. E estamos aqui para contribuir também
9205 nesse Fórum que a gente vê como importante e vê também como um encaminhamento
9206 para políticas da área de Segurança Pública no Brasil melhores. Então eu agradeço a
9207 acolhida. Estarei em outros momentos já participando aí junto com o meu colega
9208 Agadeilton representando a Perícia nacional. Obrigado.

9209

9210 Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ

9211

9212 Muito obrigado, Conselheiro. Seja bem-vindo. Conselheiro Agadeilton com a palavra.

9213

9214 Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos

9215 Criminais Federais

9216

9217 Eu não podia deixar de registrar a Simone quase chorando. Dentre os muitos com
9218 coração partido de saudade já do colega, a Simone certamente é a que melhor
9219 representou esse quadro. Mas não foi para isso que eu pedi a palavra, embora seja digno
9220 de registro. Foi para dizer que para mim foi uma grata alegria ter compartilhado com esse
9221 companheiro, esse competente profissional a experiência de estar aqui neste Conselho,
9222 nesse espaço importante e que eu espero um dia também chamar de grande
9223 representação da Sociedade brasileira que é o Conselho Nacional de Segurança Pública.
9224 Certamente Celito, sua luta não será em vão como não será a de todos nós. Por isso que

9225 a gente tem que ter esse espírito de democracia de saber que as pessoas são
9226 passageiras nas instituições, mas as instituições devem ser permanentes e cada
9227 passagem que a gente tiver em cada uma delas a gente deve deixar nosso legado. E
9228 você queixou um legado e eu particularmente tive a oportunidade de aprender bastante
9229 com você. Certamente em curto espaço de tempo será minha vez também de fazer essa
9230 despedida e trazer outros companheiros para estarem aqui continuando a luta e
9231 qualificando o debate e construindo um CONASP melhor e a partir desse debate uma
9232 Segurança Pública melhor. Muito obrigado de todo coração por tudo o que você fez aqui
9233 por este Conselho e pela Perícia brasileira. (palmas)

9234

9235 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

9236

9237 É rapidinho. Só porque eu não podia deixar de registrar aqui o meu arque inimigo Celito,
9238 as reuniões do CONASP não serão as mesmas. Depois daquele momento que os
9239 papiloscopistas paparam os peritos, eu quero dizer para você Celito, como esse ambiente
9240 é importante para a gente estabelecer as relações de respeito, né? Como a gente
9241 conseguiu construir papiloscopista e perito criminal esse ambiente de diálogo. Eu tenho
9242 certeza que com o Márcio Godoy isso também vai ser construído e dizer para você que
9243 você é uma pessoa especial e a gente não vai te esquecer nunca. E que foi muito bom
9244 conviver com você. Um grande abraço e espero te encontrar em lutas adiante por eu ser
9245 Perícia oficial e não de forma segregadas como tem sido feito de lados opostos, mas que
9246 a gente possa construir essa Perícia com todo mundo junto e que ela realmente funcione
9247 nesse país. Um abraço grande e vai com Deus. (palmas).

9248

9249 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9250

9251 Com a palavra o Conselheiro Márcio Marins.

9252

9253 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
9254 Transexuais

9255

9256 Companheiro, a ABGLT só tem a agradecer o apoio desde o processo eleitoral. Não foi
9257 depois de eleito, mas desde o processo eleitoral a compreensão do movimento novo que
9258 estava acabando de chegar e enfim a troca de experiência e apoio e gratidão eterna da
9259 ABGLT. E um recadinho uma frase inicial para o Conselheiro que está entrando. Atuar
9260 nesse Conselho não é fácil não, substituir o Celito mais difícil ainda.

9261

9262 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9263

9264 Conselheiro Almir.

9265

9266 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

9267

9268 Ele fez o relato da trajetória dele aqui, mas esqueceu que ele é o fundador do clube do
9269 vinho. Junto dele o Tião e o Bridi. Mas ele é essa pessoa que se eu pudesse denominar
9270 eu o chamaria de frade, papa, monge. Mesmo ele falando o tom da voz dele ele disse
9271 que fala alto, mas não ofende o ouvido da gente. Porque mesmo falando alto. Porque tem
9272 gente que fala baixo e ofende e ele fala alto e não consegue ofender pelo tom da voz e
9273 pelas qualidades. A única coisa que eu posso dizer é que a gente fique de pé para dar
9274 uma salva de palmas para você. (palmas).

9275
9276 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9277
9278 Conselheiro Humberto com a palavra.
9279
9280 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
9281 **Brasil**
9282
9283 É rápido, só queria deixar em nome dos representantes aqui dos dirigentes de órgãos
9284 policiais, dizer que o Celito é amigo há mais de 20 anos, companheiro, foi Presidente da
9285 ABC, foi Diretor da Perícia Técnica do Estado de Santa Catarina, é irmão e amigo. E
9286 quero dizer também e dar nosso testemunho da importância que você tem, não só nesse
9287 Conselho, mas para a Perícia oficial brasileira. Obrigado por tudo Celito. (palmas).
9288
9289 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9290
9291 Em nome da presidência do Conselho eu gostaria de agradecer ao Conselheiro Celito.
9292 Agradecer pelo trabalho que desenvolveu ao longo do período em que esteve aqui.
9293 Agradecer pela dedicação, pelo entusiasmo como foi dito aqui por alguns dos Senhores
9294 Conselheiros e Conselheiras, o Conselheiro Celito não só compôs o CONASP, ele
9295 participou da construção do CONASP. E isso com certeza já está registrado na história
9296 deste Conselho. Então fica, Conselheiro, o nosso pedido de que o Senhor continue
9297 conosco, o nosso agradecimento por ter caminhado junto com o Conselho durante este
9298 período, abrindo mão do seu tempo, da sua saúde para estar aqui conosco. Inclusive, nós
9299 temos que registrar esse fato. Como ele disse, ele está em procedimento de tratamento e
9300 pediu autorização para o médico para que estivesse aqui nesses dois ou três dias
9301 conosco. Então, fica o registro dos anais do Conselho. A presidente assinará um ofício
9302 endereçado à sua instituição agradecendo pelo apoio e pelo trabalho que o Senhor
9303 realizou dentro deste Conselho no período em que esteve aqui conosco. Muito obrigado
9304 em nome do Conselho. (palmas) Eu pergunto aos Conselheiros. Aliás, perdão,
9305 Conselheiro Mariano com a palavra. Resgate. Acho que nunca um aparte tão longo na
9306 história deste Conselho.
9307
9308 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
9309 **Municipais de Segurança Pública**
9310
9311 Eu voltei mais zen depois do almoço. Bom, Celito presente permanentemente aí, um o
9312 abraço de todos. Eu acho que neste Conselho se nós não avançamos tudo aquilo que
9313 nós queremos, nós conseguimos em alguns anos ampliar nossas amizades. Então tem o
9314 lado subjetivo que é às vezes o que a gente leva. Bom, eu quero dizer, apesar da
9315 observação do meu companheiro Marcos Costa, que eu já aprovei esse texto antes de
9316 ler. Então, não é nenhuma observação geral do texto, porque eu já sabia que ele viria
9317 qualificado. Eu só sugiro, Flávia, antes de eu sair do Conselho eu gravo o nome, Flávia.
9318 Só coloque um último item, por favor. Eu queria fazer a sugestão que esse item fosse o
9319 primeiro, porque vai de encontro à aquela discussão que nós tivemos de apoiar o projeto.
9320 Tem um indicativo direto ao Congresso Nacional e aí todos os outros. Mas o do
9321 Congresso Nacional, eu acho que ele é mais forte. Ao invés de terminar, ser o primeiro. E
9322 a guarda municipal já foi trocada, estava guardas militares e parabéns, Márcio, ficou
9323 muito bom o texto e eu não tenho reparo.
9324

9325 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9326
9327 Conselheiros, a mesa examina a seguinte situação. Fato concreto, nós não temos
9328 quorum para votar. Nós temos três alternativas, na verdade. Na primeira alternativa, nós
9329 não votamos logicamente essa moção hoje, nós ficamos para deliberar sobre isso na
9330 próxima reunião com quorum. Nós passamos para o Heder para apresentar o seu
9331 trabalho e logicamente não vamos poder deliberar, e na próxima reunião a gente só vota
9332 ou entramos nos informes de cada Conselheiro. Pois não, Conselheiro Marcos Costa. .
9333

9334 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
9335
9336 Talvez pudesse ter uma antecipação de votos daqueles que estão aqui. Já antecipava a
9337 votação.
9338

9339 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9340
9341 O problema é que não há quorum para abrir votação.
9342

9343 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
9344
9345 Mas você não vai votar não. Quando for aberto votar, vota. Todo mundo vai poder votar.
9346 Mas você já tem um compromisso institucional de apoio.
9347

9348 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9349
9350 Mas Conselheiro, eu creio que ninguém tem restrição com relação ao texto. Vai ser
9351 aprovado unanimemente.
9352

9353 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
9354
9355 É uma proposta de todos aqueles que estavam lá.
9356

9357 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9358
9359 Talvez se fosse um texto mais... mereceria da gente perder um pouco mais de tempo,
9360 mas acho que é consenso.
9361

9362 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**
9363
9364 Faltam quantos para o quorum?
9365

9366 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9367
9368 Dois. Para votar é 16. Há alguém que não concorda que esse texto é consenso de todos?
9369 Caso haja, eu creio que haja algum acréscimo ou questões de um tópico, mas o mérito
9370 acho que todos concordam.
9371

9372 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e
9373 Transexuais**
9374

9375 Creio que sim, os instrumentos estão aqui.

9376

9377 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9378

9379 Então eu não sei, eu acho que até para a gente ganhar um pouco de tempo, talvez a
9380 gente já encaminhasse e o Heder apresentaria. A preocupação é apresentar agora e na
9381 próxima reunião vai ter que apresentar de novo. Então informes dos Conselheiros.

9382

9383 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

9384

9385 Heder, eu acho só que a gente já tem que deixar pactuado aqui. Não sei se na Reunião
9386 Extraordinária isso pode ser feita para que aquelas recomendações nossas que estão
9387 persistindo em várias pautas elas sejam encaminhadas num primeiro momento da
9388 próxima reunião para a gente não correr o risco de não ter quorum e não ser aprovado.

9389

9390 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9391

9392 Está definido em recomendações. Com a palavra o Conselheiro Hélder para iniciarmos os
9393 informes. Conselheiro inscrito, Conselheiro Humberto.

9394

9395 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
9396 Estaduais**

9397

9398 Boa tarde a todos e todas. Sargento Heder da ANASPRA. O informe que a gente traz na
9399 verdade ainda não é totalmente conclusivo como deveria ser, mas em razão de que daqui
9400 a pouco a gente vai precisar estar encerrando a reunião é que está acontecendo agora a
9401 mesa de negociação lá no Maranhão em razão da greve dos policiais daquele Estado e a
9402 ANASPRA está presente, e tudo caminha para uma solução ainda hoje. Ou seja, estão
9403 sentados os trabalhadores, e não posso chamar de comando de greve, porque militar não
9404 faz greve. Então estão lá as lideranças locais, está lá presente a ANSPRA com o
9405 Deputado Sargento Aragão que é Deputado por Tocantins e diretor parlamentar da
9406 ANASPRA; e está lá o subtenente Raimundo Nonato Menezes de Araújo que é o Diretor
9407 Regional Sudeste de Minas Gerais e está presente também o Presidente da ANASPRA
9408 que é o subtenente Pedro Queiroz de Fortaleza e o soldado Marco Prisco que é da Bahia.
9409 Então a gente sabe e tem acompanhado, assim como mencionou o próprio coronel
9410 Augusto pela manhã a solicitação de uma GLO. Para nós é preocupante como a própria
9411 secretaria se posicionou ontem. Ou seja, o risco que a gente corre de reinstitucionalizar
9412 antigas práticas que ficamos livres delas a partir de 1985, quando quem governava o país
9413 eram os militares e sofremos muito. Então a gente vê com preocupação e digo, porque
9414 institucionalmente alguns entendem e compreendem de forma muito equivocada que a
9415 ANASPRA é que tem provocado essas questões em seus Estados. Isso é um grande
9416 equívoco. A ANASPRA se presta principalmente para que seja o elo entre os movimentos
9417 que reivindicam melhores condições de salários e trabalho e os gestores e comandantes.
9418 Tanto é que a situação começou a evoluir para um final que avizinha, ou seja, de um
9419 grande acordo a partir do momento em que a ANASPRA se fez presente desde a última
9420 terça-feira à noite. Então pelo menos uns seis diretores fazendo esse papel e eu quero
9421 crer e imaginar que se tivermos aqui a notícia de que estão sentados à mesa encerrando
9422 provavelmente a greve lá, que eu não poderia deixar de passar esse informe, porque
9423 para nós não é só reivindicar, é a responsabilidade de reivindicar. Porque nós que somos
9424 militares temos por trás um código de processo penal militar e os regulamentos

9425 disciplinares. Então eu deixo aqui só esse registro, porque é um papel importante que a
9426 ANASPRA está dez empreendo grande lá e reafirmar mais uma vez aqui e reconhecendo
9427 o esforço do Governador de Santa Catarina quando concedeu a anistia aos policiais e
9428 bombeiros militares daquele estado que também reivindicaram uma questão salarial em
9429 2008 e que foram excluídos. Reconhecer o papel aqui do nosso Diretor o Jota Costa, do
9430 Sargento Soares que é Deputado e Diretor, do soldado Lotin e sua diretoria. Agradecer
9431 também a compreensão da FENEM que foi fundamental nesse processo, porque a
9432 associação dos oficiais ela ajudou a construir esse processo de anistia. Ou seja, não foi
9433 Contrário. A NBrasil e principalmente ao Governador daquele estado que dentro da sua
9434 sensibilidade está aí promovendo a anistia a esses profissionais de Segurança Pública.
9435 Então da ANASPRA fica aqui o registro, muito obrigado pela atenção e fica aqui esse
9436 informe.
9437

9438 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9439 Conselheiro Humberto com a palavra.

9440 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
9441 **Brasil**

9442 Na verdade, Presidente, é mais uma questão de esclarecimento. Ao receber a minha
9443 passagem através do SDP, voltando um pouco mais, lá no meu Estado hoje existe um
9444 evento tradicional onde se homenageia algumas entidades, órgãos públicos e nossa
9445 instituição de polícia científica é para receber uma homenagem lá. O que acontece? Ao
9446 receber a minha passagem vinha dizendo que eu chegaria lá às 23h50, e como lá é meia
9447 noite que eles fazem as homenagens eu vim pedindo a possibilidade de atrasar um
9448 pouco e mesmo que eu não chegasse à meia noite, mas eu seria um dos últimos
9449 homenageados. Eu fiz esse pedido e quando eu chego aqui eu observo que na verdade
9450 esse documento oficial que me chega não é verídico, porque a minha chegada em João
9451 Pessoa é uma e quinze da manhã. Eu já vinha observado isso uma outra vez, mas achei
9452 que tinha sido um erro e tal, mas me parece que isso é mais uma questão de diária.
9453 Porque se botasse que eu chegaria uma e quinze teria que pagar mais uma. Eu acho que
9454 isso não é uma postura correta. Nós estamos no Ministério da Justiça, né? Eu acho que
9455 não seria correto esse tipo de alteração. Até me prontificaria se o caso é financeiro que a
9456 gente assine um documento, também não acho justo pagar, mas isso me trouxe um
9457 transtorno, porque eu tive que ligar para a pessoa hoje e assumir como se eu tivesse me
9458 equivocado, quando na verdade o equívoco não foi meu. Foi algo que aí não sei o
9459 porque, mas gostaria que não se repetisse. Até me proponho se a questão é financeira,
9460 eu assino um documento, mas isso atrapalha nesse meu caso que me programei, eu não
9461 gostei. Queria que ficasse registrado e se fosse possível eu gostaria de esclarecimento,
9462 porque no sistema é um horário e porque o horário que eu chego é outro. Ou seja, algo
9463 está errado. Algo não é o real. Tem alguma coisa irreal, e com certeza é o documento
9464 oficial. Eu acreditei que fosse verdade, porque são 2 horas e 20. Eu recebi do SCDP
9465 dizendo que saio daqui 22 horas e que no caso para nos lá seria 21, então o horário bate
9466 e que eu chegaria no dia 2 hoje às 23h50, quando na verdade não é, ou seja, isso não é
9467 verdade. Eu chego amanhã uma e quinze da manhã. E isso me traz transtorno, porque
9468 eu confirmei minha presença e tive que hoje ligar dizendo que não poderia ir porque
9469 houve um equívoco de minha parte, quando na verdade não houve equívoco nenhum.
9470 Seria só esse esclarecimento.
9471
9472
9473

9474

9475 **Suelen da Silva Sales - Secretária-Executiva do CONASP**

9476
9477 Na verdade é assim, eu queria até fazer uma proposta para a nossa reunião do ano que
9478 vem, a primeira para fazermos uma programação para o ano e nessa programação
9479 queria apresentar para vocês como funciona essa CDP e abrir o sistema e mostrar todas
9480 as pessoas que passam quando a passagem vai ser emitida para vocês entenderem
9481 como funciona o processo, até porque todas as reuniões a gente tem questionamento
9482 sobre esse ponto, mas sei que muitas vezes é até por não entender como funciona
9483 internamente. Todas as vezes que a gente pede emissão da passagem esse e-mail que
9484 chega para os Senhores a gente não tem acesso a eles. Ele é do SCDP direto para
9485 vocês, e única coisa que a gente tem acesso é ao bilhete de vocês. E, por exemplo, da
9486 passagem eu até cheguei a ligar para o seu Amir, perguntando se podia ser esse, se era
9487 o vôo que sempre ia e desde o início a gente sabia o horário da chegada. Então eu sei
9488 informar a informação que o SCDP dá. E assim, se você estiver em trânsito quando der
9489 meia noite, isso é a informação que eles dão para a gente e que o sistema recebe, você
9490 não recebe outra diária. Então, independente do SCDP dizer se ele vai chegar 23H59 ou
9491 uma e meia, você não recebe outra diária. Porque ele gera esse e-mail, não sei informar.
9492 Mas tenho até essa idéia de trazer aqui o setor responsável até do Ministério do
9493 Planejamento que são os responsáveis pelo sistema do SCDP para informar aqui como
9494 que funciona, porque foge da nossa alçada.

9495
9496 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
9497 **Brasil**

9498 Isso é importante, Suelen, até porque para que não reste dúvidas, porque isso é um
9499 documento oficial. SCDP é do Ministério do Planejamento? Então nós recebemos ou
9500 esse esclarecimento já nos devia ser feito. Porque eu tenho um dado, me programo em
9501 cima disso e recebo dizendo que eu vou chegar a 1h15, que eu confirmei na passagem.
9502 Então eu acho que é um pouco desorganização do próprio Governo. Como você lança
9503 um negócio e depois é outro?

9504
9505 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9506 Conselheiro, nesse caso específico do Senhor aí, inclusive nós vamos pegar esse dado e
9507 vamos fazer um documento formal para pedir uma explicação formal. Esse caso me
9508 parece um caso sui gêneris, porque não pode haver diferença entre o e-mail que o
9509 Senhor recebe com bilhete expedido. Porque pela lógica do Ministério tem a cotação e da
9510 cotação tem um aceite e quando o sistema manda o e-mail para o Senhor a passagem já
9511 foi cotada, reservada, comprada e paga. Caso haja algum problema de horário como
9512 alguns Conselheiros tiveram aqui, se nós formos interferir, nós vamos ter que pagar o
9513 reembolso, porque já foi paga quando aconteceu. Nesse caso específico do Senhor
9514 algum outro problema deve ter ocorrido. Não é regra isso. Quando a SCDP manda o e-
9515 mail sistema eletrônico a passagem já está pronta. Peço que mande e nós vamos pedir
9516 uma explicação formal e vamos lhe mandar essa informação e circular com os
9517 Conselheiros.

9518
9519 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
9520 **Brasil**

9524 Inclusive não foi a primeira vez. Na última reunião tanto que no meu relatório eu coloquei
9525 a hora que eu saí daqui e a hora que cheguei em João Pessoa porque diverge. Aí é só
9526 uma questão. A passagem sai normal, só que quando eu recebi a mensagem aqui eu
9527 estou chegando às 23H50. Estou trazendo esse problema, porque eu me programei lá
9528 com a coisa e houve um transtorno. Mas agradeço uma atenção da mesa e aguardo o
9529 esclarecimento.

9530

9531 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9532
9533 Não sei se pode ser influência do fuso horário. Isso não é regra? Está errado. Então
9534 vamos ter uma resposta formal. Conselheiro Bridi e Conselheiro Agadeilton.

9535

9536 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

9537

9538 Boa tarde. Queria colocar dois pontos. Contrapor uma colocação do nosso Conselheiro
9539 Heder. Não foi a FENEME, não foi o Governador quem construiu a anistia em Santa
9540 Catarina, Heder, foi o Conselho Nacional de Segurança Pública. Foi esse espaço que
9541 possibilitou o diálogo. Há mais de ano essa conversa começou e foi aqui dentro desse
9542 Fórum que essa conversa começou e teve evolução para chegar onde chegou. Queria
9543 dar os parabéns para o nosso Conselheiro Heder que começou a conversa e ele é o
9544 protagonista disso. O segundo ponto a tocar é que pode ser um equívoco meu de
9545 interpretação, mas lendo o artigo onze do nosso Regimento diz que nós precisamos ter
9546 quorum para votação quando não houver consenso. Se me permitirem a leitura. "As
9547 deliberações do CONASP serão adotadas por consenso ou na ausência deste por
9548 maioria simples em processo nominal aberto, observado com o mínimo de metade mais
9549 um de seus membros." Então acho que da moção que o nosso Conselheiro Márcio
9550 Marins colocou, se houver consenso não precisa votação. Artigo 11.

9551

9552 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9553

9554 Ela fala específica. "A aprovação de resolução e recomendação depende de maioria
9555 absoluta da Plenária para os demais atos e encaminhamento é maioria simples. Esse que
9556 é o impedimento. Algum inscrito para informe geral dos Conselheiros? Nenhum inscrito?
9557 Não há nenhum inscrito? Conselheiros, o Conselheiro Agadeilton inscrito, por favor.

9558

9559 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
9560 **Criminais Federais**

9561

9562 Como eu peguei o final da fala do Conselheiro Humberto e esse tema também eu já havia
9563 conversado, acho que há uns quatro ou cinco meses com a Secretaria-Executiva, é
9564 importante registrar e ressaltar mais uma vez da necessidade. Não sei se é a Secretaria-
9565 Executiva do CONASP, se é a SENASP ou o Ministério, mas eu vou chamar de
9566 equívocos, mas que pela repetição não cabe mais o nome de equívocos. Já vem
9567 acontecendo á bastante tempo em relação a minha pessoa, com relação a viagens, de
9568 estarmos chegando no nosso local de destino às duas e meia da manhã, às três horas da
9569 manhã, uma e trinta da manhã. Ou seja, nas primeiras horas do dia seguinte e o sistema
9570 SCDP registrar que a gente está chegando às 23h50 com o único objetivo de não pagar a
9571 diária correspondente ao dia seguinte. Então, eu já encaminhei um documento, um e-
9572 mail.

9573

- 9574 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 9575
- 9576 Me permite um aparte? Esses casos quando acontecerem assim, documentem, e peço à
- 9577 Secretaria-Executiva que faça levantamento desses casos porque em casos como esse
- 9578 os Conselheiros tem direito ao pagamento da diária que não foi paga. Então solicito à
- 9579 Cynthia que faça o levantamento para nós se isso está realmente acontecendo.
- 9580
- 9581 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
- 9582 **Criminais Federais**
- 9583
- 9584 Então só para concluir, Presidente, isso foi encaminhado por e-mail com todo
- 9585 esclarecimento e todo pedido de encaminhamentos devidos, inclusive a servidora da
- 9586 Secretaria-Executiva Verônica recebeu e encaminhou para o controle interno, e inclusive
- 9587 eu permito a ela que se for possível a Verônica dê algum esclarecimento sobre isso,
- 9588 porque eu acho que é uma situação importante para ser esclarecida, é um equívoco que
- 9589 vem acontecendo e precisa ser corrigido e não só em relação à minha pessoa, mas
- 9590 também ao Conselheiro Almir pelo que sei e outros Conselheiros. É importante que isso
- 9591 seja corrigido.
- 9592
- 9593 **Verônica Lins – Secretaria-Executiva do CONASP**
- 9594
- 9595 O Agadeilton já tinha várias e várias vezes questionado, e eu pedi para ele, vamos
- 9596 formalizar porque eu ligo lá, peço a informação e acho que por telefone não seria o
- 9597 correto passar para o Conselheiro. E então mediante isso, ele buscou na legislação,
- 9598 formalizou o e-mail e passei para o órgão responsável que é o gabinete do Ministro que
- 9599 faz a emissão da passagem e o gabinete do Ministro fez uma consulta no órgão de
- 9600 controle interno que tem no Ministério e eles responderam o e-mail e eu repassei para o
- 9601 Agadeilton dizendo que não tem direito. Eu te passei o e-mail do controle interno.
- 9602
- 9603 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**
- 9604 **Criminais Federais**
- 9605
- 9606 Mas me permita, a resposta do controle interno foi em relação a eu não receber diária de
- 9607 Conselheiro. Isso já foi outro questionamento. Eu e talvez o Marcos, quem é Servidor
- 9608 Público Federal não recebe diária de Conselheiro. Além de não estar recebendo as
- 9609 diárias corretamente, não recebe a diária de Conselheiro, porque é Servidor Público
- 9610 Federal e como tal recebe a diária de servidor que é menor em cerca de cem reais à
- 9611 diária de Conselheiro. Então eu reclamei disso e essa reclamação foi encaminhada ao
- 9612 controle interno e o controle interno respondeu que não tinha como pagar porque o
- 9613 Decreto não amparava. Quanto a isso eu não me insurgi, se eu for me insurgir agora vai
- 9614 ser na justiça. Agora, quanto ao equívoco de estar informando o sistema CDP que a
- 9615 gente chega às 23h50 para não pagar a diária do dia seguinte, isso não foi respondido e
- 9616 não me foi encaminhado. E isso não é questão de interpretação, isso é legislação. O
- 9617 Decreto me dá o direito do recebimento da diária. A base para pagamento é o dia de
- 9618 retorno. Não importa, pode ser um minuto do dia seguinte, mas é o dia de retorno. E
- 9619 quando você informa o dia de chegada, não é CDP, é o horário de chegada, o sistema já
- 9620 gera a diária.
- 9621
- 9622 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
- 9623

9624 Verônica, me permita um aparte, a Suelen está colocando a posição que foi dada pelo
9625 Ministério com a devida vênia, eu não concordo. Nos foi informado pelo gabinete do
9626 Ministro e se for a transparência que merece uma reunião com a CONJUR. A primeira
9627 resposta que obtivemos seria uma que legalmente e juridicamente eu não concordo. Qual
9628 é? De que primeiro o Conselheiro não teria direito à diária, porque não teria necessidade
9629 de fazer uso de hotel. Nada a ver. Segundo. De que contava o horário de saída daqui.
9630 Nada a ver também. O fato gerador do pagamento da diária não é a chegada ou saída de
9631 Brasília. É a chegada ou saída do local de origem. Se o Agadeilton é de João Pessoa, o
9632 pagamento da diária começa a contar a partir do momento de deslocamento do local
9633 onde ele mora e não de Brasília. Então, vamos fazer o encaminhamento que eu acho que
9634 é coerente e verifica qual foi o órgão do gabinete do Ministro que deu essa informação e
9635 nós vamos procurar a consultoria jurídica, porque o fato gerador da diária não é local de
9636 chegada, não de saída. Isso, de origem. Almir e Marcos Costa. Vocês entenderam.
9637 Conselheiro Almir e Conselheiro Marcos Costa.

9638

9639 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

9640

9641 Presidente, é o seguinte. Este problema não acontecia. Desde a ACOM que SCDP
9642 informava o horário de chegar. Sempre informou. Isso está acontecendo agora, recente.
9643 Um ano para cá. Há uns três anos estava normal. A observação foi por conta disso, a
9644 gente estava recebendo normal.

9645

9646 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9647

9648 O diferente que a Suelen está colocando aqui é que a partir deste ano está sendo
9649 expedido pelo gabinete do Ministro. Até ano passado era pela SENASP, mas enfim,
9650 vamos checar a origem disso. O Conselheiro Marcos Costa com a palavra.

9651

9652 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9653

9654 Não vai ser sobre esse tema, é outro tema. Então, eu queria que a mesa indicasse se a
9655 SENASP tem algum informativo mensal das suas atividades.

9656

9657 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9658

9659 Tem um informativo interno.

9660

9661 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9662

9663 Mas externo?

9664

9665 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9666

9667 Externo só o Ministério. Nós tínhamos um informativo só, que esse informativo era
9668 conduzido só por um dos departamentos. A partir do início do ano houve orientação do
9669 gabinete do Ministro, da assessoria de comunicação que todos os informativos deveriam
9670 que ser centralizados no site do Ministério, e então nós estamos trabalhando. Nós temos
9671 esse piloto que é interno o Servidor da SENASP, orientações e informações gerais, mas
9672 para o público externo nós não temos. Há um informativo que não é público geral
9673 SENASP que é passado na rede de ensino à distância. Os policiais fazem parte e devem

9674 receber e por ser e-mail, esse e-mail não é informativo do SENASP, é do Sistema de
9675 Ensino à Distância e Secretaria.

9676

9677 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9678

9679 Então talvez aqueles informativos que pudessem ser incluídos como rotina, encaminhar
9680 aos Conselheiros. Tudo o que o Ministério da Justiça produz, a SENASP produz, ser
9681 incluído na dinâmica de divulgação entre os Conselheiros. A outra coisa é que houve uma
9682 série de preparação para a CONSEG e realizou uma série de documentos sobre inquérito
9683 e documentos de referência estudando vários aspectos de Segurança Pública. Salvo
9684 engano, me parece que isso está meio disperso no portal, se pudesse organizar isso num
9685 local como texto de referência do CONASP ou alguma coisa assim, colocar aonde puder
9686 colocar lá no CONASP, os textos...

9687

9688 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9689

9690 O Senhor me permite? Esses textos, os conselhos que à época não participaram da
9691 preparação da Conferência, durante o processo de construção da Primeira Conferência
9692 foram construídos cadernos informativos. Então teve, houve cadernos sobre o inquérito.

9693

9694 **Verônica Lins – Secretaria-Executiva do CONASP**

9695

9696 Não, na Conferência foram realizados seminários temáticos que foram publicados e além
9697 das publicações dos seminários temáticos, aí tem da feira de conhecimento e uma
9698 publicação que foi uma consulta aos policiais. Durante a preparação da Conferência
9699 foram realizados seminários temáticos. São oito seminários e depois foram produzidas as
9700 publicações dos seminários. Além disso, tem uma consulta que foi realizada, consulta aos
9701 policiais também que se transformou numa publicação, tem o texto base o relatório final e
9702 tinha o caderno de propostas que esse já está esgotado e não temos mais essa
9703 publicação. E alguns cadernos temáticos eu acho que muitos Conselheiros receberam,
9704 então a gente não tem todos, assim do um ao oito.

9705

9706 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9707

9708 Só uma pergunta para os Conselheiros. Algun dos Conselheiros não tem esses cadernos
9709 temáticos? Tem algum que não tem? Então, nós na Secretaria-Executiva a gente levanta
9710 os que a gente tem para na próxima reunião trazermos para os Conselheiros. E só uma
9711 questão. No site da Conferência que ainda está ativo tem todo esse material eletrônico aí.
9712 Marcos, por favor.

9713

9714 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9715

9716 Talvez mais organizar os arquivos digitais, que você pode baixar, entendeu? Essa
9717 questão do site da CONSEG talvez o CONASP não tem portal, já está indo para a
9718 segunda então talvez renomear aquilo para ser CONASP, e aí colocar um atalho, alguma
9719 coisa assim.

9720

9721 **Suelen da Silva Sales - Secretaria-Executiva do CONASP**

9722

9723 É que na verdade é assim, a idéia é que esse site da CONSEG se transformasse no site
9724 do CONASP, mas não conseguimos isso até por procedimentos internos do Ministério da
9725 Justiça, que eles acham que a gente tem que concentrar todas as informações que forem
9726 do Ministério no mesmo site. Então eles concentraram todas as informações nossas que
9727 vão para o site do CONASP vão para o site do Ministério. Mas um acordo que nós
9728 fizemos com eles é então de não tirar o site da CONSEG do ar. Deixar o site da
9729 CONSEG como estava com resultados finais, com todas as publicações, porque é um
9730 site muito mais bonito e chama muito mais a atenção e deixamos esse site no ar para
9731 disponibilizar e inclusive com muitos materiais que vão nos ajudar agora na Segunda
9732 Conferência. E todos os cadernos nós temos disponíveis no site da conseg.gov.br
9733

9734 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9735 Só para terminar duas coisinhas. Uma coisinha menor, mas acho importante a
9736 manifestação dos Conselheiros é que nós estamos preocupados com a alocação física
9737 da Secretaria-Executiva, o local que foi designado atualmente é incompatível com a
9738 necessidade da Secretaria-Executiva. O local é muito pequeno. É uma salinha muito
9739 pequena e assim é menos do que um puxadinho. Então é muito pequeno e você tem que
9740 pedir licença para entrar. Outra coisa, essa é uma questão que coloco para a gente se
9741 manifestar. E a outra é que a presidência, se houver acordo dos demais Conselheiros
9742 faça os contatos com o Ministro da Justiça para que ele esteja na abertura do ano.
9743 Porque o Ministro da Saúde abriu, aliás, ele vai sempre e abriu o ano do Conselho
9744 Nacional de Saúde. Quando vai ter apresentação da Política da Secretaria de Segurança
9745 Pública. É em fevereiro. Não precisa ser na extraordinária, mas na ordinária.
9746

9747 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9749 Na abertura ordinária, é uma boa pauta.
9750

9751 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
9752 Estaduais**

9753 Eu acho que nós encerramos pela manhã. Eu gostaria primeiro o seguinte. Foi-nos
9754 repassado a todos os Conselheiros o relatório que a Câmara Técnica tinha que
9755 apresentar da implementação de como estão os princípios e diretrizes. Então todos
9756 receberam e nós tivemos a apresentação aqueles que quiseram participar e foi facultada
9757 inclusive a vinda para acompanhar a apresentação do relatório e foi feito na Câmara
9758 Técnica. Mandou por e-mail. Está todo mundo. O físico aqui foi disponibilizado para
9759 aqueles que tiveram. Eu gostaria de solicitar à Secretaria-Executiva, e aí é um interesse
9760 da categoria dos trabalhadores, principalmente dos Policiais Civis e Militares, porque nos
9761 foi apresentado o relatório e na diretriz 14 estabelece que a diretriz aprovada na
9762 Conferência é que deveria criar um plano de carreira com piso salarial digno. O
9763 apontamento no relatório da conta que houve e está assim, olha o resultado do princípio
9764 da aplicação dele ou não. Levantamento nacional dos pisos e remuneração das
9765 Instituições de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpos de Bombeiros
9766 prevista no texto e estudo sobre o custo da PEC 300. Então a ANASPRA solicita à
9767 Secretaria-Executiva providenciar por gentileza esse estudo, esse impacto e esse custo,
9768 porque se há um estudo feito pelo gestor, nós gostaríamos de saber. E evidentemente
9769 em que pese o interesse ser da ANASPRA, acho que deve ser apresentado ao Conselho
9770 mesmo que não lhes diga respeito, mas é um assunto que eu digo, porque na verdade eu
9771

9773 posso não ter o interesse. Eu solicito à Secretaria-Executiva que nos seja apresentado
9774 este relatório, porque ele vai trazer o impacto, os custos e a questão salarial das polícias
9775 no Brasil, mesmo que com uma certa defasagem, porque esse relatório deve ter sido feito
9776 o ano passado, mas pelo menos que a gente possa ter balizado como é que está a
9777 questão salarial no Brasil, porque consta aqui que a SENASP possui esses dados. Esse
9778 é o primeiro ponto. O segundo é há alguém aí, estivemos presentes no dia 22. Constava
9779 e consta da pauta o informe acerca da Audiência Pública sobre o financiamento, a
9780 questão do PPA, e então estivemos presentes aqui que eu me recordo o amigo e
9781 Conselheiro Marcos Rezende, Almir Laureano, eu, tinha mais alguém presente? Acho
9782 que valeria a pena aproveitar esse momento e tanto o Marcos e Almir se sentirem a
9783 vontade para relatar. E o principal, porque nós deliberamos pela manhã que haverá uma
9784 Audiência Pública e uma Reunião Extraordinária em janeiro e não definimos nada. Então
9785 eu acho que seria oportuno aproveitar este momento e ver que data, como é que a gente
9786 pode, porque senão isso depois acaba recaindo sobre a mesa diretora, e aí vai por e-mail
9787 e fica muito mais complicado. Então, eu gostaria que a gente debatesse esse assunto
9788 porque foi posto e não foi avançado.

9789

9790 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9791

9792 Sugiro que o Conselheiro Márcio e Heder já levante no calendário a data proposta para a
9793 gente encaminhar e depois só apresentar a data do plenário.

9794

9795 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

9796

9797 Então através da solicitação do Conselheiro Heder e conforme está na nossa proposta da
9798 pauta da reunião, a Audiência Pública que aconteceu na Comissão de Segurança Pública
9799 na Câmara dos Deputados teve a presença na mesa do Presidente da Comissão que é o
9800 Deputado Federal Domingos Dutra que é do PT do Maranhão. A presença do CEFEMEA
9801 e a presença também do SESEC e do INESC e Articulação das Mulheres Brasileiras. Eu
9802 estava falando da mesa, mas estava como CEFEMEA, enfim, mas concordo contigo.
9803 Sentimos falta da presença do Ministério da Justiça que apesar do convite não foi nem
9804 mandou representante. Ou seja, fato este que foi até relatado pelo Deputado Domingos
9805 Dutra com o entendimento até de desrespeito para com a comissão e que, é claro, ele iria
9806 cobrar dos órgãos competentes porque ninguém foi representando o Ministério da Justiça
9807 ou governo numa audiência com tamanha importância. A audiência discutiu a questão,
9808 colocou a questão do PPA e demonstrou o quanto nesse processo do plano plurianual o
9809 Ministério da Justiça perde o recurso, vai sofrer mais um corte e o que é pior, o quanto
9810 também do PRONASCI foi colocado como pagamento para cursos com relação aos
9811 trabalhadores da Segurança Pública, mas como também não existe nenhum
9812 levantamento da efetividade desses cursos, parecendo exclusivamente que era mais uma
9813 complementação salarial do que uma responsabilidade de mudança comportamental. E
9814 isso fez com que houvesse por parte dos Deputados uma colocação de preocupação e
9815 também o entendimento de que boa parte dos recursos do Ministério da Justiça esse ano
9816 no que diz respeito a temas como PRONASCI estão muito ligados aos grandes eventos
9817 esportivos. Então é muito segurança voltada para grandes eventos esportivos. Então os
9818 diálogo com essas áreas sociais diminui recursos e aumenta recursos justamente no que
9819 diz respeito à segurança dos eventos esportivos. Então, tem uma preocupação da
9820 Sociedade civil nesse campo e nós vamos aprofundar numa próxima Audiência Pública, e
9821 no Grupo de Trabalho que foi aprovado a estar discutindo sobre esse tema lá no
9822 congresso, porque gostaríamos que o Ministério da Justiça pudesse vir responder a estes

9823 questionamentos, Senhor Presidente, porque isso reflete um pouco também dentro das
9824 colocações acerca daquilo que eu estava falando antes do almoço. Nós não temos e foi
9825 colocado pelo representante do INESC que nós não tivemos um Plano Nacional de
9826 Segurança Pública. E isso ele disse com todas as palavras que quando cobrávamos foi
9827 dito aqui que o Ministério iria esperar autorização da presidente Dilma para depois
9828 apresentar a gente. E já estamos em dezembro. Ou a presidente não autorizou ou ela
9829 ainda não leu ou esse ano não teve plano. Porque essa é a nossa última reunião do
9830 Conselho este ano e, se não me engano, ninguém apresentou para a gente o Programa
9831 Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça durante o ano inteiro. Eu queria
9832 então já propor como pauta da primeira reunião do ano que vem, além dessa prestação
9833 do que foi feito que o Marcos apresentou a Regina como fórum geral aqui do nosso
9834 Conselho, que também fosse dito para a gente que plano era esse ou que plano é esse,
9835 por que a presidente topou ou não topou e porque a gente não sabe de nada e é
9836 Conselho Nacional de Segurança Pública. Então eu acho que esse é um primeiro ponto
9837 de pauta que é importante. Também como outra sugestão de ponto de pauta é que nós
9838 aprovamos aqui também depois, inclusive, da apresentação de uma representante do
9839 Ministério da Justiça quando ela fez uma análise aqui de que em tudo o que diz respeito à
9840 violência letal e homicídio, os negros são aqueles que são os que mais são vítimas dessa
9841 violência. E, aqui então construímos uma pauta de que o Ministério da Justiça, foi
9842 colocada uma pauta que seria um foco do Ministério da Justiça para construir uma
9843 política sobre, isso e até agora não recebemos nenhum documentou encaminhamento e
9844 queríamos sugerir como pauta também que o Ministério da Justiça nos coloque quais
9845 encaminhamentos estão adotando a esse respeito.

9846
9847 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9848
9849 Conselheiro Benedito Mariano.

9850
9851 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
9852 **Municipais de Segurança Pública**

9853 Quero reforçar a colocação do Conselheiro Marcos para que na primeira Reunião
9854 Ordinária nossa em 2012, se é possível e o Marcos já sugeriu a presença do Ministro e aí
9855 se apresente qual é o orçamento da SENASP para 2012, porque 2011 nós passamos
9856 com edital de 38 milhões para os Municípios. Se não me engano, e aí são dados que
9857 podem ser checados, mas, se não me engano em 2010, o Programa Nacional de
9858 Segurança Pública investiu nos estados e nos municípios mais de um bilhão de reais. Em
9859 2010. Um bilhão de reais. Em 2011 um bilhão se transformou em 38 milhões de reais,
9860 não do PRONASCI, mas do Fundo Nacional de Segurança Pública. Então a questão,
9861 mesa que eu acho que tem que ser pauta o ano que vem é: O Programa Nacional de
9862 Segurança Pública vai continuar? Se não vai continuar, porque não se fala disso e fica
9863 uma coisa que existe, mas não existe. É política do Ministro José Eduardo Cardoso e da
9864 Presidente Dilma manter o Programa Nacional de Segurança Pública? Se não for, qual é
9865 a alternativa para trabalhar com estados e municípios? Porque o PRONASCI é um
9866 programa que estava criando perspectiva nacional. Nós sabemos pela mídia. Uma coisa
9867 estranha do artigo do Luís Eduardo Soares citando a reunião com a Presidenta da
9868 República que recusou o Programa Nacional de Homicídios que nós não conhecemos.
9869 Não sei de onde inventou. Não deve ter inventário para fazer um artigo na folha de São
9870 Paulo dizendo do programa que não foi aceito. Qual programa não foi aceito? Quais são
9871 os pontos que não são aceitos? Tem lá um outro Programa Nacional de Homicídios. Terá

9873 o PRONASCI? Nós não temos respostas. Aí é do ponto de vista estrutural e política e
9874 este Conselho vai ser cobrado disso, de pelo menos entender o que está acontecendo.
9875 Os municípios, e eu falo aqui por 200 municípios que compõem o CONSEMS. Bolsa
9876 Formação chegou a gastar na época do Secretário Balestreri quase um bilhão e ele vinha
9877 aqui e dizia isso. Gastamos com o Bolsa Formação 800, 850 milhões de reais por ano.
9878 Cortou praticamente todos os estados. A nossa guarda em São Bernardo que tinha 550
9879 bolsas hoje tem 38. Então vai criando várias situações e praticamente não existe mais um
9880 programa Bolsa Formação. Não tem Bolsa Formação e não tem Programa Nacional de
9881 Segurança Pública. Qual é o projeto para 2012 que nós queremos apoiar, discutir e
9882 colocar necessidade de ter um programa. Dou aparte.
9883

9884 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9885
9886 Até para a gente poder talvez pegar o teu gancho. Nós queremos que seja apresentada
9887 uma resposta, a gente já apontou e já coloca isso aqui. Porque a gente pode tomar uma
9888 decisão colegiada com o fórum que a gente tem aqui. Coisas internas nós podemos. E
9889 essas suas perguntas que a SENASP apresente a informação.
9890

9891 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
9892 **Municipais de Segurança Pública**

9893
9894 Eu acho pertinente. Se a mesa permite podemos encaminhar de decisão colegiado
9895 recursos para 2012.
9896

9897 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9898
9899 Decisão colegiado? Eu acho que nós estamos tratando aqui de pauta. Isso é possível
9900 sim. Sem problema nenhum.
9901

9902 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
9903 **Municipais de Segurança Pública**

9904
9905 Então retomando ponto a ponto essas preocupações. Orçamento e pegando o gancho
9906 que o Marcos levantou. Orçamento para 2012. Posição clara sobre um Programa
9907 Nacional de Segurança Pública. O PRONASCI existe? Nós vamos falar? Se nós
9908 pegarmos esse um ano, não teve nenhuma fala pública e política do Ministério da Justiça
9909 sobre o PRONASCI. Eu não quero aqui fazer a defesa da administração anterior, do
9910 Tasso Genro ou de quem estava. Tinha dificuldades, mas foi o Programa que o Brasil
9911 inteiro conheceu e de repente não se discute mais. Se a Flávia ajudar. Nós queremos
9912 botar alguns pontos na tela.
9913

9914 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9915
9916 Na verdade isso é uma proposta de pauta que nós estamos colocando. Coloca Flávia,
9917 encaminhamento produzido pelo Conselheiro Benedito Mariano. Espera aí, Conselheiro.
9918 Só um instante para a gente organizar. Encaminhamentos. Vamos relacionar todos.
9919

9920 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
9921 **Municipais de Segurança Pública**

9923 Orçamento 2012. Posição do Ministério da Justiça sobre o PRONASCI. Orçamento 2012
9924 para a SENASP. Porque esse ano basicamente foi Fundo Nacional de Segurança
9925 Pública. Qual é o orçamento da SENASP para 2012. Posição com relação ao Programa
9926 Nacional de Segurança Pública. Vai existir, continuar ou não? PRONASCI. Bolsa
9927 Formação, o programa vai continuar ou não. São as preocupações que todo mundo fala e
9928 não traz aqui. E, por último, o Programa de Redução dos Homicídios. Não foi aceita a
9929 notícia pública é que a Presidente não aceitou o programa. Se tem perspectiva de ter um
9930 outro programa ou qual é o programa que vai ser apresentado em 2012. É de Homicídio,
9931 o PRONASCI ou um novo? Essas são questões de fundo que se tiver, nós podemos
9932 transmitir não só para o Ministério, mas para a Secretaria Nacional da Presidência, para
9933 outros órgãos essas questões que um Conselho que representa a Sociedade civil, os
9934 trabalhadores e os gestores estão preocupadas para 2012. Nós queremos fortalecer uma
9935 Política Nacional de Segurança Pública e sem essas questões não conseguimos dar
9936 nossa cota de contribuição, Presidente.

9937

9938 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9939

9940 Obrigado, Conselheiro. Com a palavra o Conselheiro Marcos Rezende para que seja
9941 lançado como proposta.

9942

9943 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

9944

9945 Eu tinha feito então uma sugestão anterior e diz respeito a essa questão do Plano
9946 Nacional de Segurança Pública e também quais as medidas efetivas do Ministério da
9947 Justiça uma vez que ele entendeu, houve entendimento aqui que a violência letal com
9948 relação aos jovens negros era uma prioridade devido às própria explicações do Ministério
9949 qual é o programa, projeto ou pensamento que o Ministério está construindo para tratar
9950 dessas questões. Ou seja, qual a política do Ministério da Justiça no que diz respeito à
9951 redução da violência letal contra os jovens negros?

9952

9953 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9954

9955 Marcos Costa.

9956

9957 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9958

9959 Eu gostaria que na verdade a gente visse agora se concorda ou não concorda.

9960

9961 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9962

9963 Só a título de esclarecimento. Nós temos uma rotina de pauta e nós temos uma mesa
9964 que vai inclusive com uma rotina estabelecida. O que os Conselheiros estão dando são
9965 sugestões que serão analisadas no tempo devido.

9966

9967 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9968

9969 São propostas para a primeira Reunião Ordinária, Presidente.

9970

9971 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9972

9973 Então não precisa reunião da mesa diretora.
9974
9975 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**
9976
9977 Tem outras coisas, tem outras demandas.
9978
9979 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
9980
9981 Conselheiros, a mesa só apontou o seguinte, nós deliberamos aqui que haveria uma
9982 mesa diretora que iria fazer análise das sugestões que seriam encaminhadas. Eu creio
9983 que até o título de sugestões é interessante para que a mesa diretora já tenha esses
9984 dados, mas nós estamos mais uma vez mudando um procedimento que já foi
9985 estabelecido aqui.
9986
9987 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
9988 **Municipais de Segurança Pública**
9989
9990 Questão de ordem, Presidente. Eu acho que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra
9991 coisa. Nós respeitamos e achamos importante a mesa diretiva aqui. O que está sendo
9992 colocado é que para início de 2012 o Pleno entende que essas questões levantadas são
9993 questões estruturais e devem ser a pauta da próxima reunião, a primeira Reunião
9994 Ordinária de 2012. Isso não é desrespeito, porque a Comissão Diretiva não está acima do
9995 Pleno. Se o Pleno entender que esses são os pontos fundamentais para iniciar o debate
9996 de 2012, o Pleno só organiza o que é de dia, na parte da manhã, na parte da tarde e no
9997 segundo dia. Porque o Pleno tem condições aqui de definir o que é prioridade para uma
9998 Reunião Ordinária. Então não desrespeita à mesa diretiva, mas é uma preocupação que
9999 data vênia eu acho que a mesa e presidência devia abraçar, porque isso aqui é bom para
10000 o CONASP, para o Ministério da Justiça e é bom para a Sociedade.
10001
10002 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
10003
10004 Conselheiro, o Senhor confundiu minha fala. Eu não estabeleci juízo de valor com relação
10005 ao mérito. Em momento algum eu disse que não seria importante nenhum ponto desse.
10006 Não foi isso que eu disse. O que eu disse é que o Pleno estabeleceu um procedimento
10007 para definição da pauta. Foi isso que eu disse. O que eu disse é que seria interessante
10008 que todos esses pontos seriam relacionados para que esse procedimento fosse
10009 estabelecido. Não creio que tenha feito e nem me cabe, concordo plenamente com o que
10010 o Senhor disse, esses temas são fundamentais e importantes. O que a mesa e o
10011 Presidente na verdade coloca na sua função de Presidente é lembrar aos Conselheiros
10012 que existe um procedimento com relação a isso. Análise do mérito? Não foi isso que eu
10013 fiz. Pelo contrário. Fiz só lembrar que existe um procedimento.
10014
10015 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
10016 **Municipais de Segurança Pública**
10017
10018 Presidente, considerando o seu encaminhamento, é um apelo à mesa diretiva que
10019 entenda essas propostas. Só apelo para a gente definir as questões. Agora do jeito que o
10020 Senhor colocou que eu entendi que a diferença é que as decisões do Pleno, mesmo
10021 aquelas que são padronizadas por nós, como não é uma mudança de fundo são

10022 propostas para uma reunião, ela pode em razão dos temas mesmo não entrando no
10023 mérito de já serem definidas aqui.

10024

10025 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10026

10027 Vamos definir, não criemos um cavalo de batalha. Pois não, Conselheiro Marcos Costa.

10028

10029 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

10030

10031 Veja bem, a mesa diretora recebe propostas individuais dos Conselheiros e vai
10032 organizando. Isso é uma coisa. Outra coisa, o plenário sempre pode dizer e decidir que
10033 na próxima reunião este item estará na pauta e pronto. O plenário pode decidir e já
10034 decidiu isso várias vezes. Nós incluímos esse ponto como pauta e a mesa não pode
10035 mudar isso, entendeu?

10036

10037 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10038

10039 Pela ordem. Só um instante, pessoal. Que isso não seja motivo de discussão. Vamos
10040 tocar, vamos seguir. Não tem problema nenhum. Vamos votar. Nós não temos
10041 divergência nenhuma com relação a isso. Vamos seguir.

10042

10043 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**

10044 **Estaduais**

10045

10046 Eu só queria lembrar só para encerrar, porque eu sou trabalhador, represento e quero me
10047 sentir à vontade de compreender isso tudo, e principalmente a proposta é de pauta. Ao
10048 apresentar aqui antes de iniciar a reunião, nós aprovamos se terá ou não. Mesmo que a
10049 mesa diretora se reúna, traga uma proposta de pré pauta, e se chegar aqui e tiver que
10050 derrubar, derruba tudo.

10051

10052 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10053

10054 Para encerrar a discussão, você também não me entendeu. O que eu disse não foi isso.
10055 Eu disse vamos seguir. Toca para a gente encaminhar. Vamos seguir. Caso mais alguém
10056 tenha alguma sugestão, vamos inserir e ao final a gente delibera. Tem mais alguma
10057 sugestão para essa questão? Algum dos Conselheiros não concorda com essa proposta?
10058 Todos concordam? Está aprovada. Mais algum Conselheiro quer fazer uso da palavra?
10059 Então informo que aqui em frente haverá um "coffee break". Os 13 presentes aprovaram
10060 e até a próxima, se Deus quiser. Bom retorno a todos a seus estados. Sim, datas. Sim,
10061 Conselheiro Márcio. Conselheiro Márcio com a data. Trazendo aqui para as Conselheiras
10062 e Conselheiros. Márcio com relação às datas possíveis.

10063

10064 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**

10065 **Transsexuais**

10066

10067 Levando em consideração que o orçamento para trabalhar com passagens e diárias só
10068 abre segundo a Secretaria-Executiva a partir do dia 15 de janeiro, pensamos como
10069 proposta inicial para extraordinária 1 e 2 de fevereiro, e para ordinária em razão do
10070 carnaval, é Audiência Pública. E para primeira ordinária para não passar o período de
10071 dois meses de intervalo, nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro. Tem 29? Eu acho que sim.

10072 Nós olhamos no calendário e tinha 29 lá. 6 e 7? Fica muito em cima da outra. É 1 e 2 de
10073 Fevereiro. Isso reduz bastante o tempo entre uma e outra, mas enfim está para a gente
10074 discutir de fato.

10075

10076 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10077

10078 Cinco e seis de fevereiro, alguém tem algum problema para essa data? 6 e 7 de
10079 fevereiro? É segunda e terça-feira.

10080

10081 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
10082 **Transsexuais**

10083

10084 Até porque, Marcos Rezende, dia 2 vou para o Rio Vermelho.

10085

10086 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10087

10088 27, 28 e 29. Então ficam então aprovadas para a reunião Audiência Pública extraordinária
10089 dia 6 e 7 de fevereiro. Reunião Ordinária 27, 28 e 29 de fevereiro. Dia 05 só a Câmara
10090 Técnica. Não dá é domingo. Então 8 posterior. Marcos Rezende. Conselheiros, por favor,
10091 Conselheiro Marcos Rezende com a palavra.

10092

10093 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

10094

10095 Tem uma solicitação feita com relação à recomendação para o Instituto de Identificação
10096 da Bahia que é da Federação Nacional dos Papiloscopistas não pode ser colocado em
10097 votação e quero que conste em Ata, justamente porque não tivemos quorum suficiente
10098 para aprovar. E aí a gente coloca nessa pauta para a próxima reunião.

10099

10100 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10101

10102 Mais alguma questão? Não? Então Senhores e Senhoras, bom retorno a todos, até o dia
10103 6 de fevereiro de 2012. Abraço a todos e bom retorno.

10104

10105

10106

10107

10108

10109

10110

10111

10112

10113

10114

10115

10116

10117

10118

10119

10120

10121

